



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GÓIAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

FLAVIO SANTOS DA SILVA

**Mulher no poder: o discurso político das presidentas Dilma
Rousseff, Michelle Bachelet e Cristina Kirchner endereçado às
mulheres: uma análise de discurso**

Goiânia – GO
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☐ Dissertação ☒ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

FLAVIO SANTOS DA SILVA

3. Título do trabalho

MULHER NO PODER: O DISCURSO POLÍTICO DAS PRESIDENTAS DILMA ROUSSEFF, MICHELLE BACHELET E CRISTINA KIRCHNER
ENDEREÇADA ÀS MULHERES: UMA ANÁLISE DE DISCURSO.

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Telma Ferreira do Nascimento Durães, Usuário Externo**, em 12/06/2023, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO SANTOS DA SILVA, Usuário Externo**, em 13/06/2023, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3811515** e o código CRC **98D283FC**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GÓIAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

FLAVIO SANTOS DA SILVA

**Mulher no poder: o discurso político das presidentas Dilma
Rousseff, Michelle Bachelet e Cristina Kirchner endereçado às
mulheres: uma análise de discurso**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade Federal de Goiás –
UFG, como requisito para a obtenção do título de
Doutor em sociologia na linha de pesquisa “Direitos
Humanos, Diferenças e Violência”

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Telma Ferreira Nascimento
Durães.

Goiânia – GO
2017



Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Santos da Silva, Flavio
MULHER NO PODER: O DISCURSO POLÍTICO DAS
PRESIDENTAS DILMA ROUSSEFF, MICHELLE BACHELET E
CRISTINA KIRCHNER ENDEREÇADA ÀS MULHERES: UMA ANÁLISE
DE DISCURSO [manuscrito] / Flavio Santos da Silva. - 2017.
230 f.

Orientador: Prof. Telma Ferreira Nascimento Durães.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Goiânia, 2017.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, fotografias, tabelas, lista de tabelas.

1. Análise do discurso. 2. discurso político. 3. mulher. 4. direitos.
5. Movimento Feminista. I. Ferreira Nascimento Durães, Telma, orient.
II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRABALHO DA TESE DE DOUTORADO DE
FLAVIO SILVA SANTOS

Aos quinze dias do mês de dezembro de 2017, às 14h00, na Sala de Defesas da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, realizou-se a sessão de julgamento do trabalho de Tese de Doutorado de Flavio Silva Santos, intitulado *MULHER NO PODER: O DISCURSO POLÍTICO DAS PRESIDENTAS DILMA ROUSSEFF, MICHELLE BACHELET E CRISTINA KIRCHNER ENDEREÇADA ÀS MULHERES: UMA ANÁLISE DE DISCURSO*. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes Professores/as Doutores/as: Telma Ferreira Nascimento Durães (presidenta, UFG), Eliane Gonçalves (UFG), Denise Paiva Ferreira (UFG), Cibele Maria Lima Rodrigues (FUNDAP) e Helson Flavio da Silva Sobrinho (UFAL). O candidato apresentou o trabalho, os/as examinadores/as o arquivam e ele responde às arguições. Às 17h horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, atribuindo ao doutorando os seguintes resultados:

☒ **Aprovado** ☐ Reprovado

Prof.ª. Dr.ª. Telma Ferreira Nascimento Durães

Telma F. N. Durães

☒ **Aprovado** ☐ Reprovado

Prof.ª. Dr.ª. Eliane Gonçalves

Eliane Gonçalves

☒ **Aprovado** ☐ Reprovado

Prof.ª. Dr.ª. Denise Paiva Ferreira

Denise Paiva Ferreira

☒ **Aprovado** ☐ Reprovado

Prof.ª. Dr.ª. Cibele Maria Lima Rodrigues

Cibele Maria Lima Rodrigues

☒ **Aprovado** ☐ Reprovado

Prof. Dr. Helson Flavio da Silva Sobrinho

Helson Flavio da Silva Sobrinho

Resultado Final aprovado

Reaberta a sessão pública, a Presidenta da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Eliane Gonçalves, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e pelos membros da Banca Examinadora.

Eliane Gonçalves

Eliane Gonçalves



Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida.

Aos meus pais, Maria Helena e Benedito Bonifácio, pelo amor e apoio incondicionais.

Às mulheres.

AGRADECIMENTOS

Sou grato à minha orientadora, a professora Telma Durães, pois sem a sua participação e apoio nesta etapa, não seria possível sua finalização. E pela forma como me orientou, sempre me incentivando. Sua seriedade e dedicação foram fundamentais no meu aprendizado e na vida. Muito obrigado!

Meus agradecimentos aos professores Camilo Braz e Eliane Gonçalves, pelas orientações na banca de qualificação e solidariedade naquele momento.

Grata à professora Cibele Rodrigues e aos professores (as) Helson Sobrinho, Eliane Gonçalves e Denise Ferreira Paiva, pelo “sim” ao convite para a participação na banca de defesa.

A todos os amigos, irmãos, sobrinhos e amigas que estiveram comigo durante essa jornada, especialmente ao Fernando Bartholo, Iram Aguiar, Cícero, Flávia, Andreza Larissa, Vanessa, Renato, Ismael, Júlio Cesar, Manuella Paiva, Éden Hilário, Mariana, Valdirene, Júlio Silveira, Salmir Jr., Alberto Sandro, Vanesa Coelho, Iury Miranda, Elke Miranda, James Taylor e Helena. Sou grato por vocês fazerem parte da minha vida.

Às pessoas que conheci durante esse período e me foram muito importantes.

Meus agradecimentos aos colegas do Mestrado e Doutorado, principalmente Márcia Andréa e Elismênnia Aparecida.

Agradeço também o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

Ao Sidney Wanderley, pela correção ortográfica.

A todos os professores e secretários da pós-graduação, sem os quais não teria a infraestrutura necessária para a realização deste trabalho.

Meus agradecimentos à Fundação Capes que, por meio do Programa de Demanda Social, custeou essa pesquisa e proporcionou alcançar esse triunfo.

Por fim, não poderia deixar de agradecer aos amigos e amigas, colegas e parceiros de jornada na Incubadora Social – UFG, que compartilharam comigo suas experiências e expectativas.

RESUMO

O presente estudo teve o objetivo central, por intermédio da Análise do Discurso de Pêcheux, analisar aspectos da representação da mulher nos discursos presidenciais de Cristina Kirchner, Dilma Rousseff e Michelle Bachelet, enquanto presidiam seus países como “Chefas de Estado”, entre os anos de 2006 e 2014. Para tal utilizou-se a perspectiva da Análise do Discurso (AD) de linha francesa proposta por Michel Pêcheux e a contribuição teórica da autora Eni. P. Orlandi. Os critérios metodológicos aplicados nesta pesquisa qualitativa foram constituídos de dados secundários sobre o tema abordado. Essa busca forneceu os passos necessários na construção um *corpus* teórico constituído pelos discursos das presidentas, a partir da escolha de três discursos de cada Presidenta, totalizando nove discursos de referência para análise. No corpo do trabalho consta uma breve construção bibliográfica dessas mulheres, bem como seu significado, com destaque para os seus discursos em relação à mulher. Ressalta-se que um fator fundamental para a legitimação de um discurso é a relevância que possui o enunciado, neste caso o discurso político das presidentas da República e seus sentidos. Foi possível concluir através dos discursos analisados que as presidentas revelam-se como porta-vozes das mulheres em seus pronunciamentos.

PALAVRAS-CHAVE: análise do discurso; discurso político; mulher; direitos.

ABSTRACT

The main objective of this study was to analyze, through Pêcheux Discourse Analysis, aspects of the representation of women in the presidential speeches of Cristina Kirchner, Dilma Rousseff and Michelle Bachelet, while presiding over their countries as Women Heads of State", among the years of 2006 and 2014. For this purpose the French Speech Analysis (AD) perspective proposed by Michel Pêcheux and the theoretical contribution of the author Eni P. Orlandi were used among others. The methodological criteria applied in this qualitative research were made up of secondary data on the addressed subject. This search provided the necessary steps in the construction of a theoretical *corpus* constituted by the women presidents' speeches, from the choice of three speeches of each one, totaling nine discourses of reference for analysis. In the body of the work there is a brief bibliographical construction of these women, as well as their meaning, with emphasis on their discourses in relation to woman. It is emphasized that a key factor for the legitimization of a discourse is the relevance of the statement, in this case the political discourse of the women Republic presidents and their meanings. It was possible to conclude from the analyzed discourses that the women presidents reveal themselves as spokeswomen for the image of feminine gender in their pronouncements.

KEYWORDS: discourse analysis; political speech; woman; rights.

RESUMEN

El presente estudio tuvo el objetivo central, por intermedio del Análisis del Discurso de Pêcheux, analizar aspectos de la representación de la mujer en los discursos presidenciales de Cristina Kirchner, Dilma Rousseff y Michelle Bachelet, mientras presidían sus países como "Jefas de Estado" años de 2006 y 2014. Para ello se utilizó la perspectiva del Análisis del Discurso (AD) de línea francesa propuesta por Michel Pêcheux y la contribución teórica de la autora Eni. P. Orlandi entre otros. Los criterios metodológicos aplicados en esta investigación cualitativa fueron constituidos de datos secundarios sobre el tema abordado. Esta búsqueda proporcionó los pasos necesarios en la construcción un corpus teórico constituido por los discursos de las presidentas, a partir de la elección de tres discursos de cada Presidenta, totalizando nueve discursos de referencia para análisis. En el cuerpo del trabajo consta una breve construcción bibliográfica de esas mujeres, así como su significado, con destaque para sus discursos en relación a la mujer. Se resalta que un factor fundamental para la legitimación de un discurso es la relevancia que posee el enunciado, en este caso el discurso político de las presidentas de la República y sus sentidos. Es posible concluir a través de los discursos analizados que las presidentas se revelan como portavoces de las mujeres en sus pronunciamientos.

PALABRAS CLAVE: análisis del discurso; discurso político; mujer; derechos.

LISTA DE SIGLAS

- D1 – Discurso 1 – referente ao discurso de Dilma Rousseff – Anexo A
- D2 – Discurso 2 – referente ao discurso de Dilma Rousseff – Anexo B
- D3 – Discurso 3 – referente ao discurso de Dilma Rousseff – Anexo C
- D4 – Discurso 4 – referente ao discurso de Michelle Bachelet – Anexo D
- D5 – Discurso 5 – referente ao discurso de Michelle Bachelet – Anexo E
- D6 – Discurso 6 – referente ao discurso de Michelle Bachelet – Anexo F
- D7 – Discurso 7 – referente ao discurso de Cristina Kirchner – Anexo G
- D8 – Discurso 8 – referente ao discurso de Cristina Kirchner – Anexo H
- D9 – Discurso 9 – referente ao discurso de Cristina Kirchner – Anexo I

LISTA DE TABELAS

Tabea 1 - Composição do Gabinete de Cristina Kirchner – Primeiro Governo (2007- 2010). Mulheres nos Ministérios – Argentina.....	230.
Tabela 2 - Composição do Gabinete da Presidenta Michelle Bachelet Primeiro Governo – (2006 – 2010).Mulheres nos Ministérios – Chile.....	230
Tabela 3 - Composição do Gabinete da Presidenta Dilma Rousseff – Primeiro Governo (2010– 2014)..Mulheres nos Ministérios – Brasil.....	231.
Tabela 4 - Eleições das Presidentas do Brasil, Chile e Argentina.....	231.

SUMÁRIO

RESUMO.....	07
-------------	----

ABSTRACT.....	08
---------------	----

RESUMEN.....	09
--------------	----

INTRODUÇÃO.....	17
-----------------	----

CAPÍTULO I – PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....27

1.1 O discurso.....	30
---------------------	----

1.2 Memória discursiva ou interdiscurso.....	32
--	----

1.3 Formação Ideológica.....	33
------------------------------	----

1.4 Formação Discursiva.....	34
------------------------------	----

1.5 O <i>corpus</i> do trabalho.....	35
--------------------------------------	----

1.6 O uso da <i>internet</i> : um recurso técnico imprescindível para pesquisa.....	39
---	----

1.7 O Sujeito na concepção da AD na perspectiva de Michel Pêcheux	40
---	----

CAPÍTULO II – A MULHER E A POLÍTICA49

2.1 O Feminismo e sua representação política.....	49
---	----

2.2 A trajetória da mulher da esfera privada ao campo da política.....	60
--	----

CAPÍTULO III – DITADURAS E REDEMOCRATIZAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO ESPAÇO POLÍTICO DE TRANSIÇÃO NO BRASIL, CHILE E ARGENTINA.....74

3.1 Trajetórias cruzadas entre a ditadura e a redemocratização: Dilma Rousseff, Michelle Bachelet e Cristina Kirchner.....	84
--	----

3.2 Presidenta Dilma Rousseff: biografia e trajetória política no Brasil.....	84
---	----

3.3 Presidenta Michelle Bachelet: biografia e trajetória política no Chile.....	
---	--

3.4 Cristina Fernandez Kirchner: biografia e trajetória política na Argentina.	
--	--

CAPÍTULO IV – DESVENDANDO OS SENTIDOS: MATERIALIDADES DISCURSIVAS NOS DISCURSOS DAS PRESIDENTAS DILMA ROUSSEFF, MICHELLE BACHELET E CRISTINA KIRCHNER EM RELAÇÃO À MULHER.....103

4.1. DISCURSO DE DILMA ROUSSEFF.....104

4.1.1 Discurso (D1) - O primeiro material a ser analisado consiste no Anexo A (página 178) - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional.....104

4.1.2 Discurso (D2) - O segundo material a ser analisado encontra-se no Anexo B (página 191) - Discurso da Presidenta da República Dilma Rousseff na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas.....109

4.1.3 Discurso (D3) - O terceiro material a ser analisado consiste no Anexo C (página 196) – Pronunciamento à Nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV, por ocasião do Dia Internacional da Mulher.....114

4.2. DISCURSO DE MICHELLE BACHELET.....125

4.2.1 – Discurso D (4) – O quarto discurso a ser analisado consiste no Anexo D (página 199) Plano de Governo da Presidenta Michelle Bachelet – Cartas aos Chilenos - “Estoy Contigo” (2006-2010).....125

4.2.2 Discurso (D5) – O quinto discurso a ser analisado fundamenta-se no Anexo E (página 202) Palabras de la Presidenta Electa, Dra. Michelle Bachelet Hotel Plaza San Francisco Kempinski, domingo 15 de enero de 2006.....136

4.2.3 Discurso (D6) - O sexto discurso pronunciado e analisado, empreende-se no Anexo F (página 205). por la Presidenta Bachelet en su cuarta Cuenta Pública sobre el estado político y administrativo de la Nación ante el Congreso Pleno.....141

4.3 O DISCURSO DE CRISTINA KIRCHNER15

4.3.1 Discurso (D7) - O sétimo discurso analisado empreende-se no Anexo G (página 214) de la Presidenta de la Nacion, Cristina Fernández de Kirchner, en

el acto de Assución del mando en el Congresso de la Nacion ante la Assamblea Legislativa.....	150
4.3.2 Discurso (D8) - O oitavo discurso analisado consiste no Anexo H (página 222) Palabras de La Presidenta de La Nacion, Cristina Fernández De Kirchner, en la apertura de la Asamblea General de las Naciones Unidas, en la Ciudad De Nueva York, 28 de septiembre De 2008.....	154
4.3.3 Discurso (D9) - O nono discurso analisado empreende-se no Anexo I (página 227) - Encuentro de mujeres militantes em Avallaneda - Palabras de la Presidenta de la Nación, Dra Cristina Fernández, em El Encuentro de Mujeres Militantes de La Procincia de Buenos Aires.	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	162
REFERÊNCIAS.....	167
ANEXO.....	177
ANEXO A - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional.....	178
ANEXO B - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas.....	191
ANEXO C - Pronunciamento à Nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV, por ocasião do Dia Internacional da Mulher.....	196
ANEXO D - Programa de Gobierno Michelle Bachelet - Estoy Contigo - Carta a los Chilenos.....	199
ANEXO E - Palabras de la Presidenta Electa, Dra. Michelle Bachelet Hotel Plaza San Francisco Kempinski, domingo 15 de enero de 2006.....	202
ANEXO F- Discurso pronunciado por la Presidenta Bachelet en su cuarta Cuenta Pública sobre el estado político y administrativo de la Nación ante el Congreso Pleno.....	205
ANEXO G- Discurso de la Presidenta Cristina Fernández de Kirchner en la Asamblea Legislativa.....	214
ANEXO H - Palabras de la Presidenta de la Nacion, Cristina Fernández de Kirchner, en la apertura de la Asamblea General de las Naciones Unidas, en la ciudad de Nueva York, 28 de septiembre de 2008.....	222

ANEXO I - Palabras de la Presidenta de la Nación, Dra Cristina Fernández, en el Encuentro de Mujeres Militantes de la Provincia de Buenos Aires.....	224
--	-----

INTRODUÇÃO

Uma tese, como bem argumentou Umberto Eco (2005), não consiste apenas em seu tema propriamente dito, mas na experiência de realizá-la e, ao mesmo tempo, de se apaixonar durante o processo de organização do pensamento. Por isso, pretendo percorrer esse caminho de forma que possa adquirir um conhecimento capaz de contribuir para o campo de pesquisa escolhido, a saber, gênero, discurso e política, e ao mesmo tempo, sonhar com a possibilidade de que o conhecimento produzido seja capaz de contribuir na construção de uma sociedade geradora de um princípio de equiparação para homens e mulheres.

Para Eco (2005) todo trabalho acadêmico é, sem dúvida, um grande desafio, e a proposta versada neste estudo representa apenas mais um dos inúmeros desafios envolvidos no campo acadêmico. Esse desafio diz respeito à relevância subjetiva que o objeto tem em minha trajetória pessoal e acadêmica. Cada um desses campos tem o seu significado e valor que determinam minha forma de pensar a realidade.

Ao nascer, somos inseridos em uma estrutura de variação sociocultural linguística, ou seja, uma herança que tentar fixar uma amálgama em nosso ser, através de valores e condutas que, com o passar do tempo, são naturalizados em nosso cotidiano, proporcionando certa adaptação no convívio social, como argumenta Zuleika Murrie (2004¹).

Como brasileiro nato, nascido na cidade de Maceió (AL), na região Nordeste do país, vivenciei de perto a trajetória das mulheres, sob o prisma forte do machismo e do patriarcado, bases para a naturalização da violência física e simbólica que desembocam na desigualdade de gênero em sentido lato. Tais circunstâncias instigaram a minha percepção acerca do cenário opressor vivenciado pelas mulheres do meu seio familiar (mãe, avós, irmãs, primas etc.) e no cotidiano da cidade e que redundava na exclusão concreta dos seus direitos, privando-as de seus sonhos e realizações e forçando-as a manter a supremacia do homem nordestino.

¹ MURRIE, Z. F. *et al.* **Projeto Escola e Cidadania para Todos**: Língua Portuguesa. São Paulo: Editora do Brasil, 2004, 816 p.

Nesse processo em que fui construído e reconstruído ao longo do tempo, pude perceber que tais significados são arbitrários e provisórios. São estes os motivos pelos quais as categorias “mulheres” e “política” foram escolhidas como objeto no campo desta pesquisa sociológica. O arcabouço empírico até hoje vivenciado “ao vivo” de forma tão subjetiva e de estranhamento confere-me certa proximidade para versar sobre um tema tão instigante e, ao mesmo tempo, sensível, que deve ser repensado a cada dia a partir de suas contradições e limitações em face das questões de gênero em uma sociedade capitalista, que tem em sua base a opressão de classe e gênero.

Muitos poderão indagar o que determinou a busca do meu tema. O que levaria um pesquisador masculino a ter como foco da pesquisa o campo feminino? Direi que além das questões apresentadas no início da introdução, da minha vivência com os grilhões machistas, impostos por esse modelo nas representações femininas da minha família, também acredito na possibilidade de superar o contexto descrito.

Por outro lado, entendo que existe uma grande diferença entre enxergar o machismo e sofrê-lo na pele, como argumentam algumas feministas. Reconheço que as mulheres, por suas experiências amargas provenientes do machismo, das lutas e sofrimentos em decorrência desse modelo, sejam reconhecidas como protagonistas de sua própria história. Entretanto, acho importantíssimo frisar que faço parte daqueles que buscam a construção de uma sociedade justa e de direitos igualitários entre homens e mulheres.

Portanto, meu posicionamento neste trabalho tentará se configurar por assim dizer como um pesquisador na figura de um “pró-feminista”. O sentimento “pró-feminista” que me instiga tem como gênese a inconformidade sobre o modo com que as questões das mulheres são tratadas na realidade, ou seja, numa sociedade que é regida pelo machismo, que delega aos homens um grau de superioridade e de domínio sobre as mulheres. Justamente por vivenciar tão de perto o descompasso e a desigualdade entre os gêneros, explícito, neste momento inicial, o esboço de minhas reflexões subjetivas e que me habilitam a inserir-me nesse campo teórico.

Acredito que quantos mais homens e mulheres se engajarem na luta das mulheres, mais relevante se tornará essa bandeira de luta. Para evitar o

comportamento chamado de *mansplaining*,² tão latente em nossa sociedade contemporânea e que permeia o nosso imaginário, fiz o maior esforço para não resvalar nesse termo diante das percepções, impressões e análises dos discursos das mulheres durante a elaboração da pesquisa. Por isso, durante todo o percurso do trabalho, adotei como prática política a visibilidade das autoras e autores³, ao estabelecer que toda citação terá nome e sobrenome dos seus respectivos autores e autoras. Busquei evitar que, devido ao sobrenome, reste obscura a participação das mulheres no campo acadêmico.

Outro ponto é no uso da palavra “Presidenta” neste trabalho, em vez de “Presidente”, tendo em vista que esse termo se revelou determinante durante os discursos pronunciados pelas mulheres da nossa pesquisa – a troca da vogal “e” pela vogal “a” em alguns discursos, como já apontado por Rita Wicth e Ercília Ana Cazarin (2015)⁴ em seus trabalhos. É fato que a língua não é estática e se acha sempre em constante movimento, bem como que as palavras num determinado convívio social se reconfiguram, indo além dos modelos padrões impostos pela norma culta instituída numa dada sociedade. Contudo, ao consultar dicionários como o “Houaiss”⁵ e o “Aurélio”⁶, é visível a aceitação das formas presidente ou presidenta.

Para o “Aurélio”, Presidenta é “a mulher que preside ou a esposa de um presidente”, enquanto para o “Houaiss” seria a “mulher que preside (algo) ou a mulher que se elege para a presidência de um país”. Para ambos, as formas Presidente ou Presidenta estão corretas e constituem substantivos comuns de dois gêneros. Ocorre que quando as mulheres da nossa pesquisa fazem uso da palavra “Presidenta”, vão além da mera forma linguística. Elas trazem a vogal “a” como definidora da fronteira de gênero, conferindo outro significado à palavra Presidenta. Elas atribuem um valor político e libertador, reafirmando

² O termo foi criado 2015, por Sheryl Sandberg e Adam Grant, e lançado no artigo intitulado “Speaking while Female, and at a Disadvantage”. https://www.nytimes.com/2016/10/27/upshot/speaking-while-female-and-at-a-disadvantage.html?_r=0. Acessado no dia 11.11.16, às 17h.

³ Ver PEREIRA, Ana Maria. **Lesbianidade**: um assunto familiar! Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2008.

⁴ Wicth, R. e Cazarin, E.A. A representação da mulher nos cem primeiros dias de governo da presidente Dilma Rousseff. **Revista Interfaces**. Vol. 5, n. 2 (abril 2015), p. 103-110.

⁵ HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

⁶ FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4 ed. Curitiba: Positivo, 2009.

não somente uma escolha pessoal, senão uma política da mulher e para as mulheres, nesse espaço de poder.

Ao usar “presidenta”, no feminino, as mulheres da pesquisa supracitada trazem um cunho ideológico de empoderamento feminino no campo político, como advogam Rita Wicth e Ercília Ana Cazarin (2015), gerando, pelo uso do termo em seus discursos, dúvidas e discussões, tanto no campo semântico quanto no campo político e no imaginário social dos seus respectivos países.

Ao se elegerem para o cargo de “Chefa de Estado”, essas mulheres trazem consigo, como ato revolucionário, a resposta de uma democracia que evidencia o avanço das mulheres. As presidentas, ao darem prioridade ao termo em seus discursos oficiais e quando da posse, reafirmam sua condição de gênero em seus respectivos países.

No Brasil em especial, essa identificação pelo uso do termo “Presidenta” levou à criação da Lei 12.605/12, a qual decretou que as “instituições de ensino públicas e privadas expedirão diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido” (art. 1º). Tornou, assim, obrigatória a flexão do gênero em todo o território brasileiro, podendo a população pedir a correção de documentações anteriores à lei, como pode ser visto no art. 2º: “as pessoas já diplomadas poderão requerer das instituições referidas no art. 1º a reemissão gratuita dos diplomas, com a devida correção, segundo regulamento do respectivo sistema de ensino”.

Vale ressaltar que, ao vencerem as eleições por via democrática no Brasil, no Chile e na Argentina, as presidentas superaram um período tenebroso: o golpe militar dos anos setenta que rasgou as Constituições dos seus países. Uma nova mudança estrutural nos anos oitenta possibilitou novos modelos de democracia, através de lutas e resistência, com a participação dessas mulheres na linha de frente, como no caso da Presidenta Dilma na luta armada no Brasil.

Para alcançar o peso e o destaque do cargo de Presidenta da República⁷ no primeiro mandato (2011-2014), Dilma Rousseff se candidatou

⁷ Ver em anexo Tabela 4. Eleições das Presidentas.

pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e obteve 56,05% dos votos válidos (55.752.092 votos), contra o seu oponente José Serra (PSDB), que obteve 43,95% (43.710.422 votos). No Chile, Michelle Bachelet, do Partido Socialista do Chile (PSC/OS), ganhou a eleição presidencial (2006-2010) com 53,49% dos votos válidos, contra Sebastián Piñera (Aliança pelo Chile – direita), que obteve 3.227.395 votos (46,5%). Já a peronista Cristina Kirchner (2007-2011), do Partido Justicialista (PJ), na Argentina, obteve 8.204.624 votos, e Elisa María Avelina Carrió, do partido Confederação Coalizão Cívica (CC-ARI), 22,95% dos votos válidos, num total de 4.191.361.

Essas vitórias representaram mudanças pontuais significativas no cenário político, se tomado em consideração o regime militar que assombrava esses países. Com a redemocratização tais mudanças “impulsionaram” a participação dessas mulheres no campo político e as levaram à conquista da vitória tanto no Brasil como na Argentina e no Chile.

No caso da Argentina, houve uma representação feminina ao cargo de Presidenta da República nos anos setenta, na figura de Isabelita Perón (Mara Estela Martínez de Perón), também do Partido Justicialista. Isabelita Perón era vice-presidenta e assumiu o cargo da Presidência após a morte de seu esposo, Juan Domingo Perón, permanecendo no cargo até março de 1976, sofrendo um golpe de Estado pelos militares, no que se denominou de “Proceso de Reorganización Nacional”.

Mesmo não obtendo bons índices da participação feminina na política, as vitórias de Cristina Kirchner, Dilma Rousseff e Michelle Bachellet tornaram-se um marco, porque se deram por eleições diretas, mudando o rumo da história em face da hegemonia do poder masculino.

Como afirmam Rita Wicth e Ercília Ana Cazarin (2015), é inegável

(...) a conquista de novos espaços como a presença definitiva no mercado de trabalho e a transferência do cerne da família para o sexo feminino. Essa presença crescente da mulher, inclusive em postos de trabalho considerados essencialmente masculinos, é oriunda de uma mudança social que vem ocorrendo devido à necessidade de um estilo de vida diferente. (WICHT E CAZARIN, 2015, p. 104).

Da mesma forma ocorreram certos avanços, como bem apontaram as autoras, no tocante à presença das mulheres no mercado de trabalho e em

atividades que antes era impensável o exercício por parte das mulheres, por motivos culturais e sociais. Entretanto, mesmo com essas mudanças, as mulheres continuam ganhando salários mais baixos que os dos homens, seja no Chile, no Brasil ou na Argentina. Ademais, a participação das mulheres em cargos políticos representativos é bem menor que a dos homens.

No entanto, é possível reconhecer, segundo Rita Wicth e Ercília Ana Cazarin, que a vitória por parte dessas mulheres ao cargo máximo da República é fruto de mudanças sociais e individuais (estilo de vida) que se verificam na sociedade contemporânea. Tais mudanças acarretaram, e não se pode negar, certa desestruturação na base da sociedade patriarcal, um novo olhar em relação ao papel da mulher em diversos campos, e em especial no mercado de trabalho e no campo político.

Trata-se de uma desestruturação, e não superação, pois permanecem os alicerces que as enclausuram no modelo de subordinação e marginalização em diversos segmentos da sociedade. Esses foram erguidos e ainda não foram derrubados, já que os motivos que levaram à sua construção persistem em nossa sociedade, a saber, o machismo, a heterossexualidade e principalmente o patriarcado, estruturas que não foram superadas, como assevera Manuel Castells (1996).

No entanto, é importante esclarecer que todos esses atores sociais devem ser compreendidos como indivíduos influenciados e socializados numa hierarquia de gênero, fruto de uma sociedade permeada de heteronormatividade e sexista, como afirma Helena Saffioti (1987). Tais anotações ilustram a relevância que os estudos sobre as mulheres representam, enquanto categoria, neste trabalho. Trazer essa perspectiva para o campo científico significa elucidar a clara “distinção” entre o natural/biológico e tudo aquilo que é socioculturalmente construído, desmistificando e renegociando as atribuições do “natural” e do “social” na interação entre homens e mulheres.

Leva-se em consideração a pluralidade que envolve o mundo social das mulheres e as falas dos sujeitos da pesquisa, que traziam sempre em seus pronunciamentos uma série de definições ao sujeito mulher. Ora as presidentas usavam a categoria mulher, ora mulheres ou gênero (categoria presente em Michelle Bachelet em alguns dos seus discursos). Buscou-se que essa

categoria fosse absorvida pela pesquisa, já que é uma “construção social, cultural e histórica das categorizações feminina e masculina geradoras de uma hierarquização entre os sexos, baseada enquanto sistema regulador dos sexos” (SAFFIOTI, 1987, p. 15).

Mesmo ciente de que no vocabulário feminista essa categoria implica uma série de definições em torno do que é “ser mulher” e aponte para a categoria gênero como um caminho a seguir, a posição teórica adotada no trabalho não impossibilitou o uso do termo “mulheres⁸” e sua relevância, enquanto categoria vigente no corpo da pesquisa. Como bem, ressaltou Butler (1998) sobre o uso do termo “mulheres”, este ainda não teve sua morte anunciada, pois se “(...) o feminismo pressupõe que mulheres designam um campo de diferenças indesignáveis, que não pode ser totalizado ou resumido por uma categoria de identidade descritiva, então o próprio termo se torna lugar de permanente abertura e ressignificação” (1998, p. 36-37) por parte do pesquisador e de sua pesquisa.

Vale destacar que nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, a participação das mulheres na sociedade contemporânea veio crescendo e assumindo um lugar de destaque nas discussões feministas em diversos campos da sociedade atual. A participação desses novos movimentos feministas e de mulheres tornou-se fundamental para a construção de um “novo olhar” sobre a demanda das mulheres na sociedade. Suas ações engendram o que Glória Gohn (1995)⁹ chama de “novos movimentos sociais”, que vão além dos antigos modelos de “movimentos sociais”; estes traziam em seu bojo o conflito entre as classes sociais e a superação do capitalismo. Os “novos movimentos” geram mudanças revolucionárias, no entanto, propõem mudanças também no campo cultural, no reconhecimento identitário decorrente da solidariedade entre os grupos e, principalmente, um novo estilo de vida.

⁸ Linda Nicholson (2000), reconhece que a categoria “mulher” ou “mulheres” não comporta um retorno ao aspecto biológico, tão defendido pelas feministas, dos anos 60 e 70, para a autora essas categorias não devem ser vistas como ultrapassadas nas pesquisas. Por isso, admite que a categoria mulher(s), pode(m) reconhecer (em) às questões das mulheres e não inviabiliza a prática política frente ao uso da categoria “gênero” como oposição à categoria mulher.

⁹ GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

Para Glória Gohn, o termo “novos movimentos”

(...) foi expressão cunhada na Europa, nas análises de Clauss Offe, Touraine e Melucci, e diz respeito aos movimentos sociais ecológicos, das mulheres, pela paz etc. Os novos movimentos se contrapõem aos velhos movimentos sociais em suas práticas e objetivos, ou seja, se contrapõem ao movimento operário-sindical, organizado a partir do mundo do trabalho. (GOHN, 1995, p. 44).

Assim, percebe-se que os “novos movimentos feministas e de mulheres” culminou com a visibilidade e o aumento da participação das mulheres na sociedade, obrigando o poder público a reconhecer essas mulheres e suas demandas, que há tempos vinham sendo negligenciadas e ignoradas pelo poder público. O seu protagonismo culminou com a participação das mulheres na busca dos espaços de poder no mundo e, especialmente, na América Latina. Neste continente, os denominados “novos movimentos sociais”, neste caso os “movimentos feministas e de mulheres”, ganham força na década de 1970, trazendo o reconhecimento de um “novo sujeito político” e protagonizando “novas mudanças na democracia”, principalmente no tocante à ditadura. Com a redemocratização, as lutas feministas trouxeram a esses países uma agenda de debate e de discussões pautadas pela desigualdade de gênero, anistia, questionamentos sobre a supremacia do patriarcado, sexismo e o machismo, que inviabilizavam a participação feminina nas instituições de poder, seja no mercado de trabalho ou no campo político.

O nosso objetivo central consistiu, por intermédio da Análise do Discurso de Pêcheux, analisar aspectos da representação da mulher nos discursos presidenciais de Cristina Kirchner, Dilma Rousseff e Michelle Bachellet, enquanto presidiam seus países como “Chefas de Estado”, entre os anos de 2006 e 2014.

A hipótese norteadora desta pesquisa é a de que os pronunciamentos proferidos pelas presidentas, enquanto sujeitos presidenciais possuem sentidos que legitimam a representação das mulheres em seus países. A convergência entre elas se dá devido a semelhanças nas condições de produção dos seus discursos, a partir de suas trajetórias políticas e aproximação ideológica.

Guiado por essa hipótese o problema central é: quais os sentidos produzidos pelas três presidentas no tocante à representação das mulheres? A partir do referencial teórico adotado se desdobram as seguintes questões: (1)

Como essas representações discursivas das presidentas são produzidas, ou seja, quais os impactos dos fatores histórico-ideológicos e políticos nos discursos? (2) Como elas incorporam as questões relativas às mulheres em seus pronunciamentos?

Para trilhar o caminho da pesquisa, ante as particularidades dos diferentes discursos das presidentas, faço a inserção na linha teórica francesa da Análise de Discurso (AD ao longo do texto), na qual a materialidade da linguagem é o fio condutor da compreensão dos sentidos, enquanto relação e sua produção, buscando a ideologia como um *constructo* (FRENDIA INDURSKEY, 1992). Parto do princípio proposto por Eni Orlandi (2007) e Frenda (1992), de que a linguagem não é transparente e de que os sentidos não são completos, já que derivam da inscrição da língua na história.

Os critérios metodológicos aplicados na investigação deste trabalho se desenvolveram através do levantamento e da realização do cruzamento de uma revisão bibliográfica, dialogando com diversas(os) autoras(os), em busca de interpretar a episteme do trabalho e de uma pesquisa secundária para a constituição do universo desta pesquisa. A coleta de dados foi realizada a partir dos portais dos periódicos acadêmicos da Capes, scielo e flacso. O uso da ferramenta de busca Google tornou-se imprescindível na aquisição de artigos científicos, teses, dissertações e documentários, além da utilização da mídia impressa e digital (*sites* dos governos dos Estados supracitados) como aproximação do nosso objeto.

As principais fontes consultadas são *sites* oficiais das plataformas de dados de governo do Brasil, do Chile e da Argentina. O acesso a essas plataformas foi importante devido ao armazenamento das narrativas que se encontram disponíveis nesses portais. Assim, entre os meses de dezembro e outubro de 2015, fiz uma prévia investigação das imagens a partir de uma pesquisa exploratória visando à realização da coleta de dados para alocação desta pesquisa. Para realizar essa construção foi necessário indagar, no momento inicial da verificação dos dados, como poderia obter o maior número significativo e representativo de postagens sobre o tema, para fins de realização de uma amostragem da pesquisa no imenso universo das plataformas.

Esse dilema surgiu tendo em vista o grande número de postagens de material audiovisual contido no sistema. Como solução encontrada optei por fazer uma sondagem por meio do uso de palavras-chave contendo o nome das presidentas “Dilma Rousseff”/ “mulher”/ “mujer”/ “política”/ “internacional”/ “Cristina Kirchner”/ “Argentina”/ e “Michelle Bachelet”/ “Chile” como um caminho norteador para obter os dados necessários à objetividade requerida. Não posso negar que essa tarefa foi espinhosa e árdua, já que o terreno virtual é complexo e escorregadio para um exame sistemático do *corpus* da pesquisa, especialmente quando se leva em consideração a vasta quantidade de publicações virtuais sobre a participação das presidentas em nível nacional e internacional.

Essa busca nos forneceu até o momento a construção de um sistema de referência capaz de orientar a questão em similitude ao tema abordado, tentando afastar-se de uma pesquisa superficial e inconsistente. Os problemas relacionados à escassez de informações históricas referentes ao Chile e Argentina não inviabilizaram as pretensões deste trabalho ante a pesquisa e sua construção. Acredito que os materiais coletados permitem, de certa forma, obter uma visão razoavelmente nítida sobre as questões das mulheres nesses países, no pronunciamento das presidentas.

O presente texto estrutura-se em quatro capítulos, além de uma introdução e das considerações finais. Segue a seguinte distribuição:

O primeiro capítulo mostra o caminho metodológico que norteou a pesquisa e os procedimentos aplicados na pesquisa.

O segundo capítulo, “Mulher e Política: Dilma Rousseff, Michele Bachelet e Cristina Kirchner”, pretende apresentar um esboço dos argumentos teóricos utilizados para a realização da tese. Na seção (2.1) busco versar sobre a contextualização do feminismo e a sua representação política. Em seguida, abordo na seção (2.2) a trajetória da mulher da esfera privada ao campo da política. Por fim, o presente texto apresentará um primeiro capítulo intitulado “As mulheres, o poder: um tema ambíguo e atual na história”, abordando a questão do poder como base central da reflexão contemporânea e como se daria a inserção das mulheres na busca de sua representação nos espaços de poder na história.

O terceiro capítulo explicita o processo da Ditadura e Redemocratização na América do Sul: a participação das mulheres no espaço político de transição no Brasil, Chile e Argentina. Também foi realizado um apanhado histórico para apresentar as biografias e as trajetórias cruzadas entre a ditadura e a redemocratização, momentos históricos das presidentas Dilma Rousseff, Michele Bachelet e Cristina Kirchner.

No quarto capítulo, analisei as materialidades discursivas das presidentas Dilma Rousseff, Michele Bachelet e Cristina Kirchner em relação às mulheres. Em seguida, as considerações finais em relação aos dados analisados.

Por fim, vale ressaltar que reconheço a dimensão complexa que envolve esta pesquisa; ela existe, mas compreendendo a importância do posicionamento no sentido de que o feminismo deveria ser uma bandeira de luta levantada por todo o “humano” que reconheça a restituição de direitos, o princípio de igualdade e da justiça social tanto para homens ou mulheres. Por isso não seria incorreto afirmar, em síntese, que “tod@s deveríamos ser feministas!”.

CAPÍTULO I – PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Os critérios metodológicos aplicados nesta pesquisa qualitativa foram constituídos por cinco passos distintos, orientados e sistematizados conforme passo a expor. O primeiro passo envolveu o levantamento de uma pesquisa bibliográfica e documental em livros, *sites*, *webpages*, revistas, filmes e periódicos sobre o tema abordado. Essa busca bibliográfica forneceu os passos necessários na construção de um sistema de referência capaz de orientar e nortear a problemática proposta em relação à construção de um *corpus* teórico constituído por discursos das presidentas Dilma Rousseff, Michelle Bachelet e Cristina Kirchner, observando como esses discursos se constituíram, enquanto discursos em relação à representação da mulher.

O segundo passo reforça a importância da pesquisa qualitativa neste trabalho, e não quantitativa na aproximação do objeto de pesquisa. Utilizei o método qualitativo porque acredito que através das pesquisas qualitativas “as vozes das mulheres sejam ouvidas e que os objetivos sejam concretizados” (FLICK, 2009, p. 78). Isso porque, ao adentrar no campo de pesquisa, tendo como objeto o estudo de gênero e o feminismo, percebi que ambos definiram o seu lugar na investigação sociológica com mais efervescência pela metodologia qualitativa do que pela quantitativa¹⁰, como argumenta Tânia Steren dos Santos (2009). A autora entende que a busca pela quantificação em pesquisas em relação ao gênero e ao feminismo gera desconfiança na manipulação e dominação dos dados quantitativos provenientes dos números estatísticos. Para melhor compreensão sobre o que foi arguido, faz-se necessário mostrar que nas pesquisas atuais,

Com o acelerado desenvolvimento das TICs (Tecnologias da Informática e da Comunicação) é possível realizar pesquisas qualitativas com maior rigor científico e capacidade explicativa. O que se perde em quantidade se ganha em profundidade. Os números estatísticos podem não ser as ferramentas mais

¹⁰ Mesmo sabendo que os métodos quantitativos e qualitativos não se excluem em uma investigação, não pretendo defender neste trabalho o posicionamento de que as demandas feministas precisam de uma ciência ou de uma metodologia própria, como adverte Tânia Steren dos Santos (2009).

apropriadas para compreender ideologias e representações. Ou seja, o tratamento matemático nem sempre é adequado para pesquisas que têm como objetivo elucidar em profundidades motivações e emoções. Ele é muito eficiente para traçar um perfil fidedigno de determinada população, caracterizando sua situação socioeconômica, pela utilização de técnicas de medida e controle de variáveis, mas quando se procura uma compreensão mais abrangente da estrutura discursiva dos atores sociais e seu comportamento, as técnicas quantitativas se tornam mais apropriadas. Pesquisas que utilizam esse tipo de técnica estão demonstrando crescente poder de precisão nos seus procedimentos metodológicos. As pesquisas realizadas mediante amostras representativas e com a utilização de técnicas estatísticas têm maior capacidade de generalização que as pesquisas qualitativas, onde as amostras passam a se denominar de “corpus”, mas não por isso os resultados podem ser considerados menos significativos e rigorosos. (STEREN DOS SANTOS, 2009, p. 127).

Nunca é demais referir que a engrenagem da nossa pesquisa tem como substrato os discursos políticos das presidentas, e que esses não são possíveis de ser apreendidos e investigados como meros números estatísticos (quantitativos), já que os discursos proferidos por essas mulheres compreendem-se como produções de sentidos, datados de uma constituição sócio-histórica que traz um viés ideológico contido em sua práxis discursiva. Por essa razão, voltarei a atenção para um cunho qualitativo e não quantitativo que, a meu ver, não será percebida nessa investigação social, pois não concebo as presidentas desta pesquisa como “discursos” numéricos.

O terceiro passo consistiu na expectativa de aproximação ao campo de estudo sobre mulheres, gênero e feminismo, pois é sabido que a questão do campo metodológico de pesquisa é fator crucial na investigação de cunho qualitativo, como afirma Uwe Flick (2009). Contudo, definir um campo de pesquisa¹¹ tem sido um grande enigma em qualquer investigação. Como forma de superar esse problema, procuramos empregar neste estudo a definição de “campo” proposta por Maria Cecilia de Souza Minayo (2004), para quem o campo seria o recorte espacial referente ao objeto (prático-teórico) de investigação, que suscita grandes dilemas por parte dos pesquisadores,

¹¹ O termo Campo deve ser entendido como espaço metodológico da pesquisa, e não o conceito de campo no sentido proposto por Bourdieu em sua obra “O Poder Simbólico” (2004).

especialmente sobre a questão da objetividade e da neutralidade¹², ponto tão bem observado por William Labov (1974) como “paradoxo do observador”.

Segundo José Chasin (1999, p. 119),

A subjetividade não é uma interioridade autônoma. (...) Subjetividade é algo que se põe na medida em que se relaciona com a objetividade. Ela tem o poder de mudar a realidade, mas depende tanto no seu pôr e no seu captar da própria realidade. Ela não é autônoma. Ela é a subjetividade da realidade. É o mundo objetivo tornado interioridade. (CHASIN, 1999, p. 119).

Isso implica afirmar que a subjetividade do pesquisador sempre será afetada pela totalidade social em que este se encontra inserido, isto é, pelo complexo que o constitui, impulsionando assim a posição do sujeito em relação à objetividade do campo pesquisado.

Tereza Maria Frota Haguette (2005), diante dessa problemática, aponta que

(...) o fato de não crermos que a ciência tenha sido historicamente neutra não nos convence de que a objetividade como ideal não deva ser perseguida. (...) Estamos cientes de que a objetividade é um ideal inatingível, mas que, mesmo assim, o cientista deve tentar a aproximação com o seu campo de pesquisa. (HAGUETTE, 2005, p. 85).

Essa aproximação, argumenta a autora, deve ocorrer no sentido weberiano de leituras “do real”, ou seja, uma forma relativista do pesquisador com seu campo de pesquisa. Assim, toda investigação traz em sua construção marcas singulares do pesquisador, seus valores, ideologias, preferências pessoais etc. O seu fazer investigativo não é desvinculado do seu meio social, enquanto atividade humana.

Seguindo este ponto de vista, Menga Lüdke e Marli André¹³ (1986) esclarecem que

¹² É nesse momento que reencontramos aqui a velha problemática clássica (Durkheim, Marx e Weber) das ciências sociais acerca da relação entre “neutralidade” e “objetividade”, tão problematizada pelos pesquisadores em seus trabalhos.

¹³ LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

(...) o pesquisador, como membro de um determinado tempo e de uma específica sociedade, irá refletir em seu trabalho de pesquisa os valores, os princípios considerados importantes naquela sociedade, naquela época. Assim, a sua visão do mundo, os pontos de partida, os fundamentos para a compreensão e explicação desse mundo irão influenciar a maneira como ele propõe suas pesquisas ou, em outras palavras, os pressupostos que orientam seu pensamento vão também nortear sua abordagem de pesquisa. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.3)

A partir daí é possível compreender que uma pesquisa no âmbito das ciências sociais é imbuída de interferência subjetiva e que não existe uma pesquisa objetiva de forma plena sem essa interferência. Portanto, cabe ao pesquisador a busca por procedimento científico eficaz para o desvelamento do seu objeto, evitando assim distorções, superficialidades e impressões fragmentadas da realidade que possam comprometer o seu papel como pesquisador em sua investigação (STEREN DOS SANTOS, 2009).

O quarto passo na pesquisa incidiu na coleta de material para o levantamento de dados visando à construção do *corpus* do trabalho, já que o tema, até o momento, vem sendo estudado além da referência bibliográfica e documental, exclusivamente pela pesquisa *online*, uma vez que todo o levantamento referente ao Brasil (Dilma Rousseff), Chile (Michelle Bachelet) e Argentina (Cristina Kirchner) foi obtido através dos *sites* oficiais.

Toda a análise deste trabalho irá apropriar-se do enfoque discursivo abordado pela linha francesa, tratada pelo seu precursor, o filósofo Michel Pêcheux (1988), cuja teorização considera que “a linguagem é materializada na ideologia, e como esta se manifesta na linguagem” (ORLANDI, 2007, p. 16). Ou seja, a linguagem deve ser observada no seu funcionamento e não no que a própria linguagem quer dizer em seu conteúdo, tendo como base a tríade língua/sujeito/história.

1.1 O discurso

Michel Pêcheux (1988) entende que um sujeito social constitui-se por meio do discurso, estabelecendo-se uma relação de “interdependência mútua” entre o sujeito e o mundo social, isto é, concebendo o discurso como algo determinado, sendo sua produção fruto do seu “mover” no mundo das relações sociais.

Dessa forma o sujeito, ao proferir um enunciado, não parte de sua subjetividade, ou seja, do psiquismo do falante, como mera ação de si mesmo. Essa enunciação é gerada na relação social que este sujeito estabelece com o mundo à sua volta na sua formação sócio-histórica.

Na obra “Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio” (1988), o autor adverte que a linguística possui uma limitação e que essa limitação não explicaria o discurso dos sujeitos. Assim, imbuído da proposta do autor, este trabalho não busca a língua, ou a forma gramatical, nem o conteúdo. O que aqui interessa é a teoria do discurso, isto é, o discurso como uma via da práxis com efeito de “sentido”, e não como argumentam alguns linguísticos que defendem o sujeito como autônomo do discurso e de suas relações sociais, como dizia Saussure, nas palavras Michel Pêcheux (1988).

Então, o que seria a análise do discurso? Para obter essa resposta, eis o esclarecimento de Orlandi (2007), que define o discurso como uma

(...) palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. Na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. (ORLANDI, 2007, p. 15).

O fragmento apresentado por Orlandi (2007) indica que na vida diária nossas conversas são carregadas de palavras cheias de sentidos. Contudo, muitas vezes tais sentidos não são compreendidos ou controlados, mas somos modificados por eles. A autora sustenta que, enquanto sujeitos discursivos, funcionamos e somos constituídos pelo inconsciente e pela ideologia (que através do hábito cristaliza-se no mundo social).

Outro aspecto importante apontado por Ana Maria Gama Florêncio¹⁴ é que

(...) nenhum discurso nasce do nada, mas de um trabalho sobre outros discursos (...). Não há, pois, discurso neutro ou inocente, uma vez que ao produzi-lo, o sujeito o faz a partir de um lugar social, de uma perspectiva ideológica e, assim,

¹⁴ FLORÊNCIO. A. M, G.; MAGALHÃES. B.R.; CAVALCANTE. M, S.A.O.; SOBRINHO. H.F. **Análise do Discurso: Fundamentos & Práticas**. Maceió. Edufal, 2009.

veicula valores, crenças, visões de mundo que representam os lugares sociais que ocupa. (FLORÊNCIO, 2009, p. 24-26).

Por essa razão, os discursos políticos pronunciados pelas mulheres da nossa pesquisa não são propriedade particular delas mesmas, já que possuem um contexto social, histórico, enfim, uma ideologia, pois não existe sujeito sem ideologia (ORLANDI, 2007). Explicando de outra forma, “(...) a palavra é o fenômeno ideológico por excelência. (...) Ela é o modo mais puro e sensível de relação social”, como adverte Mikhail Bakhtin¹⁵ (2006, p. 36). Assim, além de considerar o discurso enquanto práxis social discursiva ou enquanto uma atividade humana sensível através das palavras, o discurso político configura-se como instrumento de transformação (ORLANDI, 2007).

Após levantar essas considerações sobre o(s) discurso(s), ou sobre a forma como estes se constituem na realidade, ou seja, como recortes da realidade, eis as categorias-chave de análise que nortearam nossa pesquisa: (a) Memória discursiva (interdiscurso), b) Formação Ideológica e c) Formação discursiva.

1.2. Memória discursiva ou interdiscurso

A construção da memória discursiva é o princípio norteador para a análise do discurso, já que a memória também integra o discurso. É na memória que se produzem as condições necessárias para o discurso, pois nela se encontra todo o contexto sócio-histórico e ideológico proveniente das relações dos sujeitos. É no acionamento desse processo que se revelam as condições de produção do discurso: a memória é vista como interdiscurso (FLORÊNCIO, 2009; ORLANDI, 2007).

O interdiscurso, na perspectiva de Eni P. Orlandi (2007, p. 31), “(...) é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-constituído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra.

É ainda ORLANDI (op. cit., p. 32) quem afirma,

¹⁵ BAKHTIN, Mikhail. **MARXISMO E FILOSOFIA DA LINGUAGEM**. Hucitec, 12. ed, 2006.

[...] O fato é que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua reação com os sujeitos e com a ideologia. A observação do interdiscurso nos permite remeter a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos. (ORLANDI, 2007, p. 32).

O ponto crucial é que o interdiscurso consiste naquilo que “já foi dito” em uma determinada condição de produção e que causou efeito no tempo-espço, em que seu aparecimento produz um sentido que em algum momento e lugar – o dizível já foi pronunciado, e sua materialização já existe de forma interdependente – foi pré-constituído. Esse “já-dito” e o que pode “ser-dito” estão em constante relação entre os sujeitos e a sua historicidade (produção social). Portanto, são constituídos pelo(s) discurso(s) e a fala. A consequência é que todo interdiscurso é interposto como uma relação já feita e já esquecida (silenciamento) que determina o que dizemos, para que uma palavra faça sentido ou para que tenha um sentido em sua própria existência.

É na memória discursiva ou no interdiscurso que os enunciados pré-constituídos são constituídos. Cada formação discursiva dos sujeitos cria sentidos e torna-se produtora de novos discursos, transformando-se na própria realidade em que é produzida (ORLANDI, 2007).

Dessa forma, “o dizer” no interdiscurso não é algo particular, pertencente a um único sujeito, já que este sempre estará intercalado com outras formações discursivas e com o complexo da Formação Ideológica, conforme veremos a seguir.

1.3 Formação Ideológica

Segundo Michel Pêcheux (1988), a ideologia não é fruto da criação da “imaginação humana” ou das “inovações nas mentalidades”, nem fruto de um “desarranjo dos hábitos do pensamento”, separado da história da luta de classes. Ao revés, ela é dependente das relações contraditórias de produção numa dada sociedade capitalista.

A ideologia é um elemento que surge “constituído de um processo histórico determinado, em última instância, pela própria produção econômica”. (Michel Pêcheux, 1988, p. 190). Assim, o caráter ideológico é constituído por sujeitos historicamente situados e em constantes mudanças ante o processo de produção/transformação dos meios de produção na sociedade capitalista. O sujeito, através desse processo, é produtor de efeitos de sentido (ideológico).

Orlandi (2007) e Florêncio (2009) comungam desse pensamento apresentado por Michel Pêcheux ao afirmarem que a ideologia não pode ser vista como um conjunto de reapresentações, ou como visão de mundo. Assim, não seria possível existir ideologia sem realidade, pois quando falamos de sujeitos estamos falando de sujeitos historicamente constituídos de determinados processos de contradições de classes. As autoras demonstram que esse é um ponto forte da AD: a ressignificação da noção da ideologia, pois quando se fala em “sujeitos”, fala-se em “discurso”, e não existe discurso sem sujeito, da mesma forma que não existe “ideologia” sem “sujeito”. Trata-se de um “sujeito ideológico” e de seu “contexto social”.

Portanto, a partir de Michel Pêcheux e Fuchs (1975), a Formação Ideológica é compreendida como “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’, nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX E FUCHS, 1975, p 163). Em outras palavras, são elementos que representam, através dos conflitos e das práticas sociais concretas, uma força ideológica que se contrapõe a outras forças dominantes, possibilitando aos sujeitos de uma determinada formação social o seu lugar discursivo. A partir deste lugar percebem-se as posições desses sujeitos e sua formação ideológica, determinando “o que pode” e “o que deve” dizer.

1.4 Formação Discursiva

Na concepção teórica de Pêcheux, a formação ideológica tem uma função determinante no desenvolvimento da “formação discursiva”, pois a ideologia promove o efeito do óbvio na realidade. Portanto, é esta que dará suporte à prática discursiva (ou seja, é aqui que ocorrerá a articulação entre língua e discurso), colocando demarcadores no *que é* e no *que deve ser*. A

formação ideológica fornecerá as evidências necessárias para o aparecimento de uma palavra ou de um enunciado, a partir daquilo que o autor chama de “*o caráter material do sentido*”.

Cabe aqui explicar que “*o caráter material do sentido*” cria um mascaramento imaginário no sujeito, diante da sua historicidade e de suas práticas sociais, projetando uma palavra ou um enunciado como “já-dito construído”, isto é, um sentido de forma natural, possibilitando o surgimento de outras formações discursivas no âmbito da formação ideológica.

Se a formação discursiva determina e produz *o que é, o que deve ser e o que dizer*, sua materialização é percebida “*sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa (...) palavras, expressões, proposições etc.*” (PÊCHEUX, 1988, p. 160-161). Mesmo diante dessa materialização, a noção do sentido não possui literalidade fixa ou permanente, porquanto este sentido “*é/será*” constituído em cada formação discursiva, pois “*cada formação discursiva muda de sentido ao passar de uma formação discursiva para outra*”, diz o autor.

Na formação discursiva, as palavras não contêm em si mesmas um sentido. As palavras mudam de acordo com os discursos de quem as emprega. Ora criam sentido, ora não, constituindo-se, portanto, para o reconhecimento do sujeito em si mesmo, entre outros sujeitos.

Um ponto que não pode passar despercebido na formação discursiva é o seu caráter plural e o não fechamento do seu domínio diante do espaço discursivo intercalado pelos sujeitos e suas visões de mundo ante a complexidade social (FLORENCIO, 2009).

1.5 O *corpus* do trabalho

O recorte para a análise fundamentou-se em três materialidades discursivas das presidentas Dilma Rousseff, Michelle Bachelet e Cristina Kirchner. Analiso o grau de relevância dos discursos e quais efeitos tais materialidades representaram para as mulheres. Inicio as análises a partir dos discursos da presidenta Dilma Rousseff, em seu primeiro mandato, tendo como ponto de partida o primeiro “**Pronunciamento Oficial da 1ª Presidenta Mulher do Brasil**” (2010), quando foi eleita Presidenta. Em seguida, verifico o discurso

da **“Presidenta Dilma na 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas”** (2011), considerado o momento histórico em que, pela primeira vez, uma mulher chefe de Estado iniciou um debate na Assembleia Geral das Nações Unidas. E por fim, o pronunciamento de Dilma Rousseff no **“Dia Internacional da Mulher”** (2012), cuja relevância deu-se pelo fato de ser mulher e líder de um país emergente, como o Brasil.

Em seguida serão examinados os discursos de posse da presidenta chilena Michele Bachelet (2006)¹⁶, intitulado **“Estoy Contigo”, “Presidenta Electa, Dra. Michelle Bachelet, Hotel Plaza San Francisco Kempinski, domingo, 15 de enero de 2006”**. Em seguida, o **“Discurso da Presidenta Michelle Bachelet no Palacio de la Moneda”**, que foi o primeiro discurso no país em que uma mulher latino-americana desempenhou o cargo de chefe de Estado. Bem como o **“Discurso Pronunciado por la Presidenta Bachelet en su cuarta Cuenta Pública sobre el estado político y administrativo de la Nación ante el Congreso Pleno”**, pronunciado em 2008.

Na última etapa dessa fase, serão estudados os discursos da Presidenta da Argentina Cristina Kirchner, proferido no dia da sua posse, intitulado **“Discurso de la Presidenta de la Nación, Cristina Fernández de Kirchner, en el Acto de Asunción del mando em el Congreso de la Nación ante la Asamblea Legislativa”**, bem como os discursos **“Palabras de La Presidenta de La Nación, Cristina Fernández Kirchner, en la apertura de la Asamblea General de las Naciones Unidas, en la Ciudad de Nueva York, 28 de septiembre de 2008 e Encuentro de mujeres militantes em Avellaneda”**¹⁷ – **Palabras de la Presidenta de la Nación, Dra. Cristina Fernández Kirchner, en El Encuentro de Mujeres Militantes de La Provincia de Buenos Aires.**

Quero enfatizar com essa discussão que a *“forma-sujeito do discurso”* das Presidentas Dilma, Michelle e Cristina não são discursividades isoladas, ou seja, os discursos dessas mulheres estão atrelados a “vozes” anteriores, constituídos nos “cenários discursivos” (neste caso, a temporalidade histórica do primeiro mandato), de modo que seus dizeres (falas) encontram-se

¹⁶ http://www.archivochile.com/Chile_actual/Elecciones_2006/Bachelet/06%20Discurso_en_la_Junta.pdf. Acessado em: setembro de 2016.

¹⁷ Disponível em < www.casarosada.gov.ar. Encuentro de mujeres militantes em Avellaneda. Acessado em: 21 de outubro de 2017.

vinculados e amparados pela memória (interdiscurso) e pela formação ideológico-política referente ao tema “mulher”. Dessa forma, trato seus discursos como práxis “histórico-discursiva”, buscando a posição delas como “sujeitos discursivos”. É nesse reconhecimento que situo as presidentas como sujeitos de seu tempo e de sua sociabilidade (FLORÊNCIO, 2009).

Freda Indursky (1992) salienta que em face dos inúmeros discursos apresentados na construção do “*corpus* da pesquisa” em AD, faz-se necessária a busca de uma delimitação por parte do analista entre o “*corpus* empírico”, o “*corpus* discursivo” e o “*corpus* discursivo de referência”. Seguindo essa reflexão por parte da autora, verificou-se que o nosso “*corpus* empírico” apresentou durante sua elaboração um problema que deveria ser solucionado para a execução da pesquisa, já que durante o primeiro mandato das presidentas, entre 2006 e 2014, conseguimos através dos *sites* oficiais um número excessivo de alocações presidenciais em diversos espaços oficiais e com diversas temáticas.

Para solucionar tal impasse se fez necessário conduzir uma delimitação do “*corpus* discursivo” como apresentado acima por Freda Indursky, na busca da constituição do “universo de *corpus* discursivo” da pesquisa, para delimitar a materialidade discursiva desejada, ou seja, para apontar os discursos que considere como úteis a fim de desvelar o objeto da pesquisa. Os temas foram descartados, ficando como “discursos de referência” para a análise os discursos políticos. Contudo, outro corte foi realizado, visando buscar os discursos políticos cujo contexto trazia referência às mulheres, produzidos pelas três presidentas dos partidos de esquerda e seu lugar social em similitude com seu lugar discursivo.

O meu campo *discursivo de referência* foi constituído através de sucessivas coletas do tema. No primeiro momento, teve como finalidade as sequências orais contidas nos vídeos, no entanto, optei por discursos obtidos no interior das plataformas oficiais. Após o levantamento dos discursos, fiz um recorte para a construção da análise.

Considereei o recorte de nove discursos oficiais tendo sua divisão em três materialidades discursivas das respectivas presidentas. O recorte discurso¹⁸ do trabalho é apresentado como forte elemento sintetizador dos dados obtidos para alcançar os objetivos do trabalho (ORLANDI, 1984, p. 14). Deste modo, reafirmo o recorte discurso como a diferenciação de segmentar uma frase ou um texto, de forma aleatória, para não ocasionar uma fragmentação de discurso truncado que impossibilitaria uma análise consistente. O recorte se baseou na temporalidade histórica das presidentas durante o primeiro mandato.

Durante todas as análises, utilizei no corpo do texto uma distinção nos discursos das presidentas para Presidenta Dilma Rousseff (designada como D1, D2, D3), nos discursos da Presidenta Michelle Bachelet (D4, D5 D6) e da Presidenta Cristina Kirchner (D7, D8 e D9). Antes da apreciação dos discursos, segue uma breve contextualização histórica que antecede o discurso pronunciado.

É importante ressaltar que a Análise de Discurso, como bem argumentou Orlandi, “(...) não visa à exaustividade ‘horizontal’, isto é, em extensão, nem completude, ou à exaustividade em relação ao objeto empírico, material” (ORLANDI et alii, 1989, p. 32 apud INDURSKY, FREDÁ, 1997, p. 47). Por isso o recorte apresentado acima, de forma arbitrária, realizado pelo analista da pesquisa. Reconhecendo que a extensão dos dados obtidos durante o levantamento necessitaria de mais tempo para a sua observação, devido a sua complexidade e à temporalidade (entre os anos de 2006 e 2014). Definitivamente, procurei apresentar através do nosso recorte uma amostra representativa do nosso objeto, através dos discursos D1 a D9, assim como na delimitação do *corpus* da pesquisa, a fim de apresentar considerações coerentes com o objetivo da pesquisa.

¹⁸ Orlandi, E. “Segmentar ou recortar?”. **Linguística**: questões e controvérsias. Série Estudos 10. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

1.6 O uso da *internet*: Um recurso técnico imprescindível para a pesquisa¹⁹

Com o advento da *internet*, a pesquisa qualitativa não escapou das transformações digitais ou tecnológicas na sociedade da informação. Os pesquisadores em suas investigações verificaram grandes inovações na busca de solucionar, descrever e quantificar seus objetos de pesquisas, de modo que várias técnicas de pesquisa foram inseridas para o levantamento de dados. Se, antes, as coletas de dados tinham como base a “observação”, os “questionários” e as “entrevistas” na produção do conhecimento, hoje novos recursos foram introduzidos para a fundamentação dos trabalhos investigativos.

A introdução desses recursos gerou mudanças na forma de extração da pesquisa, que, conforme salienta Tânia Steren dos Santos, exigiu do estudioso

(...) uma revisão das técnicas tradicionais de coleta de dados, incorporando os novos recursos disponíveis no espaço cibernético, especialmente aqueles que representam inovações no campo metodológico. Às técnicas de pesquisa tradicionais e à linguagem textual se incorporam novas formas de registro da expressão humana, provenientes de diversas fontes, especialmente das novas mídias digitais (vídeo, televisão, cinema e internet). Com efeito, na pesquisa social são incorporados novos recursos audiovisuais: material sonoro e fílmico, em diversos formatos, provenientes do mundo virtual ou de locadoras, videotecas, cinematecas, museus ou centros de documentação. (STEREN DOS SANTOS, 2009, p. 134).

A *internet* revelou-se ferramenta indispensável à construção dessa pesquisa, principalmente quando considerado o elemento “tempo-espço”. Esse instrumento facilitou o alcance de dados textuais para a obtenção de dados internacionais (tais como na Argentina e no Chile). O uso dos meios tradicionais de pesquisa inviabilizaria a consecução deste trabalho, especialmente nos aspectos financeiro e temporal.

O *corpus* da pesquisa foi construído na internet por meio das análises de páginas da *web* dos respectivos países. As plataformas eletrônicas visitadas, referentes ao Brasil, foram os sites <<http://www.brasil.gov.br/>>,

¹⁹ Vale destacar que se pensou em uma “pesquisa de campo” para o levantamento dos dados no Chile e Argentina; por questões estruturais que ocorreram no Brasil nos últimos anos e que dificultaram a obtenção de recursos financeiros, não foi possível estar *in loco* nesses países para o levantamento de dados mais profundos para a pesquisa.

<<http://dilma.com.br/>> e <<http://www2.planalto.gov.br/>>. As referentes ao Chile acham-se no *site* <<http://www.gob.cl/>>. Por sua vez, as informações sobre a Argentina encontram-se presentes nos sítios eletrônicos <<http://www.casarosada.gob.ar/>> e <<http://www.argentina.gob.ar/>>. As investigações em busca dessas narrativas foram pautadas pelos discursos disponibilizados nos mencionados *sites*.

1.7 O sujeito na concepção da AD na perspectiva de Michel Pêcheux

No caso particular desta pesquisa, pretendo demonstrar através de alguns recortes discursivos das Presidentas a noção de “Sujeito do discurso”²⁰, proposta pela AD com base em Michel Pêcheux (1988). E não a de um sujeito como *sinônimo* de indivíduo concreto e consciente (isto é, sem inconsciente, sem ideologia), ou seja, um sujeito empírico, independente, dono de suas vontades em face de seu discurso individual governado por sua razão²¹.

Para cumprir tal finalidade, mostrarei em AD como essa noção de Sujeito discursivo, no ato do seu pronunciamento, constitui expressão individual ante a conquista da mulher no campo político e se distancia da noção de sujeito concreto consciente de suas intenções, uma vez que não existe na perspectiva da AD esse sujeito individual concreto, dono do seu dizer; o que há é um sujeito discursivo permeado pela ideologia, que se manifesta por meio de um sujeito, um Sujeito ideológico.

Contudo, apresenta-se como um sujeito ora assujeitado (isto é, não é livre e que não está na origem do discurso), ora visto nas representações de vários papéis por ele desempenhados, fruto também de sua heterogeneidade; clivado (ou seja, não é uno), dividido entre o seu consciente e o seu inconsciente, mediado por sua história e pela determinação da posição do lugar que ocupa. Como adverte Sirio Possetti (2007), “os sujeitos cumprem funções não por decisão (...), mas por injunções de classe ou grupo e de ideologia e

²⁰ O Sujeito do discurso que ora apresentamos é aquele que sofre determinações históricas e ideológicas do lugar social que ocupa.

²¹ Para maior aprofundamento, ver SPINK, MJP. Pessoa, indivíduo e sujeito: notas sobre efeitos discursivos de opções conceituais. In: SPINK, MJP., FIGUEIREDO, P., and BRASILINO, J., orgs. **Psicologia social e personalidade** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; ABRAPSO, 2011, p. 1-22. ISBN: 978-85-7982-057-1. Available from SciELO Books. Acessado no dia 25 de junho de 2017.

proferem os enunciados que podem e devem dizer”²² (POSSETTI, 2009, p. 386).

Ao dissertar sobre essa questão, o objetivo é possibilitar uma reflexão teórica capaz de esclarecer o desvelar da pesquisa, diante dos discursos das presidentas. É a partir dessas questões introdutórias que busco descrever a noção de Sujeito discursivo, com base nos próprios dizeres das presidentas, mostrando que estes não são provenientes do sujeito empírico, isto é, das presidentas Dilma, Michelle ou Cristina, pelo contrário, são dizeres de sujeitos discursivos que sofrem coerção das condições de produção e só podem dizer seus discursos a partir da posição que ocupam enquanto sujeitos (ORLANDI, 2007).

Assim, inicio apresentando os seguintes discursos das presidentas, para explicar os desdobramentos conceituais de indivíduos concretos para o Sujeito discursivo:

Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher. Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei o significado histórico desta decisão (...). Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas; e para que – no dia de hoje – todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher. (Presidenta Dilma Rousseff, 2011). D1

Quién lo hubiera pensado, amigas y amigos.... Qué quién lo hubiera pensado. ¿Quién hubiera pensado, hace veinte, diez o cinco años, que Chile elegiría como Presidenta a una mujer....? Parecía difícil. Pero fue posible. Es posible. Porque los ciudadanos lo quisieron. Porque la democracia lo permitió. ¡¡Gracias, amigas y amigos!! ¡¡Gracias, Chile!! Gracias por el voto de millones de ustedes. Gracias por la confianza que han depositado en mí. Gracias por invitarme a recorrer con ustedes el camino de la libertad, de la igualdad, de la prosperidad. Este no es el triunfo de una sola persona, ni de un partido, ni de una coalición. Es el triunfo de todos nosotros. Es el triunfo de Chile. Ganó Chile otra vez. Como cada vez. Como la próxima. (Presidenta Michelle Bachelet, 2006). D2

Señores jefes y jefas de Estado, jefes y jefas de Delegación; señor presidenta de esta Asamblea: **en mi carácter de primera mandataria mujer electa en la historia de mi país, me dirijo a esta Honorable** Asamblea abordando como primer tema de mi intervención la cuestión de los derechos humanos. Saben ustedes que para mi país la política de respeto irrestricto

²² Ver POSSETTI, Sirio. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

y vigencia de los derechos humanos es una de las políticas de Estado. (Presidenta Cristina Kirchner, 2008). D3

Nos discursos de Dilma Rousseff (D1), Michelle Bachelet (D2) e Cristina Kirchner (D3), pode-se notar que elas explicitam sua autonomia e individualidade no tocante ao que dizem. Porque ao se pronunciarem como sujeito empírico habilitado em seu lugar social, fazem menção a sua historicidade e à importância da vitória de uma mulher para o cargo da Presidência da República em seus respectivos países.

Ao tomar a noção de Sujeito discursivo proposta pela Análise do Discurso, não se pode levar em consideração esses discursos pronunciados por elas, enquanto “indivíduos concretos”, ou seja, como autoras de seus próprios discursos, que à primeira vista nos remetem à “ilusão no sentido literal” de que são detentoras de seus dizeres, donas da autoridade sobre seu próprio discurso e autoras deste efeito discursivo por apresentarem questões da liberdade individual ou de consciência individual nesses pronunciamentos.

Vale ressaltar que em AD, demonstrar essa diferenciação é de fundamental importância, pois é um dos grandes conceitos utilizados pela linha francesa na Análise de Discurso e em sua abordagem teórico-conceitual sobre a diferenciação entre indivíduo e Sujeito do discurso. Na AD, como foi abordado acima, o conceito de sujeito não coincide com o conceito de indivíduo, isto é, um indivíduo concreto, dono de sua autonomia discursiva e dono de sua própria razão. Nas palavras de Possenti (2009), “para a AD, não há falante, locutor, muito menos emissor. Há sujeito (alternativamente, enunciador)” (POSSENTI, 2009, p. 386).

Para a AD esse sujeito consciente não existe, enquanto produção individual, com ações e intenções livremente processadas por *si mesmo*; ao contrário, sua formação se processa entre a divisão do consciente e do inconsciente, ambos construídos através das práticas sociais, onde sofre por parte das condições de produção de forma coercitiva. Deste modo, dá-se o seu lugar no tempo e no espaço numa determinada historicidade. Isso se distancia do modelo estruturante linguístico que advogava que o discurso teria como base a simples transmissão de mensagem ou de informação, num processo proveniente de um esquema de comunicação que incluía o emissor (falante), o código (língua) e o receptor (ouvinte), para a compreensão da realidade, isto é,

do seu referente, nas palavras de Ramon Jakobson (2010), expoente da abordagem linguística estrutural do século XX.

De acordo com Michel Pêcheux (1988), o sujeito será evocado para a sua existência e se distanciará do sujeito individual pela interpelação da ideologia.

Isso cortaria pela raiz qualquer tentativa que consistisse em inverter, pura e simplesmente, a metáfora que liga o sujeito e as diversas “pessoas morais”, as quais, à primeira vista, parecem ser sujeitos constituídos a partir de uma coletividade de sujeitos, e dos quais se diria, invertendo a relação, que essa coletividade, como entidade preexistente, impõe sua marca ideológica a cada sujeito sob a forma de uma “socialização” do indivíduo nas “relações sociais” concebidas como relações intersubjetivas. Na verdade, o que a tese “a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” designa é exatamente que “o não-sujeito” é interpelado-construído em sujeito pela Ideologia. Ora, o paradoxo é, precisamente, que a interpretação tem, por assim dizer, um efeito retroativo que faz com que todo o indivíduo seja “sempre-já-sujeito” (...) Primeiramente, trata-se da *evidência do sujeito* como único, insubstituível e idêntico a si mesmo: a resposta, absurda e natural; “sou eu!” à questão “quem é” faz eco (...) – a saber, que é “evidente” que eu sou a única pessoa que poderia dizer “eu” ao falar de mim mesmo – dizíamos também que essa evidência oculta alguma coisa (...) a propósito da noção de pré-construído. (...) **Podemos, de agora em diante, tendo em conta o que acabamos de expor, considerar que o efeito pré-construído como a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado sem sujeito (...) ao mesmo tempo que é “sempre-já-sujeito”.** (PÊCHEUX, 1988, p. 155). Grifo e negrito do autor.

Para Pêcheux, o que ocorre nesse processo é que os sujeitos têm a ilusão de que o seu discurso é fonte de sua autoria e dos seus pensamentos e dizeres, sugerindo a ideia de autonomia de suas ações e dos seus sentidos. O que se processa na verdade é um “ocultamento”, ou melhor dizendo, uma função indispensável da relação entre a linguagem e o mundo na construção dos discursos diante do que o autor define como um “pré-construído” gerador da posição do sujeito. Já que o sujeito, para Pêcheux, sempre será interpelado pela ideologia, ou seja, o sujeito sempre-já-sujeito, ocorrerá um processo de significativo na sua interpelação-identificação para sua existência ou na evidência de que “eu sou realmente eu”, enquanto produção de sujeito na perspectiva do autor.

Continuando na mesma perspectiva, Pêcheux argumentará:

(...) Retomando os termos que introduzimos e aplicando-os aos pontos específicos da materialidade, do discurso e do sentido, diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (sujeitos em seus discursos) pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhe são correspondentes. (PÊCHEUX, 1988, p. 161).

Desse modo, para a AD as presidentas são apenas porta-vozes da formação ideológica nas quais estão inseridas, e interpeladas numa determinada formação discursiva, neste caso, geradora de uma formação ideológica específica, que aqui se expressa numa posição ideológica de esquerda por parte das presidentas, uma vez que Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT), Michelle Bachelet (Partido Socialista do Chile – PSC) e Cristina Kirchner (Partido Justicialista – PJ) possuem engajamento político e ideológico em movimentos sociais de esquerda, na luta contra a opressão das minorias sociais, que veio se fortalecendo durante todo o processo político iniciado após o golpe do Estado em seus respectivos países no século XX.

Portanto, em AD, como se pode perceber, esses sujeitos que se expressam não são possuidores da liberdade e da autonomia dos seus dizeres (seus discursos), no tocante a escolher o que dizer. Seus discursos são produzidos pela coerção das condições de produção, e na posição que ocupam, enquanto sujeitos num determinado lugar social. Este, por sua vez, é percebido no que em AD se define como formação discursiva, na qual está inserido o sujeito do discurso, que será influenciado por distinções históricas, sociais e principalmente pelas questões ideológicas. Estas nortearão o sujeito discursivo no que “pode” e “deve” dizer, como expressão de que ele é produtor de sentido; neste caso, constrói uma ilusão como detentor de um determinado sentido por autoria do sujeito.

Para Orlandi (2007), o sujeito proposto é fruto da linguagem e do processo histórico no qual está inserido, e sua construção em relação ao sentido se passa a partir de sua interação com Outro sujeito. Portanto, pode-se compreender que se sua formação parte de sua relação com o Outro nesse processo de produção de sentido, é presumível, então, que o sujeito possui

característica de incompletude diante do Outro, tal como na condição da linguagem.

Assim, o sentido é apresentado não como origem em si mesmo, mas constituído por falas de outros sujeitos em constantes interações. Deste modo, o próprio sujeito é resultado de outras vozes, e essas vozes são carregadas de uma relação nos construtos social e ideológico, evidenciando o surgimento de um sujeito de caráter heterogêneo, dividido e clivado no interdiscurso.

Do ponto de vista da autora:

Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento, pois a falta é também o lugar do possível (...). Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impedido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas (...). A linguagem não é transparente, os sentidos não são conteúdos. (ORLANDI, 2007, p. 52 -53).

Para a autora o Sujeito, ao apresentar a incompletude, gerará uma ilusão de que é dono de seu dizer, como fonte produtora do seu agir e dos sentidos, e passa a ser constituído pelo *esquecimento* daquilo que o determina, pela falta ou ausência, já que o sujeito não pertence a si mesmo. Em termos teóricos, isso significa afirmar que os dizeres produzidos pelo sujeito sempre sofreram condições determinadas pelo confronto entre a língua e o mundo.

Em outras palavras, diz Orlandi (2007):

Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer aos efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos. (ORLANDI, 2007, p. 50).

Outro ponto importante sobre a noção de sujeito consiste no que Michel Pêcheux (1975) define como forma-sujeito²³ do discurso, em sua obra “Semântica e Discurso”; no capítulo intitulado Discursos e Ideologias, no item 3, o autor, ao usar a expressão forma-sujeito, proposta por Althusser, define que a forma-sujeito se processa na questão de que “(...) Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da forma de sujeito. A ‘forma-sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, a gente das práticas sociais” (PÊCHEUX, 1988, p. 183).

Para Michel Pêcheux, em termos teóricos, isso significa que

Somos, assim, levados a examinar as propriedades discursivas da forma-sujeito, do “Ego-Imaginário”, como “sujeito do discurso”. Já observamos que o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito), essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que *constituem*, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito. (PÊCHEUX, 1988, p. 163).

Assim, a Forma-sujeito institui um sujeito do discurso, ou um sujeito do saber da Formação Discursiva. Ele passa a ter um processo de identificação com o seu fazer discursivo, colocando-se como um sujeito do discurso interpelado pela ideologia e constituído sujeito na sua forma-sujeito, que se reescreve no já dito (interdiscurso). Vale frisar que ao designar-se como sujeito de identificação ou de tomada de posição, o sujeito não deve ser visto como um sujeito-falante dono de sua agir discursivo. Pelo contrário, ao se inserir na forma-sujeito, sua identificação com o mundo é processada pela via da exterioridade, da coação da ideologia.

Na perspectiva pecheutiana da AD, o sujeito é afetado por dois tipos de esquecimentos inerentes ao discurso, definidos como (1) “sistema inconsciente” (1) e (2) “sistema pré-consciente-consciente”. Deste modo,

²³ A expressão forma-sujeito, conforme Pêcheux (1975) utiliza, foi proposta por Althusser no texto “Resposta a John Lewis”, *op. cit.*, p. 67. Pêcheux, Michel. **Semântica e Discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas. Editora da Unicamp, 1988, p. 183.

segundo Michel Pêcheux, deve-se observar “que o sujeito se constitui pelo ‘esquecimento’ daquilo que o determina” (PÊCHEUX, 1988, p. 163). A determinação proposta é percebida não por algo que o sujeito esqueceu como acúmulo de informação de sua vivência, mas pelo acobertamento que envolve o sujeito na sua formação. Assim,

(...) o “esquecimento” nº 1 dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, “esquecimento” nº 1 remete a uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que (...) esse exterior determina a formação discursiva em questão. Essa interpretação da primeira tópica possuía a vantagem de explicar o fato de que não há fronteira ou solução de continuidade “no interior” de uma formação discursiva, de modo que o acesso ao “não-dito” como “dito de outro modo” (aceito ou rejeitado) permanece constitutivamente aberto. Por outro lado, essa interpretação nos permitia dar conta da impressão de realidade de seu pensamento para o sujeito-falante (“eu sei o que estou dizendo”, “eu sei do que estou falando”), impressão deflagrada pela abertura constitutiva da qual esse sujeito se utiliza constantemente através do retorno sobre si do fio de seu discurso, da antecipação de seu efeito e da consideração da discrepância introduzida nesse discurso pelo discurso de um outro (como próprio outro) para explicitar e se explicitar a si mesmo o que ele diz e “aprofundar o que ele pensa”.

(...) Concordamos em chamar “esquecimento” nº 2 ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou seqüências, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada. (...) Compreende-se, pois, que aquilo que continuaremos chamando o esquecimento nº 2 cobre exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na formação discursiva que o domina, e que é aí, precisamente, que se apoia sua “liberdade” de sujeito-falante. (PÊCHEUX, 1988, p. 172 e 175).

Ao analisar o “esquecimento” nº 1 na ótica pecheutiana, o sujeito é descrito como centro de tudo ao seu redor e principalmente no seu dizer (enquanto sujeito-falante), dando a impressão de que sua relação com a percepção da realidade passa por sua interferência discursiva. No entanto, Michel Pêcheux mostra que esse esquecimento se processa de forma inconsciente e perpassado pelo cunho ideológico. O que na verdade ocorre é

que no esquecimento nº 1, o sujeito “(...) explicita a si mesmo o que ele diz e aprofunda o que ele pensa”; entretanto, ao fazer isso, faz o processo de rejeição e de apagamento de forma inconsciente, dando então, para si, o ato ilusório de ser ele próprio o ser criativo do seu discurso como ato individual. Ao mesmo tempo, “esse sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (idem, p. 172).

No esquecimento nº 2, o sujeito-falante terá a impressão de que suas palavras, expressões ou preposições se expressam em volta de um único significado; este, por sua vez, terá através do sujeito-falante uma literalidade de sentidos, pois durante todo o seu ato de comunicação com outros interlocutores o sujeito-falante criará a ilusão de seus interlocutores, entenderá as suas intenções e mensagens, pois acredita que as coisas enunciadas por ele possuem significados próprios. Contudo, ocorre o inverso, de acordo com Michel Pêcheux (1988): os significados não são colocados nas coisas, isto é, uma palavra ou expressão não tem em si um sentido que lhe seja próprio, sem vínculos com uma literalidade; os significados mudam de sentido, já que “são sustentados pelo lugar ou pelas posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PECHEUX, 1988, p. 161). Para a AD, o sujeito em um discurso pode assumir diversas posições; essas posições são consideradas por Pêcheux como Posições-Sujeito.

Para Luciana Leão Brasil, a Posição-Sujeito²⁴

(...) configura-se como um objeto imaginário que ocupa seu espaço no processo discursivo. Desta forma o sujeito não é um, mas comporta distintas posições-sujeito, variantes conforme as formações discursivas e ideológicas em que o sujeito se inscreve, ou seja, faz parte do descentramento do sujeito falar-se em posições-sujeito. O sujeito se constitui em posições-sujeito. (BRASIL, 2011, p. 174).

Enfim, a autora expõe que o sujeito na posição-sujeito apresentará um aspecto de descentramento entre as diversas posições-sujeito, que será percebida dentro de uma Formação discursiva heterogênea, na identificação do sujeito da enunciação com o sujeito do saber.

²⁴ BRASIL, Luciana Leão. **Linguagem – Estudos e Pesquisas**. Vol. 15, n. 1, p. 171-182, jan./jun. 2011. UFG/Campus Catalão.

CAPÍTULO II – A MULHER E A POLÍTICA

2.1 O Feminismo e a sua representação política

Este capítulo parte do pressuposto de que o feminismo é a ação política das mulheres – este é um ato político por excelência²⁵ – e de que as mulheres, ao transgredirem a ordem patriarcal em busca dos seus direitos e da superação das desigualdades de gênero, ao longo do tempo, transformaram a si mesmas e ao mundo social. Essas mudanças, fruto das lutas do feminismo (ou, melhor dizendo, “dos feminismos²⁶”) contra os limites sociais impostos pelo machismo e pelo patriarcalismo presentes em diversas sociedades, eclodiram com a participação das mulheres em diversas arenas da sociedade através da história. Nos últimos anos, a participação das mulheres em instituições políticas decisórias vem se tornando pauta na agenda nacional e internacional²⁷.

Compreender esse pressuposto é necessário porque permite explorar e reinterpretar a luta feminista na defesa das lutas das mulheres (contra os padrões de opressão impostos pela dominação masculina) em busca de uma sociedade mais justa, que garanta uma convivência mais equitativa entre homens e mulheres no mundo social, bem como nas diversas esferas das estruturas culturais, econômicas, sociais ou políticas. É possível perceber que as posições entre homens e mulheres nos espaços decisórios (campo político) são bastante diferenciadas, dificultando o empoderamento das mulheres nas instituições representativas.

O objetivo aqui é apresentar a participação das mulheres no universo da política, abordando a sua ausência ou, pelo menos, a sua escassa representação neste universo. Como se comprova em nossa literatura convencional, as mulheres sempre estiveram ausentes dos fóruns

²⁵ A afirmação inserida no texto não pretende restringir a ação do feminismo à instância do Estado ou de suas instituições, mas ressaltar que a força deste movimento reconfigurou e possibilitou novos significados para a esfera política. (PRÁ, 2011, p. 104).

²⁶ Emprego essa expressão no plural tendo em vista a existência de correntes doutrinárias divergentes quanto a esse ponto. Há correntes teóricas e políticas da estrutura heteropatriarcal, liberal, radical, marxista, sindicalista, lésbica etc. Contudo, não existe uma corrente feminista.

²⁷ Exemplo dessa iniciativa é a presença da “ONU Mulher”, que visa ao fortalecimento da igualdade de gênero desde a sua fundação. Em 2010 teve como secretária a atual presidenta do Chile, Michelle Bachelet.

convencionais de poder (decisões políticas). Esses fóruns, desde o surgimento da civilização humana, foram preenchidos pela atuação da dominação masculina.

Durante séculos, a participação das mulheres na vida social era simplesmente relegada ao ambiente da esfera privada. Na Grécia, no século V a.C., as mulheres constituíam personagem secundário, eram tidas como desprovidas de inteligência (tais como crianças e escravos) ou, como afirmava o filósofo Aristóteles, a mulher era um “animal incompleto” que precisava do homem para a sua completude. Para este filósofo somente o homem era possuidor de igualdade e liberdade, sendo considerado um animal político, possuidor da vida social na *polis* ateniense (ARISTÓTELES, 2000).

Esse *cogito*, de certo modo, tornou-se uma forma de pensar hegemônica na sociedade ocidental. Entretanto, até na *polis* grega houve mulheres que pensavam além do seu tempo e questionaram essa visão da dominação masculina tão arraigada na vida social. Figuras como a poetisa Safo de Lesbos²⁸ e a filósofa neoplatônica Hipátia²⁹ de Alexandria propuseram a participação dos homens e mulheres nos espaços de circulação intelectual na vida da *polis* greco-romana.

Nos antigos discursos de cunho religioso e moralista da Idade Média, era recorrente o reforço a uma tradição misógina que reforçava a inferioridade da mulher. Contudo, mesmo diante dessa visão misógina construída pelos intelectuais cristãos, insurgiram-se posicionamentos contrários, no sentido da defesa da autocrítica da submissão e da fragilidade feminina na esfera pública.

Cristina de Pizan (1364-1430), em sua obra intitulada “La cidade de las damas”, tornou-se um ícone na defesa de um pensamento feminista. Essa obra, escrita em 1405, teve como foco demonstrar o abuso tradicional sofrido pelas mulheres do século XV, ressaltando que as diferenças físicas entre os homens

²⁸ Segundo RANGEL, Olívia & SORRENTINO, Sara (1994). Os poemas de Safo é considerado o primeiro registro da Antiguidade a fazer a denúncia da opressão feminina; data de 624 a.C. Representa um grito de independência para as mulheres da ilha de Lesbos. Não se pode esquecer que a poetisa criou o primeiro centro intelectual para as mulheres de que se tem notícia.

²⁹ Para José Eustáquio Diniz Alves (2015), a participação de Hipátia (350-415), em Alexandria, no mundo da literatura, na ciência e na assembleia dos homens simbolizará o questionamento da cultura do silêncio imposta às mulheres. Sua forma de pensar superará muitos filósofos, lutando contra a ignorância e a intolerância. Por sua dedicação à ciência, opunha-se ao “mito da maternidade”, tão naturalizado em seu tempo.

e as mulheres perdem a sua importância diante das igualdades das almas, criadas por Deus, pois ambos são possuidores dos mesmos dons físicos e intelectuais.

Outro importante marco histórico que também desvela a luta pela efetivação dos direitos femininos e o questionamento da exclusão das mulheres da vida pública pode ser visto na França do século XVIII, com a Revolução Francesa – momento de intensa agitação social e política. Nesse período revolucionário foi criado o “tratado dos direitos dos homens e do cidadão” (1789), documento este que, todavia, excluía o segmento feminino da participação social.

O feminismo, como movimento político e intelectual, era visto como símbolo de “hostilidade” e “diferença” pela maioria esmagadora dos revolucionários, sobretudo diante das reivindicações dos seus “direitos políticos de mulher e de cidadã (1791)”. A representação feminina no parlamento não foi reconhecida, pois os ideais de “igualdade” e “liberdade” propostos pelos contratualistas não incluíam as mulheres, então destinadas ao enclausuramento na esfera doméstica (MIGUEL, 2014; PRÁ, 2011).

Dessa maneira, “o Estado de Direito e o contrato social que subsidiou legalmente sua formatação (século XVIII), delegaram ao homem o poder político” (PRÁ, 2011, p. 106). Contrariando essa posição, emergiram mulheres na busca por seus direitos políticos e sociais, na figura de Claire Lacombe (1765-1892) e Pauline Léon (1768-1838), pertencentes à “Liga da Sociedade das Republicanas Revolucionárias”, e da feminista revolucionária Olympe de Gouges (1748-1793), autora da obra “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, publicada em 1791, cujo entusiasmo pela Revolução Francesa cessou quando descobriu que os direitos das mulheres não foram levados em consideração quando da consecução do “princípio da igualdade”. Olympe de Gouges foi decapitada ao questionar a injustiça da autoridade masculina sobre a mulher naquele período revolucionário. De acordo com Luiz Filipe Miguel (2014), o documento escrito por Gouges se transformou num importante legado para o feminismo.

A “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, de Gouges, é a transcrição da “Declaração dos direitos do homem e do

cidadão” para o feminino com alguns acréscimos significativos. Assim, o artigo X, que estabelece a liberdade de opinião, é redigido por Gouges como uma garantia de que, já que pode subir ao cadafalso a mulher pode subir à tribuna. O artigo XI, sobre a liberdade de expressão, ganha a especificação de que toda mulher pode indicar o nome do pai de seus filhos, mesmo que, para tal, afronte os preconceitos. E, em particular, ela incluiu uma peroração final, conclamando as mulheres a romper com as ideias da época e a exigir seus direitos. (MIGUEL, 2014, p. 20).

O autor também destaca que o esforço de Olympe de Gouges em sua obra não se constituiu em um texto sistemático das raízes da opressão sofridas pelas mulheres. A obra que ganhou esse destaque foi o livro “*Vindication of the rights of woman*” (1792), da inglesa Mary Wollstonecraft. Esse tratado feminista é visto como instrumento em busca da defesa dos direitos da mulher, problematizando questões políticas e morais em torno dos encantos e da fraqueza da mulher (mente e corpo).

Para Wollstonecraft (1792), despontar na luta em busca da conscientização das mulheres sobre o seu papel na sociedade governada pelos homens era de suma importância. A reivindicação arguida pela autora teve como fruto a edição da “*Déclaration des Droits de l’Homme et du Citoyen*”, carta de direitos surgida na França em 1789. Tal documento trazia em seu bojo a definição dos direitos individuais e coletivos dos homens, contemplando o sentido de “seres humanos” no campo universal do direito.

Nesse contexto, situando a nova ordem jurídica que se efetivava naquele momento, Mary Wollstonecraft trouxe ao cenário francês um repensar sobre a natureza humana das mulheres e sua importância como sujeito ativo na construção da sociedade. Segundo a autora, as mulheres deveriam ser tratadas como seres dotados de racionalidade e, por esse motivo, não deveriam ser tidas como uma natureza inferiorizada, tal como pretendia a visão tradicional imposta pelos homens daquela cultura histórica.

Naquele período, a ausência de assistência educacional contribuiu de forma contundente para a rubrica das mulheres como seres inferiores aos homens. É assim que essa autora faz da questão dos direitos uma bandeira de luta pelas mulheres, principalmente diante do papel da educação, do voto e da igualdade no casamento. As ideias de Mary Wollstonecraft ligadas à justiça social, igualdade, liberdade política e econômica foram consideradas de grande

importância também pelo filósofo e utilitarista inglês John Stuart Mill. Esse grande pensador, defensor da doutrina liberal dos séculos XVIII e XIX, contribuiu para o fortalecimento do chamado “feminismo liberal” na defesa dos direitos das mulheres na Inglaterra.

Em sua obra *“The Subjection of Women”* (1869), o autor defende a existência da subordinação social da mulher ao longo da história e afirma que a felicidade da humanidade estaria completa com a garantia da emancipação social das mulheres. Como um dos grandes precursores do liberalismo político, Stuart Mill defendia que a lei deveria tratar todos da mesma forma (homens e mulheres de forma igual), e não legitimar a supremacia do senhor (homem) e do escravo (mulher). A ideia universal que reforçava a inferioridade das mulheres perante os homens serviu de lastro para a setorização da mulher na esfera do lar e seu distanciamento na participação pública e política.

Uma contribuição significativa sobre a questão da mulher no século XX aparece com a influência do “existencialismo”, com Simone de Beauvoir, na França, no livro intitulado *“O Segundo Sexo”*, publicado em 1949. Beauvoir, em sua obra clássica, mostra a condição social da mulher, sua opressão e subordinação em uma sociedade dominada pelos homens. Um dos pontos marcantes de sua obra pôde ser percebido no debate filosófico que a autora promoveu sobre o produto intermediário na constituição do “Outro”. Quando Beauvoir destaca o “Outro”, deseja exprimir que a mulher sempre foi definida pelo imaginário masculino, isto é, sempre sua existência passa pela *“conscience des hommes”*. Segundo a autora, a definição de “mulher” somente faz sentido se a mulher passar pelo “culto da feminilidade³⁰” (BEAUVOIR, 1970, p. 80).

A visão filosófica de Simone de Beauvoir gerou grandes perspectivas no mundo ocidental, fazendo surgir novos rumos para a questão das lutas das mulheres e levando ao surgimento de várias demandas sociais e políticas a partir da década de 1960, na luta pela libertação das mulheres e do seu espaço no mundo do trabalho, principalmente no questionamento das “fronteiras

³⁰ O culto da feminilidade para Simone de Beauvoir se apresenta como um arquétipo que perpetua uma construção social sobre a essência e as regras comportamentais atribuídas às mulheres pela sociedade: “(...) sejam mulheres, permaneçam mulheres, tornem-se mulheres”. (...) “Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade” (BEAUVOIR, 1970, p. 7).

políticas”, tornando-se posteriormente motor do *slogan* clássico feminista “o pessoal é político”, já que em muitos casos as relações de poder estão conectadas à vida pessoal (CONNELL, 2009).

A influência desta corrente de pensamento foi decisiva para a gênese dos movimentos de mulheres nos anos 70 e 80 em todo o mundo. A autora preconizava que a opressão das mulheres era a causa de toda desigualdade social. Simone de Beauvoir é considerada o ícone do feminismo contemporâneo. No campo da teoria política, Beauvoir não avançou muito com seus estudos, pois a política era compreendida por ela como uma esfera “superestrutural” (MIGUEL, 2014).

Nos anos 60, nos Estados Unidos, o movimento feminista guiado pelas influências de Simone de Beauvoir e do *slogan* “o pessoal é político” ganhou notoriedade com a escritora Betty Friedan, em sua obra intitulada “A mística feminina”, publicada em 1963. Este livro foi um dos grandes pilares para o despertar das mulheres norte-americanas de classe média. Friedan denunciou a existência da crise de identidade feminina que permeava as mulheres na sociedade norte-americana ao desempenharem os seus papéis como perfeitas donas de casa, mães e esposas. Ao exercerem tais papéis, as mulheres estadunidenses despertaram forte grau de inconformismo, situação essa que criou “uma anomia, falta de identidade, ou um mal sem nome” (FRIEDAN, 1971, p. 157).

Em seu livro a autora também destaca que a sociedade norte-americana utilizou-se de todos os meios através da psicologia, psicanálise, médicos, conselheiros e meios de comunicação (anúncios de televisão, revistas etc.) para introjetar nas mentes das mulheres que sua plena felicidade não estava fora do matrimônio e da maternidade, e que somente haveria uma vida tranquila e segura fora da vida social e política. Essa ideia pode ser percebida na teoria defendida por Adlai Stevenson, do Partido Democrata dos Estados Unidos, em seu discurso no “*Smith College*” em 1955:

(...) A participação política da mulher deve ser feita através de seu papel de esposa e mãe. (...). A mulher, principalmente a mulher culta, tem uma oportunidade ímpar de nos influenciar, ao homem e ao marido. Seu único problema é não perceber que seu verdadeiro papel na crise política é permanecer como esposa e mãe. (...) A tarefa política da mulher é criar no seu lar

um ideal de vida e liberdade... ajudar o marido na busca dos valores que darão finalidade ao seu trabalho especializado, indicar aos filhos a importância de cada ser humano. (FRIEDAN, 1971, p. 59).

Entretanto, é possível perceber que esse discurso ainda está presente no século XXI. Assim, mesmo alcançando certo avanço nas instituições políticas, as mulheres terão um longo caminho pela frente, principalmente nas lutas contra o sexismo. Por mais que o cenário político apresente aspectos de mudança, alguns desafios sempre estarão presentes, tais como a negociação do espaço doméstico, a dupla jornada de trabalho, as habilidades de se falar em público, as redes de apoio, a baixa autoestima, a captação de recursos, a participação midiática e a mudança cultural na política para a eficácia do empoderamento político das mulheres (SOUZA, 2012).

Existe uma árdua tarefa para atravessar as fronteiras impostas pelo poder masculino hegemônico, em busca de novas conquistas nos espaços políticos para as mulheres. Porém os primeiros passos já foram dados na busca da conquista da igualdade e equidade entre homens e mulheres em nossa sociedade. Cabe prolongar essa jornada, seguindo o legado deixado pelo feminismo, como bem apontou Betty Friedan:

(...) foi a busca de uma nova identidade que lançou a mulher, há um século, nessa impetuosa, criticada e mal interpretada viagem para fora do lar. Tornou-se moda nos últimos anos rir do feminismo, considerando-o uma das piadas da história, e caçoar daquelas mulheres ridículas que lutavam pelos direitos de seu sexo a uma educação superior, ao voto e à vida profissional. Eram vítimas neuróticas da inveja do pênis, querendo ser iguais ao homem, é o que agora se diz. Na luta pelo direito de participar de tarefas importantes e tomar decisões na sociedade ao mesmo nível que seu companheiro, elas negavam a própria natureza feminina, que só encontra a sua realização através da passividade sexual, da aceitação do domínio masculino e da maternidade. Mas, se não estou enganada, é esta primeira jornada que contém a pista de muita coisa que vem acontecendo à mulher desde então. É uma estranha cegueira (...) contemporânea não reconhecer a realidade do entusiasmo que levava aquelas mulheres a deixarem o lar, em busca de uma nova identidade, ou, caso permanecessem, ansiarem amargamente por algo mais. Seu gesto foi um ato de rebeldia, uma violenta negação da mulher como era então definida. Foi a necessidade de uma nova personalidade que conduziu as feministas a abrir trilhas inéditas para a mulher. Alguns desses caminhos eram

excessivamente áduos, outros não tinham saída e outros ainda talvez tenham sido falsos, mas era autêntica a necessidade da busca. (FRIEDAN, 1971, p. 71).

Essa visão da busca de uma nova identidade também pode ser vista no surgimento das primeiras ações de mulheres e dos movimentos sociais feministas na América Latina nos séculos XIX e XX. Países como Brasil, Chile e Argentina passam a redefinir o espaço doméstico da mulher, na tentativa de construir a mulher como sujeito político.

Os ideais feministas no Brasil tiveram como precursora Nísia Floresta, com sua obra “Direito das mulheres e injustiça dos homens”, publicada em 1832. Este livro foi uma tradução livre do trabalho de Mary Wollstonecraft “*Vindications of the rights of woman*” (DUARTE, 2010). Nísia Floresta, com essa tradução, plantava as primeiras sementes para o questionamento da participação das mulheres na vida pública brasileira, principalmente na prática educacional no final do século XIX. Essa autora asseverava que o conhecimento gerado pela educação era a fonte propulsora da queda do absolutismo do “*pater famílias*”, tão efervescente na sociedade brasileira.

Outras perspectivas podem ser vistas nos anos de 1930: no Brasil, a luta pelo “sufrágio universal” (direito) e o “voto” (instrumento de materialização desse direito) teve como expoente Bertha Maria Julia Lutz e Jerônima Mesquita. As experiências dessas autoras com as feministas norte-americanas e europeias consolidaram as bases do feminismo brasileiro na busca da emancipação feminina e na concretização dos direitos das mulheres, atuando ativamente no “movimento sufragista de 1932” e na “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino” (FBPF).

No Brasil, os anos 1970 e seguintes (período conhecido como “anos de chumbo”) abriram espaço para a atuação política das mulheres, tais como o “Movimento Feminino pela Anistia” (MFPA) que, fundado em 1975 por Terezinha Zerbini, em São Paulo, trouxe uma grande relevância para o movimento feminista brasileiro. Outra importante colaboração acadêmica foram os trabalhos criados pela marxista Heleieth Saffioti que, com a publicação do livro “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade” em 1969, foi a primeira mulher no Brasil a trazer para a academia o tema referente à condição da mulher na segunda onda do feminismo (PINTO, 2014), momento em que o

país passava por um período de radicalização política, já que em 1964 o Brasil sofreu o golpe de Estado decretado pelos militares. Mesmo não sendo uma feminista declarada, a contribuição de Saffioti para o feminismo brasileiro é de suma importância, pois fortificou a luta contra a violência e a opressão da mulher na sociedade capitalista (PINTO, 2014).

Eloísa Díaz Insunza e Ernestina Pérez Barahonna foram as primeiras mulheres médicas do Chile e as pioneiras que questionaram a dominação masculina chilena e a possibilidade de sua superação em 1921³¹. O direito à educação, ao trabalho e ao sufrágio formou a bandeira de luta de Amanda Labarca no século XIX, figura que atuou bastante no “Partido Cívico Feminino” (PCV), sendo a criadora do “Conselho Nacional de Mulheres” para a garantia dos direitos civis, políticos e jurídicos das mulheres chilenas.

Outro expoente do movimento é a poetisa chilena, conquistadora do Prêmio Nobel de Literatura de 1945, Gabriela Mistral (Lucila de María del Perpetuo Socorro). Em seus poemas, Mistral sempre se preocupou em retratar as questões sobre equidade social para as mulheres, construindo um feminismo moderado e tranquilo, sem tentar enfrentar de “forma direta” o mundo dos homens. Mistral apresentava uma luta feminista por suas ações, atos e forma de escrever seus poemas em face da luta das mulheres no Chile³².

O pensamento feminista marxista é abordado pela socióloga Julieta Kirkwood em seu livro “Ser política en Chile: Las feministas y los partidos”. A reflexão feminista da autora nesta obra tinha como base central o resgate histórico do movimento feminista e a opressão sofrida pelas mulheres na sociedade chilena³³. A autora é tida como a figura mais criativa do feminismo chileno dos anos oitenta, sobretudo devido à sua participação na “*Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales*” – Flacso, promovendo, através de suas

³¹ Informação disponível em: <http://www.archivochile.com/Mov_sociales/mov_mujeres/MSmovmujeres0003.pdf>. Acessado em setembro de 2015.

³² Ver Robb, Jenny. *Identidad y feminismo en Gabriela Mistral: una mujer que lo fue todo*. THE UNIVERSITY OF THE SOUTH, 2011. Disponível em: <<https://dspace.sewanee.edu>>. Acessado em novembro de 2015.

³³ KIRKWOOD J. **Ser política en Chile; las feministas y los partidos**. Santiago, FLACSO. 1986.

intervenções intelectuais, o projeto revolucionário socialista no processo de redemocratização do Chile³⁴.

Na Argentina podemos considerar como gênese do movimento feminista as ações de Isabel King e de Cecília Grierson. Ambas as autoras participaram do “Congreso Internacional de Mujer em 1899”, em Londres. Essa experiência cultural foi de suma importância para o despertar da visão de subordinação vivenciada pelas mulheres argentinas até então. Em 1900, Cecília Grierson, médica e figura pública, impulsionou a criação do “*Consejo Nacional de Mujeres de la República Argentina*”. Esse conselho reuniu mulheres de todas as classes sociais.

Em 1902, surgiu o primeiro “Centro Socialista Feminino”, criado por Fenia Chertkoff³⁵ e suas irmãs. A influência da “Associação do Livre Pensamento na Argentina” – AALP, no ano de 1905, possibilitou um espaço intelectual para as demandas feministas. Figuras como Cecília Grierson e Elvira Rawson, através da AALP, expressavam em público as demandas das mulheres, tais como o matrimônio, a educação, o divórcio, o controle da religião no corpo das mulheres e a intervenção do Estado nas questões de igualdades de direitos entre homens e mulheres. O jornal “*Nuestra Tribuna*”, elaborado pela anarquista e sindicalista Juana Rauco Buelo, denunciava a exploração das operárias nas fábricas ante a opressão de classe a que eram submetidas as mulheres naquele período (TARDUCCI; RIFKIN, 2010).

No espaço acadêmico, a tese da militante feminista Elvira López ganhou destaque. Seu trabalho, defendido em 1901, intitulado “*El movimiento feminista: Primeros trazos del feminismo en Argentina*”, contribuiu significativamente para a reflexão sobre as ações dos movimentos feministas na Argentina no século XIX³⁶. Se existe algo que define o pensamento feminista argentino, isso pode ser visto nas ações políticas do grupo “*Las Madres*”, com suas reivindicações e a participação do ressurgimento da sociedade civil. A força exercida por essas mulheres no período da ditadura

³⁴ Cf. RICHARD, Nelly. La problemática del feminismo en los años de la transición en Chile. 2001. <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100914035407/15richard.pdf>>. Acessado em outubro de 2015.

³⁵ Fenia Chertkoff era pedagoga e ativista política. Nascida na Rússia, naturalizou-se argentina em 1900. Era grande amiga da marxista Rosa Luxemburgo.

³⁶ LÓPEZ, Elvira. **El movimiento feminista: primeros trazos del feminismo en Argentina**. 1. ed. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2009.

abriu espaço reivindicatório de suma importância para as mulheres de forma coletiva e, de forma singular, ao movimento feminista na busca da democracia política no século XX.

A reflexão feminista ganhou notoriedade com o ensaio publicado pela escritora e feminista Victoria Ocampo em 1936, intitulado “*La mujer y su expresión*”. Neste ensaio, Victoria questionou a relação patriarcal e a marginalidade das mulheres numa cultura androcêntrica³⁷. Os estudos e a militância feminista das ativistas Claudia Anzorena, Estela Díaz, Florencia López e Ruth Zurbriggen, em favor do aborto, também foram fortes expressões do ativismo na Argentina em defesa das lutas das mulheres.

Destacaram-se, também, as contribuições da socióloga e militante feminista Dora Barrancos³⁸ durante seu exílio no Brasil, no estado de Minas Gerais, por força da ditadura militar em 1976. Essa grande pensadora “da esquerda socialista de vanguarda” teve contato com o movimento feminista brasileiro durante seu exílio no Brasil. Com a sua volta para a Argentina, militou nas demandas das mulheres e dos direitos humanos.

Os estudos contemporâneos de María Luisa Femenías, em sua obra Sobre “*Sujeto y genero: (Re)lecturas feministas desde Beauvoir a Butler*” forneceram importante contribuição na luta dos direitos das mulheres, tendo em vista seu reforço ao feminismo e às questões relacionadas ao gênero na Argentina³⁹.

As informações tecidas neste momento inicial são fundamentais para a contextualização do alcance paulatino das conquistas dos movimentos feministas ao longo da história, servindo de base para a compreensão das dificuldades enfrentadas pelas mulheres para transpor as grandes barreiras histórico-político-sociais impostas pela permanência tradicional da dominação masculina.

³⁷ “La mujer y su expresión”, Sur Bs. As, 1936, p. 61.

³⁸ BARRANCOS, Dora. **Mujeres en la sociedad argentina**: una historia de cinco siglos. Buenos Aires, Sudamericana, 2007.

³⁹ Femenías, Maria Luisa. **Sujeto y genero: (Re)lecturas feministas desde Beauvoir a Butler**. 2. ed. ProHistoria ediciones. 2000.

2.2 A trajetória da mulher da esfera privada para o campo da política

O advento da modernidade e da industrialização, a partir do século XVII, desencadeou no mundo ocidental novas configurações e reorganizações nos campos econômico, político, social e nos papéis de gênero ⁴⁰. Essas transformações foram significativas para o surgimento da família burguesa e sua estruturação entre a esfera pública e privada em relação aos papéis desempenhados por homens, crianças e mulheres – estas, restritas ao espaço doméstico ⁴¹. Inserida nesse espaço privado, coube à mulher a tarefa do cuidado, da educação, da transmissão de valores aos filhos, incumbindo ao homem o poder de decisão nos ambientes públicos (COELHO; BAPTISTA, 2009).

Para Carole Pateman (1993), os tempos modernos, no contexto do Estado de Direito e do contrato social desde o século XVIII, atribuíram ao homem a hegemonia do poder político e a exclusão das mulheres da vida pública. Para a autora, o contrato social, a constituição da sociedade civil, do direito político e da liberdade civil, a partir da ideia do contrato original, ocultou o “outro lado da moeda”, pois o contrato social também é “um contrato sexual” proveniente de um pacto sexual-social do direito patriarcal:

(...) o pacto original (...) é social no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o poder político dos homens sobre as mulheres (...). O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado; ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno. (PATEMAN, 1993, p. 17).

Deste modo, o contrato reafirma o poder masculino sobre as mulheres com relação às suas ações e tomadas de decisões. Assim, enquanto o homem

⁴⁰ O termo gênero passou a ser utilizado a partir do século XV para definir diferenciações biológicas. Com o passar do tempo essa expressão obteve outras variações conceituais para reafirmar as diferenças entre homens e mulheres. No final do século XIX e começo do XX, “gênero” deixou de ser visto como diferenciação sexual e passou a ser encarado como uma “construção sociocultural” (STELLMANN, 2007).

⁴¹ Para Almeida (2009), esse modelo de espaço tradicional da família burguesa não pode ser visto de forma congelada e padronizada, nem corresponde a todas as mulheres de forma universal. Existiam espaços domésticos de inter-relações diferenciadas em relação aos papéis sociais (como algumas artesãs e operárias nas indústrias que trabalhavam para a manutenção da família). Não se pode negar que existe um forte poder que ainda persiste nessa forma de pensar o papel das mulheres no espaço doméstico, até pelas próprias mulheres, devido à naturalização desses papéis ao longo do tempo.

possui a liberdade nesses espaços públicos, a mulher é relegada e sacralizada às funções do recinto privado, do cuidado da casa e de sua prole, não sendo permitida sua participação no espaço público. Este ato de reclusão consistia em distanciá-la de qualquer envolvimento em assuntos econômicos e políticos próprios do domínio público, tornando-as personagens inferiores e invisíveis nas relações sociais e de poder. As demandas femininas eram apresentadas por seus pais e maridos como porta-vozes, não havendo possibilidade de sua participação, já que os homens as representavam (PRÁ, 2011).

Esse panorama começou a ser mudado a partir da “intervenção democrática moderna”⁴², quando as mulheres passaram a questionar sua ausência nos órgãos de comando e controle do Estado, já que somente os homens eram considerados “indivíduos livres”, sujeitos de direitos civis, políticos, ou seja, merecedores do reconhecimento da cidadania política.

Assim, as mulheres começaram a luta em defesa de sua autonomia e da afirmação de igualdade no seio social, procurando libertar-se da opressão imposta pela sociedade machista e patriarcal, fundamentada nas normas de gênero, em prol dos seus direitos e de sua liberdade. Emergiram, assim, campanhas em favor das lutas das mulheres e de sua *emancipação política*, isto é, sua “cidadania política”, cujo resultado proporcionou o acesso à educação, ao trabalho e, sobretudo, o direito do sufrágio universal (século XIX) e do exercício do voto, privilégios sociais antes negados a elas (ÁLVARES, 2011).

Conforme Luiz Filipe Miguel,

A conquista do direito de voto foi, por muitas décadas, o ponto focal do movimento de mulheres. Da metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX, o sufragismo foi a face pública das reivindicações feministas. O acesso à franquia eleitoral representava o reconhecimento, pela sociedade e pelo Estado, de que as mulheres tinham condições iguais às dos homens para gerir a vida coletiva e também que elas possuíam visões do mundo e interesses próprios, irredutíveis aos dos seus familiares. Afinal, um dos argumentos centrais para a exclusão política delas era que seus interesses já seriam protegidos pelo voto do marido ou dos pais. (...) No entanto, as décadas seguintes à obtenção do sufrágio feminino mostraram

⁴² Para Maria Luzia Miranda Álvares (2011), a invenção democrática criou um novo aporte de igualdade e liberdade entre os indivíduos no Estado Moderno, mas essa ideia de liberdade e igualdade fruto da modernidade não foi um privilégio estendido às mulheres.

que era perfeitamente possível a convivência entre o direito dos votos das mulheres e uma elite política formada quase que exclusivamente por homens. (MIGUEL, 2014, p. 93).

O sufrágio colocou em pauta as demandas femininas; contudo, tais demandas não refletiram a mudança concreta no bojo social, pois as mulheres permaneceram excluídas do cenário político na maioria dos países.

Jussara Prá (2011) esclarece tal fato da seguinte forma:

Retrocedendo aos dois últimos séculos e examinando o teor de discursos e leis sobre a concessão do direito de voto do sufrágio universal, observa-se a exclusão política das mulheres, fato evidente quando da substituição do sistema de voto censitário em países europeus e nos Estados Unidos. Na França, por exemplo, a ampliação do direito ao voto (1848) introduziu o sufrágio universal masculino. (...) Nos Estados Unidos, a Emenda Constitucional nº 15, de 1870, garantiu o direito de voto a homens de qualquer condição social, raça ou cor. Com efeito, o século XIX representa o momento da ampliação dos direitos políticos dos homens. Ironicamente, o mesmo século demarca o início da luta das mulheres pelo direito ao voto. Não obstante, a conquista da dimensão política de sua cidadania seria protelada para o milênio seguinte e, ainda assim, comumente configurando vitórias “parciais”. (PRÁ, 2011, p. 107).

Considerando esse processo dos últimos séculos apontado pela autora sobre a restrição do sufrágio universal feminino, é possível destacar certas resistências à cidadania política das mulheres em quase todas as nações no século XIX, oriundas da cultura patriarcal na política. Devido às lutas acirradas por parte das mulheres, as reivindicações do voto resultaram numa ruptura política no século XIX, com a ampliação dos direitos políticos das mulheres. Entretanto, mesmo com a ruptura política originária do sufrágio universal, a expansão da cidadania política feminina não promoveu a inclusão política das mulheres nas esferas do poder político nesse período. Sua participação política até então era ínfima na maior parte do mundo, nas instituições de representações.

De acordo com Jussara Prá,

A mesma ordem patriarcal que delimitou a conexão mulher e política no passado. Seus vestígios, porém, parecem resistir até o momento a dispositivos legais endereçados a incrementar

a representação feminina na política, entre eles o das cotas de gênero. (PRÁ, 2011, p. 109).

Segundo os dados compilados pela União Inter-Parlamentar (IPU)⁴³, atualizados em setembro de 2015, as mulheres ocupam em média 22,5% das cadeiras nos parlamentos nacionais. Em relação aos países da América do Sul, os dados estatísticos da IPU 2015 mostram o Brasil em 118º lugar no *ranking* de participação de mulheres na política, entre os 190 países e as 266 câmaras parlamentares, considerando as eleições de outubro de 2014.

Com base nesse estudo, o Brasil possui 9,9% de representação feminina na Câmara (dos 513 deputados federais, foram eleitas 51 mulheres) e 16,0% no Senado (das 81 cadeiras, 13 são ocupadas por mulheres). A Argentina⁴⁴ encontra-se na 23ª posição: das 259 cadeiras de deputados federais, 93 são compostas por mulheres, o que representa 36,2% de todos os integrantes. Em relação ao Senado, das 72 cadeiras, 28 são ocupadas por mulheres, totalizando 38,9%.

Os números no Brasil também são inferiores aos apontados pelo Chile⁴⁵ na classificação do IPU. O Chile encontra-se na 92ª posição: sua representação parlamentar feminina importa em 15,8% para deputados federais, somando 19 cadeiras ocupadas por mulheres, das 120 no total. Das 38 cadeiras do Senado, seis são preenchidas pelo gênero feminino.

Diante deste quadro sobre o *ranking* da participação política das mulheres no mundo e na América dos Sul, Miguel (2014) defende que a questão da sub-representação das mulheres não se encontra na questão da abolição das barreiras legais somente; outros fatores e entraves dificultam a participação feminina no campo da política: as mulheres deparam com dificuldades de caráter de retraimento na vida doméstica (impossibilidade de estabelecer rede de contatos para sua projeção na política), com dupla jornada de trabalho e padrões diferenciados de socialização de gênero e construção social da política masculina (o que inibe a vontade de participação das

⁴³ Disponível em: < <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>, acessado em 18 de setembro 2015.

⁴⁴ Os dados foram obtidos a partir das eleições de outubro de 2013 na plataforma <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Acessado em 18 de setembro 2015.

⁴⁵ Os dados foram obtidos a partir das eleições de novembro de 2013 na plataforma <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Acessado em 18 de setembro 2015.

mulheres na esfera pública) e do subfinanciamento das campanhas eleitorais das mulheres para a obtenção dos espaços decisórios no corpo político.

Para o autor, é no bojo destas questões que no final do século XX a sub-representação das mulheres nas esferas do poder passou a ser repensada na agenda feminista como prioridade. As feministas passaram a entender o Estado como espaço central de disputa no que tange à disputa de poder entre homens e mulheres. Se até os anos 1970 havia certa resistência do feminismo em fazer política e a agir sobre o terreno institucional, a não ser por sua superação do Estado por parte do feminismo marxista, é oportuno notar o surgimento de uma nova perspectiva de diálogo com o aparelho do Estado no tocante à representação política feminina e sua ação coletiva nas estruturas políticas vigentes, enfatizando a importância do poder político na incorporação das demandas das mulheres.

A luta pela representação e participação política feminina no Brasil coincidiu com o processo de redemocratização pós-regime militar. Esse período de abertura política constituiu a essência para a “implantação de políticas públicas para a igualdade de gênero no cenário brasileiro”. Essas políticas para Alessandra Terribili (2014), “tiveram impacto decisivo no redimensionamento da noção de cidadania no país sob o ponto de vista das relações entre Estado e Sociedade” (TERRIBILI, 2014, p. 1).

Segundo Luiz Felipe Miguel,

A partir dos anos finais do regime militar, foram criados conselhos estaduais dos direitos das mulheres (sobretudo nos estados governados pelos partidos de oposição à ditadura); em seguida, já no início do novo governo civil, surgiram as delegacias de polícias especializadas no atendimento à mulher e o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres. Em 2003, por fim, o governo federal criou a Secretaria de Políticas para Mulheres, com *status* de ministério. Essas experiências marcam vitórias de um movimento feminista que se empenhava em fazer o Estado trabalhar no sentido da igualdade de gênero. Como forma de vencer o problema da baixa presença de mulheres no Poder Legislativo, em muitos países foram adotadas ações afirmativas, em particular cotas eleitorais por sexo. (MIGUEL, 2014, p. 95-97).

Como forma de superar as disparidades entre os gêneros no tocante à esfera política, foram geradas no Brasil (e em vários países do mundo) ações afirmativas (cotas eleitorais por sexo⁴⁶) a partir dos anos 1970. Tal mecanismo estabelece uma porcentagem mínima de cotas de eleitoras por sexo nos parlamentos, garantindo assim uma parcela de vagas reservadas às mulheres, com o objetivo de ampliar a presença feminina nas esferas do poder, como afirma Tiago Costa (2014, p. 189).

De acordo com Mirian Grossi e Sônia Miguel (2001), o debate referente às cotas por sexo no Brasil intensificou-se logo após a

(...) IV Conferência Mundial sobre a Mulher, ocorrida em setembro de 1995, em Beijing/China. A bancada feminina no Congresso Nacional, influenciada pelas experiências exitosas de outros países e pelo contexto dessa conferência, que teve entre os seus objetos de debates e resoluções a temática do acesso ao poder, se articula e propõe que se inclua, na legislação eleitoral brasileira, um artigo assegurando uma cota das vagas de cada partido ou coligação para as candidaturas de mulheres. Em 29 de setembro de 1995, foi aprovada a Lei n.º 9.100, que estabelece suas normas para a realização das eleições municipais do ano seguinte e determina uma cota mínima de 20% para as mulheres. Em 1997, após esta primeira experiência eleitoral com cotas, a Lei n.º 9.504, estende a medida para os demais cargos eleitos por voto proporcional, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas Estaduais e Câmara Distrital, e altera o texto do artigo, assegurando não mais uma cota mínima para as mulheres, mas uma cota mínima de 30% e uma cota máxima de 70% para qualquer um dos sexos. As duas leis foram aprovadas pelo Congresso Nacional, recebendo também o apoio de grande parte da bancada masculina. Mas esse apoio teve de ser negociado e, junto com as cotas, os parlamentares aprovaram um aumento no número total de candidaturas que os partidos poderiam apresentar nos pleitos eleitorais, o que, na prática, resultou em uma diminuição do impacto da medida aprovada. Inserida no contexto mais amplo das ações afirmativas, a política de cotas é medida que visa alterar variados quadros de desigualdades racial, étnica, sexual e social. As ações afirmativas reconhecem as discriminações existentes e agem no sentido de impedir que estas se perpetuem. No caso das cotas eleitorais por sexo, esta ação afirmativa busca criar condições para o estabelecimento de um maior equilíbrio entre homens e mulheres no plano da representação política. Num primeiro

⁴⁶ Segundo Tiago Cortez Costa (2008, p. 192), o objetivo das cotas por sexo “é aumentar, por voto ou indicação, a presença de mulheres em instituições como governos, parlamentos e conselhos locais. Seus defensores buscam legitimá-las com base no discurso de exclusão, segundo o qual a principal razão para a baixa presença feminina na política formal são as práticas excludentes dos partidos políticos e do sistema como um todo”.

momento, são medidas compensatórias que possibilitam que mais mulheres ocupem espaços. Num segundo, são medidas distributivas que buscam assegurar a igualdade entre homens e mulheres. (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 169).

Nessa mesma perspectiva, a autora destaca que as ações afirmativas – ou seja, a ampliação do número de mulheres parlamentares – visavam à participação das mulheres, tradicionalmente afastadas dos espaços de poder. Ao trazer as demandas femininas para a arena política, o debate sobre a ideia da implementação de cota por participação trouxe consigo embates, conflitos e enfrentamentos.

Luís Felipe Miguel (2000) acrescenta que do ponto de vista da teoria política, as cotas realizam um grande questionamento no ordenamento da política liberal, principalmente em relação ao indivíduo como única unidade política (igualdade formal entre os cidadãos), bem como o debate no sentido da representação (as democracias representativas). Para esse autor, as cotas “fracassaram em seu objetivo central” – ampliação do número de mulheres no parlamento. Ilustra seu ponto de vista com o resultado das eleições ocorridas para a Câmara Federal em 1998, tendo em vista a representatividade ínfima de mulheres ocupando as cadeiras públicas daquele órgão.

De acordo com Luiz Felipe Miguel,

(...) a legislação brasileira de cotas é, para dizer o mínimo, tímida. Em primeiro lugar, não há reserva de cadeiras no Parlamento, mas apenas de vagas de candidatura. Ficam de fora todos os cargos preenchidos por eleição majoritária, bem como aqueles “de confiança”, isto é, os escalões preenchidos por critérios políticos no Executivo. (MIGUEL, 2000, p. 91).

Outro problema observado pelo autor consiste na efetividade das cotas em curto prazo. Essa forma de pensar e agir obscurece os aspectos desta ação afirmativa, sendo crucial aguardar sua efetivação em médio prazo. Ao enfatizar a questão de médio prazo, o autor entende que as cotas surtiram três efeitos primordiais em sua efetivação:

O primeiro efeito estaria na via do capital simbólico que permeia o feminino e sua representação na sociedade; este consistiria na mudança dos papéis desempenhados pelas mulheres diante das estruturas sociais. O segundo efeito

consistiria na expansão da presença de minorias sociais (neste caso, as mulheres), a distribuição do poder político em oposição ao poder institucional. Enfim, o terceiro teria como meta o estímulo de partidos políticos na procura por ampliação do capital político feminino. (MIGUEL, 2000, p. 95-98).

Seguindo a mesma linha de entendimento apresentada por Luiz Felipe Miguel, Jussara Prá (2011) advoga que os debates sobre as políticas de ações afirmativas, não só no Brasil, mas na Europa e na América Latina, enfrentam um grande obstáculo para a sua efetivação. No caso das mulheres, salienta a autora que esse desafio incide nos padrões culturais que esses países têm em suas estruturas de poder, pois estão inseridos na ordem patriarcal e na dominação masculina. Esse velho fantasma que tanto rondava as mulheres no passado para a sua entrada no campo da política ainda permanece vivo e atuante, e com o mesmo objetivo: resistir a qualquer dispositivo legal que busque a representação feminina na política – as cotas de gênero.

Estudos sobre o funcionamento das cotas – sancionadas em países europeus no decênio de 1980 e na América Latina no decurso dos anos 1990 – vão identificar a permanência desse tipo de cultura como um dos fatores a impedir a eficácia das cotas (...). A presença de traços patriarcais na cultura política latino-americana e sua predominância em relação à identidade de gênero acha-se presente em várias circunstâncias de aplicação do sistema de cotas e pode encontrar correspondência em costumes e normas formais, em práticas partidárias, no grau de democratização destas ou na dinâmica interna de cada agremiação política. (PRÁ, 2011, p. 109).

A cultura patriarcal ou dominação masculina criou empecilho à conquista da cidadania política feminina em suas estruturas e nas relações de poder no campo político, mesmo com as mulheres tendo alcançado alguns avanços com o direito ao sufrágio universal (voto) e com as ações afirmativas (cotas de gênero). A cidadania é possível somente através de lutas acirradas nas fronteiras hierarquizadas do sexo e em oposição à ordem patriarcal.

Nesse sentido, Luiz Felipe Miguel afirma que:

Numa sociedade estruturada pela dominação masculina, a posição das mulheres não é apenas “diferente” da dos homens. É uma posição social marcada pela subalternidade. Mulheres possuem menos acessos às posições de poder e controle dos bens materiais. Estão sujeitas à violência e à humilhação. O

feminino transita na sociedade como inferior, frágil, pouco racional; é o outro do universal masculino (...). A ruptura com esse estatuto subalterno exige a revisão dos privilégios masculinos. Ainda que muitos homens sejam solidários às demandas feministas – e ainda mais mulheres ocupem a posição de guardiãs da dominação masculina –, há um conflito entre a emancipação delas e a manutenção do papel social privilegiados deles. (MIGUEL, 2014, p. 102).

Por esse motivo, a equidade no campo da política em relação ao gênero se faz necessária numa sociedade cuja estruturação é dominada pelo masculino, mesmo ficando evidentes as dificuldades e o contrassenso existentes na presença e na participação de homens e mulheres em cargos de representação institucional na esfera política. Assim, resta óbvio que

(...) nos deparamos aqui com duas faces de uma mesma moeda. De um lado, tem-se a garantia institucional do direito ao voto e de espaço na política (cotas de gênero); de outro, vestígios de elementos patriarcais na cultura política que – relacionados a déficits em sistemas políticos, eleitorais e partidários – incidem restritivamente no acesso das mulheres a cargos eletivos à vida pública. (PRÁ, 2011, p. 114).

Se levarmos em consideração que a proposta da igualdade de gênero subentende de forma concreta a geração de oportunidades iguais entre homens e mulheres, em que cada um possa alcançar o seu potencial individual como direito básico de qualquer país, percebemos que em uma sociedade guiada por elementos culturais patriarcais – heterossexista, machista – fica comprometida a construção de igualdade entre homens ou mulheres. Esse contexto ilustra a importância do empoderamento das mulheres para o alcance pleno do seu potencial nas mais diversas esferas de atuação e, em especial, no campo político, já que a atividade política, por ser um processo de via pública, atinge também interesses coletivos correlatos a determinados grupos.

Por outro lado, empoderamento das mulheres em posições de destaque no campo político não significa que tais posições garantam um princípio de igualdade entre os agentes envolvidos, pois a esfera política é organizada num determinado campo, sendo este possuidor de uma dinâmica própria, e suas relações objetivas são percebidas na inter-relação dos agentes que nele se movimentam. O campo também pode ser observado como uma rede, um

espaço estrutural de configurações de relações objetivas entre oposições que impõem aos seus ocupantes (agentes ou instituições) distribuições de capital (poder) a quem nele trafega, definindo de forma objetiva a sua existência através da dominação e da subordinação.

Em outras palavras,

(...) os campos são os lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas. Um campo não se orienta ao acaso (...) qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade. (BOURDIEU, 2004, p. 26).

No campo político, o cerne da discussão reside no fato de que sua dominação e sua manutenção se configuram em modelos masculinos em toda a sua estruturação, seja em seu campo simbólico (como a imagem masculina da supremacia do poder), seja no campo real, através do *habitus* historicamente consolidado que define papéis sociais masculinos ou femininos atribuídos na ordem dicotômica da natureza (macho e fêmea). A questão de ordem política (instituições e organizações) é reservada exclusivamente aos homens, excluindo-se as mulheres como peça fundante dessa engrenagem política.

De acordo com Luiz Filipe Miguel (2014), o campo político sempre foi historicamente constituído como um ambiente masculino. É inegável que este universo masculino forjou a própria noção de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça e democracia, determinando assim o afastamento das mulheres desse espaço público, a fim de que a sua participação na sociedade patriarcal se dê apenas na esfera privada. Este autor também adverte que “(...) o campo político trabalha contra as mulheres (...) impondo a elas maiores obstáculos para que cheguem às posições de maiores prestígios e influências” (MIGUEL, 2014, p. 105).

Dessa maneira, concordando com Maria Álvares (2011), as mulheres, ao enfrentarem os grupos dominantes masculinos no campo político em busca de adquirir seu estatuto do direito político, opuseram-se às suas funções privadas e domésticas, gerando assim um grave desconforto para a ordem social patriarcal. Elas questionaram dois eixos principais da sociedade: o primeiro, a “questão da virilidade”, e o segundo, em que “esvaziam a moralidade privada

do homem público”. Ao cogitarem aspirações na ordem social e na negociação dos seus direitos, os grupos dominantes impuseram às mulheres uma grande hipoteca, fundada na rígida divisão de deveres – o de ser mãe e esposa. A ação do homem público não observava os deveres e cuidados para com sua prole e cônjuge, atribuindo às mulheres essa funcionalidade.

Vale destacar aqui, como bem salientou Luis Filipe Miguel (2014), que o tempo é um fator primordial para o empoderamento das mulheres no campo político. Uma vez reclusas no campo privado, as mulheres foram destituídas de qualquer participação da vida pública. Essa dominação/exploração por parte dos homens impossibilitou o acesso ao campo político, porque uma característica primordial da esfera política consiste no tempo livre para o seu exercício e na obtenção de recursos econômicos para tal finalidade.

No caso das mulheres, essa é uma exigência particularmente importante. A presença no campo político, sobretudo a ocupações de suas posições mais centrais, carrega exigências de disponibilidade de tempo que trabalhem de forma objetiva contra aqueles que estão presos a outros tipos de compromissos. Como, dada a organização atual da sociedade, as mulheres são as principais responsáveis pela gestão de suas unidades domésticas, o tempo se torna uma barreira importante para o início ou o progresso de uma carreira política; com frequência, limitam sua ambição devido a questões como a necessidade de permanecer morando na mesma cidade, que são bem menos presentes nos cálculos dos políticos homens. Os dados de diversos países revelam que, entre ocupantes de cargos públicos, o percentual de viúvas e solteiras é muito maior que o de viúvos e solteiros. A família, que para eles pode representar uma retaguarda de apoio à carreira, para elas conta como um fardo. (MIGUEL, 2014, p. 106).

A presença das mulheres no campo político sempre esteve dividida com as obrigações privadas inerentes à esfera do lar, o que gerou uma forte tensão no exercício pleno das mulheres no terreno da cidadania. Ao pleitearem o direito ao voto e sua participação na via pública, as mulheres foram acusadas de ferir a suposta “ordem natural”. Os grupos dominantes (homens) reafirmam a sua soberania, excluindo da ordem política a defesa dos interesses das mulheres. A sua participação pública era tida como algo não tão essencial para o sistema democrático.

Além da questão do espaço do lar, existe outro aspecto que merece ser analisado e que dificulta o acesso das mulheres na participação política: a ausência de um discurso político “apropriado”, tão exigido no campo político pelo grupo dominante. Esse discurso apropriado consistiria na pseudonatureza superior dos homens, que remete à dominação masculina através da fisiologia (força física e voz grave) como símbolo de superioridade e autoridade, atribuindo aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos na ordem política.

Problematizar a questão nesse terreno simbólico masculino é de suma importância, pois os estereótipos e os rótulos produzidos pelos grupos dominantes sobre a inferioridade, a emotividade e a sensibilidade da mulher são vistos como emblemas de fragilidade e passividade, características impróprias para o cenário político.

Nesse sentido, Miguel (2014) esclarece que

(...) as marcas da feminilidade no discurso reduzem a legitimidade da falante, mas a ausência delas é denunciada como uma falha da mulher que não as tem: a emotividade excessiva não é pertinente no político, mas a frieza e a racionalidade não cabem para o sexo feminino. Em suma, o campo político impõe às mulheres alternativas sempre onerosas, de forma bem mais pesada do que faz com seus competidores masculinos. (MIGUEL, 2014, p. 106-107).

Essa estratégia por parte dos grupos dominantes diante do estereótipo do gênero influenciou o modo da representação das mulheres no campo da política. Assim, as mulheres, para atuar e ter acesso à vida política, terão de enfrentar todo esse ordenamento proposto pela ordem social patriarcal. Só desta forma é que seus interesses serão garantidos, pois no espaço cultural dominante masculino os interesses das mulheres são pautas específicas e secundárias, já que os direitos universais dos homens são o fator preponderante.

Apesar dos desafios enfrentados pelas mulheres nesse campo, nas últimas décadas não podemos negar o seu protagonismo nesse espaço de participação e representação política, nacional ou internacionalmente. Jussara Prá (2011) entende ser possível perceber que o esforço despendido pelas mulheres no caminho político tem proporcionado mudanças nas normas

vigentes sobre as concepções de gêneros no cenário político e vem estabelecendo bases para a busca da igualdade de direitos.

Argumenta a autora:

(...) a luta pelo voto e a ingerência junto às Nações Unidas e a instâncias sociais e governamentais catalisaram recursos para empreender essa demanda (...). As mulheres enquanto grupo heterogêneo, mas com objetivos comuns, construíram e ampliaram sua identidade ao longo do tempo. O espectro de suas reivindicações aumentou e, embora muitas ainda não sejam atendidas, consolidaram-se avanços inegáveis. Das manifestações radicais pela conquista do voto feminino, passando por mobilizações feministas, pela participação em movimentos sociais ou em partidos políticos, elas chegaram, ao final do segundo milênio, a compor a Agenda Social das Nações Unidas. (PRÁ, 2011, p. 121).

Luiz Felipe Miguel (2014) afirma que, mesmo com esse avanço por parte das mulheres na esfera da política nas últimas décadas, o discurso das mulheres nesses espaços é carregado de signos de subalternidade social devido à associação convencional que elas sempre sofreram no tocante à ideia do cuidado. Sua atuação é restrita a questões de foro de assistência social, família e educação. Outros campos são considerados linha-dura para a ação feminina. Ao fornecer essa explicação bastante instigante sobre como é forjada e mantida essa ação das mulheres no campo político, o autor observa que

(...) as mulheres na política são incentivadas a se mover em círculos reduzidos de temáticas tidas como apropriadas e que, por mais relevantes que sejam em si mesmas, são consideradas menos importantes e contribuem para segregá-las nas posições menos centrais do campo. (MIGUEL, 2014, p. 106).

Por fim, apesar desses desafios, a participação do segmento feminino nesses espaços torna-se essencial nos processos decisórios para as demandas da agenda feminina. Não existe consenso de que o aumento da

representação feminina em determinado espaço político possa contemplar as demandas das mulheres⁴⁷.

⁴⁷ Cf. discussão em Luis Felipe Miguel, Gênero e representação. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia (orgs.). **Feminismo e política**: uma introdução. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

CAPÍTULO III – DITADURA MILITAR E REDEMOCRATIZAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NESSE ESPAÇO POLÍTICO DE TRANSIÇÃO NO BRASIL, NO CHILE E NA ARGENTINA

Durante os longos anos de transição entre 1960, 1970 e 1980, no auge da Guerra Fria (as tensões políticas entre Estados Unidos e a ex-União Soviética) e na tempestuosa onda revolucionária cubana iniciada em 1959, abriram-se novos horizontes e romperam-se as grandes muralhas impostas pelo imperialismo e pela oligarquia, há séculos mantidas em diferentes países da América Latina e, em especial, no Cone Sul. Também ocorreu uma amplitude ofensiva dos militares em diversos países contra o avanço das ideias comunistas nas frágeis democracias liberais, como o Brasil, com o golpe militar pró-americano em 1964, seguido do golpe militar fascista na Argentina, em 1976, e o truculento golpe de Estado no Chile, em 1973.

No decorrer dos anos, os regimes militares nesses países foram cruéis e violentos, provocando transformações políticas, sociais e econômicas bastante significativas ao estabelecer as intervenções políticas das forças armadas em substituição aos governos populistas oriundos dos anos de 1940, rasgando as Constituições desses países. Essas intervenções levaram à existência de tempos de instabilidade política, econômica e democrática no desenvolvimento de tais países e na sociedade civil (MORAES, 2001).

Segundo Manuell Antonio Garretón (1992), os regimes autoritários se constituíram diante de duas incumbências primordiais: primeiro, reorganizar o capitalismo, que se achava em crise; segundo, desarticular a sociedade política da onda vermelha (comunismo) ou de qualquer inimigo que estivesse à sua frente. A violação dos direitos humanos fazia parte do cotidiano dos países do Cone Sul. Repressões, torturas, pessoas desaparecidas e recessão econômica caracterizaram os anos de chumbo no Brasil, na Argentina e no Chile.

Para se contrapor a esses Estados autoritários, verificou-se na Argentina, no Brasil e no Chile o desencadeamento de contrarrevoluções em oposição à tomada de poder imposta pelo golpe militar. Ocorreram manifestações de partidos de esquerda, operários, universitários e movimentos populares, entre eles o movimento de mulheres e de feministas, movidas tanto pelo afeto no

tocante ao desaparecimento de seus companheiros, filhos, familiares e amigos, quanto pelo arrocho da política econômica imposta pelo autoritarismo.

A luta das mulheres contra a opressão abriu novas possibilidades para a formação de uma rede organizada de mulheres nesses países, como a “*La madres*” na Argentina, geradora do movimento “Plaza de Mayo”, em 1977, e a criação de alguns grupos como a *Unión Feminista Argentina* (1970), o *Movimiento Feminista de Liberación Femenina* (1972), a *Asociación para la Liberación de la Mujer Argentina* (1974) e a Frente de Lucha por la Mujer (1975). No Brasil o Movimento Feminino pela Anistia, o Movimento Custo de Vida e o Movimento de Luta por Creches nos anos 70 e 80; e no Chile, movimentos populares como as marchas de *Cacerolas* e *Ollas Vacías*, da *Asociación para la unidad de las mujeres*, o fortalecimento do feminismo do *Movimiento Autónomo* e do Movimento socialista nos anos 70 a 90.

Essas ações conscientizaram as mulheres como defensoras dos Direitos Humanos em seus países. A partir dessas novas possibilidades, o ativismo político feminino abriu uma nova agenda na América Latina e no Cone Sul, diretamente no Brasil, Chile e Argentina, contra a opressão machista, na busca por justiça social, contra as violações aos Direitos Humanos e pelo retorno à democracia (WOLFF, 2013).

A atuação revolucionária por parte das mulheres na época ditadura militar iniciou-se com a busca da igualdade pela anistia e pela abertura democrática. Do ponto de vista teórico-prático, a exposição das mulheres durante a ditadura militar na Argentina, no Chile e no Brasil traz um fato marcante e transgressor. Ao sair em busca de seus familiares, filhos, companheiros e visando assegurar seus direitos civis, e ao fazerem parte de movimentos guerrilheiros urbanos de seus países, (no caso do Brasil, com a participação da atual Presidenta da República, Dilma Rousseff), as mulheres romperam os padrões dominantes da época, tão esperados pela sociedade, do ser dócil e passivo.

Neste momento de ebulição tão forte desencadeado pela ditadura militar, as pressões, agressões e as violências físicas e simbólicas sofridas por essas mulheres romperam de certa forma com seus papéis tradicionais, conquistando espaços públicos antes negados a elas. Contrapunham ao estereótipo de

mulher reclusa do lar o de sujeito histórico-político e autor da sua própria ação,⁴⁸ afirma Marcelo Ridenti (1990).

A resistência e a mobilização por parte das mulheres eram vistas em várias facetas. A maioria se organizava em associações de mulheres dos bairros (CEBs – Comunidades Eclesiais de Base), na luta pelo custo de vida, moradia, creches e clubes de mães. Muitas delas participaram como guerrilheiras através da militância em partidos políticos, sindicatos e movimentos estudantis, e no engajamento de organizações clandestinas cujo propósito era assegurar os seus direitos e romper o autoritarismo implantado pelos militares nesse período⁴⁹, como destaca Ana Maria Colling (2004).

Vale destacar que 1975 foi um ano bastante significativo para a luta das mulheres nos países regidos pela ditadura militar. A Organização das Nações Unidas (ONU), através de sua carta no Artigo 1, declarava ser necessária⁵⁰

(...) uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião. (ONU, 1945).

Ao declarar este ano como o Ano Internacional da Mulher, a ONU levou os “Estados Autoritários” a repensar sobre a condição feminina, pondo em debate a tradicional hierarquia de gênero no cenário nacional e internacional, e a violação dos direitos das mulheres, cometida pelos regimes autoritários, advoga Sarti (1998).

A militarização no Brasil atravessou pelo menos três estágios distintos⁵¹:

A primeira foi a do Golpe de Estado, em abril de 1964, e a consolidação do novo regime. A segunda começa em dezembro de 1968, com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), desdobrando-se nos chamados anos de chumbo, em que a repressão atingiu seu mais alto grau. A terceira se abre com a posse do general Ernesto Geisel, em 1974 – ano em

⁴⁸ RIDENTI, M. S. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. Revista Tempo Social. USP. São Paulo 2(2): V.2. nº2, p. 113-128, 1990.

⁴⁹ Disponível em: <<http://memoriasdeditadura.org.br/mulheres>>. Acessado em: outubro de 2015.

⁵⁰ Cartas das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça. <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersolInternet.pdf>. Acessado em: outubro de 2015.

⁵¹ Disponível em: <<http://memoriasdeditadura.org.br/mulheres>>. Acessado em: outubro de 2015.

que, paradoxalmente, o desaparecimento de opositores se torna rotina –, iniciando-se então uma lenta abertura política que iria até o fim do período de exceção. (MEMÓRIA DA DITADURA, 2015).

No Brasil, como nos demais países submetidos à militarização, é notável a suspensão dos direitos constitucionais. Essa interrupção é responsável pelo autoritarismo, gerando a ampliação das desigualdades sociais. O que se verifica nesse processo é uma ausência total de liberdade em todos os aspectos, em especial a liberdade política, negando assim aos indivíduos seus direitos civis na *polis*. Foi a partir da forte censura e repressão do Estado às manifestações individuais e coletivas que as manifestações feministas no Brasil da segunda onda eclodiram nos anos 1970, inaugurando um novo olhar sobre as mulheres no cenário brasileiro. Neste período, o *slogan* rememorava a bandeira de luta “O pessoal é político”, saindo assim de um plano secundário suas demandas políticas e sociais na luta contra a opressão das mulheres.

A ditadura chilena, comparada às do Brasil e da Argentina, é considerada a mais violenta, hierárquica e disciplinada do mundo. A “Era Augusto Pinochet” (1973-1990) estabeleceu tempos difíceis para a liberdade de expressão do povo chileno, em particular para as mulheres. Pinochet, durante a sua ação totalitária de reconstrução nacional, imbuído de uma política neoliberal, usou da violência, repressão militar, torturas e assassinatos para cercear os direitos democráticos dos homens e mulheres.

O desmantelamento das organizações fortalecidas durante o segundo governo do ex-presidente Carlos Ibáñez del Campo e de sua esposa Graciela Letelier Velasco, que juntos governaram o Chile entre 1952 e 1958, funcionaram como incentivadores da criação dos “Centros de Madres” (CEMA). Estes centros foram fundamentais para o fortalecimento das mulheres chilenas, enquanto organizações sociais, e das camadas mais pobres do Chile, bem como para o fortalecimento da esquerda antes do golpe de Estado em 1973, no governo democrático de Salvador Allende⁵².

Com o golpe, a ditadura chilena comprometeu gravemente as ações do CEMA. Se antes estas organizações tinham o princípio de liberdade e igualdade, passaram a ser dirigidas de forma hierárquica e disciplinadora. O

⁵² Disponível em: <<http://www.eurosur.org/FLACSO/mujeres/chile/orga-6.htm>>. Acessado em: outubro de 2015.

governo de Pinochet suprimiu os organismos femininos, fazendo essas organizações dependerem exclusivamente de seu controle, tornando-os um campo assistencial. As mulheres que lá exerciam um papel autônomo e decisório ante os problemas sociais se submeteram a cooperar para o fortalecimento do autoritarismo militar de Pinochet. Para o fortalecimento das diretrizes impostas por este governo, sua esposa Lucía Hiriant de Pinochet assumiria, em 1975, a criação da “*Fundación Nacional de Ayuda a la Comunidad*” (FUNACO), exercendo a coordenação das ações dos voluntariados dessas organizações sociais, “*reuniendo um verdadero ‘ejército’ de mujeres que vestían uniformes-delatanes de diversas colores*”, afirma Carmem Ramos (2013, p. 103).

Javier Maravall Yáque (2012) afirma que a ditadura de Pinochet obteve através da tortura sexual um mecanismo coercitivo de grande dimensão – especialmente para as mulheres. A militância política conquistada pelas mulheres no governo da Unidade Popular (UP) foi confiscada pelo regime totalitário; qualquer resistência subversiva por parte das mulheres, em especial as de esquerda, “*aquellas que estuvieran vinculadas con los ‘cabecillas de la subversión’ bajo el paradigma sexista de que ‘capturando a la presa menor se llegaría a la mayor’*”. Neste ponto, “*militantes, esposas, compañeras sentimentales, hermanas, madres e hijas de dirigentes y activistas opositores se convirtieron en un blanco más de la represión*” (YÁGUE, 2012, p. 167). Essa perseguição repressora se expandiu conjuntamente para as mulheres que não possuíam vínculo partidário; “*campesinas, arpilleras, mapuches etc.*” eram levadas para os centros de detenção como um método pedagógico para frear os subversivos. O Estado chileno estabelece uma tirania machista nesse período.

A Argentina, diferentemente do Chile, que teve um golpe de Estado de longa duração, passou por várias sucessões de golpes militares. O período de golpes teve início em 1930, encabeçado pelo general José Félix Uriburu, e se estendeu até 1983, na figura do presidente Jorge Rafael Videla, totalizando assim seis golpes de Estado. O golpe de 1976 será o nosso foco, dada a sua relevância na implantação da política de Terrorismo de Estado (TDE) e porque as ditaduras anteriores foram tidas como ditaduras de caráter provisório.

A ditadura militar de 1976 a 1983 se caracterizou pela formação de um Estado burocrático-autoritário na figura da Junta Militar composta pelos comandantes Generais Jorge Rafael Videla (Exército), Almirante Emilio Eduardo Massera (Marinha) e General Orlando Ramón Agostí (Aeronáutica). Esses personagens foram responsáveis pelo controle interno e externo da Argentina. O TDE se difundiu na atuação da Aliança Anticomunista Argentina (Triplo A) no governo de Juan Domingo Perón, então presidente da Argentina, e de sua esposa Isabelita Perón (Maria Estela Martínez de Perón), que o sucedeu depois de sua morte em 1974. Sua bandeira de luta consistia em dar continuidade ao pacto social proposto por seu marido e na busca pelos direitos das mulheres. Contudo, Isabelita Perón foi obrigada a deixar o poder sob fortes acusações de corrupção e incompetência econômica, fatos alegados pela ditadura argentina em março de 1976. O núcleo militar golpista teve apoio também dos setores civis, políticos e religiosos; seu objetivo era manter no poder a classe dominante e o imperialismo americano (LA NACIÓN, 2014).

De acordo com Carmen Ramos,

El gobierno militar que asumió en marzo de 1976 se definió a sí mismo como salvador de la nación, concibiendo su misión como una lucha en contra del caos y la “subversión” que estaban destruyendo los valores e instituciones “naturales” de la argentinidad. Su tarea era, según su propia definición, la de devolver al país la “paz” y el “orden” frente al “caos” imperante. Para recuperar estos valores, era necesario proteger a la nación, a la familia y a las personas de los peligros de la “subversión”. Los militares iban a liderar el “Proceso de Reorganización Nacional”, convocando a los “padres, madres e hijos sanos de nuestro país” a que “cuiden el hogar. Preserven su seguridad. No acepten generosamente las ideas implantadas en las mentes jóvenes por expertos internacionales de la subversión... La seguridad y la paz del pueblo [...] se construye dentro del hogar y las escuelas”. (RAMOS, 2013, p. 99).

A Junta Militar buscou resgatar os velhos modelos tradicionais abolidos, de modo que as manifestações políticas em busca da afirmação social da mulher passaram a ser consideradas atitudes subversivas, revolucionárias, e até mesmo antidemocráticas, instaurando-se um clima de tensão entre o regime repressivo militar e o movimento feminismo, conforme Ramos (2013).

Um dos acontecimentos que ilustraram esse período foi o movimento “*Plaza de Mayo*”⁵³, em 1977, em que um grupo composto por 14 mulheres insurgiu-se contra o Poder Militar, em busca de informações sobre o paradeiro de seus filhos. Uma marcha silenciosa percorreu a praça como forma de protesto ao desaparecimento dos seus filhos. A maioria dessas mulheres era composta por mães dedicadas às suas famílias e aos afazeres domésticos. Elas foram guiadas pelo “afeto” e pela “solidariedade” em busca de seus filhos, e não imaginavam que tal ação modificaria a história do seu país definitivamente.

No início, o pequeno grupo de “Las Madres” não foi percebido pelo poder militar como algo subversivo. Era visto como um protesto transitório, pacífico e sem contexto político-partidário; por isso, não o suprimiram de imediato. Porém, com o passar do tempo, o movimento de “Las Madres” foi ganhando força e voz contra as falácias do regime militar, tornando-se uma força política incontestável. O golpe de Estado proposto pelo regime ditatorial e as profundas crises econômicas e sociais reconfiguraram a luta das mulheres na Argentina quanto às questões de gênero e à participação política das mulheres nos grupos de resistência e no combate ao autoritarismo.

As manifestações defendidas por “Las Madres” trouxeram grandes inquietações ao Estado argentino. “Las Madres” denunciavam o terrorismo do Estado; suas tentativas não foram em vão⁵⁴. Fortalecidas pela união de todas as mulheres que estavam sofrendo a mesma dor do silêncio, enfrentaram os militares em vários momentos. A elaboração do documento intitulado “Solo pedimos la Verdad”, sobre o desaparecimento dos seus filhos, configurou-se como um ato político que questionou o golpe militar e levou à reorganização política democrática da Argentina.

O processo de redemocratização nos países do Cone Sul entre 1979 e 1990 surgiu como um processo de resistência democrática e de fortalecimento das diversas classes sociais e dos diversos movimentos e atores sociais. O fim do regime militar ocorreu na Argentina, em 1983; no Brasil, em 1985; e em

⁵³ O movimento teve como fundadoras Marta Ocampo de Vázquez e Azucena Villaflor de Vicenti.

⁵⁴ Para se contrapor ao grupo de “Las Madres”, o regime militar não mediu esforços a fim de legitimar o grupo como “Concentración de Madres Terroristas”, considerando suas ações como uma organização para a desestruturação do regime.

1988, no Chile. O processo de transição chileno eclode com a derrota política sofrida pelo General Augusto Pinochet e do seu partido UDE nas urnas, após o plebiscito sobre a sua permanência no poder. Sua derrota foi vista como uma resposta das mobilizações sociais. A volta dos partidos políticos estava prevista na Constituição de 1980 (GARRETÓN, 1992).

Essa decisão tomada pelo povo chileno através do plebiscito desencadeou um processo de transição para a democracia. Em 1989 a democracia foi reconquistada pelas eleições, tendo como vencedor o candidato Patricio Alwyn, candidato de oposição da Democracia-Cristiana, apoiado pelos socialistas e comunistas. O apoio do CEMA-CHILE foi fundamental para a vitória de Patricio Alwyn em face do regime militar. Os organismos feministas participaram na linha de frente para a implementação de um novo Estado. O marco desse processo de redemocratização para as mulheres chilenas revela-se no fortalecimento de um discurso voltado para a igualdade de gênero e com a criação de um instituto para as mulheres, representado pelo Serviço Nacional da Mulher – SERNAM.

Para Carmen Ramos,

A partir del retorno a un régimen de carácter democrático, CEMA-Chile no continuó formando parte de las organizaciones presididas por la Primera Dama. Em 1990, Leonor Oyrzún, esposa del entonces Presidente Patricio Aylwin Azócar, transformó la Fundación Nacional de Ayuda a la Comunidad en INTEGRA, institución que se hizo cargo del trabajo con niños en situación de extrema pobreza, y también creó la Fundación de la Familia. Al año siguiente, se dio inicio al Programa de Promoción de la Mujer (PRODEMU), orientado a “apoyar y fomentar las organizaciones de base de mujeres e impulsar una red de encuentro para su plena incorporación como agentes activos en el desarrollo del país”. (RAMOS, 2013, p. 105).

No Brasil, o processo de abertura política se fortaleceu nos anos 80 com o governo do presidente João Figueiredo, após a anistia concedida aos condenados por crimes políticos. Nesse momento, chegava ao fim a linha-dura do regime militar. Com as eleições de 1982, a grande campanha das “Diretas Já!”, liderada pelos partidos de oposição, mobilizará o clamor popular pelo colégio eleitoral para a Presidência da República. Em 15 de janeiro de 1985 é eleito Tancredo Neves, que não tomou posse no cargo, vindo a falecer em 21

de abril. O vice-presidente José Sarney foi empossado na Presidência no dia 15 de março, pondo fim aos 21 anos de autoritarismo vividos no país. A participação das mulheres brasileiras e, de igual modo, das chilenas e das argentinas no processo de transição democrática, é percebida como fator de suma impotência.

Sônia E. Alvarez (1988) chama atenção para que essa abertura política, no Brasil e em outros países da América Latina, criou um espaço maior para a participação das mulheres, no que concerne à articulação e à reivindicação das demandas políticas. Questões antes vistas como “privadas” ou “pessoais”, com o processo de “redemocratização” passam a ser percebidas como questões políticas, geradoras de uma “politização do gênero”, tanto por parte das mulheres quanto na perspectiva dos partidos políticos e do Estado; todavia essa politização não é alcançada sem conflitos.

Nessa mesma perspectiva de Sônia Alvarez, Constanza Tabbush y María Constanza Díaz (2012) advoga que o processo de redemocratização na Argentina também criou um cenário da abertura política de visibilidade para as mulheres, mediante a maciça participação no movimento de Direitos Humanos e em partidos políticos. Esse ativismo não era novidade entre as mulheres argentinas, pois desde o século XIX já expressavam reivindicações políticas.

(...) a la última dictadura militar, durante la cual se desarticuló el feminismo como movimiento, a pesar de que las feministas seguían participando en distintos espacios políticos. Para el caso de mujeres incorporadas a partidos políticos, la diputada describió el clima previo a la recuperación de la democracia como de una gran efervescencia partidaria, que derivó en el triunfo del radical Raúl Alfonsín con el 51% de los votos. Momentos de gran peso histórico como aquel tuvieron como correlato un fuerte trabajo realizado por las mujeres al interior del partido, aunque, señaló la diputada, ello no implicó que los puestos políticos fueran ocupados luego por mujeres. (Tabbush y Díaz, 2012, p. 96).

Contudo, mesmo no governo constitucional, os movimentos de mulheres e o feminismo encontraram obstáculos nesse novo cenário histórico, tanto por parte do bloco conservador como da própria Igreja. As lutas das mulheres argentinas a favor do divórcio, do aborto e da participação política não eram

mais contra um Estado ditatorial, mas contra uma sociedade constitucional não democrática.

A pesar de la participación femenina en los partidos, organizaciones y foros multisectoriales, de la creación de nuevos organismos estatales y de los avances logrados en materia de legislación, la década de 1980 estuvo caracterizada por la ausencia de mujeres en cargos políticos de decisión y representación. Entre 1983 y 1989, solo unas pocas mujeres ocuparon bancas en el Congreso de la Nación, de modo que la democracia permitía a las mujeres el ejercicio del derecho a elegir a sus representantes pero, en los hechos, vulneraba su posibilidad de ser ellas mismas representantes. (Tabbush y Díaz, 2012, p. 97).

É importante lembrar que a abertura política que o Brasil, o Chile e a Argentina alcançaram não é somente fruto de sua política interna. O cenário internacional através de seus tratados junto a essas nações criaram mecanismos (ONU, UNIFEM, CEDAW etc.), impulsionados pelos movimentos sociais e pelo movimento feminino, e as experiências europeias legitimaram, promoveram e estimularam os direitos humanos, as liberdades sexuais na efetivação dessas ações afirmativas. Esses dispositivos forneceram um novo repensar das questões das mulheres ante as múltiplas barreiras como o mercado de trabalho, o acesso à educação e sua participação no campo político-partidário (Lei de Cotas para as Mulheres). Esse repensar sobre os direitos das mulheres pelos órgãos internacionais acarretou novas discussões diante da violência sofrida pelas mulheres no contexto histórico desses países do Cone Sul, sobretudo a perpetrada pelos regimes autoritários.

Outro fator importante que decorre da redemocratização dos países do Cone Sul, neste caso, Brasil, Chile e Argentina, é a visibilidade da representação da força política das mulheres no campo político. Vale ressaltar que essas forças políticas por parte das mulheres proporcionaram a possibilidade, pela primeira vez, da presença de uma mulher no cargo de presidenta da República: no Chile com Michelle Bachelet (2006), na Argentina com Cristina Kirchner (2007), e no Brasil com Dilma Rousseff (2010).

3.1 Trajetórias cruzadas entre a ditadura e a redemocratização: Dilma Rousseff, Michelle Bachelet e Cristina Kirchner

Abordarei agora as trajetórias históricas e políticas de Dilma Rousseff, Michelle Bachelet e Cristina Kirchner. Essas mulheres, ao vivenciarem de forma singular e complexa suas histórias de vida, se cruzam e se complementam no exercício da militância política. De forma sucinta apresentarei suas biografias e suas trajetórias políticas no item 3.3.2.

3.2 Presidenta Dilma Rousseff: biografia e trajetória política no Brasil

Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher. Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão. **Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial, pois ela traz consigo uma enorme responsabilidade perante a nação. Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira.** Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha da sua imensa energia. [...] Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, **ser presidentas**; e para que – no dia de hoje – todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher.” (Dilma Rousseff, 2011).



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=capas+da+revista+%C3%A9poca+-+dilma-rousseff-foi-eleita-em-2010-e-entao-reeleita-em-2014.html&rlz=1C1CHHM_pt-BRBR758BR759&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwi7qrmB77bWAhUIhZAKHQYfC6wQ_AUICigB&biw=1366&bih=613#imgsrc=s6Bg4EUI2hInFM:>> Acessado em: outubro de 2015.

Dilma Vana Rousseff⁵⁵ Linhares nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 14 de dezembro de 1947. É filha do imigrante búlgaro Pedro Rousseff, advogado e naturalizado brasileiro, e da professora primária Dilma Jane Coimbra da Silva, nascida em Resende (RJ). Seus pais tiveram três filhos: Igor, Dilma e Zana.

Dilma Rousseff iniciou seu estudo ginasial no tradicional Colégio Nossa Senhora de Sion em 1953. Após o término do ginásio recusou seguir o modelo proposto às moças de sua era: o curso formal para professora, tão comum naquela época, destinado para as mulheres. Decidiu realizar o processo seletivo do ensino médio no Colégio Estadual Governador Milton Campos – Estadual Central (mesmo colégio do ex-Presidente da República Getúlio Vargas) em 1964. Este colégio era conhecido por sua trajetória centenária, pela relevância dos seus professores e pela predominância masculina em seu quadro de alunos.

(...) o Colégio Central era o coração do movimento estudantil secundarista, celeiro de quadros da esquerda. Um lugar muito especial para se transitar da adolescência à juventude, a porta para todas as descobertas: música, literatura, cinema, política, paixão. Dilma chegou ali em março de 1964, apenas duas semanas antes do golpe militar. Ainda ecoavam no pátio as canções engajadas de Vinicius de Moraes e Carlos Lyra, inspiradores dos universitários Edu Lobo e Chico Buarque. Ainda sopravam ali os ventos do Cinema Novo de Nelson Pereira dos Santos e Glauber Rocha, do teatro de Oduvaldo Vianna Filho e Dias Gomes, da poesia de João Cabral e Geir Campos. O Centro Popular de Cultura, o CPC da UNE, ainda era a esquina onde todos se encontravam. (AMARAL, 2011, p. 33).

O Colégio Estadual era o centro da efervescência estudantil da capital mineira, o que contribuiu para o interesse de Dilma pelos ideais socialistas em sua adolescência. Aos 12 anos, ganhou do seu pai a obra “Germinal”, de Émile Zola, um clássico na iniciação política de muitas gerações. Dilma também teve acesso a “Humilhados e ofendidos”, de Dostoiévski, outro livro de temática social forte.

⁵⁵ Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/biografia>>. Acessado em: 17 outubro de 2015.

Aos 16 anos Dilma dá início à vida política ativista, integrando organizações de combate ao regime militar durante toda a sua juventude. Posteriormente seu livro guia seria a obra a “Comédia Humana”, de Balzac. Essas influências literárias, proporcionadas pelo seu pai, Pedro Rousseff, serão de suma importância para sua trajetória política. Seu pai teve participação no Partido Comunista búlgaro e fugiu de sua terra por razões políticas, ameaçado de morte diz Ricardo Amaral (2011).

Nos anos 60, Dilma Rousseff participou da luta armada junto a organizações clandestinas e de esquerda, entre elas a Política Operária – Polop e o Comando de Libertação Nacional – COLINA. Sua luta em busca de transformações sociais vai se intensificando com o tempo. Em 1967, Dilma se casa com o esquerdista e jornalista Claudio Galeno de Magalhães Linhares e entra para a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Em 1969, com 22 anos de idade, foi presa pela Operação Bandeirante (Oban) e levada ao Rio de Janeiro para prestar depoimento na Primeira Auditoria Militar.

Naquele período, esteve casada com o advogado e militante político gaúcho Carlos Franklin Paixão de Araújo. Juntos, participam da organização clandestina Vanguarda Armada Revolucionária Palmares – VAR-Palmares. São presos e sofrem a perseguição da Justiça Militar do Rio de Janeiro. Durante interrogatório Dilma Rousseff é condenada por “subversão” pela junta de militares do DOPS – Departamento de Ordem Política e Social; passará o período de três anos, de 1970 a 1973, em uma cela no presídio Tiradentes, na capital paulista. Após longas torturas e sofrimentos teve sua liberdade em 1973.

Ao sair do cárcere, muda-se para Porto Alegre, sujeitando-se ao processo seletivo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a Faculdade de Economia da UFRGS, começando uma nova vida. Na Universidade, Dilma teve a oportunidade de estudar o “marxismo, muito Lênin e o velho Althusser” (AMARAL, 2011, p. 83).

Em 1974, tem o seu primeiro emprego, tornando-se estagiária da Fundação de Economia e Estatística do governo do Rio Grande do Sul – FEE. Sua vivência nesse Estado foi fundamental para sua entrada na vida política nos anos de 1985 a 1988.

Em junho de 1975, recebeu o convite para participar do Movimento Feminista pela Anistia através de Therezinha Zerbini. Durante esse encontro

Dilma volta para Porto Alegre com uma cópia do Manifesto da Mulher Brasileira em Favor da Anistia, cujo objetivo era defender a libertação dos presos políticos, o retorno dos exilados e o fim das cassações. Após a leitura do documento, tornou-se a primeira coordenadora do movimento em Porto Alegre, mas sua participação no movimento foi singela por dois motivos: o período que passou na prisão impossibilitou-a de exercer seus direitos políticos (suspensa durante dez anos) e por questões familiares, pois estava grávida de sua filha (Paula Rousseff de Araújo, nascida em 1976). Por esses dois motivos não pôde participar na linha de frente do movimento feminista do Sul, passando tal tarefa para Lícia Peres⁵⁶, uma ativista baiana e companheira de lutas sociais. Essa parceria rendeu ao manifesto feminino do Rio Grande do Sul mais da metade das assinaturas em todo o país em prol da Anistia no Brasil. Dilma esforçou-se para conciliar a maternidade e a militância, acompanhado a distância os acontecimentos sociais (AMARAL, 2011, p. 86).

Em 1979 Dilma Rousseff foi aprovada pela Universidade de Campinas – Unicamp para continuar a sua carreira acadêmica no programa de pós-graduação de Ciências Econômicas. Por causa de sua maternidade e militância não conseguiu defender sua tese ⁵⁷, mesmo tendo sido aprovada nas disciplinas. Nesse período, sua participação na campanha pela Anistia se intensifica, e uma nova abertura política levará Dilma Rousseff e Carlos Araújo a participarem da fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio Grande do Sul.

Durante os anos de 1980 a 1985, trabalhou como assessora da bancada estadual do PDT e, posteriormente, através do convite do prefeito Alceu Collares, ocupou o cargo da Secretaria de Minas e Energia do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1991 e 1994 e, em 1998, no governo de Olívio Dutra (PDT).

Com a redemocratização do país nos anos 80 e com a volta do multipartidarismo no Brasil, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 2001. Por sua atuação no Rio Grande do Sul, Dilma Rousseff é convidada pelo

⁵⁶ Socióloga, feminista e fundadora do núcleo gaúcho do movimento feminino pela anistia em 1975.

⁵⁷ Essa expressão é usada pelo jornalista Ricardo Amaral. AMARAL, Ricardo Batista. **A vida quer é coragem**: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil. Rio de Janeiro. GMT. Ed. Ltda. 2011.

presidente Lula para o cargo de Ministra de Minas e Energia em 2002, ficando no cargo até 2005. Nesta ocasião, por causa de várias denúncias sobre o mensalão, que envolviam o então Ministro da Casa Civil (José Dirceu), assume o cargo de Ministra da Casa Civil, sendo a primeira mulher no Brasil a exercer tal cargo.

Por sua dedicação e por sua representação na esfera político-partidária, Dilma foi indicada como pré-candidata à Presidência⁵⁸ em 20 de fevereiro de 2010, pela Convenção Nacional do PT, presidida por José Eduardo Dutra. Em 31 de outubro de 2010, no segundo turno das eleições, Dilma Rousseff (PT), com 63 anos e contando com 56 milhões de votos, foi a primeira mulher eleita Presidenta da República Federativa do Brasil, tornando-se a 36ª Presidenta do país, vencendo o tucano José Serra (PSDB).

Sua eleição teve a intensa participação do presidente Lula nos meios de comunicação, através da “Propaganda do Horário Político Eleitoral Gratuito⁵⁹”. O PT fez um grande investimento na divulgação de Dilma para o cargo de Presidenta da República Federativa do Brasil. Para ter acesso ao eleitorado brasileiro, teve como meta intensificar o Plano de Governo intitulado “O Brasil mudou. E vai continuar mudando”; neste, estavam contidos os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

A estratégia, com o nome de Dilma, era continuar as profundas transformações econômicas, sociais e políticas, e manter os mecanismos de igualdade das mulheres na vida pública implantados no primeiro e segundo governo Lula, entre os anos de 2003 e 2010⁶⁰. Todo o foco da campanha dava-se no verbo “mudar”, assegurando que o Brasil continuaria “Seguindo em Frente” ao rumo certo⁶¹ – assim como um torneiro mecânico, um homem do povo e nordestino, conseguiu alcançar esse espaço de poder em 2002, ao

⁵⁸ <http://veja.abril.com.br/brasil/pt-lanca-dilma-como-pre-candidata-a-presidencia/> Acessado em: novembro de 2015.

⁵⁹ A “propaganda partidária tem por finalidade divulgar, pelo rádio e pela televisão, assuntos de interesse das agremiações partidárias – de acordo com o disposto nos arts. 45 a 49 da Lei nº 9.096/95.” <http://www.tse.jus.br/partidos/propaganda-partidaria/propaganda-partidaria>. Acessado em: novembro de 2015.

⁶⁰ Ver Plano de Governo do Presidenta Lula, intitulado “Lula de Novo com a Força do Povo” (2007-2010). Acessado em: novembro de 2015.

⁶¹ Ver vídeo Dilma Rousseff PT 13 – Horário Eleitoral 17/8 Noite – Eleições 2010. https://www.youtube.com/watch?v=z5Us_rDV1lc. Acessado em: novembro de 2015.

ganhar o seu primeiro diploma, não como estudante de nível superior, mas como Presidente da República e mudou o Brasil⁶².

Os brasileiros e as brasileiras, por essa experiência consolidada, já estavam preparados para dar um novo rumo e construir um novo tempo para a sociedade brasileira. Este seria possível com a presença de uma mulher na Presidência, para o Brasil seguir mudando. Como podemos perceber no *jingle* da campanha de 2010, intitulado “Seguir em Frente”:

Pra seguir em frente eu faço feito Lula, eu tô com ela, ela ajudou ele a conquistar pra gente um Brasil melhor, **ela tem muito dele, mas é diferente porque é mulher, ela aprendeu com ele, eu confio nela, é o que a gente quer.** Vem, Dilma, vem levar esse novo Brasil muito mais à frente, fazer como Lula fez, o povo mais contente, fazendo crescer e florir um Brasil do orgulho por todo lugar. Vem, Dilma vem mostrar o que você aprendeu com esse cabra valente, vem continuar essa história, vem cuidar da gente. Por tudo isso eu vou querer com Dilma ir em frente.

Foi lançada a imagem da Presidenta Dilma Rousseff no cenário político brasileiro em 2010, já que era necessário continuar em frente com esse projeto que tanto beneficiou a população marginalizada e carente do país. Em 20 de fevereiro de 2010, José Eduardo Dutra, presidente do PT em Convenção Nacional, declara por “decisão unânime Dilma Rousseff pré-candidata do PT⁶³” à Presidência do Brasil para as eleições de 2010. Assim, nasce uma “estrela” com o *jingle* “Sem Medo de Ser Feliz”⁶⁴, do compositor Wagner Tiso, cujo refrão era “Dilma lá, brilha uma estrela, Dilma lá, cresce a esperança⁶⁵”. E dos compositores João Santana, João Andrade e Kapenga, com “Uma brasileira”, entre outras, como “Deixo em tuas mãos o meu povo”⁶⁶, “Marchinha da Dilma” e “Meu povo tá querendo Dilma”. Todos esses *jingles* buscavam mostrar à

⁶² <https://www.youtube.com/watch?v=50SqAAjOvwl>. Acessado em: novembro de 2015.

⁶³ A votação possuiu uma esfera simbólica, pois a candidata Dilma tinha maior aceitação dentro do PT, por ser uma escolha direta do Presidente Lula.

⁶⁴ https://www.youtube.com/watch?v=ALH_czGoG2Q. Acessado em: novembro de 2015.

⁶⁵ “Dilma Lá” é uma versão 2010 para o histórico *jingle* “Lula Lá”, de 1989, do compositor Wagner Tiso. <https://www.youtube.com/watch?v=vQgVLkvKVpQ>. Acessado em: novembro de 2015.

⁶⁶ <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/deixo-em-tuas-maos-o-meu-povo/>. Acessado em: novembro de 2015.

população brasileira a parceria de Lula com Dilma e a confiança do ex-Presidente no comando da Presidência nas mãos de uma mulher, como podemos perceber na letra da música dos compositores João Santana, João Andrade e Kapenga, intitulada “Deixo em tuas mãos o meu povo”:

Deixo em tuas mãos o meu povo
e tudo o que mais amei
mas só deixo porque sei
que vais continuar o que fiz
E o meu país será melhor
e o meu povo, mais feliz
do jeito que sonhei e sempre quis
Quando passo no meu Nordeste
vejo quanto já fizemos
Mas ainda o que farás
Sei que o Sul tu tens carinho
Porque ele te acolheu
Quando precisavas mais
Sei que amas o Sudeste
Meu São Paulo, nosso Rio
E tua Minas Gerais
Que te viu jovem e valente
e logo te verás primeira presidenta
No Norte sei que jamais
O povo, a mata e as águas esquecerás
E no Centro-Oeste eu sei
que cuidarás da semente
que com muito amor plantei
Agora as mãos de uma mulher
vão nos conduzir
Eu sigo com saudade
Mas feliz a sorrir
pois sei, o meu povo ganhou uma mãe
que tem um coração
que vai do Oiapoque ao Chuí
Deixo em tuas mãos o meu povo.

Nesse *jingle*, Lula demonstra sua preocupação com o “povo” brasileiro. Essa inquietação é notada na canção ao repetir “Deixo em tuas mãos o meu povo”, no primeiro e último verso, deixando para a sucessora uma mensagem de confiança e otimismo, pois “só deixo porque sei que vai continuar o que fiz”. E que “cuidarás da semente que com muito amor plantei. Agora as mãos de uma mulher vão nos conduzir”. Deste modo, Lula chama a atenção do seu eleitorado para a capacidade profissional que sua candidata possui em administrar o Brasil, legitimando no imaginário social que “ela sabe o que faz”.

Outro fato importante é que Lula, durante suas participações na divulgação de Dilma ao povo brasileiro, sempre reforça sua imagem de mulher e de mãe, neste caso, de ser mãe do povo brasileiro, pois assim o povo estaria muito bem cuidado. Entre os principais efeitos da campanha, o que se esperava era que a população se visse inserida no processo de identificação, ou melhor, pertencente a esses dois grupos tão marginalizados e excluídos pela sociedade: o do homem simples e o da mulher marginalizada, *ethos* iguais à de muitos brasileiros em condições similares, sendo ambos capazes e dotados da sagacidade e da experiência que lhes permitem resolver as crises do “povo” brasileiro, já que Lula e Dilma nasceram da luta de um grupo de marginalizados e oprimidos, conforme afirma GALDIN (2012).

Destarte, Lula tinha a finalidade de assegurar ao eleitor que o candidato que melhor o substituiria era uma mulher, herdeira não somente de sua trajetória política, mas principalmente de suas conquistas e de seus avanços sociais. Em sua perspectiva, Dilma Rousseff trazia em sua própria história semelhança com a vida pessoal e política de Lula, isto é, uma vida marcada por opressão, marginalização, violência e tortura por parte de uma sociedade elitista e conservadora.

Como podemos perceber em Gandin:

Lula nasceu pobre, em Pernambuco. E criança veio para São Paulo. Tornou-se líder sindical, foi preso pela ditadura e fundou o PT. Dilma nasceu numa família de classe média de Minas e bem jovem enfrentou e foi presa pela ditadura. Recomeçou a vida no Rio Grande do Sul, casou, tornou-se mãe, economista e a primeira mulher a ser secretária de Finanças da prefeitura de Porto Alegre, e depois secretária estadual de Minas e Energia. **Um dia, essas histórias se uniram.** Lula se tornou o primeiro operário presidente, e Dilma a primeira mulher a ser ministra de Minas e Energia, presidenta do conselho de administração da Petrobrás e ministra-chefe da Casa Civil. Lula deu rumo ao Brasil, Dilma coordenou todo o ministério e programas como o PAC, Minha Casa, Minha vida e Luz Para Todos. Lula está encerrando o mandato como o melhor presidente da nossa história. Inovou, rompeu barreiras, mudou o país. Não por acaso quer passar a faixa à primeira mulher presidenta do Brasil. (reprodução do HGPE, citado em GANDIN, 2012).

A união dessas duas histórias se fortalece na Convenção Nacional do PT, dos partidos de coligação e do próprio presidente Lula. Toda a campanha

visava projetar no imaginário da população brasileira que uma nova esperança estava surgindo, ou como nos *jingles* da campanha de 2010, uma nova “Estrela”.

No entanto, segundo Eugenia Castañeda e Luciana Veiga:

Ao ser lançada candidata a Presidenta, Dilma Rousseff era uma nome novo na política brasileira. Até 2008, metade dos brasileiros sequer haviam ouvido falar em Dilma Rousseff (48% a desconheciam de acordo com pesquisa Datafolha, realizada em março de 2008). Ainda que desde 2003 ocupasse um Ministério no Governo Lula. Sua primeira pasta foi como Ministra das Minas e Energias, de 2003 a 2005; depois assumiu a chefia da Casa Civil (...). Foi apenas com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que a Ministra ganhou evidência, chegando em fevereiro de 2010, dois meses antes de deixar o cargo para se candidatar, tendo uma taxa de conhecimento de 86%. (CASTAÑEDA e VEIGA, 2012, p. 61).

Para reduzir esse índice de desconhecimento de Dilma Rousseff no cenário político e na sociedade brasileira, o ex-Presidente Lula passa a participar da campanha ao lado da futura candidata à Presidência da República, tornando-se uma figura fundamental para que sua sucessora obtivesse êxito nas eleições de 2010.

Segundo Galdin,

Em 2010, embora não disputando cargo político, Lula apareceu na disputa eleitoral para angariar votos para a candidata de seu partido Dilma Rousseff, ex-ministra-chefe da Casa Civil de seu governo e, principalmente, para transferir os votos de seu eleitorado à sua sucessora. Para tanto, Dilma é considerada como coautora de tudo o que foi feito no governo de Lula, ou melhor, no governo de Lula e Dilma, como afirma o discurso dos programas eleitorais da candidata. (GALDIN, 2012, p. 71).

O caminho apontado por Lula e o PT foi mostrar à população brasileira que a candidata Dilma era partícipe de todo projeto político do seu governo e que se a candidata à Presidência, Dilma, vencesse as eleições, daria continuidade aos projetos sociais que tanto beneficiariam os brasileiros e as brasileiras, principalmente aqueles que viviam à margem da sociedade. Como na canção “Uma Brasileira”.

Meu Brasil querido
Vamos em frente

Sem voltar pra trás
 Pra seguir mudando
 Seguir crescendo
 Ter muito mais
 Meu Brasil novo
 Brasil do povo
Que o Lula começou
Vai seguir com a Dilma
Com a nossa força
E com o nosso amor
Ela sabe bem o que faz
Ela já mostrou que é capaz
 Ajudou o Lula a fazer pra gente um Brasil melhor
 Lula tá com ela
 Eu também tô
 Veja como o Brasil já mudou
 Mas a gente quer mais
 Quer mais e melhor
É com a Dilma que eu vou
É a mulher e sua força verdadeira
Eu tô com Dilma
Uma grande brasileira
É a mulher e sua força verdadeira
 Eu tô com Dilma
 Uma grande brasileira
 Lula tá com ela
 Eu também tô
 Veja como o Brasil já mudou
 Mas a gente quer mais
 Quer mais e melhor
 É com a Dilma que eu vou
 Lula tá com ela
 Eu também tô
 Veja como o Brasil já mudou
 Mas a gente quer mais
 Quer mais e melhor
 É com a Dilma que eu vou

Lula, durante a campanha de 2010, ressaltou em Dilma, através dos seus discursos, sua capacidade de gestora em atuações anteriores, neste caso, sua atuação como Ministra da Fazenda, Ministra de Minas e Energia e Ministra-Chefe da Casa Civil, para assegurar ao seu eleitorado que sua candidata é uma mulher que “sabe bem o que faz”, que “já mostrou que é capaz” e que “ajudou o Lula a fazer pra gente um Brasil melhor”. Essa projeção era necessária, pois a candidata à Presidência Dilma Rousseff era uma novidade no cenário político e para o povo brasileiro. Para a sua vitória na política brasileira, sua imagem deveria estar vinculada ao Presidente Lula.

Essa vinculação gerou um grande furor por parte de seus adversários. Durante o pré-lançamento da ex-ministra, Lula asseverou que Dilma Rousseff não deveria ser vista como uma “candidata tampão”. Segundo Lula, “a Dilma não é candidata do Lula. Candidata tampão porque vai preparar a volta do Lula. Não é verdade. Rei morto, rei posto. Eu quero eleger a Dilma para que ela governe um primeiro mandato extraordinário e em um segundo mandato consiga autoridade política”, retrucou o Presidente Lula⁶⁷.

3.3 Presidenta Michelle Bachelet: biografia e trajetória política no Chile

Gracias, chilenas y chilenos, gracias por esos aplausos, gracias por esas sonrisas que me regalan a cada momento, gracias por los abrazos. Me siento privilegiada por recibir tanto cariño. Quiero dirigir mis palabras a todos y cada uno de los chilenos y chilenas, sin exclusión (...). Nace un nuevo tiempo. Tiempo de alegría, tiempo de hombres, tiempo de jóvenes y de niños, tiempo de mujer. Es tiempo de todos en ésta, mi querida patria, la patria de todas y todos los ciudadanos. (Michelle Bachelet, 2006).

Michelle Bachelet, histórica primera Presidenta de Chile

- Doctora socialista de 54 años superó votación alcanzada por el Presidente Lagos el 2000. Obtuvo 1,7% de sufragios más que la Concertación en diciembre.
- Sebastián Piñera logró 2,1% menos que sus votos sumados a los de Larraín en primera vuelta. Abanderado opositor reconoció su derrota y visitó a la vencedora.
- Candidata oficialista alcanzó 8,54% más que lo que había conseguido el 11 de diciembre. Postulante de la Alianza sólo la superó en una región: la Novena.



Fonte: http://jgalemparte.blogspot.com.br/2006_01_01_archive.html.
Acessado em: outubro de 2015.

⁶⁷<http://veja.abril.com.br/brasil/pt-lanca-dilma-como-pre-candidata-a-presidencia/>. Acessado em novembro de 2015.

Verônica Michelle Bachelet Jeria⁶⁸ nasceu em Santiago no dia 29 de setembro de 1951, filha do chileno Alberto Arturo Miguel Bachelet Martínez, general da brigada da Força Aérea do Chile, e da arqueóloga Angela Jeria Gómez, nascida em Talca, Chile. Em razão do trabalho do seu pai, passou sua infância nas dependências da Força Aérea e sua adolescência em Bethesda, nos Estados Unidos⁶⁹. Ao retornar para o Chile, Michelle Bachelet cursou o secundário no Liceo nº 1 para meninas em Santiago. Sempre destacada em seus estudos, alcançou em nível nacional a maior pontuação. Cursou entre os anos de 1972 a 1975 a Faculdade de Medicina da Universidade do Chile.

Michelle Bachelet traçou a sua vida política desde muito cedo, sob a influência militar do pai, o general Alberto Bachelet, que, naquela época, era membro da Unidade Popular. O golpe militar de 1973, encabeçado por Augusto Pinochet, trouxe experiências traumáticas para Bachelet, que acompanhou a prisão e o encarceramento do seu pai, que resultou em seu falecimento na prisão em 11 de setembro de 1973, fato que marcará profundamente a sua vida. Isso representou o estopim que impulsionou a vida política de Michelle Bachelet no período militar por meio da “Juventude Socialista”, partido de esquerda. A militância no Partido Socialista, em pleno período da ditadura de 1973, acarretou as prisões e torturas de Michelle Bachelet e da sua mãe por parte dos militares, em 1975, já que a jovem Michelle junto com os seus companheiros de partido apoiaram companheiros perseguidos pelo governo de Pinochet.

Após o cumprimento do período de um ano de prisão, Michelle Bachelet e sua mãe, Angela Jeria, conseguiram exílio político na Austrália e, posteriormente, na Alemanha Oriental, ocasião em que teve a oportunidade de prosseguir com o curso de Medicina. Michelle Bachelet e sua mãe retornam do exílio em 1979, tendo concluído a graduação de Medicina (cirurgiã pediatra), com especialização em epidemiologia, no Chile, em 1982.

Contudo, perseguições políticas impossibilitaram Bachelet do exercício de sua profissão (até então atuava no Partido Socialista), necessitando solicitar autorização ao Estado chileno para tais fins, tendo conseguido desempenhar

⁶⁸ Disponível em: <http://www.bibliotecaminsal.cl>. Acessado em: 12 de outubro de 2015.

⁶⁹ Disponível em <<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/b/bachelet.htm>>. Acessado em: setembro de 2015.

sua habilitação profissional apenas entre os anos 1990 e 1998, quando foi admitida no Serviço de Saúde Oeste Metropolitano, onde atuou na Comissão Nacional de AIDS e fez parte da Organização Pan-Americana de Saúde.

Durante o governo do Presidente Ricardo Lagos, Michelle Bachelet assumiu o posto de Ministra da Saúde de 2000 a 2002, sendo este o primeiro cargo de relevância que assumiu depois da volta do exílio. Ao exercer o cargo teve de renunciar ao Comitê Político Socialista. Em sua gestão enfrentou dois problemas na saúde chilena: as enormes filas (chamadas de *colas*) de espera nos postos públicos e a reforma estrutural do sistema público para permitir o acesso universal e igualitário ao povo chileno.

Durante esse período, Bachelet realizou um curso em Washington sobre técnicas de estratégia militar, ocasião em que alcançou o cargo de Conselheira do Ministério da Defesa Nacional no Chile, em 2002 – primeiro cargo dirigido por uma mulher em seu país e na América Latina. Como Ministra de Defesa, Michelle Bachelet buscou implantar a igualdade de gênero nas forças de segurança do Chile; por esse ato, sua popularidade aumentou nas pesquisas de opinião e seu nome foi apontado como uma possível pré-candidata à Presidência da República. Com o fim da ditadura militar e a volta da democracia nos anos de 1990, Michelle Bachelet segue a carreira política, fortalecendo-se dentro do próprio partido e tornando-se conhecida da população de seu país.

Outro fato importante para a consolidação da sua imagem pública foi quando Michelle Bachelet, ao visitar o norte de Santiago, para uma visita de inspeção ocasionada pelas fortes chuvas na região, aparece num tanque em busca de desabrigados. Este evento será considerado como o estopim para o que podemos chamar de o nascimento do fenômeno Bachelet.

Em 2006, aos 55 anos, Bachelet venceu as eleições para a Presidência do Chile com 53,49% dos votos, materializando-se na 48ª Presidenta e a primeira mulher da história do Chile a ser eleita Presidenta. Sua vitória representou um importante avanço para a luta das mulheres no Chile por atingir o âmago da sociedade tradicional-conservadora, patriarcal e clerical que comandava o país. Nesse contexto, importante se faz destacar um trecho de seu discurso de posse ao povo chileno:

(...) soy mujer, socialista, divorciada y agnóstica. La política entró a mi vida destrozando lo que más amaba. Porque fui víctima del odio, he consagrado mi vida a revertir su garra y convertirlo en comprensión, tolerancia y, por qué no decirlo, en amor.⁷⁰

No ato de posse, milhares de mulheres saíram às ruas utilizando-se de faixas e cartazes presidenciais como forma de apoio à luta da mulher, clamando que a vitória alcançada nas urnas não era somente da Presidenta, mas de toda a população chilena, em especial das mulheres⁷¹ (LA NACIÓN, 2015).

No exercício de seu primeiro mandato, Michelle Bachelet dirigiu os trabalhos de governança de Estado para promover a igualdade de gênero na sociedade bem como para a aplicação da força feminina na esfera pública, o que lhe acarretou pesadas crítica pelas camadas conservadoras e da elite burguesa.

Contudo, em que pesem as ações depreciativas manifestadas pelos grupos de oposição, Michelle Bachelet obteve o apoio da maioria do povo chileno, conquistando a aprovação de aproximadamente 80% da nação, conforme apontam as pesquisas realizadas em 2010, último ano de seu mandato (DIARIO LA NACIÓN, 2015). Também ocupou a presidência da União de Nações Sul-Americanas – UNASUR, entre 23 de maio 2008 e 10 de agosto de 2009. Com o término de seu mandato como presidenta, tornou-se a primeira presidenta das Nações Unidas Sul-Americanas, ficando sob sua responsabilidade a agência das Nações Unidas para Igualdade de Gênero – ONU Mulheres.

Vale destacar que toda a trajetória política de Michelle Bachelet sempre teve como fio condutor a morte do seu pai. Essa perda ocorrida na juventude representou o símbolo da sua bandeira de luta, dando-lhe força e coragem para continuar lutando pelos direitos do povo chileno.

⁷⁰Trecho disponível em: <<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/b/bachelet.htm>>. Acessado em: outubro de 2015.

⁷¹ Disponível em: www.lanacion.com. Acessado em: 12 de outubro de 2015.

3.4 Presidenta Cristina Fernández Kirchner: biografia e trajetória política na Argentina

Muchas gracias, muy buenos días a todos y a todas.

Señores jefes y jefas de Estado que nos acompañan; señores jefes de delegaciones representantes de gobiernos extranjeros; señor Presidenta de la Suprema Corte de Justicia de la Nación; señoras y señores legisladores; pueblo de mi patria: como todos se imaginarán, hoy no es un día fácil para esta Presidenta. Pese a la alegría y la contundencia del voto popular, falta algo y falta alguien; alguien que hace exactamente ocho años y cinco meses, en este mismo lugar que hoy estoy ocupando yo, y yo sentada frente a él, venía a decirle a todos los argentinos que él venía y pertenecía a una generación diezmada, que 30 años antes de ese 25 de mayo, había estado junto a cientos de miles en esta misma Plaza de Mayo vitoreando y festejando también la llegada de otro gobierno popular luego de 18 años de proscripciones (Cristina Kirchner, 2007).



Fonte: <https://acevedo360.files.wordpress.com/2015/10/cristina-2007.jpg>. Acesso em: outubro de 2015.

Cristina Fernández Kirchner⁷² nasceu no dia 19 de fevereiro de 1953, na cidade de La Plata, capital da província de Buenos Aires. De uma família de classe média, filha de Eduardo Fernández e Ofelia Wilhelm, herdou de ambos o gosto pela práxis política, já que sua mãe na juventude foi ativa militante do

⁷²Informações obtidas no site <<http://www.cfkargentina.com/>> <<http://www.casarosada.gob.ar/la-presidenta/biografia>>. Acessado em: outubro de 2015.

Partido Justicialista⁷³, e seu pai, empresário de porte médio no ramo de transportes, era um grande simpatizante da União Cívica Radical⁷⁴.

Estudou os primeiros anos no *Colegio Comercial San Martín*, completando o ginásio no *Colegio Nuestra Señora de la Misericordia*, ambos na cidade de La Plata. Realizou seus estudos universitários na Faculdade de Direito na Universidade Nacional de La Plata (UNLP), formando-se em Direito no ano de 1973. Na Juventude Cristina fortaleceu sua vocação para a política, o que pôde ser denotado através de sua participação nos movimentos políticos a favor dos Direitos Humanos na UNLP, sendo esse espaço o início de sua militância política, compartilhando os mesmos objetivos propostos pela “*Frente de Agrupaciones de Eva Péron*” (FAEP). Participou da “Federação Universitária pela Revolução Nacional” (FURN), cujo objetivo era construir a Juventude Universitária Peronista (JUP), ou o peronismo de esquerda universitário dos anos 70.

Em outubro de 1974 conhece o militante Néstor Kirchner; milita ao lado dele na JUP. Casaram-se em 9 de maio de 1975, residindo na província de Santa Cruz, onde ambos passaram a se dedicar às suas atividades de advogados no escritório de advocacia Kirchner. Mesmo exercendo suas atividades de advocacia, Cristina Kirchner continuava ao lado de Néstor, engajada na sua ideologia política e junto com diversos ativistas políticos e jovens universitários, exerce várias atividades políticas na Argentina.

Porém, com o golpe militar de 1976, Cristina Kirchner e Néstor Kirchner tiveram de refugiar-se em Rio Gallegos, na Patagônia. Neste período, exerceu sua militância arduamente na clandestinidade para combater o regime instalado pelos militares, cujo objetivo era a defesa da soberania do “Estado”. Tal justificativa por parte da ditadura civil-militar não só atingiu a Argentina, mas

⁷³ Vale destacar que o Partido Justicialista (PJ), desde sua origem nos anos 40, devido às mobilizações de trabalhadores na Argentina, tornou-se um partido de grande relevância no cenário político do país. Seu grande apoiador e um dos fundadores foi o general Juan Domingo Perón, que munido de uma ideologia política voltada à defesa da sindicalização e dos direitos trabalhistas, consolidou-se como expoente da classe trabalhadora. Por sua participação, o PJ também é conhecido como Partido Peronista. Contudo, a Lei 19.102/1971 proibiu os partidos políticos de conter em seu nome designações pessoais ou derivados, consolidando-se desde então como Partido Justicialista (PJ).

⁷⁴ https://www.biografiasyvidas.com/biografia/f/fernandez_de_kirchner.htm. Acessado em: outubro de 2015.

todos os países da América do Sul, a exemplo do Brasil e do Chile, como descrito anteriormente capítulo anterior.

Com o retorno da democracia à República Argentina, Cristina Kirchner alcançou seu primeiro cargo político em 1989, como Deputada Provincial, na comarca de Santa Cruz, pelo Partido Frente para a Vitória (FpV) – Partido Justicialista. Em 1990, foi eleita vice-presidenta do 1º corpo legislativo da comarca de Santa Cruz, sendo reeleita nos anos de 1993 e 1995, onde exerceu a presidência do Comitê de Assuntos Constitucionais, Poderes e Regulamentos.

Na década de 90, torna-se uma grande opositora ao governo de Carlos Menem contra a sua política neoliberal, que atingiu o ápice em 1998, resultando em graves consequências para a economia e o povo argentino⁷⁵ (VIANINI, 2012, p. 94). Em 1994 faz parte da Convenção Nacional Constituinte de Santa Fé. Em 1995, ingressa no Senado Nacional, representando Santa Cruz. Em 1997 é eleita senadora, porém renunciará para concorrer ao cargo de deputada nacional em 2001. De 2001 a 2005 foi senadora nacional de Santa Cruz.

Com a missão de dar continuidade às propostas de governo de seu marido Néstor Kirchner (2003-2007), toma a incumbência de sucedê-lo. Mesmo com a participação do seu marido em sua trajetória política, Cristina Kirchner já era vista pelo partido peronista e pelo povo argentino como uma figura política emergente, devido a seus trabalhos no Poder Legislativo e a sua experiência nas questões relacionadas a Direitos humanos e Justiça Social, pilares importantíssimos da sua política, que proporcionou um cenário político favorável à sua candidatura e à possível vitória em 2007.

De acordo com Eugenia Castañeda e Luciana Veiga

O cenário predominante no decorrer da disputa presidencial de 2007 foi muito favorável à Cristina. Já em 2005, era a figura política com a melhor imagem na Argentina, superando até mesmo a de seu marido, fato que a conduziu ao papel de protagonista no pleito nacional, juntamente com o dado de que Néstor não contava com apoio genuíno dentro do peronismo ao seu protagonismo. (CASTAÑEDA e VEIGA, 2012, p. 58-59).

⁷⁵ Ver Vianini, Fernando. **A Trajetória Econômica da Argentina: 1989-2007**. Dissertação (Mestrado em História – Poder, Mercado e Trabalho). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: [repositoriouiufjf](#). Acessado em: novembro de 2015.

O protagonismo de Cristina, no pleito nacional, segundo Castañeda e Veiga, se fortaleceu por várias questões. Primeiro, a forma diplomática como administrava a sua vida familiar e a política. Cristina Kirchner sabia administrar esses dois polos, com extrema responsabilidade nessas duas esferas. Segundo, por se apresentar como uma parlamentar combativa. Essa sua oposição não só era direcionada ao governo de Carlos Menem, como advogamos anteriormente, todavia sempre foi presente contra quaisquer traços de corrupção, especialmente por agentes políticos, e contra toda opressão ao povo argentino, conforme divulgado nos meios de comunicação. Em relação a sua superação quanto a Néstor Kirchner, a senadora possuía uma longa experiência com as questões públicas; essa experiência garantiu a sua vitória à Presidência da Argentina, superando o seu cônjuge até entre os companheiros peronistas, que apoiaram sua indicação para concorrer ao cargo de Presidenta.

Em sua trajetória política, Cristina Kirchner, por suas ações no campo dos Direitos Humanos e no Legislativo, se radicou nos movimentos sociais, em especial com *“Las Madres y Abuelas de la Plaza de Mayo”*, movimento tão relevante na luta pelas conquistas e direitos das mulheres durante a ditadura civil-militar instalada entre os anos de 1976 a 1983 na Argentina.

Em 2007, Cristina Fernández Kirchner, com 54 anos, vence as eleições presidenciais com 43,9% dos votos válidos, tornando-se a 55ª Presidenta da Argentina e a primeira mulher eleita pelo voto direto no país. Recebe, em 10 de dezembro de 2007, a faixa presidencial, que lhe é transmitida pelo ex-presidente argentino Néstor Kirchner⁷⁶, seu marido e antecessor. Ao passar o cargo para Cristina, Néstor Kirchner transfere não somente uma faixa presidencial, mas a plataforma de um projeto político para a sua sucessora, visando à construção de uma “sociedade político-amorosa quase perfeita”, como os mais céticos descreveram essa vitória (WELGAR, 2010, p. 69 apud CASTAÑEDA e VEIGA, 2012, p. 58).

Outro ponto importante a se destacar é que, após sua vitória, Cristina Kirchner fez sua composição ministerial entre os anos de 2007 a 2011 com três

⁷⁶Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZgjePckeves&t=398s>. Acessado em: novembro de 2016.

secretarias e 12 ministérios, distribuídos entre nove ministros e três ministras⁷⁷ (Anexo 3). A representação do número de mulheres, em sua primeira gestão, continuou a mesma da de seu antecessor Néstor Kirchner, que tinha em seus ministérios o total de três ministras.

Por fim, os aspectos biográficos dessas mulheres nos fornecem uma boa medida da formação ideológica de cada uma, de suas filiações políticas no campo da ideologia de esquerda, e mostram que os seus interesses pessoais e sua militância política convergem na valoração a respeito da direção transformadora proposta por elas em seus respectivos países.

Convém ressaltar que ao analisar as biografias das presidentas é possível destacar que elas entraram na vida política por questões pontuais, mas cumpre reconhecer que a influência da figura masculina presente nesse processo. No caso de Dilma Rousseff, a importância do seu amigo de partido, o ex-presidente Luiz Inácio (Lula); no caso de Michelle Bachelet, a presença marcante do seu pai, o general Alberto Bachelet; e por fim, a participação decisiva de Néstor Kirchner, esposo de Cristina Kirchner.

⁷⁷ Disponível em: <http://www.casariosada.gob.ar/informacion/archivo/16461-blank-26676377>. Acessado em: novembro de 2016.

CAPÍTULO IV – DESVENDANDO OS SENTIDOS: MATERIALIDADES DISCURSIVAS NOS DISCURSOS DAS PRESIDENTAS DILMA ROUSSEFF, MICHELLE BACHELET E CRISTINA KIRCHNER EM RELAÇÃO À MULHER

O recorte para análise fundamentou-se em três materialidades discursivas, das presidentas Dilma Rousseff, Michelle Bachelet e Cristina Kirchner. Analisei o grau de relevância que esses discursos tiveram e os efeitos dessas materialidades para as mulheres.

Iniciei as análises a partir dos discursos da presidenta Dilma Rousseff em seu primeiro mandato, tendo como ponto de partida o primeiro **“Pronunciamento Oficial da 1ª Presidenta Mulher do Brasil”** (2010), quando eleita Presidenta do Brasil. Em seguida, o discurso da **“Presidenta Dilma na 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas”** (2011), a primeira vez na história da ONU que uma mulher iniciou o debate geral da AGNU (MOTA, 2011). E, por fim, o seu pronunciamento no dia **“Internacional da Mulher”** (2012), quando surge no cenário político nacional como uma figura emblemática, por ser mulher e líder de um país emergente como o Brasil.

Em seguida serão examinados os discursos de posse da presidenta chilena Michelle Bachelet (2006)⁷⁸, intitulado **“Discurso da Presidenta Michelle Bachelet no Palacio de la Moneda”**, que foi o primeiro discurso naquele país em que uma mulher latino-americana desempenhou o cargo de chefe de Estado. Serão analisados os discursos do plano de governo **“Estoy Contigo”**, **“Presidenta Electa, Dra. Michelle Bachelet, Hotel Plaza San Francisco, Kempinski, domingo 15 de enero de 2006”** bem como o discurso **“Discurso Pronunciado por la Presidenta Bachelet en su cuarta Cuenta Pública sobre el estado político y administrativo de la Nación ante el Congreso Pleno”**,

E, por fim, os discursos da Presidenta da Argentina Cristina Kirchner, Na última etapa dessa fase, intitulado **“Discurso de la Presidenta de la Nación, Cristina Fernández de Kirchner, en el Acto de Asunción del mando em el Congreso de la Nación ante la Asamblea Legislativa”**, bem como os discursos **“Palabras de La Presidenta de La Nación, Cristina**

⁷⁸http://www.archivochile.com/Chile_actual/Elecciones_2006/Bachelet/06%20Discurso_en_la_Junta.pdf Acessado em: novembro de 2015.

Fernández Kirchner, en la apertura de la Asamblea General de las Naciones Unidas, en la Ciudad de Nueva York, 28 de septiembre de 2008 e Encuentro de mujeres militantes em Avellaneda⁷⁹ – Palabras de la Presidenta de la Nación, Dra. Cristina Fernández Kirchner, en El Encuentro de Mujeres Militantes de La Provincia de Buenos Aires

4.1. DISCURSO DE DILMA ROUSSEFF

4.1.1 Discurso (D1) - O primeiro material a ser analisado consiste no Anexo A (página 178) - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional.

No pleito eleitoral de 2010, após várias transformações no cenário político brasileiro da “Ditadura” às “Diretas Já” (movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil), tornou-se possível uma mulher alcançar o maior posto de poder mandatário do país. Com o total de 55,8 milhões de votos (56% dos votos válidos), assumiu em 1º de janeiro de 2011, Dilma Rousseff, candidata do PT. Sua vitória não só representou um ganho de projeto político do seu partido ao chegar ao poder, mas também rompeu com a hegemonia histórico-política dos homens no cenário brasileiro. Em síntese, uma mulher venceu!

Durante o percurso para seu discurso de posse, ao Congresso Nacional, em Brasília, um fato chamou a atenção do povo brasileiro. A nova presidenta é escoltada por mulheres. Com este ato Dilma Rousseff marcará a participação das mulheres em seu governo, atingindo fortemente o imaginário social. A faixa presidencial é repassada por seu companheiro de militância político-ideológica, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), companheiro tão importante para sua posse histórica e sua jornada política.

Neste cenário, vejamos a primeira materialidade discursiva da presidenta Dilma Rousseff ante o Congresso brasileiro.

Meus queridos brasileiros e brasileiras, pela decisão soberana do povo, **hoje será a primeira vez que a faixa presidencial**

⁷⁹ Disponível em < www.casarosada.gov.ar. Encuentro de mujeres militantes em Avellaneda. Acessado em: 21 de outubro de 2017.

cingirá o ombro de uma mulher. Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão. Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial, pois ela traz consigo uma enorme responsabilidade perante a nação. Para assumi-la, **tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira.** Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha da sua imensa energia. E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à Presidência um homem do povo, um trabalhador, **decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país.**⁸⁰ (negritou-se)

Como vimos dizendo, diante da tradição brasileira, um novo marco histórico se reescreveu no cenário político, no tocante ao imaginário e ao aspecto ideológico e da consciência democrática do povo brasileiro. Uma nova configuração social-política foi dada ao país: se antes o ocultamento das mulheres era tido como ocorrência natural, circunscritas que estavam apenas ao espaço familiar e doméstico, a vitória de Dilma Rousseff fez emergir “uma mulher presidenta” no espaço público heteronormativo conquistado através da manifestação soberana do povo, que decidiu eleger uma mulher para dirigir os destinos do país.

A realidade concreta deste fato tornou possível colocar no “*ombro de uma mulher a faixa presidencial*”, destaca a Presidenta. É ressaltada a responsabilidade histórica de sua vitória, já que o poder foi conquistado pela manifestação democrática do voto direto no Brasil. A notoriedade dessa responsabilidade é destacada pela Presidenta ao afirmar “(...) *como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial, pois ela traz consigo uma enorme responsabilidade perante a nação*”.

O adjetivo “aparente”, utilizado para caracterizar a faixa presidencial, traz consigo um peso, considerando a dimensão histórica dos mandatários anteriores. A Presidenta supõe que qualquer um que ponha a faixa estará fadado a turbulências políticas, especialmente uma mulher no comando da nação.

Continuando a análise do fragmento, a Presidenta faz menção à força da mulher em sua esplêndida vitória. Isso é possível de ser percebido em seu

⁸⁰ Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-dapresidenta/discursoda-presidenta-da-republica-dilma-rousseff->>, acessado em: novembro de 2016.

discurso no fragmento “(...) *para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha da sua imensa energia*”. Ao se referir à “centelha”, ela aponta que sua chegada à Presidência não foi fruto de um trabalho isolado, mas sim da participação de todas as mulheres brasileiras. Sua vitória é marcada por um pré-construído em lutas anteriores, marcadas pelos avanços das conquistas e lutas das mulheres brasileiras. O exemplo da mulher brasileira consiste no sentido da força, garra, coragem, luta, dedicação, resistência e persistência, entre outros atributos constituídos cotidianamente e socialmente no “dito” da Presidenta.

Para Orlandi (2007), este “dizer” da Presidenta Dilma Rousseff não é sua propriedade particular, isto é, um discurso autônomo do sujeito. Suas palavras não são somente suas. Sua materialidade discursiva é constituída de outros sujeitos pela história. Nessa mesma perspectiva, Pêcheux (1988) afirma que a discursividade de um sujeito (a Presidenta) não é vista só por sua fala, por sua maneira individual de se expressar. A expressão discursiva coloca sua posição ideológica que, neste caso, se apresenta por sua visão ante as mulheres e por seu lugar na esfera social.

Assim, no fragmento abaixo, podemos perceber que essa visão se reforma, já que é pertinente para a Presidenta sua coexistência junto às mulheres e seus avanços. Nesse sentido, afirma Dilma, como porta-voz das mulheres:

Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas; e para que – no dia de hoje – todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher. Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo – eu reitero – é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos. (negritou-se)

A expressão “*alegria de ser mulher*”, ressaltada por Dilma Rousseff, constitui afirmação do valor simbólico da identidade feminina. O verbo “ser” busca a intensidade e a construção de propriedade intrínseca da mulher, do seu valor e de sua superação em face do isolamento e estigma tradicionais, buscando a construção de um futuro promissor para as mulheres brasileiras.

Para tanto, reafirma que durante seu governo fortalecerá o desenvolvimento social da mulher ao “*abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas*”, assumindo assim esse “*compromisso*”.

Para Pêcheux (1988), esse “compromisso” promove uma tomada de decisão do sujeito do discurso tendo como base a superação da desigualdade-subordinação imposta pelo contexto patriarcal dominante que persiste na formação do povo brasileiro. Para o autor, essa representação tomada pelo sujeito reafirma “*o funcionamento das representações e do pensamento nos processos discursivos*” (PÊCHEUX, 1988, p. 125), em que o sujeito do discurso remete a uma concepção ideológica em relação àquilo que este representa, gerando uma identificação em seu imaginário com o contexto histórico onde se acha inserido.

Durante o pronunciamento da nova presidenta, é possível perceber a constituição de “outros” participantes para a formação de uma consciência política, diga-se de passagem, uma “consciência política de esquerda”. A constituição dar-se-á com a participação de todos os segmentos sociais, sustentando a construção de um país democrático e transformador para “todos os brasileiros e brasileiras”, como podemos verificar no fragmento abaixo.

Mas é importante lembrar que o destino de um país não se resume à ação de seu governo. Ele é o resultado do trabalho e da ação transformadora de todos os brasileiros e brasileiras. O Brasil do futuro será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizemos por ele hoje. Do tamanho da participação de todos e de cada um:

- dos movimentos sociais,
- dos que labutam no campo,
- dos profissionais liberais,
- dos trabalhadores e dos pequenos empreendedores,
- dos intelectuais,
- dos servidores públicos,
- dos empresários,
- das mulheres,**
- dos negros, dos índios, dos jovens,
- de todos aqueles que lutam para superar distintas formas de discriminação. (negritou-se)

Diante disso, podemos aferir que essa materialidade discursiva da Presidenta é constituída por “outros dizeres”, por “outras vozes” que se constroem por vários grupos ideológicos e posições relativas ao poder e à

subordinação (ORLANDI, 2007). Ao convocar a participação de todos os segmentos da sociedade, as mulheres aparecem, mais uma vez, ocupando um lugar na história, não mais num histórico de esquecimento e ausência a que eram relegadas no contexto social brasileiro, porém sendo concebível pensá-las como sujeitos atuantes da sociedade e como construtoras da própria história.

Para construir a história é preciso que o sujeito tenha existência na vida social e nas esferas de poder. Nessa direção, a visão teórica de Luiz Felipe Miguel (2014) nos aponta que a participação das mulheres no governo da Presidenta se faz necessária para que o Estado trabalhe no sentido de fortalecer a igualdade de gênero.

Muitos da minha geração, que tombaram pelo caminho, não podem compartilhar a alegria deste momento. Divido com eles esta conquista, e rendo-lhes minha homenagem. Esta, às vezes, dura caminhada me fez valorizar e amar muito mais a vida e me deu, sobretudo, coragem para enfrentar desafios ainda maiores. Recorro mais uma vez ao poeta da minha terra: “O correr da vida” – diz ele – “embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”. É com essa coragem que vou governar o Brasil. Mas mulher não é só coragem. É carinho também.

No final do seu discurso a Presidenta frisa que para a governabilidade é necessário coragem, mas por ser mulher sua governabilidade não possuirá somente coragem, mas também carinho. É a partir dessa maneira de dizer que o sentido “carinho” mostra a docilidade, a ternura da mulher e sua feminilidade. Mesmo com o empoderamento de uma mulher é necessário manter sua “natureza” dócil ante as demandas no governo. Cabe observar que a palavra “coragem”, por si só, não serve para afirmar a identidade feminina, reforçando, desta forma, a imagem da mulher como secundária na esfera pública.

4.1.2 Discurso (D2) - O segundo material a ser analisado encontra-se no Anexo B (página 191) - Discurso da Presidenta da República Dilma Rousseff na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas

O Discurso 2 da Presidenta foi realizado na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque (EUA), no dia 21 de setembro de 2011, às 13h. Estavam presentes 193 Chefes de Estado de diversos países. Sua entrada à tribuna foi considerada como fato inédito, não só para as Nações Unidas, mas também para a política brasileira: a abertura da Assembleia Anual das Nações Unidas foi dada pelo Brasil, representado por uma Presidenta mulher. Seu discurso foi transmitido por diversos meios de comunicação e espalhado pelo mundo.

Seus ouvintes eram compostos por homens e mulheres de diversos países presentes à Assembleia e na área destinada à comunicação. O acesso a este espaço por parte da Presidenta é considerado de grande valor para a visibilidade da voz feminina em face dos 193 países que compõem as Nações Unidas, principalmente o Poder político, já que essa esfera de Poder é majoritariamente ocupada por homens. Deste modo, o sujeito Dilma tornou-se (por que não dizer?) uma protagonista da participação da mulher na política e no empoderamento da questão feminina no cenário mundial.

Para começar o seu discurso, o enunciador descreve sua posição na conferência das Nações Unidas da seguinte forma:

Pela primeira vez, na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o Debate Geral. É a voz da democracia e da igualdade se ampliando nesta tribuna, que tem o compromisso de ser a mais representativa do mundo.

A constatação de sua posição implica dizer que desde o surgimento das Organizações das Nações Unidas – ONU, em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, pela primeira vez coube à voz de uma “mulher” tal abertura. Assim, um marco histórico se deu na maior tribuna representativa do mundo. O sujeito reconhece que sua participação neste lugar social de poder, devido ao vazio da participação feminina que permaneceu no tempo e no espaço por diversas circunstâncias históricas e sociais, se constitui como demarcador de sentido, já que a tribuna da ONU também se torna lugar da representação feminina.

É com humildade pessoal, mas com justificado orgulho de mulher, que vivo este momento histórico.

Outra questão importante que merece ser destacada é o emprego das palavras “democracia” e “igualdade” no discurso. Na descrição da produção de sentido dessas palavras, é possível notar que o sujeito se intitula a “voz” da mudança nesse cenário histórico singular. Ambas as palavras pressupõem mudança e transformação de paradigmas dos indivíduos numa dada sociedade. O sujeito, ao inserir essas palavras em seu discurso, constata que elas são dirigidas para enaltecer a sua representação, enquanto gênero feminino na Assembleia.

Nas palavras de Michel Pêcheux:

(...) a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito) (...) apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (...) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito. (PÊCHEUX, 1988, p. 163).

Nessa perspectiva, a Presidenta se coloca na Assembleia Geral como representação das mulheres do mundo, ou como o próprio enunciador diz: “É com humildade pessoal, mas com justificado orgulho de mulher, que vivo este momento histórico”.

Além do uso das palavras “democracia” e “igualdade”, a Presidenta em seu discurso também fez uso semântico das palavras “vida”, “alma” e “esperança” como léxico da língua portuguesa feminina, conforme podemos observar no seguinte fragmento:

Na língua portuguesa, palavras como vida, alma e esperança pertencem ao gênero feminino, e são também femininas duas outras palavras muito especiais para mim: coragem e sinceridade. Pois é com coragem e sinceridade que quero lhes falar no dia de hoje.

No Discurso 2, a Presidenta tenta ao máximo aproximar o universo feminino de seu discurso, ao fazer o uso do Dicionário Brasileiro para destacar

não só sua nacionalidade, mas principalmente palavras que são do universo linguístico feminino. Reafirma compreender a importância do seu discurso na ONU e sua representação feminina, que seu ato de comunicação diz muito do seu lugar social na esfera do poder (neste sentido, no uso da palavra feminina: coragem), que escolhe cada palavra do universo feminino; assim, se propõe afastar do universo masculino no campo linguístico tão privilegiado. Entende-se que o sujeito discursivo propõe uma “transcendência” ao fazer uso de novos demarcadores linguísticos de sua singularidade, ou seja, o enunciador que fala não pertence ao gênero masculino, e sim ao gênero feminino.

Ademais, “também femininas são duas outras palavras muito especiais para mim: coragem e sinceridade”, afirma. A partir do sentido semântico das palavras “coragem” e “sinceridade”, o sujeito apresenta as bases suscetíveis do seu caráter, como expressão de virtude da essência do seu “Ser”, percebida no marcador “para mim”. Dessa maneira, este sujeito se contrapõe à ideia social de que a palavra coragem seja viril ou própria apenas do homem.

Como descrito no capítulo II, a Presidenta traz em sua memória discursiva uma trajetória de vida permeada pelos dois principais tributos apontados por Cícero, que longamente se transcreveu para o ápice de sua história política: ao ser presa, lutar e trazer no corpo as marcas do sofrimento e da tortura contra a ditadura, conseguiu chegar ao posto do poder político de maior expressão na sociedade brasileira – a Presidência da República. Se levar em consideração o pensamento de Olivia Valdivia (1997:21) de que é “pelo preço da castração que o homem ascende à posição viril”, é possível admitir que pela violência social o sujeito usa a palavra “coragem” como instrumento norteador para sua inserção social e seu discurso no empoderamento do feminino.

Essa particularidade se reforça no recorte abaixo:

Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste Planeta, que, como **eu, nasceram mulher**, e que, com tenacidade, estão ocupando o lugar que merecem no mundo. Tenho certeza, senhoras e senhores, de que este será **o século das mulheres**.

Aqui, mais uma vez, o sujeito reforça o seu discurso com o uso do substantivo feminino “tenacidade” para descrever o universo feminino, cujo

objetivo retrata o discurso humanizador. Enaltecendo o gênero feminino por sua luta coercitiva, sua firmeza e por serem, as mulheres, obstinadas e persistentes, “estão ocupando o lugar que merecem no mundo” sem perder as motivações ou desistir dos seus sonhos e projetos. A Presidenta reforça, assim, a obstinação das lutas das mulheres em busca de sua inserção social. Para finalizar, na sequência do recorte destaca que “este será o século das mulheres”.

Além de um discurso para defender a legitimidade das mulheres, a Presidenta Dilma, no ato discursivo, também anuncia que a partir daquele momento a sua participação inaugura o “século das mulheres”, considerando sua presença como palco das conquistas e como um ato revolucionário em diversos campos da sociedade, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, no plano da igualdade e dos direitos e, no caso do sujeito, a participação das mulheres no campo da política. Se antes as mulheres ficavam à margem da sociedade, por um silenciamento imposto pelos paradigmas masculinos, inaugura-se um pioneirismo de sua parte, favorecendo os direitos das mulheres não só na tribuna da ONU, como também no Brasil.

No meu país, a mulher tem sido fundamental na superação das desigualdades sociais. Nossos programas de distribuição de renda têm, nas mães, a figura central. São elas que cuidam dos recursos que permitem às famílias investir na saúde e na educação de seus filhos.

Mas o meu país, como todos os países do mundo, ainda precisa fazer muito mais pela valorização e afirmação da mulher. Ao falar disso, cumprimento o secretário-geral Ban Ki-moon pela prioridade que tem conferido às mulheres em sua gestão à frente das Nações Unidas.

Saúdo, em especial, a criação da ONU Mulher e sua diretora-executiva, Michelle Bachelet.

Os argumentos acima lançados pelo discurso político da Presidenta explicitam a vontade de eliminar as desigualdades sofridas pelas mulheres, não só no mundo, mas em especial em seu país. Reconhece a luta das mulheres brasileiras e admite os avanços alcançados por elas em seu governo, especialmente no direito de a dona de casa (mãe) ser administradora da renda familiar, porém admite que ainda há muitas coisas para se fazer, mesmo que aparentemente se percebam algumas mudanças com a participação das mães em seus programas sociais e de distribuição de renda.

Não há aqui uma superação, pois existem diferenças concretas no cotidiano e na vivência entre homens e mulheres, quando se trata na distribuição de renda e da participação no mercado do trabalho, dificultando assim a sua valorização e afirmação na plena busca de seus direitos civis e políticos. Por isso cabe não somente ao Estado brasileiro a implantação de políticas voltadas ao fortalecimento da cidadania feminina, mas a todos os países ao redor do mundo o enfrentamento desse dilema.

Percebe-se também que no fragmento citado anteriormente a Presidenta Dilma aponta que este enfrentamento é pauta da ONU, na figura do “secretário-geral Ban Ki-moon, pela prioridade que tem conferido às mulheres em sua gestão à frente das Nações Unidas.” A implantação da ONU Mulher, em 2 de julho de 2010, resultou numa nova entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres no mundo. Sua criação obteve unanimidade pela Assembleia Geral, composta pelos 193 países, ficando sob a coordenação da ex-Presidenta do Chile, Michelle Bachelet, subsecretária-geral de ONU Mulheres⁸¹.

Pode-se deduzir que, para a Presidenta, os trabalhos executados pela ONU Mulher são decisivos na luta pelas conquistas das mulheres pelo mundo, e suas ações são primordiais para a superação das desigualdades entre homens e mulheres, com o propósito de erradicar as discriminações em todo o mundo.

Percebemos no recorte a seguir que a Presidenta se propõe a defender os direitos das mulheres, constituindo-se como guardiã das lutas das mulheres:

Além do meu querido Brasil, sinto-me aqui também representando todas as mulheres do mundo. As mulheres anônimas, aquelas que passam fome e não podem dar de comer aos seus filhos; aquelas que padecem de doenças e não podem se tratar; aquelas que sofrem violência e são discriminadas no emprego, na sociedade e na vida familiar; aquelas cujo trabalho no lar cria as gerações futuras. Junto minha voz às vozes das mulheres que ousaram lutar, que ousaram participar da vida política e da vida profissional, e conquistaram o espaço de poder que me permite estar aqui hoje.

⁸¹ Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/>. Acessado em: 12 de março de 2017.

Como mulher que sofreu tortura no cárcere, sei como são importantes os valores da democracia, da justiça, dos direitos humanos e da liberdade.

E é com a esperança de que estes valores continuem inspirando o trabalho desta Casa das Nações, que tenho a honra de iniciar o Debate Geral da 66ª Assembleia Geral da ONU.

Se entendermos o discurso como uma prática social, não é de se estranhar que a Presidenta Dilma estabelece e mantém sua identidade subjetiva com as identidades de todas as mulheres ao redor do mundo e do Brasil, desde as anônimas até as oprimidas, reproduzindo a ideia de mitigadora das dores sofridas pelas mulheres. Do ponto de vista político, sua ação reivindica um grau de paridade histórica com as mulheres que ao longo das lutas sociais sofreram contra a opressão imposta pelo modelo machista e sexista. Essa representação é sustentada pelo seu sofrimento no cárcere e por seu corpo trazer as marcas das torturas sofridas, em busca de sua ideologia política e no fortalecimento da justiça, da democracia, dos direitos humanos e, em especial, da liberdade, já que também faz parte dessa minoria tanto no campo físico quanto no campo simbólico.

Vale salientar que o discurso analisado pode ser visto também como um apelo não somente aos 193 países presentes à Assembleia, mas a todos os homens e mulheres ao redor do mundo para que mantenham a “esperança” em direção à visibilidade e à participação das mulheres na ordem mundial.

4.1.3 Discurso (D3) - O terceiro material a ser analisado consiste no Anexo C (página 196) – Pronunciamento à Nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV, por ocasião do Dia Internacional da Mulher.

Neste momento, analisarei o discurso da presidenta Dilma Rousseff, proferido no Palácio do Planalto, no dia 8 de março de 2012, em rede nacional, cuja materialidade discursiva consiste numa homenagem ao dia “Internacional da Mulher” e aos sessenta dias do seu governo. Segue a sequência discursiva em questão

Queridos brasileiros, queridas brasileiras,
Hoje, Dia Internacional da Mulher, é uma data ideal para uma Presidenta falar com suas irmãs brasileiras, de coração aberto, de mulher para mulher.
Sinto alegria de chefiar um governo que tem o maior conjunto de programas de apoio à mulher na nossa história. Mas sei que governo e sociedade precisam fazer muito mais para a valorização plena da mulher.

Antes de aprofundar a análise, é importante indagar qual o sentido do “Dia Internacional da Mulher”, que motivou o destaque dado pela Presidenta Dilma. De acordo com a historiografia, este dia está relacionado a um fato ocorrido numa fábrica têxtil, situada em Nova Iorque, no ano de 1911, em que cerca de 130 operárias morreram carbonizadas⁸² por reivindicarem melhores condições de trabalho. Este acontecimento tornou-se contributivo para a formação imaginária da data (e não há dúvida, mesmo num exame mais rápido e artificial por parte do analista, que sua criação se consolidou no imaginário social mundial).

Conjugando com sua importância na história brasileira (mais exatamente, no discurso da Presidenta), sua relevância reside no fato de ser uma porta aberta *“para uma Presidenta falar com suas irmãs brasileiras, de coração aberto (...)”*. Se, antes, a comemoração tinha como porta-voz das mulheres um homem, que não representava a demanda das mulheres, com a presença da Presidenta é possível uma conversa de **“mulher para mulher”** para a escrita de uma nova história. Esse marcador discursivo induziu o ouvinte a identificar-se com o próprio grupo e a lutar pelos mesmos interesses, já que o ouvinte se identificará com as particularidades do extrato cognitivo-informacional de ser uma “mulher”, por mais que esse discurso político da Presidenta se apresente essencialmente polêmico em si mesmo, sobre a categoria mulher na contemporaneidade.

Desta forma, para a Presidenta, o dia 8 de março é o momento de rever as conquistas e os avanços da mulher brasileira, o momento de discutir o papel do governo e da sociedade na valorização da mulher. No fragmento *“Sinto alegria de chefiar um governo que tem o maior conjunto de programas de apoio*

⁸² Existem controvérsias em torno da data. Ver BLAY, Eva Alterman. 8 de março: **Conquistas e Controvérsias**. Estudos Feministas. Ensaio/2001, p. 601-607.

à *mulher na nossa história*”, percebemos que o locutor (Presidenta) apresenta valores positivos para assegurar uma adesão dos seus ouvintes, atribuindo características do governo anterior, associando valores positivos nos dispositivos construídos ao longo do tempo.

Diante do exposto, o sujeito chama atenção de forma pertinente ao observar a responsabilidade do governo e da sociedade na “*valorização plena da mulher*”, admitindo publicamente a participação do aparelho ideológico do Estado e da sociedade na criação de mecanismos para o envolvimento de ambos, isto é, através dos mecanismos, a fim de que se sensibilizem e assumam esta responsabilidade em termos de avanços e conquistas das mulheres.

Reside, assim, o objetivo central do seu governo no apoio à mulher no cenário histórico marcado por um idealismo de continuidade, que norteará a materialidade destacada abaixo:

Não é exagerado dizer que cada mulher ainda tem algo a dever a si mesma, e cada homem tem algo a dever à mulher que está ao seu lado. Nós, mulheres, vamos continuar em dívida com a gente mesmo se aceitarmos passivamente certa herança negativa que ainda temos sobre os ombros. Cada homem vai continuar em dívida consigo mesmo se não olhar com igualdade, com respeito e com amor sua mulher, sua mãe, sua irmã ou sua filha. A luta pela valorização da mulher é, portanto, um dever de todos: brasileiras e brasileiros de todas as classes, de todos os credos, de todas as raças e de todas as regiões do país.
(negritou-se)

É interessante observar nesse fragmento discursivo que as palavras e expressões usadas pela Presidenta em seu discurso apontam para a busca de uma igualdade social entre homens e mulheres e que a relação conflituosa de ambos na sociedade não serve de pretexto para a não valorização da mulher. Pode-se também constatar que a superação da mulher na sociedade brasileira, por parte da Presidenta, será dada quando as mulheres questionarem a herança negativa de sua passividade oriunda das gerações passadas, porque “(...) *Não é exagerado dizer que cada mulher ainda tem algo a dever a si mesma*”.

Em suma, a solução proposta consiste em um dever de todos, não só a partir do sujeito mulher, mas da participação de todos os atores que compõem a sociedade, isto é, *“brasileiros e brasileiras de todas as classes, de todos os credos, de todas as raças e de todas as regiões do país”*. Se observarmos o marcador (e) no discurso, verificaremos que este não aparece apenas como um mero conectivo de adição, pois o marcador (e) está no discurso da Presidenta com a função de persuadir os ouvintes a rever o seu papel na sociedade brasileira e a identificar-se com o próprio grupo marginalizado.

Minhas irmãs brasileiras,

Minha chegada à Presidência significou um momento único de afirmação da mulher na sociedade brasileira. Não esqueço isso um só minuto, e sei que nenhuma de vocês esquece disso quando olha para mim. Minha eleição reforçou, em alguns setores da sociedade, uma tendência de enaltecimento da força da mulher. Não podemos aceitar o falso triunfalismo, mas também não devemos nos render ao amargor derrotista.

Sei que uma mulher que chegou à Presidência com milhões de votos de brasileiros e de brasileiras não poderá jamais ter uma atitude ressentida contra os homens. Mas sei, muito especialmente, que uma presidenta não pode ter uma política tímida, ultrapassada e meramente compensatória para as mulheres.

Hoje somos, no Brasil, 97 milhões de mulheres, ou seja, 51% da população. Quarenta por cento das nossas famílias são chefiadas atualmente por mulheres, quando, dez anos atrás, não passavam de 25%.

Nos últimos anos, a taxa de desemprego feminino vem caindo com mais força, mas ocupamos apenas 45% das vagas de trabalho disponíveis, **e continuamos recebendo menos que os homens pelo mesmo trabalho realizado. Isso tem que melhorar.** (negritou-se)

O fragmento apresenta a ocorrência da expressão *“minhas irmãs brasileiras”* e *“minha chegada à Presidência”*. O pronome possessivo de primeira pessoa – “minha” – dito pela Presidenta destaca não só a sua luta pela Presidência, mas o seu pertencimento na luta das mulheres na sociedade brasileira, pois sua vitória reafirma a representação da mulher através de *“alguns setores da sociedade, uma tendência de enaltecimento da força da mulher”* no imaginário social do país. A visão que nossa sociedade tinha era a de uma imagem negativa, mas mesmo com essa representação feminina no

poder, afirma a presidenta que não é “*aceitável um falso triunfalismo*” nem um “*amargor derrotista*”.

No fragmento “*Sei que uma mulher que chegou à Presidência com milhões de votos de brasileiros e de brasileiras não poderá jamais ter uma atitude ressentida contra os homens*”, ao atribuir a qualidade “ressentida” à sua atitude, a Presidenta Dilma sustenta que não haverá em seu governo hostilidade para com os homens, pois não é vingativo ou incapaz de perdoar os séculos de subordinação das mulheres à dominação masculina. Para a Presidenta, o “ressentimento” não traz consequências positivas; assim, reconhece a participação do eleitorado masculino em sua vitória, apesar de ser o eleitorado masculino minoria, já que as mulheres representam a maioria da população brasileira (composta por 97 milhões de mulheres, 51% da população) e o maior número de votos. Esse dado corrobora a interpretação da Presidenta como algo positivo para a sua administração, pois evita uma “*política tímida*”, conforme ela mesma adverte.

Em outras palavras, pretende romper a desigualdade social entre homens e mulheres, tão notória na família, na sociedade e principalmente no mercado de trabalho, já que as mulheres continuam “*recebendo menos que os homens pelo mesmo trabalho realizado. Isso tem que melhorar*”.

O pior é que, em certas circunstâncias, a mulher continua sendo a mais pobre dos pobres, a mais sofredora entre os sofredores. Mas até aí nos surpreende a força da mulher, porque mesmo quando está em uma dura condição de pobreza, a mulher é a principal mola de propulsão para vencer a miséria. **Sabe por quê? Porque ela é o centro da família. Porque quando uma mulher se ergue, nunca se ergue sozinha, ela levanta junto seu companheiro, ela levanta junto seus filhos, ela fortalece toda a família.**

Vem daí a importância que damos à mulher, nos nossos programas sociais. Noventa e três por cento dos cartões do Bolsa Família estão, por exemplo, em nome de mulheres, são mais de 19 milhões de mulheres que vão ao banco todo mês buscar e administrar recursos para ajudar no sustento da família. Quarenta e sete por cento dos contratos da primeira etapa do Minha Casa, Minha Vida foram assinados por mulheres. Esse percentual será ainda maior no Minha Casa, Minha Vida 2. Nele, a escritura dos apartamentos populares será feita em nome da mulher. (negritou-se)

Nesse trecho é possível observar que o sujeito faz uma ponderação pertinente ao sofrimento da mulher, ao observar que é devido a “*certas circunstâncias*”. Esta palavra no discurso parece não possuir um enquadramento, pois não deixa nítido no seu discurso quais são, propriamente, essas circunstâncias, associando-se ao hiperônimo [vazio]. Se as palavras são usadas de modo costumeiro, é possível destacar que sua referência esteja imbuída nas questões de gênero, culturais, sociais e econômicas no tocante às relações sociais e nos papéis sociais desempenhados pelas mulheres na sociedade brasileira.

Iniciando a frase seguinte, podemos ver o operador argumentativo por excelência, “**mas**” funcionando como marcador de oposição ante a semântica anterior, porque é inquestionável a afirmação no discurso da Presidenta de que os substantivos femininos “força” e “propulsão” expressam sentidos de alteração, por parte das mulheres, de seu estado mórbido de pobreza para uma ação efetiva visando à superação da desigualdade e da miséria que assolam seu cotidiano.

Seguindo por esse percurso, o sujeito discursivo argumenta que a mulher é a base central do seu governo nos programas sociais⁸³, pelo fato de não possuir renda fixa nem emprego formal. Graças aos programas sociais “Bolsa Família” e “Minha Casa, Minha Vida” as mulheres passaram a garantir seus direitos sociais e autonomia, pois ao serem titulares dos benefícios assistenciais, podem gerenciar a base econômica de sua família no cenário brasileiro. Assim, são

19 milhões de mulheres que vão ao banco todo mês buscar e administrar recursos para ajudar no sustento da família. Quarenta e sete por cento dos contratos da primeira etapa do Minha Casa, Minha Vida foram assinados por mulheres.

Esse discurso foi tomado por parte do governo da Presidenta para que as mulheres brasileiras tomassem decisões no espaço privado (doméstico) e público, tornando-se independentes dos seus parceiros, evitando assim as sujeições de violência e abandono. Os programas focam a mulher como base

⁸³ Mesmo a Presidenta ressaltando seus programas, ela apenas pôde dar continuidade aos programas do ex-Presidente Lula.

central da família, a única capaz de gerenciar sua prole, seu ciclo de pobreza e suas demandas futuras, com o objetivo de superar os estigmas das mulheres do passado, tornando-se empreendedoras, como podemos observar no segmento abaixo:

Minhas amigas e meus amigos,

A mulher é um ser empreendedor, precisa, portanto, de oportunidades. A mulher é uma pessoa, antes de tudo, dedicada e trabalhadora, precisa, portanto, de emprego e de capacitação para o trabalho. Temos estimulado programas de capacitação, microcrédito e igualdade no emprego. Temos procurado apoiar a luta das mulheres em todas as áreas, sejam elas cientistas, profissionais liberais, operárias ou empregadas domésticas.

O Programa Mulheres Mil está garantindo formação profissional e tecnológica para a inserção de milhares de mulheres no mercado de trabalho até 2014. E para dar mais autonomia de trabalho às mães pobres do Brasil, estamos construindo, até 2014, seis mil novas creches e pré-escolas.

A mulher é, por natureza, fonte de vida e de energia, mas para cumprir este destino, ela precisa de boa saúde. O nosso governo tem dado, e vai continuar dando, uma atenção toda especial à saúde da mulher e da criança. Criamos o Rede Cegonha, que já beneficiou 930 mil gestantes, em mais de 1.500 municípios. Para atingir esta meta já liberamos R\$ 452 milhões para a assistência materno-infantil.

Em 2011, foram realizadas 20 milhões de consultas pré-natais pelo SUS, um aumento de 133% em relação ao ano de 2003. No ano passado, as gestantes e as nutrizes de baixa renda passaram a ser beneficiárias do Bolsa Família. Em apenas cinco meses, 241 mil delas já foram beneficiadas.

Temos conseguido bons resultados também com os programas de prevenção e diagnóstico do câncer do colo de útero e de mama. (negritou-se)

No fragmento *“A mulher é, por natureza, fonte de vida e de energia”*, o corpo assume um lugar de destaque e preocupação no governo da Presidenta, através do programa “Rede Cegonha”⁸⁴, que expôs a sua visão sobre a construção da natureza materna da mulher e o cuidado materno-infantil. Este programa foi instituído no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, pelo Ato Normativo da Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011⁸⁵; sofreu alteração com

⁸⁴ Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_redecegonha.php. Acessado em: 2 de maio de 2017.

⁸⁵ Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_redecegonha.php. Acessado em: 2 de maio de 2017.

a Portaria nº 2.351, de 5 de outubro de 2011, e pela Portaria nº 650, de 5 de outubro de 2011, que dispõe sobre os planos de ação regionais e municipais da Rede Cegonha.

O programa “Rede Cegonha” tinha como estratégia:

(...) implementar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis.

Essa rede assegurou o beneficiamento de “930 mil gestantes, em mais de 1.500 municípios. Para atingir esta meta já liberamos R\$ 452 milhões para a assistência materno-infantil. Em 2011, foram realizadas 20 milhões de consultas pré-natais pelo SUS, um aumento de 133% em relação ao ano de 2003”. Ao desenvolver esse programa, o sujeito discursivo expõe mudanças substanciais na percepção da valorização da mulher em face dos novos padrões estabelecidos em relação aos governos anteriores, ao cuidado da mulher e sua prole.

Vale destacar também o fragmento “A mulher é, por natureza, fonte de vida e de energia”. Esse fragmento expressa uma visão negativa da mulher, como um animal procriador, preso à lei da natureza, no círculo da vida do eterno “destino” do “materno-infantil”, construção imposta pela cultura do patriarcalismo e do machismo brasileiro, que localiza na natureza da mulher um biologismo essencialista.

Conforme percebemos, a Presidenta assevera que outros mecanismos foram instituídos para a melhoria e a segurança da mulher na sociedade brasileira, tais como a “Lei Maria da Penha” (2006) e o “Pacto do Enfrentamento da Violência contra a Mulher” (2011)⁸⁶, em busca de amor, paz e justiça. Isso pode ser percebido no seguinte trecho:

Minhas amigas e meus amigos,
Em todo o mundo a voz da mulher se sobressai na defesa da paz, do amor e da justiça. **A mulher brasileira merece, portanto, cada vez mais, justiça, amor e paz. E isso deve começar em cada lar.**

⁸⁶ Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/pacto-nacional>>. Acesso- do em: 2 de maio de 2017.

Desde 2006 temos, na Lei Maria da Penha, um instrumento poderoso para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Há poucos dias, o Supremo Tribunal Federal fortaleceu o combate à violência doméstica ao decidir que se um homem agredir uma mulher será processado, mesmo que ela não apresente denúncia e mesmo que ela retire a queixa. Nesta área, o governo federal está fazendo também a sua parte. Ainda este ano vamos ampliar para 1.100 unidades os serviços de atendimento à mulher em situação de violência. E vamos reforçar o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher que já articula, com êxito, ações nos 27 estados brasileiros. (negritou-se)

Se levarmos em consideração que o Brasil é um país com alto índice de feminicídio, ao destacar a Lei Maria da Penha, a Presidenta evidencia um instrumento que surgiu como medida de proteção às mulheres em situação de violência. A Lei 11.340/06, sancionada no governo do ex-Presidente Lula, é considerada uma lei de ação afirmativa, pois garantiu o direito de proteção às mulheres contra a violência praticada no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família e em qualquer relação de afeto ou convívio com a mulher (art. 5º, I, II e III, da Lei 11.340/06).

Pela situação de desigualdade das mulheres na sociedade brasileira, a lei veio para coibir as ameaças sofridas pelas mulheres. O lar, conforme destaca a Presidenta, é o espaço de maior concentração dos assassinatos, pois os homens legitimam as mulheres como sendo sua propriedade. Dessa forma, a Lei Maria da Penha serve para evitar a manutenção do imaginário de 63% dos brasileiros que “concordam, total ou parcialmente”, que “casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família”; dos 89% dos brasileiros que concordam que “a roupa suja deve ser lavada em casa” e dos 82% que consideram que “em briga de marido e mulher não se mete a colher” (IPEA, 2014)⁸⁷.

A criação da Lei 11 340/06 não significa a redução automática na forma de violência, devido a sua naturalização e sua interpretação por partes dos órgãos públicos (por arquivamento de processos e lentidão dos processos). Por esse motivo, no seu governo serão fortalecidas as medidas de proteção para a prevenção desse tipo de violência, como reforçado pelo “Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher”, fruto da Secretaria de Políticas

⁸⁷ Site [www.Tolerância social à violência contra as mulheres](http://www.Tolerancia social à violência contra as mulheres) (IPEA, 2014). Acessado em: 2 de maio de 2017.

para as Mulheres, lançado em agosto de 2007 pelo ex-Presidente Lula e enfatizado na gestão da Presidenta.

O exame do recorte discursivo a seguir nos revela que o discurso da Presidenta é, de um modo geral, constituído como a imagem de um ambiente familiar direcionado às mulheres. O sujeito demonstra sua sensibilidade e sua subjetividade diante das demandas, frustrações e anseios das mulheres:

**Minhas irmãs brasileiras,
Quero estreitar cada vez mais os laços entre nós. Quero, antes de tudo, que vocês sejam os olhos e o coração do meu governo, sejam a minha voz e o meu ouvido.** Porque você, minha irmã, é quem mais sente na pele as deficiências do serviço público: quando leva seu filho ao hospital, você vê como está o atendimento de saúde; você acompanha a escola do seu filho; você vê no supermercado se o preço da comida está subindo; você sente medo nas ruas escuras, quando volta do trabalho sozinha, sem segurança.
Quero abrir vários canais de escuta da população, em especial com as mulheres. Pedi ao Ministério da Saúde que, a partir de agora, telefone para todas as parturientes que foram atendidas pelo SUS e perguntem o que elas acharam do atendimento. Quero saber de tudo para melhorar, para poder estimular o que está bem e corrigir o que está mal.

Ao considerar todas as brasileiras como “Minhas irmãs”, usando o pronome possessivo “minha”, reacende a ideia de pertencimento por parte da Presidenta. Para o enunciador é sua obrigação, como representante do poder público e principalmente das mulheres, o compromisso de ser porta-voz de todas as demandas de suas irmãs, incluindo “*a abertura de canais de escutas da população*” através dos órgãos competentes.

Mais adiante, a Presidenta afirma que:

Vou ter também, no meu gabinete, monitores ligados a câmeras, para que eu e meus assessores possamos ver como está o atendimento nos principais hospitais e como vai o andamento das grandes obras. É assim que nós, mulheres, gostamos de cuidar das coisas: vendo todos os detalhes, tintim por tintim.

E, por fim, o seu discurso se modela num chamamento universal para a participação das mulheres:

É fundamental que todas vocês me ajudem nesse trabalho. Acreditem, como eu acredito, ***que a participação é o melhor caminho para mudar o país***. Participem da vida do seu bairro, da sua cidade, do seu estado e da sua nação. Se mobilizem. Já disse que este é o século das mulheres, mas não é o século das mulheres contra os homens, é o século da mulher trabalhando ao lado do homem, de igual para igual, batalhando com fé e amor por sua família e por seu país. Viva o Dia Internacional da Mulher! Viva a mulher brasileira! (negritou-se)

Nesse ponto, faz-se necessário examinar a noção de “participação”, exposta pelo sujeito. Fica explícita a necessidade de interação por parte das mulheres no cenário social; só assim será possível gerar mudanças no cenário brasileiro. A participação do sujeito também enaltece a questão da conscientização do papel das mulheres em face das suas próprias demandas. Isso pode ser denotado pelo uso da partícula “se”, que sugere sua preocupação com a possível inércia por parte das mulheres, exigindo sua valorização e afastando as mulheres como “atores invisíveis” da vida social, seja no campo privado do seu lar, seja na sua comunidade ou na esfera pública.

Merece destaque a análise do fragmento “(...) *Já disse que este é o século das mulheres, mas não é o século das mulheres contra os homens, é o século da mulher trabalhando ao lado do homem, de igual para igual, batalhando com fé e amor por sua família e por seu país*”. Para legitimar o seu discurso, a Presidenta estimula a noção de igualdade entre homens e mulheres na criação de uma sociedade justa, pois isto só será possível a partir da construção social igualitária para ambos.

Mesmo apresentando suas particularidades e temporalidades, é possível compreender que, na análise dos discursos pronunciados pela Presidenta, há uma constante relação com sua subjetivação ao longo de toda a textualidade, compondo de certa maneira uma unidade complexa que permeia todo o contexto linguístico-histórico e apresenta várias formações discursivas, pois, como bem aponta Orlandi (2007, p. 70), “todo discurso traz em si uma dispersão de textos, e o texto é uma dispersão de sujeito”. Os discursos D (1), D (2) e D (3) pronunciados pela Presidenta são constituídos de várias dispersões em torno da política, dos governos, da relação de poder, homens,

mulheres, cidadania, servidores públicos etc., para, de certa forma, fortalecer o discurso da Presidenta em relação à mulher no cenário brasileiro.

No próximo tópico apresentarei o estudo dos discursos da presidenta Michelle Bachelet, seguindo a metodologia de análise proposta neste trabalho para a captação e a compreensão dos sentidos trazidos por seus discursos.

4.2. DISCURSO DE MICHELLE BACHELET

4.2.1 – Discurso D (4) – O quarto discurso a ser analisado consiste no Anexo D (página 199) Plano de Governo da Presidenta Michelle Bachelet – Cartas aos Chilenos - “Estoy Contigo” (2006-2010).

Como se sabe, um Plano de Governo expõe as metas que deverão nortear as ações de um determinado governante, enquanto estiver no poder. Essas metas são os pontos fundamentais para fixar sua trajetória política e atender de forma estratégica às necessidades dos seus cidadãos, para o bom funcionamento de uma Nação. Nele existem várias temáticas referentes às questões de educação, saúde, moradia, transporte, igualdade etc., pontos fundamentais para a vivência salutar numa dada sociedade. Para solucionar essas demandas é fundamental, numa sociedade democrática, observá-las de forma agregada, factível e participativa.

Durante a elaboração do seu Plano de Governo, a Presidenta Michelle Bachelet fez questão de trazer as demandas do seu país, através de intensas visitas setoriais durante sua pré-candidatura. Vários setores da sociedade foram ouvidos. Seu programa de governo, intitulado “Estoy Contigo”, norteou-se pela busca da consolidação da democracia chilena, voltada para a redução da pobreza e a luta pela igualdade.

No prefácio do seu Plano de Governo, intitulado “CARTA A LOS CHILENOS”, a Presidenta compartilha sua história pessoal e faz questão de ressaltar sua origem humilde, destacando ao seu povo que não é diferente dele.

Yo no fui criada para el poder ni nunca hice nada para obtenerlo. No pertenezco a la élite tradicional. Mi apellido no es de los apellidos fundadores de Chile. Me eduqué en un liceo público y en la Universidad de Chile. Estudié

medicina porque me maravillaba la posibilidad de curar a un enfermo, de quitar el dolor, de borrar la angustia y traer de vuelta la alegría al hogar de un niño enfermo. Como a la mayor parte de los chilenos, no se me ha regalado nada. Casi todo lo que sé lo he aprendido luchando, por amor a mis hijos, a mi profesión, a mi país. **La política entró a mi vida destrozando lo que más amaba. Porque fui víctima del odio, he consagrado mi vida a revertir su garra y convertirlo en comprensión, tolerancia y –por qué no decirlo– en amor. He vivido demasiado de cerca la historia de Chile para no reconocer cuando veo una oportunidad histórica. Y ésta es, sin duda, una oportunidad histórica. Un momento irrepetible para Chile.**

Percorrendo toda a sua trajetória de vida, entre dores e sofrimentos, aponta que nunca foi seu objetivo a busca pelo poder. Foram as tragédias da própria vida que fizeram com que, pela via do sofrimento, a política entrasse em sua vida. Esse foi o caminho que encontrou para mudar a sua história, pois,

La política entró a mi vida destrozando lo que más amaba.

Este fato sempre esteve presente em sua vida, entretanto aprendeu que em vez de manter rancor e sofrimento, era possível transformar um passado sombrio em um presente mais compreensivo, tolerante e amoroso. Entendeu que sua superação pessoal na busca do bem comum lhe possibilitaria um novo olhar para a política, em especial a política chilena. Na sequência discursiva abaixo:

He vivido demasiado de cerca la historia de Chile para no reconocer cuando veo una oportunidad histórica. Y ésta es, sin duda, una oportunidad histórica. Un momento irrepetible para Chile.

Pode observar aqui que a Presidenta, neste fragmento, faz a relação da realidade presente com a distinção do substantivo feminino da palavra “oportunidade”, derivada do termo em latim “*opportunu*” cujo significado é favorável, adequado, desejável, para a possibilidade de uma mudança histórica

ao pronunciar um discurso revolucionário. Nesse sentido, o sujeito-presidencial, através deste discurso tenta imprimir nos ouvientes a realização de uma práxis humana transformadora para o surgimento de algo novo, neste caso, sua vitória nas eleições presidenciais.

Portanto ao assumir esta posição-sujeito, a presidenta, reconhece que é detentora de um conhecimento prévio da história do seu país, enquanto sujeito do saber, pois, **“He vivido demasiado de cerca la historia de Chile para no reconocer cuando veo una oportunidad histórica.”** Porém, vale ressaltar que a presidenta, por ter vivido essas condições de produção não escolheu a sua posição-sujeito, ela é simplesmente inserida, nessa posição, já que sofreu a determinação da história, da ideologia e principalmente do lugar social que ocupa, neste caso, a sua prática discursiva dará estabilidade através da palavra oportunidade, como chave para essa mudança ser efetividade, dando a ela e aos ouvintes a ideia de um sujeitos conscientes, desta práxis. Portanto, a idéia seria superar os anos sóbrios do passado que tanto atormentaram o Chile, atribuindo-o um novo olhar sobre o tempo presente, por que;

la principal riqueza de Chile no es su cobre, la fruta o la madera, sino su gente. Esta riqueza de ingenio, de ganas, de sueños, es la que yo quiero potenciar. **Estoy convencida de que las chilenas y los chilenos podemos más.** Más ideas, más trabajo, más fuerza, más riqueza

Nessa perspectiva, a Presidenta apresenta ao seu eleitorado sua maior preocupação e compromisso – o povo. E, mostra que é capaz de mudar a vida da maioria dos chilenos e chilenas, na busca para selecionar seus problemas e, ao mesmo tempo, propiciar um futuro promissor pela via da política, mostrando-se como uma política hábil e capaz, apta para enfrentar desafios.

Em seguida, a presidenta, apresentar a palavra “riqueza”, esta é reeditada, para articular um novo contexto, transpõe o seu uso absoluto como aquisição de bens materiais e dar um novo sentido, mostrando que existem diferentes referências na memória discursiva para o uso, desta palavra, já que memória é “aquilo que fala antes, em outro lugar, independente” (ORLANDI,

2007). O dizer aqui dará um novo sentido histórico e ideológico para a palavra riqueza. As condições de produções na palavra riqueza ao longo da história na perspectiva da sociedade capitalista baseiam-se, a existência desse termo como produção, acumulação e exploração. No dizer da presidenta, portanto, a palavra ganha uma nova historicidade, ou seja, uma nova materialidade linguística na memória do povo chileno, pois a dimensão da palavra riqueza sai da acumulação material, para uma riqueza humana e simbólica, porque, o poder da riqueza está no povo chileno, sua “gente” é muito mais importante, já que do ponto de vista da presidenta, é isso que pretende “potenciar” em seu governo a possibilidade de transformar a vida das **“las chilenas y los chilenos.”**

Em outro fragmento, Michele afirma que:

Necesitamos que las mujeres tengamos no sólo los mismos derechos que los hombres, sino la posibilidad a través de una verdadera política de apoyo de ejercer estos derechos. Que una mujer sea Presidenta no debe ser visto como una rareza, sino como un augurio. Necesitamos crear nuevos espacios de libertad para darle voz a un Chile plural y diverso, en que todos nos sintamos cómodos, sin censuras y sin arrogancias.

Como a Análise do Discurso, não leva a conjuntura situacional, mas, sobretudo o contexto sóciohistórico na elaboração do sentido discursivo tecido no tempo e no espaço e reconhece que a linguagem não é transparente (ORLANDI, 2007), aponto a seguir os possíveis sentidos contido no fragmento. Esse enunciado da presidenta é muito mais do que uma simples passagem de mensagem, já que, a posição-sujeito da presidenta, remete a múltiplas interpretações, pois é importante observar que a língua é tanto usada para dizer e não dizer e também para ocultar. Conforme afirma Orlandi (2000, p.17),

No funcionamento da linguagem, que põem em relação aos sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e

produção de sentidos e não meramente transmissão de informações.

Voltando a expressão “necesitamos que las mujeres tengamos no sólo los mismos derechos que los hombres.” A presidenta advoga sobre a igualdade entre homens e mulheres em seu país. E expõem que a questão da superação da mulher não se baseia simplesmente em garantir direitos iguais entre homens e mulher, ou seja, uma igualdade formal atribuída ao viés da contituição que, por si só, não possibilita uma igualdade material, que de fato garanta uma equiparidade, pois, ainda assim, as mulheres são excluídas. A única forma de superar essa situação, por parte da presidenta consiste na **“posibilidadada través de una verdadera política de apoyo de ejercer estos derechos”**, como forma de garantir esses direitos iguais. Quando a Presidentas fala de “direitos”, não expressa, nesse discurso, quais são esses direitos, ficando, assim, oculto em seu discurso. Como é sabido os direitos iguais entre homens e mulheres, se baseia no mercado de trabalho, na remuneração, igualdade no campo de trabalho entre outros.

Neste discurso, retirado do seu Plano de Governo, advoga que sua meta é eliminar as desigualdades e diferenças entre homens e mulheres. Também observa que uma política de apoio é necessária para que as mulheres tenham seus direitos garantidos. Utiliza este discurso para reforçar sua participação no campo da política e no empoderamento das mulheres na política, e afirmar que a participação de uma mulher na política não deve ser vista como anormalidade ou com estranheza por parte do seu eleitorado ou da sociedade, mas, pelo contrário, como um presságio ou um sinal de que essa participação deve se ampliar no futuro e se estender a outras mulheres.

Utiliza este discurso, também, para reforçar sua participação no campo da política e no emponderamento das mulheres na política, e afirmar que a participação de uma mulher na politica, não deve ser vista como anormalidade ou estranheza por parte do seu eleitorado ou da sociedade, mas pelo contrário como um presságio, isto é, um sinal capaz de que essa participação deva ser

projetar como um anunciado no futuro para ela e outras mulheres, como podemos verificar no discurso abaixo.

Que una mujer sea Presidenta no debe ser visto como una rareza, sino como un augurio.

Ainda no mesmo discurso, aponta que essa forma de pensar a participação de uma mulher na política chilena é fruto da desigualdade de gênero que permeia o seu país, e que essa desigualdade não se dá somente entre homens e mulheres, mas “entre diferentes etnias, entre ricos y pobres, entre empresas grandes y pequeñas, entre quienes han tenido acceso a educación de calidad y quienes no la han tenido, entre las regiones que avanzan y las que permanecen rezagadas”. Contudo, com sua participação no campo político, essas desigualdades serão suplantadas, uma vez que seu objetivo é reduzir essa desigualdade entre chilenos e chilenas; para isso, “necesitamos crear nuevos espacios de libertad para darle voz a un Chile plural y diverso, en que todos nos sintamos cómodos, sin censuras y sin arrogancias”.

As temáticas encontradas em seu programa de governo totalizam 42 metas, porém só destacaremos as temáticas direcionadas à mulher. Essas foram distribuídas da seguinte forma: a questão do trabalho para as mulheres, ações afirmativas, discriminação, os valores da igualdade, cultura, identidade e diversidade, nova institucionalidade para as relações exteriores e seu papel para a política interna, e as mulheres nas forças armadas. Nessas metas constantes do seu plano de governo, Bachelet demonstra uma grande preocupação em relação à mulher e sua participação na sociedade, mas sem deixar outros segmentos fora da sua proposta política, que é integrativa e inclusiva, como é perceptível em outros pronunciamentos e no corpo textual do seu plano, ao incluir os homens e os jovens.

Ao destacar à mulher no campo de trabalho, admite que:

El empleo de la mujer ha crecido aceleradamente. Hoy en Chile trabajan más de 2 millones de mujeres, mientras en 1990 lo hacían sólo 1 millón 400 mil. Pero aún hay mucho espacio para que el empleo femenino siga creciendo en Chile. Nuestro país tiene una muy baja participación de la mujer. La tasa del 37 por ciento de Chile se compara con tasas de participación superiores al 50 en varios países latinoamericanos y la mayoría de las naciones avanzadas.

Al mismo tiempo, el desempleo de las mujeres es más alto que el de los hombres: 10 por ciento versus 8 por ciento. Nuestras reformas laborales serán pro-mujer.

Bachelet reconhece certo avanço da participação feminina em seu país, já que, **“hoy en Chile trabajan más de 2 millones de mujeres, mientras en 1990 lo hacían sólo 1 millón 400 mil”**, “Hoy en Chile trabajan más de 2 millones de mujeres”, no entanto, mostra na sequência discursiva em questão que é possível melhorar esse quadro, fazendo com que a mulher chilena ocupe mais espaços.

Pero aún hay mucho espacio para que el empleo femenino siga creciendo en Chile.

Também menciona que o Chile, comparado a outros países da América Latina, tem uma participação muito baixa das mulheres no mercado de trabalho (em torno de 37%), além de apontar que, em relação às mulheres, o desemprego é bem maior que em relação aos homens. Para enfrentar essa questão conjuntural, propõe uma reforma que proporcione melhores condições de trabalho e qualidade de vida para a mulher chilena.

;

Facilitaremos las nuevas modalidades de trabajo. A muchas mujeres les resulta imposible compatibilizar su vida familiar con un cargo de jornada completa. Por ello facilitaremos las opciones de trabajo en jornada parcial, el trabajo part-time y el teletrabajo, adecuando las modalidades existentes de contratación. **Propondremos un Acuerdo Nacional para que las empresas se sumen a ofrecer nuevas jornadas de trabajo parcial, adaptadas a las necesidades de las mujeres y también de los jóvenes.**

Outro fragmento:

Necesitamos jornadas horarias que se adapten mejor a las necesidades de las personas y la organización del trabajo en las empresas. Se trata de ampliar las oportunidades, no de generar mayor precariedad, imponer cargas horarias

incompatibles con la vida familiar o disminuir la responsabilidad social de la empresa en la provisión de un trabajo decente. Promoveremos que empleadores y trabajadores negocien colectivamente con la meta de fijar condiciones específicas para cada empresa. **Un sistema laboral flexible y equitativo requiere trabajadores organizados y de sindicatos fuertes que puedan negociar en igualdad de condiciones. Fiscalizaremos el cumplimiento de las normas legales existentes que prohíben la discriminación de las mujeres. Eliminar las discriminaciones en el mercado del trabajo no es un obstáculo al crecimiento, es un aporte a la competitividad.** Debemos seguir avanzando en limitar la discriminación en la contratación, y también avanzar en la no discriminación en las remuneraciones: igual sueldo para igual trabajo, independientemente del género del trabajador.

Nos dois discursos citados acima, é possível constatar a sua preocupação com a atuação da mulher na esfera do trabalho, no tocante: à dupla jornada de trabalho (uma reafirmação constante da relação mulher/maternidade/trabalho), à precarização do trabalho, à equiparação salarial (uma grande disparidade de valores e remuneração), à discriminação sofrida pela mulher. Para Bachelet, a fim de superar essa situação fazem-se necessários regimes de proteção social para a inclusão da mulher no mercado de trabalho, e a criação, manutenção e fiscalização de leis específicas. Uma das suas políticas de governo, definida de “pro-mujer”, apresenta-se como ferramenta fundamental para essa superação.

Nesse fragmento, percebe-se que a participação e a contribuição da mulher na economia chilena, como nos demais países da América Latina, sempre se apresentam como algo de segundo plano, em torno de campos de trabalho não valorizados e mal remunerados; quando assumem cargos de maior prestígio, esbarram em algumas barreiras impostas pelo mundo do trabalho, como idade, classe social, escolaridade e tempo. Essa teia de complexidade dificulta a sua inserção e permanência no mercado, como aponta a Presidenta. Entre elas a visão do ambiente doméstico e da maternidade, esta como percepção naturalizada da relação mãe/filho: a maternidade como uma escolha primária por parte dela, e o trabalho, uma escolha secundária, o que revela o predomínio de uma lógica machista e patriarcal.

Na compreensão de Bachelet, essa superação consiste na não diferenciação de gênero no âmbito do trabalho, pois “(...) eliminar las discriminaciones en el mercado del trabajo no es un obstáculo al crecimiento,

es un aporte a la competitividad”. As empresas devem “(...) ofrecer nuevas jornadas de trabajo parcial, adaptadas a las necesidades de las mujeres”. Essa materialidade discursiva de Bachelet ultrapassa a visão da submissão da mulher, no entanto, demonstra que essa submissão também pode ser notada pelas relações sociais de produção, marca fundante de uma sociedade capitalista que através de uma hierarquia da divisão social do trabalho relega a mulher a um segundo plano.

Na materialidade discursiva a seguir, leva-se em consideração a postura da Presidenta no tocante à cidadania da mulher no século XXI, especialmente da mulher chilena e sua participação na sociedade, bem como na superação da desigualdade em todos os campos, e em particular no campo político.

Uno de los principales retos que tenemos como sociedad es superar las desigualdades históricas. Esa desigualdad se refleja en la marginación de las mujeres de los cargos públicos y representación popular. Promoveremos decididamente medidas de acción afirmativa para restablecer equilibrios de género, asegurando una representación mínima de mujeres en el Parlamento. Generaremos los incentivos necesarios para que los partidos políticos incluyan más mujeres en sus listas de candidatos. Estas medidas serán de carácter temporal y sólo para compensar las desigualdades de representación de las mujeres en la vida pública.

Aqui Bachelet descreve a questão da necessidade de ações afirmativas para equilibrar e minimizar a desigualdade da participação das mulheres no cenário político chileno, em decorrência da marginalização da mulher na esfera pública. Há que ressaltar ainda que Bachelet advoga que promoverá essa participação, entretanto cabe aos partidos políticos essa responsabilidade de equiparar nos seus quadros a participação das mulheres, através de cotas que assegurem as candidaturas das mulheres, por partido e coligação.

Esse discurso da Presidenta se define como um discurso revolucionário que propõe superar as desigualdades históricas não só do ponto de vista do seu país, entretanto de outros países nos quais as mulheres foram excluídas desse espaço de poder ao longo do tempo. As cotas, do ponto de vista da materialidade discursiva da Presidenta, são apontadas como algo que possui

certa temporalidade, no entanto, em decorrência das desigualdades é uma ferramenta importante para “compensar las desigualdades de representación de las mujeres en la vida pública”. Essa preocupação da Presidenta em promover tal afirmação afirmativa no Chile é fruto da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, ocorrida em setembro de 1995, em Beijing/China.

Em relação à IV Conferência, Mirian Grossi e Sônia Miguel (2001, p.), expõem:

Inserida no contexto mais amplo das ações afirmativas, a política de cotas é medida que visa alterar variados quadros de desigualdades (racial, étnica, sexual, social). As ações afirmativas reconhecem as discriminações existentes e agem no sentido de impedir que se perpetuem. No caso das cotas eleitorais por sexo, esta ação afirmativa busca criar condições para o estabelecimento de um maior equilíbrio entre homens e mulheres no plano da representação política. Num primeiro momento, são medidas compensatórias que possibilitam que mais mulheres ocupem espaços. Num segundo, são medidas distributivas que buscam assegurar a igualdade entre homens e mulheres.

É interessante que Bachelet, em vários momentos em seu plano de governo, menciona as ações afirmativas não só no tocante à inserção da mulher na política de cota, mas também no combater a discriminação e as desigualdades entre os chilenos e chilenas, como fica evidente no discurso abaixo:

Será prioridad principal de nuestro gobierno procurar la erradicación de toda forma de discriminación por motivos de raza, color, género u orientación sexual, idioma, religión, opiniones políticas o de cualquier otra índole, origen nacional o social, condición o estatus de inmigrante, posición económica, nacimiento o cualquier otra condición social. Podemos eliminar la discriminación. Hemos avanzado mucho, pero otras naciones han hecho mucho más. Necesitamos reformas legales y políticas educacionales que promuevan la tolerancia y la igualdad. Hace falta un esfuerzo de prevención de la discriminación. Sabemos por diversos estudios que los chilenos brindamos un trato discriminatorio a mucha gente: los más pobres, ciertas etnias, algunos credos religiosos, la mujer, los discapacitados, las minorías sexuales, los inmigrantes. Por eso, necesitamos políticas de acción afirmativa a favor de quienes son probables víctimas de la discriminación.

Mais um fragmento que denota a sua preocupação na questão da discriminação e da desigualdade sofrida por camadas da população, em especial as mulheres:

Las mujeres son aún discriminadas en Chile. Hemos avanzado mucho: lo que hasta hace 15 años habría sido impensable, hoy es posible. Pero todavía queda un largo camino por recorrer. Las mujeres siguen siendo discriminadas en su entrada al mundo laboral; ganan menos que los hombres por similar trabajo, se desempeñan en actividades de menor remuneración, siguen siendo maltratadas en sus hogares, son discriminadas en los seguros de salud y en lo previsional. Las mujeres siguen sobrellevando la mayor carga de trabajo doméstico. Están aún subrepresentadas en los cargos gerenciales privados y en la dirigencia política. En definitiva, la mujer hace un tremendo esfuerzo por incorporarse al mundo moderno, pero muchas veces se le cierran los espacios. Debemos darle mayor oportunidad. En lo político, conformaremos un gobierno paritario entre hombres y mujeres en los cargos de designación presidencial. Impulsaremos una Ley de Cuotas para corregir el déficit de representación política femenina (lo que se une con la reforma del actual sistema electoral binominal).

Em busca de garantir os “Direitos humanos” e a construção de um Chile para todos e todas a Presidenta frisa que o desenvolvimento do seu país depende do combate à discriminação, à intolerância, ao preconceito e ao ódio por parte da população, por motivos de “raza, color, género u orientación sexual, idioma, religión, opiniones políticas o de cualquier otra índole, origen nacional o social, condición o estatus de inmigrante, posición económica, nacimiento o cualquier otra condición social”.

Assim, se constata que em seu plano de governo, o discurso da presidenta é fruto de um discurso de de centro-esquerda, em seu caráter ideológico em busca de uma justiça social, que norteiam suas crenças e valores sociais. Esse aporte ideológico e sua posição-sujeito é indispensável para sua formação discursiva, ou nas palavras de Michel Pêcheux (1988, p.160),

Aquilo que numa formação ideológica dada, istoé, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de clases, determina o que pode e debve ser dito (articulando sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc).

4.2.2 Discurso (D5) – O quinto discurso a ser analisado fundamenta-se no Anexo E (página 202) Palabras de la Presidenta Electa, Dra. Michelle Bachelet Hotel Plaza San Francisco Kempinski, domingo 15 de enero de 2006⁸⁸

Com uma expressiva trajetória política em defesa dos direitos humanos (metas do seu plano de governo), Michelle Bachelet chega ao comando do Chile em 15 de janeiro de 2006. Venceu as eleições por seus trabalhos relacionados à saúde, aos Direitos Humanos e por seu carisma, com 53,50% dos votos contra seu adversário político Sebastián Piñera, da Renovação Nacional, que alcançou o total de 46,50%. A socialista Michelle Bachelet, representante de centro-esquerda, tornou-se a primeira mulher na história do seu país a assumir a presidência do Chile. Seu discurso é ovacionado e carregado de grandes emoções, contando com a presença marcante de um grande contingente de mulheres que não paravam de gritar o seu nome.

No recorte abaixo, percebemos a alegria e o êxtase da Presidenta ao ocupar o cargo:

Quién lo hubiera pensado, amigas y amigos.... Quién lo hubiera pensado. ¿Quién hubiera pensado, hace veinte, diez o cinco años, que Chile elegiría como Presidenta a una mujer....? Parecía difícil. Pero fue posible. Es posible. Porque los ciudadanos lo quisieron. Porque la democracia lo permitió. ¡¡Gracias, amigas y amigos!! ¡¡Gracias, Chile!! Gracias por el voto de millones de ustedes. Gracias por la confianza que han depositado en mí. Gracias por invitarme a recorrer con ustedes el camino de la libertad, de la igualdad, de la prosperidad. Este no es el triunfo de una sola persona, ni de un partido, ni de una coalición. Es el triunfo de todos nosotros. Es el triunfo de Chile. Ganó Chile otra vez. Como cada vez. Como la próxima.

Para começar o seu discurso o enunciador descreve um certo grau de afetividade pelos seus eleitores ao considerá-los “**amigas y amigos**”. Este dizer da presidenta, destaca como se dará sua relação com seu eleitorado durante o seu governo, pois, uma amizade tem como base valores de confiança, honestidade, preocupação, cuidado pelo outro. Ao fazer uso do

⁸⁸ Disponível em: <http://archivochile.com/Chile_actual/html/chileactual_elecciones_2005.html>, acessado em: 2 de maio de 2017.

artigo definido nas palavras “**amigas y amigos**” em seu discurso, traz a esses sentidos a questão do gênero, diferenciando socialmente os seus eleitores dando a cada um o seu lugar na esfera social e enaltecendo a sua inportância discursiva. Para compreender melhor essa relação é necessário partir da proposta que não há um sentido dado, único ou condicionada pelo “aqui” ou “agora”, mas como fruto de história e da ideología. Ao apresentar essa diferenciação o enunciador diz a sua posição ideológica, neste caso, ao trazer os artigos “a” e “o”, o sujeito-presidencial anuncia a localização espacial e temporal da condição masculina e feminina na história do Chile. Por sua participação na lutas das mulheres, a formação discursiva de Bachelet é definida por sua formação ideológica, neste caso, utilizando-os com a finalidade de criar mudanças de comportamentos e hábitos em seus eleitores. Analisando, esse contexto, Orlandi afirma:

Consequentemente, podemos dizer que o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no proceso sócio-histórico em que as palavras são producidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essa posições se inscrevem (ORLANDI, 2007, p. 42-43).

Na passagem acima, a nova Presidenta do Chile assevera que sua vitória reescreve uma nova etapa histórica do seu país: “Quién lo hubiera pensado (...)”, “Quién lo hubiera pensado (...)” que o Chile viveria uma grande mudança, ao eleger uma mulher a Presidência do seu país, já que era difícil imaginar em outros momentos históricos essa possibilidade. Destaca: “Pero fue posible. Es posible”. Destarte, sua vitória questionará os antigos padrões de subordinação de comportamento na diferenciação existente entre homens e mulheres na sociedade chilena. Esse sujeito não somente venceu uma eleição, mas marcou o surgimento de uma nova política de igualdade entre os chilenos, porque, ao eleger uma mulher para ocupar esse posto, foi construída uma nova sociedade chilena.

Resta dizer, ao observar o discurso da Presidenta, que ela faz uso da memória discursiva tratada como interdiscurso, expressando deste modo filiações de sentidos no seu discurso, ou seja, os sentidos não se compõem

somente nas palavras, eles são percebidos por sua relação com a exterioridade na qual esse sujeito está inserido; portanto, todo o saber discursivo da Presidenta se processa num já-dito, de um pré-construído (ORLANDI, 2007). No caso do discurso da sua vitória, todo o seu dizer se constrói fundamentado em dizeres anteriores, já que: “Este no es el triunfo de una sola persona, ni de un partido, ni de una coalición. Es el triunfo de todos nosotros. Es el triunfo de Chile. Ganó Chile otra vez. Como cada vez. Como la próxima”.

Destaca que essa vitória foi conquistada pela via democrática representativa, através da consciência política do eleitorado, isto é, pela participação popular, sinalizando que o povo, ao fazer parte desse processo democrático, venceu os modelos anteriores da ditadura chilena. Seu discurso torna-se, dessa forma, palco do avanço da democracia do povo chileno, ao permitir que uma mulher seja mandatária do seu país; ressalta que com essa abertura democrática outras mudanças surgirão. Com familiaridade, o enunciador abusa de palavras que garantem a intimidade discursiva com seus eleitores. Assim, utiliza as palavras “amigos” e “amigas” para demonstrar gratidão para com seu povo e inaugura uma nova política de proximidade entre governo e povo.

Também, em seu discurso, a Presidenta faz uso do substantivo feminino “confianza” (confiança) e do verbo “invitar” (convidar) para reforçar que sua vitória foi um convite do povo chileno para o surgimento dessa nova política. Tal ação só será possível com uma mudança a partir de outras palavras femininas como “liberdade”, “igualdade” e “prosperidade”, compondo, assim, o universo feminino linguístico como referência, pois, como adverte Orlandi (2002, p. 32), “as palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras”. Assim, cabe salientar que essa tríade “liberdade”, “igualdade” e “prosperidade” reforça que seu governo reconhece a confiança depositada em sua pessoa e que sua representação no campo político é uma expressão não somente no Chile, mas ao redor do mundo, como podemos observar na transcrição do discurso abaixo:

El mundo ha mirado esta elección con una dosis de asombro. Pero esta no es la primera vez, ni será la última, que los chilenos asombramos al mundo. Tras 17 años de dictadura, transitamos ejemplarmente a la democracia. Tras décadas de altibajos económicos, construimos una economía vibrante, que muchos quieren imitar. Los chilenos estamos orgullosos de lo que hemos logrado. Y vamos a seguir en ese camino. Vamos a asombrar al mundo una vez más. Demostraremos que una nación puede volverse más próspera sin perder su alma. Que se puede crear riqueza sin contaminar el aire que respiramos o el agua que bebemos. Que se puede estimular a los que emprenden y avanza, pero al mismo tiempo auxiliar a los que se quedan atrás. Que se puede construir un país donde cabemos todos, mujeres y hombres, de la capital y regiones. Gente de todos los colores, credos y convicciones. Ese es el camino que vamos a recorrer juntos, amigos y amigas. Ese es el camino.

Nesse recorte, o sujeito discursivo adverte que a eleição chilena ultrapassou a sua territorialidade, pois o mundo aguardava com atenção o desenrolar do processo eleitoral do Chile, país que há 17 anos vivenciava uma ditadura militar aparentemente sólida e uma instabilidade econômica sem precedentes.

Pode-se perceber a existência do silenciamento por parte da Presidenta no sentido de colocar sua participação, enquanto mulher, como fonte dessa admiração nesse processo, mas resta de forma implícita que essa admiração também consiste em sua participação no processo eleitoral, pois era a primeira vez que uma mulher concorria a uma eleição presidencial no Chile e na América Latina, após os Estados autocráticos militares instituídos nos países como Brasil, Chile e Argentina impossibilitarem qualquer participação das mulheres em tal instância de poder.

Podemos interpretar essa ausência pelo que Orlandi (1999) chama de silenciamento, ou seja, “sentidos não ditos, de sentidos a não dizer”⁸⁹. Essa admiração deu-se com a democracia que sucumbiu à ditadura diante das pressões do povo chileno, prevalecendo a vontade da nação. Por isso, ressalta o enunciador que “(..) os chilenos estão orgulhosos do que temos conseguido. E continuaremos nesse caminho. Vamos **chocar** o mundo mais uma vez (...)”. O “chocar”, apresentado no discurso da Presidenta, pode ser transcrito como a possibilidade de uma nova conjuntura política para que

⁸⁹ ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 4. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2002.

(...) una nación puede volverse más próspera sin perder su alma. Que se puede crear riqueza sin contaminar el aire que respiramos o el agua que bebemos. Que se puede estimular a los que emprenden y avanza, pero al mismo tiempo auxiliar a los que se quedan atrás. Que se puede construir un país donde cabemos todos, mujeres y hombres, de la capital y regiones. Gente de todos los colores, credos y convicciones. Ese es el camino que vamos a recorrer juntos, amigos y amigas. Ese es el camino.

Michelle Bachelet adota nesse discurso o ponto de vista da construção de um Chile igualitário, mais preocupado com a superação dos problemas sociais e com a forma desigual com que trata homens e mulheres. Esse discurso político consagra a sua preocupação com o avanço econômico e social. No próximo recorte é apresentada com mais ênfase sua busca por equiparação:

Amigas y amigos, A partir del 11 de marzo, Chile no sólo tendrá una Presidenta mujer. Será el comienzo de una nueva etapa. Una nueva etapa donde haremos que los logros de este país maravilloso entren al hogar de todos los chilenos. Porque quiero que mi gobierno sea recordado como el gobierno de todos y para todos. El nuestro es un país dinámico, con ganas de surgir. Cada vez más **integrado** al mundo. (negritou-se)

Como diz Augé (1994), o campo político é um governo de palavras, e a palavra aqui destacada é o substantivo “integração”. Assim, fica evidente no discurso da Presidenta que o seu governo terá como objetivo tornar o Chile um país inteiro, sem subdivisões, sejam elas econômicas, sociais ou de gêneros, já que o enunciador aduz: “**(...) quiero que mi gobierno sea recordado como el gobierno de todos y para todos**”, superando assim as fronteiras das desigualdades sociais. Podemos cogitar que mesmo sendo os chilenos governados por uma mulher, haverá esforço por uma gestão igualitária.

4.2.3 Discurso (D6) – O sexto discurso foi pronunciado (consta do Anexo F, página 205) pela Presidenta Bachelet en su cuarta Cuenta Pública sobre el estado político y administrativo de la Nación ante el Congreso Pleno

D6 foi pronunciado no dia 28 de outubro de 2009, no Supremo Tribunal Electoral da Costa Rica⁹⁰. Nesse pronunciamento, a presidenta Michelle Bachelet apresenta para o Presidente do Senado e demais ouvintes a questão da mulher na política e aborda a paridade no campo político chileno. Começa o discurso agradecendo ao povo chileno pela confiança na realização de sua trajetória política durante os três anos de mandato. Eis o recorte a seguir:

Ciudadanos y ciudadanas de mi país:
Vengo ante el Congreso Pleno a dar cuenta de la tarea que hace tres años la Nación me encomendara. Vengo ante el Congreso Pleno arropada de la confianza que, en el cumplimiento de esa tarea, millones de chilenos y chilenas me han prodigado. Traigo, más que nunca, una certeza en el espíritu: la certeza de que este sitio en el que me ha puesto la democracia ha permitido derribar prejuicios que ya no encuentran albergue en nuestro Chile.
¡Aquí está una mujer chilena, respondiendo día a día al mandato de la patria! Y lo digo como mujer de esta tierra, como tantas que cada día, solas o acompañadas, guían, sostienen y protegen a quienes aman. Lo digo sabiendo que esta es una herencia compartida por tantas mujeres chilenas que trabajan por su país y que se esfuerzan por que todos juntos avancemos hacia el desarrollo.

Bachelet, no enunciado acima, demonstra plena consciência de seu mandato e dos seus esforços no cumprimento da tarefa a ela destinada pelo povo do seu país. Destaca de forma singular que sua gestão tem sido um grande êxito devido ao espírito democrático por parte do Congresso e do povo chileno ao derrubar o grande vilão de sua administração – os *prejuicios* –, numa gestão feminina que, na visão do enunciador, “*no encuentran albergue en nuestro Chile*”. Usa um tom exclamativo, “*¡Aquí está una mujer chilena, respondiendo día a día al mandato de la patria!*” com o objetivo de reforçar a sua identidade feminina junto às demais mulheres do seu país. Traz no discurso a responsabilidade que uma mulher possui ao exercer suas

⁹⁰ Disponível em http://www.archivochile.com/Chile_actual/Elecciones_2005/2vuelta/elecciones2vuelt_0001.pdf. Acessado em: 2 de maio de 2017.

atividades diárias, não importando em qual lugar se encontre, seja no campo político, seja *“como mujer de esta tierra”*. A responsabilidade das mulheres é fruto dos aspectos culturais e sociais de uma herança compartilhada por todas, reconhecendo que todas as ações são realizadas pela Presidenta e por suas compatriotas para o desenvolvimento do seu país.

Outro ponto importante neste seu discurso consistiu na relação entre a mulher e o mercado de trabalho, ao citar a Lei 20.351, de 7 de maio de 2009⁹¹, vista como ato de “Proteção e Promoção da Formação Profissional ao Trabalhador”. Este instrumento é conhecido como *“permiso de capacitación”*; seu objetivo é assegurar à classe trabalhadora o reingresso no mercado de trabalho pela via da capacitação profissional. Durante o seu discurso a presidenta reforçou que é de fundamental importância ao mercado o apoio às mulheres chefes de família. Vejamos a sequência discursiva abaixo:

Otro de los instrumentos es el llamado “permiso de capacitación”, que permite que, en acuerdo con el empleador, el trabajador pueda hacer uso del seguro de cesantía por cinco meses, sin interrumpir la relación laboral, para capacitarse durante este tiempo, reintegrarse a sus funciones después de que el temporal amaine y aportar con sus conocimientos a la productividad de la empresa, y además tener mejores condiciones.

El acuerdo también se hizo cargo de un aspecto que me preocupaba y cual era qué hacíamos con una enorme cantidad de mujeres jefas de hogar. Creamos en tal sentido 20 mil nuevos cupos en el programa de capacitación laboral para mujeres que han estado desempeñándose como trabajadoras dependientes, pero que necesitan apoyo estatal para reconvertirse en independientes o emprendedores.

A sequência também destaca a questão das mulheres no mercado de trabalho, com foco nas mulheres chefes de família que têm sua renda de forma independente. Esta tem sido uma das suas preocupações, já que a Presidenta reconhece que o mercado de trabalho exclui a mão de obra feminina, seja qual for a função desempenhada. Para solucionar esse déficit, propôs a criação de mais *“20 mil nuevos cupos en el programa de capacitación laboral para mujeres”*. Para a Presidenta, o mercado é excludente e para que se tenha maior participação das mulheres é imprescindível a participação do poder

⁹¹ Diário Oficial de La Republica de Chile. “La Ley Nº 20.351, de Protección al Empleo y Fomento a la Capacitación Laboral. Disponível em: <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/chi89509.pdf>.. Acessado em: 2 de maio de 2017.

estatal, visando um crescimento econômico com equiparação no campo do trabalho entre homens e mulheres:

Desde hace tiempo hemos dicho que el mercado debe ir acompañado de una mayor deliberación democrática y que el crecimiento debe ir de la mano de una mayor equidad.

Continuando nessa mesma perspectiva, o enunciador afirma outra preocupação ante a diferença entre homens e mulheres no Chile, enfocando mais uma vez o trabalho e a equidade. Sobre a questão da aposentadoria e sua diferenciação entre os gêneros, Bachelet usará os dados de cobertura do sistema de pensões solidárias para enaltecer seus objetivos e sanar a diferenciação, em favor das mulheres, em face da reforma da Previdência:

Según el calendario aprobado en la reforma, a partir de julio de este año, la cobertura del sistema de pensiones solidarias aumentará de un 40 a 45 por ciento, beneficiándose con ello 200 mil pensionados adicionales, y entregaremos aportes previsionales solidarios a toda pensión menor a 120 mil pesos. Además, como ustedes saben muy bien, una preocupación que yo tenía era que las mujeres al pensionarse recibían pensiones más bajas que los hombres que habían realizado el mismo trabajo, por el mismo tiempo y por el mismo salario. Decidimos, entonces, compensar esta diferencia haciéndonos cargo también de que la maternidad era también una responsabilidad de la sociedad. Así que a partir del 1 de julio, empezamos a incluir en los ahorros previsionales un bono por hijo a todas aquellas madres que cumplan con los requisitos contemplados en la ley. Este año proyectamos entregar los primeros 25 mil beneficios por este concepto a mujeres que jubilen a partir del 1 de julio.

Interessa destacar que no discurso acima a questão da pensão torna-se ponto de reflexão do enunciador, desde 11 de março de 2008, quando promulgou a Lei 20.255 para a reforma de pensão do Chile e promoveu a criação da Pensão Solidária. Essa lei estabeleceu um benefício para as mulheres, estabelecendo a igualdade entre os pensionistas, pois *“las mujeres al pensionarse recibían pensiones más bajas que los hombres que habían realizado el mismo trabajo, por el mismo tiempo y por el mismo salario”*. De acordo com Bachelet, o sistema de pensão chileno era desigual na sua base estrutural porque o benefício “pensão” refere-se a quanto um trabalhador pode acumular durante seu tempo de trabalho. Assim, a acumulação da conta de

capitalização individual da mulher no campo do trabalho deveria ser revista pelo próprio Estado, pois o pagamento era maior para os homens devido à sua maior contribuição no sistema, por este ser fortalecido pelo sistema heteronormativo e sexista, pela valorização da mão de obra masculina e pela desqualificação da mão de obra feminina.

Esse sistema de quotização fazia com que as mulheres recebessem uma parcela menor. Como solução para superar essa diferenciação, o enunciador propôs ao Estado que “(...) *la maternidad era también una responsabilidad de la sociedad*”. Ao questionar o sistema de pensão, a Presidenta observa que se essa diferenciação não fosse corrigida, não seria possível superar as desigualdades sociais entre homens e mulheres no seu governo. Em suma, sua proposta é promover a possível cidadania pela via econômica e alcançar um equilíbrio na diferenciação entre o gênero, com a participação do Estado chileno.

No recorte abaixo, Bachelet descreve que o Congresso tem desempenhado papel relevante na busca por equiparação entre homens e mulheres no Chile. Compreende que todo cidadão deve ter sua cidadania preservada mediante a aprovação de leis que garantam a manutenção dos seus direitos. Isso é o que podemos observar abaixo:

Con mucho orgullo podemos decir, también, que hoy el Estado protege a sus trabajadores y trabajadoras.

Hemos aprobado leyes de enorme significación, como la ley de subcontratación y la que equipara el sueldo base al sueldo mínimo. Leyes que apelan al sentido de justicia de una sociedad, de cómo construir prosperidad de la mano de los trabajadores.

Hace pocos días, las trabajadoras de casa particular pudieron por primera vez celebrar un 1º de Mayo en sus hogares, con sus familias, porque aseguramos el derecho de ellas a descansar en día feriado. Lo mismo hemos hecho con los trabajadores del comercio. Y –otro paso importante– es que este verano, por primera vez, las manipuladoras de alimentos que trabajan en jardines infantiles y escuelas tuvieron vacaciones pagadas, y un contrato continuado, porque antes en diciembre cerraban sus contratos y las recontrataban en marzo. Entonces, creo que eso también es algo muy importante.

En el día de ayer, y esto merece un gran aplauso, el Congreso aprobó el proyecto de brecha salarial, que va a promover algo muy sentido por todos y todas: que hombres y mujeres de nuestra patria por igual trabajo reciban igual salario.

Ao citar “*la ley de subcontratación y la que equipara el sueldo base al sueldo mínimo*” dos trabalhadores e trabalhadoras, o sujeito faz referência à Lei⁹² nº 20.123, promulgada no dia 16 de outubro de 2006, que entrou em vigor em 14 de janeiro de 2007, numa cerimônia no Palácio de *La Moneda*. De acordo com a Presidenta, a lei da subcontratação e do trabalho temporário garantiria aos trabalhadores e trabalhadoras uma melhor qualidade de vida e evitaria os abusos por parte do empregador no ato da contratação, de demissão do emprego ou na recontração em situações insalubres. Esse sistema evita que os trabalhadores e trabalhadoras percam seus direitos trabalhistas na busca por competitividade e produtividade proveniente do comércio empresarial. Ao mesmo tempo, o enunciador também parabeniza os congressistas pela aprovação da Lei 20.348, de 19 de junho de 2009, que resguarda o direito da igualdade de remuneração salarial entre homens e mulheres. Eis as palavras da Presidenta:

En el día de ayer, y esto merece un gran aplauso, el Congreso aprobó el proyecto de brecha salarial, que va a promover algo muy sentido por todos y todas: que hombres y mujeres de nuestra patria por igual trabajo reciban igual salario.

De acordo com o artigo 1º da Lei 20.348:

El empleador deberá dar cumplimiento al principio de igualdad de remuneraciones entre hombres y mujeres que presten un mismo trabajo, no siendo consideradas arbitrarias las diferencias objetivas en las remuneraciones que se funden, entre otras razones, en las capacidades, calificaciones, idoneidad, responsabilidad o productividad.

Essa lei dispõe ao trabalhador e à trabalhadora o direito de reparação salarial no cumprimento de sua função, evitando a discriminação salarial por parte do empregador. Nota-se, ao analisar o discurso político de Bachelet, que seu governo busca uma cidadania para todos e a igualdade de gênero, expressando essa igualdade entre homens e mulheres no contexto do Estado Democrático e na garantia dos direitos sociais. Assim, a Presidenta afirma:

⁹² Disponível em: <https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=254080>. Acessado em: 2 de maio de 2017.

Con mucho orgullo podemos decir, también, que hoy el Estado protege a sus trabajadores y trabajadoras.

Ao ressaltar o papel do Estado a partir do discurso do enunciador, podemos compreender que ao fazer uso do advérbio de tempo “*hoy*”, o discurso político da Presidenta refere-se também ao período sombrio do Estado vivido pelo povo chileno na ditadura militar de Augusto Pinochet, período em que prevaleceram desigualdades sociais, violações de direitos humanos e estagnação econômica. Com o modelo de Estado Democrático, tornou-se possível percorrer um novo caminho histórico de avanços sociais.

Ao longo do seu discurso no Congresso a Presidenta ressalta a equidade de gênero não somente nas questões de mercado de trabalho, mas também no campo educacional:

Apostamos a la equidad de género. Hoy, casi la mitad de las becas otorgadas favorecen a mujeres, porque hemos dado beneficios especiales para aquellas becarias que tengan hijos y que puedan viajar con sus hijos.

Antes de analisar o discurso acima, vale ressaltar que a educação, segundo o sociólogo francês E. Durkheim, é algo essencial numa sociedade. Segundo esse autor, a educação é uma ferramenta importante para a socialização do indivíduo. Através da educação o indivíduo tem sua entrada na construção de uma moral coletiva. A educação contribuirá para a manutenção da sociedade da qual faz parte, renovando continuamente as condições de sua existência, já que essa instituição tem por objetivo construir seus sujeitos e suas representações.

Ao inserir a mulher no campo da educação em seu discurso, Michelle Bachelet aponta a possibilidade da construção do “Ser Mulher”. Para o enunciador, isso só será possível com a participação do Estado através de bolsas de estudos e de auxílios. Bachelet reconhece que existem dificuldades para a permanência das mulheres nas instituições educacionais, devido a sua atividade materna.

No decorrer do seu discurso argui sobre a violência contra a mulher, sobretudo a violência doméstica, como podemos observar no recorte a seguir:

Continuaremos esta labor con seriedad y sin estridencia. Pero quiero decir algo más. La violencia no ocurre exclusivamente en las calles, ocurre también al interior de los hogares. Mi gobierno ha avanzado en visibilizar el drama de la violencia intrafamiliar. Los cobardes que agreden a las mujeres o los hijos seguramente no aprueban mi gestión como Presidenta, porque conmigo les ha ido mal. Estamos tipificando el femicidio en el Congreso, estamos subiendo las penas, hemos creado 25 casas de acogida y 74 centros de atención de víctimas, pero más que eso, los hemos denunciado ante los ojos de la gente como lo que son: cobardes que no merecen consideración [...]

Otro texto importante por aprobar, estimados parlamentarios, es el protocolo de la Convención sobre Eliminación de todas formas de Discriminación contra la Mujer. Confío, entonces, que será este Congreso el que logrará ponernos al día en la arquitectura jurídica internacional de los derechos humanos.

O enfrentamento de todas as formas de discriminação e violência sempre foi pauta do governo da Presidenta, desde o lançamento do seu Programa de Governo em setembro de 2005. Uma das suas metas era o compromisso de proteger o povo chileno de todos os atos de barbárie e propor uma justiça reparadora pelo Estado para a elaboração de políticas públicas, no sentido de prevenir e superar esses atos praticados no Chile. Sua maior preocupação como governante tem como foco as vítimas da violência:

(...) Las víctimas son el centro de nuestra preocupación. Tenemos la responsabilidad de acompañarlas y asistirles

No discurso de Bachelet podemos constatar que seu desejo de enfrentar a violência vai muito além da violência da via pública, incluindo atenção especial à violência intrafamiliar (dos lares). É interessante observar que a Presidenta, no seu discurso, adverte que sua gestão reprime com mais intensidade esse tipo de violência. Podemos cogitar que a presença de uma mulher na Presidência fez com que as demandas das mulheres se tornassem prioridade. Se os governos anteriores não davam ênfase às causas femininas, em sua gestão isso não ocorre. Bachelet reconhece que sua presença como mandatária criou certo desconforto nos agressores: “(...) *los cobardes que agreden a las mujeres o los hijos seguramente no aprueban mi gestión como Presidenta, porque conmigo les ha ido mal*”.

Assim, mesmo sabendo que esse tipo de atitude pode criar no imaginário social, por parte dos “cobardes”, uma crítica destrutiva ao seu governo, Bachelet preservou esta bandeira de luta, chegando a propor ao Congresso chileno a tipificação do feminicídio no Código Penal (projeto de Lei 20.066), para o enfrentamento da violência contra a mulher. Algumas medidas para o enfrentamento do problema foram apontadas por ela tais como o aumento das penalidades e a criação de abrigos (segundo a Presidenta, já foram construídos 25 abrigos e 74 centros para cuidar do apoio às vítimas).

Bachelet, ao usar o conectivo “pero” como estratégia argumentativa, estabelece um tipo de oposição aos “cobardes” ao afirmar categoricamente que “(...) *los hemos denunciado ante los ojos de la gente como lo que son: cobardes que no merecen consideración*”, assinalando que não terá nenhum tipo de tolerância para nenhum ato de covardia.

Outro ponto importante de seu discurso é a participação da população em seu governo, e especialmente das mulheres nos espaços de poder e na gestão participativa.

Aprendamos de esta práctica y sus buenos resultados. Sepamos reconocer que los temores iniciales eran infundados. Los ciudadanos activos, partícipes del debate público, abiertos al diálogo y al entendimiento no compiten ni debilitan a ninguna de nuestras instituciones democráticas. Estoy cierta de que este estilo participativo será difícil de desterrar, porque en futuros gobiernos las personas exigirán ser escuchadas. Lo mismo puedo decir en relación de la participación femenina. ¡No creo que sea posible ya en Chile tener un gabinete ministerial con dos o tres mujeres! El cambio cultural en este sentido es irreversible. Y permítanme decirles que las mujeres sabemos ocupar espacios sin excluir a nadie. Chile es más grande cuando las mujeres también son protagonistas. Por todo ello, sostengo que el gobierno es más ciudadano que ayer.

Para Bachelet, um dos grandes caminhos para o progresso do país consiste na relação que o governo tem com seus cidadãos. É pela participação consciente do seu povo que é possível garantir a liberdade e a igualdade. Considera que essa representação popular é fundamental para assegurar a democracia participativa. Reconhece que por parte de alguns existe certa

resistência, entretanto a considera infundada, já que no seu ponto de vista não compromete as instituições, fortalecendo, ao revés, a relação direta com as demandas do povo, isto é, *“las personas exigirán ser escuchadas”*.

Ao se posicionar a favor desse tipo de gestão, faz menção às mulheres e questiona sua participação na sociedade.

Lo mismo puedo decir en relación de la participación femenina. ¡No creo que sea posible ya en Chile tener un gabinete ministerial con dos o tres mujeres! El cambio cultural en este sentido es irreversible. Y permítanme decirles que las mujeres sabemos ocupar espacios sin excluir a nadie. Chile es más grande cuando las mujeres también son protagonistas.

Bachelet, nos argumentos acima, adverte que não é admissível negar às mulheres a sua participação na sociedade ou nos espaços de poder. Questiona, em seu discurso, o número mínimo de mulheres no comando ministerial e propõe que esse cenário seja revisto através de *“El cambio cultural”*, que seria a única forma de alcançar os interesses e as demandas das mulheres. Continuando nessa mesma perspectiva, diz, em tom de ironia, aos seus ouvintes que uma das habilidades da mulher em ocupar espaços é não fazer exclusão dos outros elementos que estão presentes no processo. Essa habilidade contribui para que o Chile se torne um país melhor. Afirma a Presidenta:

Hay más votantes, más transparencia, más participación, más mujeres. Hay que admitir, sin embargo, que esta voluntad política no ha tenido correlato equivalente en lo institucional. Necesitamos perfeccionar nuestra institucionalidad democrática. Quisiera avanzar más en la reforma constitucional que introduce la iniciativa popular de ley o la participación política femenina.

Bachelet, mais uma vez, enaltece no seu discurso a participação social e destaca que essa vontade política proveniente dos indivíduos não possui consonância com o Estado, que recusa, por assim dizer, os seus direitos civis e políticos, obstando o desenvolvimento social. Para a Presidenta, a única forma de superação desse dilema seria a redefinição institucional da democracia e uma reforma instrucional que contemplasse os interesses dos grupos envolvidos através de projetos de lei que incentivassem a participação das mulheres.

4.3 O DISCURSO DE CRISTINA KIRCHNER

4.3.1 Discurso (D7) – O sétimo discurso analisado acha-se no Anexo G (página 214): De la Presidenta de la Nación, Cristina Fernández de Kirchner, en el acto de Asunción del mando en el Congreso de la Nación ante la Asamblea Legislativa

Chega ao maior posto mandatário da Argentina, Cristina Kirchner, em 10 de dezembro de 2007, ao vencer as eleições presidenciais com a maior representação nas urnas, totalizando 45% dos votos válidos. Ao fazer seu juramento na Assembleia Legislativa, Cristina se tornou a 55ª presidenta da Argentina e a primeira mulher eleita pelo voto direto no país. Recebeu o bastão e a faixa presidencial do ex-Presidente Néstor Kirchner, seu marido e antecessor. Ao ser convidada a dirigir-se ao Congresso e fazer o seu primeiro discurso como Presidenta, Cristina Kirchner foi bastante aplaudida e revelou certo nervosismo.

Muchas gracias. ¡Viva, viva la Patria, sí!
Señores Jefes de Estado presentes; señores Jefes de Delegaciones; señores gobernadores; autoridades civiles, militares, eclesiásticas; pueblo de la Patria y Honorable Asamblea Legislativa: vengo esta tarde a dar cumplimiento al artículo 93 de la Constitución Nacional. Luego de haberse realizado elecciones el 28 de octubre, la fórmula que encabezé junto al ingeniero Julio Cobos, obtuvo más del 45 por ciento de los votos válidos emitidos y, por lo tanto, no corresponde, tal cual ha proclamado esta misma Asamblea Legislativa convocar a una segunda vuelta. En esos términos y en los términos del artículo 97, vengo a tomar posesión del cargo de Presidenta de la República Argentina el honor más grande que puede tener una argentino o una argentina, ser elegida por sus compatriotas para representarlos.

Ao começar seu discurso, a Presidenta cumprimenta todas as autoridades presentes e o povo argentino, afirmando que sua vitória é fruto da Carta Magna do povo argentino e que sua responsabilidade é dar cumprimento ao artigo 93 da Constituição, que estabelece:

Al tomar posesión de su cargo el presidenta y vicepresidenta prestarán juramento, en manos del presidenta del Senado y ante el Congreso reunido en Asamblea, respetando sus

creencias religiosas, de: “desempeñar con lealtad y patriotismo el cargo de presidenta (o vicepresidenta) de la Nación y observar y hacer observar fielmente la Constitución de la Nación Argentina”.

Ainda no mesmo pronunciamento, a Presidenta reconhece que suas decisões e atos serão tomados em respeito à Constituição, jurando “desempeñar con lealtad y patriotismo el cargo de Presidenta (...) de la Nación y observar y hacer observar fielmente la Constitución de la Nación Argentina”. Em seguida, discorre sobre o trajeto de candidatura e do seu vice-presidente Julio Cobos, enfatizando os 45% dos votos alcançados nas urnas, que consolidaram sua vitória no primeiro turno, não havendo a necessidade de um segundo turno, como esclarece o artigo 97 da Constituição do seu país:

Cuando la fórmula que resultare más votada en la primera vuelta, hubiere obtenido más del cuarenta y cinco por ciento de los votos afirmativos válidamente emitidos, sus integrantes serán proclamados como presidenta y vicepresidenta de la Nación.

Ao enfatizar o artigo 97 da Constituição argentina, pode-se observar o sentido das palavras “presidenta” e “vice-presidenta”, do ponto de vista formal, usadas como comuns de dois gêneros, para proclamar os novos integrantes. Não se nega que o uso das palavras “presidenta” e “vice-presidenta” estejam corretos. Contudo, veremos que ela escolherá a forma feminina para se autointitular entre os presentes, reforçando assim a questão indicadora do gênero feminino, como se constata no discurso abaixo;

(...) vengo a tomar posesión del cargo de Presidenta de la República Argentina el honor más grande que puede tener una argentino o una argentina, ser elegida por sus compatriotas para representarlos.

O discurso pronunciado pela Presidenta revela a ausência da forma feminina. Como já apontamos, essa lacuna é preenchida por ela ao pronunciar a palavra “Presidenta” em vez de “Presidente” no Congresso Nacional. Kirchner reforça assim o fato de que o país será governado por uma mulher, isto é, uma mandatária do sexo feminino governará a Nação. Vale notar que o uso da conjunção coordenativa “ou” no seu pronunciamento remete à forma inclusiva

da mulher; e acrescenta: “el honor más grande que puede tener una argentino o una argentina es ser elegida por sus compatriotas para representarlos.” Essa atitude pode ser interpretada como formação ideológica para dar voz às mulheres e ao mesmo tempo delimitar espaços de atuação das mulheres em espaços de poder na política argentina. O dar voz pode ser percebido como expressão do empoderamento por parte da Presidenta em ações e decisões concernentes às demandas das mulheres.

No discurso abaixo, Cristina Kirchner chama a atenção do Congresso e do povo argentino, ao demonstrar sua preocupação em torno de certa resistência que pode sofrer no exercício do cargo, como mandatária do país:

Estoy convencida de que lo vamos a poder hacer con el esfuerzo y el trabajo de todos los argentinos. También -porque saben, que la sinceridad es uno de mis datos proverbiales- sé que tal vez me cueste **más porque soy mujer, porque siempre se puede ser obrera, se puede ser profesional o empresaria, pero siempre nos va a costar más. Estoy absolutamente convencida.**

Ao destacar o fato de ser “mulher”, é possível notar, em seu discurso, a existência de uma linha tênue entre chegar ao poder e manter-se nele. A sua ascensão ao posto mais alto da hierarquia organizacional da sociedade argentina exigirá dela um maior esforço no enfrentamento aos obstáculos impostos não somente pelo cargo em si, mas pelo Congresso e pelo olhar da sociedade, em sua atuação no gerenciamento do país. Por ser uma mulher, sua atuação será observada com mais afinho e minudência. Apesar de haver vencido as eleições, reconhece que está “absolutamente convencida” dos desafios a serem enfrentados.

Claramente se pode perceber a ênfase que ela confere ao imaginário histórico que a sociedade tem sobre o ideal da participação feminina em determinados “espaços de poder”, seja atuando como “obrero” ou “profesional o empresaria”, ou no campo da política. Resta subentendido que para manter sua participação nesses espaços, a mulher deve manter um esforço contínuo de negociação entre equilibrar a vida profissional e pessoal e fazer política.

Pero creo tener la fuerza para poder hacerlo y además el ejemplo, el ejemplo no solamente de Eva que no pudo, no pudo, tal vez ella lo ue merecía más que yo, el ejemplo de unas

mujeres que con pañuelo blanco se atrevieron donde nadie se atrevía y lo hicieron. Ese era el ejemplo de ellas, de las Madres y de las Abuelas, de las Madres y de las Abuelas de la Patria. Ese era el ejemplo de ellas y también de nuestros próceres, de Mariano Moreno, de San Martín y de Belgrano.

Cristina, mesmo reconhecendo que possui a força necessária para exercer o cargo de mandatária do país, busca na trajetória histórica e política de algumas das mulheres e homens da Argentina o seu fortalecimento e a sua referência, destacando suas principais inspiradoras: a figura de “Eva” e das “Madres y de las Abuelas, de las Madres y de las Abuelas de la Patria⁹³”. As inspirações em Eva (Evita Perón) por parte da Presidenta provêm da presença marcante de Eva, na busca pela justiça social para o povo argentino, enquanto exercia seu papel de vice-Presidenta, ao lado de seu marido Perón.

Eva Perón também é lembrada no discurso por fazer parte do imaginário social argentino e por sua forte participação na inserção das mulheres na vida política do seu país, bem como pelo exercício constante do direito ao voto por parte das mulheres, bandeira de luta do movimento tão importante para a peronista, já que via na luta pelas mulheres uma missão e razão de sua vida⁹⁴. Vale salientar que Eva é o ícone do movimento peronista, pelo qual a Presidenta tem bastante simpatia, enquanto ideologia partidária. Isso fica evidente no seu discurso, ao afirmar que “el ejemplo no solamente de Eva que no pudo, no pudo, tal vez ella lo que merecía más que yo”, referindo-se ao cargo de Presidenta e a relevância de Eva para o povo argentino.

No caso de “Las Madres”, citado no discurso de Cristina, “Las Madres” são exemplo de determinação na luta em busca de uma sociedade justa e igualitária, que por seus sofrimentos pessoais fizeram emergir um movimento de mulheres fortalecido e que marcaram a vida social e política do seu país, principalmente contra a ditadura civil-militar, que tanto violou os direitos de liberdade do povo argentino. As ações de resistência por parte dessas

⁹³ Durante seu pronunciamento emocionado, a Presidenta lança a sua atenção para a sacada do Congresso, onde está presente Taty Almeida juntamente com outros representantes da Fundação Plaza de Mayo, bem como a presidenta das avós da Plaza de Mayo, Estela de Carlotto.

⁹⁴ Ver Eva Duarte De Perón. **La Razón De Mi Vida**. Disponível em: <<http://pjlamatanza.com/evita/archivos/LARAZONDEMIVIDA.pdf>>. Acessado em: julho de 2016.

mulheres garantiram, como outros segmentos, a redemocratização da Argentina.

Ao final do seu discurso, a Presidenta convoca a população a participar na manutenção e na garantia dos direitos de todos os cidadãos.

Para terminar, quiero convocar a todos los hombres y mujeres de mi país, a los jóvenes, a los ciudadanos, a las ciudadanas, a las que nos votaron y a los que no lo hicieron, porque en definitiva hoy estamos representando los intereses de todos, quiero hacerlo también desde mis convicciones, ustedes lo saben, como quien se va, como el Presidenta formamos parte y muchos de ustedes también de los que están aquí sentados, que no somos marcianos ni Kirchner ni yo, somos miembros de una generación que creyó en ideales y en convicciones y que ni aún, ante el fracaso y la muerte perdimos las ilusiones y las fuerzas para cambiar al mundo.

Ainda no mesmo pronunciamento, ela ressalta que sua vitória não foi fruto de uma unanimidade por parte do povo argentino, mas assegura que seu governo representa a vitória de todos e todas. Outro ponto apresentado pela Presidenta refere-se ao fato de uma mulher ser a nova Presidenta do país; isso decorre das ações dos homens e mulheres que acreditaram nas mudanças através de suas ideias e convicções, na busca de “fuerzas para cambiar al mundo”.

4.3.2 Discurso (D8) – O oitavo discurso analisado consiste no Anexo H (página 222): Palabras de La Presidenta de La Nación, Cristina Fernández Kirchner, en la apertura de la Asamblea General de las Naciones Unidas, en la Ciudad de Nueva York, 28 de septiembre de 2008

Em 23 de setembro de 2008, Cristina Fernández Kirchner faz seu primeiro discurso na ONU, como Presidenta pela Frente para a Vitória (FpV) – Partido Justicialista, durante a 63ª Assembleia Geral da Nações Unidas. Ao subir na tribuna, assim inicia seu discurso aos delegados presentes:

Señores jefes y jefas de Estado, jefes y jefas de Delegación; **señor presidenta de esta Asamblea: en mi carácter de primera mandataria mujer electa en la historia de mi país, me dirijo a esta Honorable Asamblea abordando como primer tema de mi intervención la cuestión de los derechos humanos.** Saben ustedes que para mi país la política de

respeto irrestricto y vigencia de los derechos humanos es una de las políticas de Estado.

Vale salientar que ao fazer seu pronunciamento na tribuna da ONU, ela cumprimenta seus ouvintes por “Señores jefes y jefas de Estado, jefes y jefas de Delegación”. Essa diferenciação serve para ilustrar o uso da vogal feminino “a”, elemento essencial na construção do gênero (homens e mulheres). Dessa maneira, constrói a narrativa de um sujeito, ou seja, uma forma-sujeito, como destaca Pêcheux (1995), que consiste na existência histórica de qualquer indivíduo nas práticas sociais em que se acha inserido, neste caso na ONU. Assim, Kirchner se identifica com a formação discursiva que pronuncia, e leva seus ouvintes a constatar sua presença junto aos seus ouvintes. A Presidenta também faz questão de exaltar o marco histórico do seu país, ao eleger pelo voto direto, pela primeira vez, uma mulher como Chefe de Estado do seu país.

Outro ponto importante consiste no destaque aos Direitos Humanos como política de Estado, e não política de governo, já que a primeira possui um caráter permanente, não podendo ser vista como escolha de seus governantes.

Retornando a sequência discursiva, afirma que:

Precisamente en este marco es que quiero instar a los miembros de esta Asamblea para que el Tratado sobre la desaparición forzosa de personas, que fuera **impulsado fervientemente por mi país y que me tocó signar, como Primera Dama de la República Argentina, en París el año pasado junto a otras 73 delegaciones, sea ratificado por la totalidad de los países que lo han signado**. Hasta ahora solamente lo hemos ratificado 4 países: Argentina, Albania, México y Honduras. Sé que está a punto de hacerlo la República de Francia pero es imprescindible que todos nos comprometamos fuertemente en que las personas y su inviolabilidad sean definitivamente uno de los principios liminares en la gestión de todos los Estados. En este sentido también quiero presentar hoy frente a ustedes la iniciativa latinoamericana para identificación de desaparecidos.

Desde o surgimento no cenário político dos anos 90, a Presidenta destacou-se por combater a ditadura e por lutar pela igualdade do povo argentino e, sobretudo, pelos direitos das mulheres. Durante seu governo participou da criação de políticas públicas em prol das mulheres.

Para nosotros el testimonio invaluable de mujeres que nos acompañan hoy en esta Asamblea, las Abuelas de Plaza de Mayo, Presidencia de la Nación 2 que fueron las que idearon la constitución de este banco genético, han recuperado, arrebatados al olvido y a la desaparición, a 95 nietos de los 500 desaparecidos, hijos de detenidos políticos desaparecidos durante la última dictadura argentina. La labor de estas mujeres es el testimonio viviente de cómo se puede aún en la adversidad y contra todo lo que ha significado el terrorismo de Estado, no solamente en mi país sino en otras repúblicas, sobreponerse a la muerte y luchar por la vida.

O uso de “**nosotros**” neste discurso da Presidenta sugere um enlaçamento entre suas ações e a participação coletiva das mulheres argentinas. O destaque que fortalece essa perspectiva é tomado pelo sujeito discursivo ao se referir à “Praça de Maio”, que desde 1810, após a independência das colônias, tonou-se um grande espaço de relevância na luta contra a ditadura na Argentina. A Praça de Maio é o maior símbolo de resistência política do povo argentino, e tem nas ações das mulheres, em especial em “Las Madres” (as mães e esposas de prisioneiros e exilados políticos) a maior expressão de resistência e reivindicações constitucionais e sociais, como se pode perceber no dizer da Presidenta: “La labor de estas mujeres es el testimonio viviente de cómo se puede aún en la”.

4.3.3 Discurso (D9) – O sétimo discurso analisado consta do Anexo I (página 227) – Encuentro de mujeres militantes em Avellaneda⁹⁵ – Palabras de la Presidenta de la Nación, Dra. Cristina Fernández Kirchner, en El Encuentro de Mujeres Militantes de La Provincia de Buenos Aires.

Iniciaremos nossa análise a partir do discurso da Presidenta Cristina Kirchner, pronunciado no dia 11 de março de 2009, em homenagem às mulheres militantes da Argentina. Esse discurso foi proferido na cidade de Avellaneda, localizada, na região metropolitana da grande Buenos Aires. A Presidenta, ao entrar no recinto, é ovacionada pelas mulheres militantes presentes e agradece a todas pelo imenso carinho. Ao dar início a seu discurso, exalta a importância deste dia.

Gracias, muchas hermanas, compañeras de género: tal vez por una de esas causalidades que tiene el destino nos

⁹⁵ Disponível em < www.casarosada.gov.ar. Encuentro de mujeres militantes em Avellaneda. Acessado em: 21 de outubro de 2017.

hayamos encontrado para acordarnos de nosostras, de nuestras vivencias, de nuestros problemas um 11 de marzo, déjenme contarles que fue um 11 de marzo la primeira vez que esta Presidenta de los argentinos emitío su voto em elecciones libres y sin proscripciones.

Segundo Michel Pêcheux (1988) e Orlandi (2007), a linguagem não é um processo transparente; assim, é possível perceber neste discurso que a Presidenta cria a possibilidade de aproximação com as demais mulheres presentes no recinto, pois sua fala extrapola a de um discurso público do tipo padrão, formal ou impessoal, no qual é comum não fazer referência ao receptor. No caso da Presidenta, pelo contrário, sua formação discursiva rompe com essa ordem. Seu discurso tem um destinatário único e bem definido, neste caso as mulheres, que estão ligadas pelos problemas e vivências partilhados pela Presidenta e suas receptoras. Esse fato reforça e confere sentido ao processo de laços afetivos expressos – “Hermanas” e “compañeras de género” –, fugindo assim da impessoalidade e optando pelas vivências das mulheres presentes.

Assim, ao fazer uso do substantivo “irmã” e do adjetivo “companheira de gênero”, situa-se, por assim dizer, numa mesma raiz de parentesco simbólico com as demais mulheres presentes, por pertencerem todas a esse gênero construído historicamente. Seguindo o discurso, podemos ainda perceber o gênero, na visão da Presidenta, como fator delimitador entre os sexos. Entretanto, também compreendemos que o seu uso pode considerar o gênero como categoria de poder, na qual o corpo não é só algo anatômico, porém expressão de um ato político e carregado de significados em nossa sociedade, isto é, o gênero como uma organização social que ultrapassa a questão “sexual”.

Desse modo, a Presidenta faz uso do já-dito, isto é, de sentidos já construídos historicamente que se reescrevem na materialidade do sujeito discursivo para reforçar sua subjetividade feminina, por meio de seu discurso proferido junto às demais mulheres. É em relação ao já-dito que se reforça o eixo do interdiscurso, do intradiscurso e os espaços de confrontos ideológicos, que aqui se identificam pela formação discursiva do seu dizer ante as mulheres e por sua posição enquanto sujeito discursivo.

Outro ponto a destacar em seu discurso é sua participação na transição democrática da Argentina entre os anos de 1976 e 1983, quando salienta a importância do dia 11 de março para o processo democrático do seu país, dia que tornou possível a democracia através de eleições livres. Como no fragmento discursivo a seguir:

Hoy, lo que casi parece un ejercicio normal que los ciudadanos y las ciudadanas ejercemos cada dos años, déjenme contarles que cuando yo tenía la edad de muchos de ustedes que están aquí, 17, 18 años, no lo podíamos hacer. Es bueno acordarse de estas cosas para saber cómo hemos ido construyendo la historia los argentinos. Y yo, como una mujer del pueblo, como una militante convencida de toda la vida, vengo a saludar hoy a ustedes, mujeres comprometidas no solamente con una idea o con un partido sino también con la ayuda al prójimo, con la solidaridad, en el combate de la lucha contra la droga, contra la pobreza, contra la violencia.

Ainda, a Presidenta assinala as mudanças ocorridas na história do povo argentino e faz um breve histórico do exercício da cidadania e da conquista democrática do povo argentino para superar os períodos de ditadura. Cristina não menciona a palavra ditadura, que aqui ocorre de forma implícita em seu dizer. Mas, por sequência lógica, é possível vislumbrar a importância deste fato, ao fazer uso do verbo “poder” no pretérito imperfeito do indicativo (“podíamos”), que é utilizado sempre para referência aos fatos do passado, restando o uso do “Nós” subentendido. Portanto, entendemos a ligação do silêncio e da memória, tão presente neste discurso; segundo Pêcheux (1988), é como um jogo de força que opera na memória discursiva, “sob o choque do acontecimento”. Memória aqui não entendida como “lembranças pessoais” da Presidenta, mas oriunda do entrecruzamento do seu sujeito-discursivo com a esfera histórica, coletiva e social, que são bases necessárias para o funcionamento de um discurso.

No decorrer do discurso cita-se como uma “**mujer del pueblo**” e como uma “**militante convencida de toda la vida**”. Essas materialidades expressam o delineamento da sua formação-sujeito e de sua posição-sujeito, ora se definindo como sujeito anunciador, ora como sujeito do saber e produtor de sentido.

Argumenta Orlandi (2005):

Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer aos efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos. (ORLANDI, 2005, p. 50).

Nessas condições, a Presidenta mantém a ilusão de que é dona da sua materialidade discursiva e do seu próprio dizer, movimentando-se e constituindo-se por sua formação discursiva e estabelecendo o seu lugar social e discursivo. Por isso, o sujeito (Presidenta) assume diferentes posições num determinado lugar discursivo, ora como **“una mujer del pueblo”**, ora como **“militante”**. No trecho acima, Cristina também faz ressalva ao comprometimento por parte das militantes; este, segundo a Presidenta, não deve ficar tão só no campo das ideias (conquistas pessoais) e de legenda partidária, mas deve se fortalecer na ação concreta que é ajudar o próximo, ou seja, em ações efetivas “con la solidaridad, en el combate de la lucha contra la droga, contra la pobreza, contra la violencia”.

Ao apropriar-se da palavra, tem plena consciência deste processo coletivo e, para tanto, toma como referência as mulheres da Praça de Maio:

Pero no vamos a desmayar, tenemos mucha fortaleza, tenemos mucha convicción, tenemos la fortaleza de dar vida. Tuvimos también la fortaleza de esas mujeres que poniéndose un pañuelo blanco en la cabeza salieron a hacer lo que ningún hombre se animaba a hacer en la República Argentina. Por eso a las mujeres no se nos honra porque nos recuerden un día, queremos que nos recuerden y nos consideren los 365 días del año, queremos ser protagonistas de la historia, porque hemos puesto mucho y lo vamos a seguir haciendo en todos los frentes. Muchas de ustedes son trabajadoras sociales, mujeres al frente de organizaciones no gubernamentales en la lucha contra el paco, contra la droga, peleándole a la vida y a la adversidad; hemos demostrado que somos capaces aún con dificultades, en adversidades, con piedras en el camino que a diario nos ponen, de construir una sociedad diferente.

Para Orlandi (2007), em se tratando do discurso, devemos observar a visão que temos sobre o uso da língua e da gramática; o mais importante é analisar o discurso em seu movimento e em seu percurso. Assim, ao observar esse trecho, é possível perceber que o seu discurso apresenta a invisibilidade da mulher ao executar o seu trabalho cotidiano. Ao considerar as condições de produções do emissor, neste caso a Presidenta, o seu “lugar” de fala é muito

importante na busca do sentido da palavra “mulher”, já que toda palavra que um determinado sujeito assume, seja em um grau maior ou menor, traz consigo aquilo que Pêcheux (1988) considera como sentido de referência ou uma sensibilidade ante a palavra dada, e assume com ela sua carga simbólica e sua formação ideológica.

A Presidenta se apodera, num certo momento, pela via do inconsciente, do sentido da palavra pronunciada e de sua relevância na sociedade, passando a assumir toda a carga simbólica desta em seu discurso. Ao tempo que a palavra “mujeres” traz um sentido dado, é também usada com o sentido de construção coletiva.

Além disso, nessa passagem Cristina frisa que não deseja que a ação das mulheres seja observada como a ação festiva de um dia, mas que permaneça durante os 365 dias do ano a atuar na luta pelos direitos das mulheres para a construção de uma “sociedad diferente”, no dizer da Presidenta.

Vale destacar que foram analisadas neste capítulo as representações das mulheres nos discursos dos sujeitos presidenciais. Observei que os sujeitos presidenciais se posicionam como sujeitos falantes de um determinado grupo da sociedade, neste caso a representação feminina, e que por meio da linguagem a constituição do sujeito mulher se estabelece, como adverte Michel Pêcheux (1988). Deste modo, não devemos cogitar a língua como ato meramente comunicativo no meio social, pelo contrário, a principal característica da língua aqui expressa é que ela, enquanto discurso, é constituída pela história e pelo uso do inconsciente, ambos construindo o sujeito discursivo (ORLANDI, 2007).

Outro ponto importante é que, nas análises, os discursos proferidos trazem, a meu ver, algo que ultrapassa um discurso informativo. No caso dos discursos das Presidentas, expressam um caráter pedagógico não somente para as mulheres que durante os discursos os escutam, mas também para os demais grupos da sociedade. (A luta pela valorização da mulher é, portanto, um dever de todos: brasileiras e brasileiros de todas as classes, de todos os credos, de todas as raças e de todas as regiões do país), bem como (“Que se puede construir un país donde cabemos todos, mujeres y hombres, de la

capital y regiones. Gente de todos los colores, credos y convicciones. Ese es el camino que vamos a recorrer juntos, amigos y amigas. Ese es el camino”).

Observei também que os sujeitos presidenciais sofrem determinações da Formação Discursiva e da Formação Ideológica (formação essa permeada pela ideologia de esquerda) em seus dizeres, o que significa que as presidentas se movem por determinações marcadas pela heterogeneidade, onde atuam as diferentes ordens de saberes e onde estão situados os diferentes sujeitos (ORLANDI, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trazer a Análise do Discurso para este trabalho, minha intenção foi demonstrar, conforme aponta Orlandi (2007), que a relação do discurso com a linguagem não se processa de forma transparente, clara ou inocente. O que temos na verdade é uma relação permeada por história, inconsciente e ideologia, porque a linguagem não é transparente e os sentidos não são completos em si mesmos, porquanto derivam da inscrição da língua na história. Em outras palavras, a língua não é percebida “(...) fechada em si mesma, sem falha ou equívocos” (ORLANDI, 2007).

A posposta aqui é perceber que em AD todo discurso terá a influência de determinados condicionamentos linguísticos, e sua determinação tem um cunho histórico na sua construção. Assim, em relação às presidentas, elas não dizem o que querem em seus discursos, mas apenas o que lhes é permitido dizer, através das condições de produção e de sua formação ideológica. Elas não têm consciência de que seu ato discursivo individual é prescrito e condicionado pelo meio social, isto é, um pré-construído, pois todo “pensamento existe na linguagem, sob a forma de discurso” (PÊCHEUX, 1988).

Ante o exposto, acredito que a relevância sociológica deste trabalho consiste na reflexão crítica sobre uma realidade submersa, nos discursos escolhidos, que aparentemente se apresenta pelo óbvio que a constrói, uma mera transmissão de mensagem ou pensamento do emissor ao receptor, via código (língua), sobre o que é óbvio: ser uma mulher. Contudo, a Análise de Discurso não se limita a esse processo de transmissão de mensagem ou de pensamento; vai bem além desse modelo estático e propõe um discurso como efeito de sentido entre os locutores, e não “meramente transmissão de informações” (ORLANDI, 2007).

Na Análise de Discurso, o óbvio em ser uma mulher por si só não basta. Não existe em AD esse contentar-se, já que a língua é decisiva e tende a impor sobre homens e mulheres regras sociais mediante crenças ideológicas. A Análise do Discurso segue em busca de como as condições de produções põem aos sujeitos os sentidos afetados pela língua e pela história, na base de produção da existência humana (ORLANDI, 2007).

Para tanto, fiz uso da contribuição teórica da Análise do Discurso – AD do filósofo francês Michel Pêcheux (1988), além de lançar mão de outros (as) autores(as) para elucidar nosso problema de pesquisa, o qual envolveu os impactos dos fatores histórico-ideológicos e políticos nos discursos das Presidentas. Mas se deve levar em consideração que o sentido aqui descrito não é um projeto do próprio enunciador, enquanto sujeito empírico e dono de sua verdade, com suas intenções e consciência geradas por si mesmo. O sujeito que descrevi na pesquisa não constitui um indivíduo livre para exercer sua vontade, como já frisei no item 1.7; pelo contrário, na Análise do discurso, o sujeito da pesquisa é constituído pela história, pela ideologia e pelo esquecimento (já que o sentido diz e também não diz) (ORLANDI, 2007), durante todo o seu ato discursivo.

Não se pode captar o dizer dessas mulheres da pesquisa sem levar em consideração que seus discursos são interpelados pela ideologia e pelo meio social. É através da língua que se expressa seu construto da base material, porque o discurso é feito de sentido entre sujeitos (PÊCHEUX, 1988). Ainda citando Pêcheux, “não há discurso sem sujeito, e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, e é assim que a língua faz sentido” (ORLANDI, 2007 apud PÊCHEUX, 1988, p. 17).

As principais fontes consultadas foram *sites* oficiais das plataformas de dados de governo do Brasil, do Chile e da Argentina. O acesso a tais plataformas foi importante devido ao armazenamento das narrativas que se encontram disponíveis nesses portais. Naturalmente, o recorte feito nesta pesquisa não expressa a total realidade deste fenômeno, mas apenas retrata um segmento específico (NUNAN, 2003; MINAYO, 2002).

Outro ponto importante é que através da contextualização trabalhada sobre o Feminismo e sua representação política, e sobre a trajetória da mulher da esfera privada ao campo da política, bem como das biografias e trajetórias políticas, no Brasil, no Chile e na Argentina, de Dilma Rousseff, Michelle Bachelet e Cristina Kirchner, foi possível situar os avanços histórico-ideológicos e sociais que levaram as presidentas a alcançar o maior posto de mandatárias dos seus respectivos países e a adentrar no campo político, esfera de grande autoridade e poder.

Essa contextualização foi de suma importância para as análises discursivas das presidentas, com o objetivo de mostrar as condições de produção presentes nos seus discursos, pois são estas que determinam os sentidos dos sujeitos presidenciais no seu dizer e, ao mesmo tempo, definem o lugar que estes ocupam e a que estão submetidos. As condições de produções aqui contidas foram fundamentais para a compreensão dos sentidos das presidentas e de suas convicções políticas.

Assim, é importante destacar que Dilma Rousseff, Michelle Bachelet e Cristina Kirchner inauguraram, entre 2006 e 2014, uma nova página na história da América Latina, tornando-se as primeiras mulheres presidentas em seus respectivos países pelo voto direto. Essas três mulheres vivenciaram um período de ditadura militar de caráter opressivo, violento e de grandes tensões políticas. Entretanto, com o fim do regime militar – no Brasil em 1985, na Argentina em 1984 e no Chile em 1988 –, uma nova transição democrática foi inaugurada, com um cenário favorável às novas mudanças, sobretudo no tocante à luta feminina e à conquista de seus direitos.

Ao analisar a trajetória política das presidentas foi possível perceber em seus discursos que suas histórias de vida se cruzaram. Esse cruzamento deve-se às lutas por elas enfrentadas contra os regimes militares que prevaleceram desde a década de 1970 em seus países. Outra aproximação se expressa por questões de cunho ideológico, já que as três possuem filiação partidária de esquerda e buscam no social sua representatividade. Seus partidos, desde os governos anteriores, já mantinham fortes laços de amizade e identidade na América Latina.

Outro dado importante durante a pesquisa é que entre as três, apenas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner tiveram influência dos governos anteriores para vencer as eleições. É notório que Dilma Rousseff e Cristina Kirchner venceram as eleições por influência dos ex-presidentes que as antecederam, ou seja, de seus “padrinhos” políticos. No caso de Dilma Rousseff, a figura do ex-presidente Lula sempre esteve presente em toda a campanha para fortalecer sua imagem como colega de partido; fato semelhante ocorreu com Néstor Kirchner, esposo de Cristina Kirchner, que durante as campanhas e passeatas esteve sempre presente ao lado da esposa. Já Michelle Bachelet fez uma eleição movida por uma bandeira de luta individual e baseada em sua

trajetória política junto ao povo chileno. A única figura masculina sempre presente consiste em sua memória: seu pai – o que pode ser observado em seu discurso de posse e em seu plano de governo.

Durante as análises dos discursos das presidentas, percebi o uso constante das categorias mulher, mulheres e gênero para definir o que é ser “mulher” em seus enunciados. Assim, tive dificuldade na escolha de qual categoria adotar para a pesquisa durante as análises. Para solucionar o dilema, elegi a categoria “mulheres”, mesmo ciente de que no vocabulário feminista tal categoria, implica uma série de definições em torno do que é “ser mulher” e aponte para a categoria gênero como um caminho a se seguir.

Essa posição teórica adotada no trabalho não impossibilitou o uso das categorias “mulher” e “gênero” no decorer do texto, porque ambas têm sua relevância enquanto categorias. O que busquei, entretanto, foi abordar, no corpo da pesquisa, os discursos que tratassem de questões sobre a mulher, ou seja, questões de gêneros e como lugar de ressignificações possíveis.

Desse modo, foi sob esse prisma que analisei os discursos das presidentas, indissociáveis de sua relação com o discurso da categoria mulheres. Como exemplo, cito a afirmação da Presidenta Dilma: “Junto minha voz às vozes das mulheres que ousaram lutar, que ousaram participar da vida política e da vida profissional, e conquistaram o espaço de poder que me permite estar aqui hoje”, e ao mesmo tempo mostro que elas conservam, enquanto sujeitos discursivos, a ilusão de que seus discursos são autônomos e frutos conscientes do seu próprio dizer.

Em todos os seus discursos, as presidentas sempre buscaram apresentar as mulheres como figura-chave para o desenvolvimento de seus países. Argumentam que cabe às mulheres lutar para superar a desigualdade sofrida por elas em relação aos homens. Ademais, compartilham a importância de as três vencerem as eleições presidenciais em seus respectivos países e que essa vitória fortalece a construção de uma sociedade democrática. No entendimento das presidentas, ao serem eleitas, tiveram a oportunidade de abrir novas expectativas para outras mulheres, não só no mercado de trabalho, como também em outras esferas (inclusive a política). Além disso, buscam a construção de uma sociedade justa, igualitária e que garanta os Direitos Humanos.

As presidentas apresentam sentidos linguístico-discursivos de “essencialismo” que aparecem implícitos em alguns discursos das presidentas. Porém, seria ingenuidade imaginar que por serem mulheres, outras mulheres poderão responder aos seus interesses sem questionamentos. Isso anularia a individualidade que compõe as várias posições que o sujeito possui; entretanto, cabe destacar que existem grandes interesses por parte das presidentas em relação a legitimar a representação das mulheres em seus países.

Se voltar à minha hipótese, é possível verificar que os discursos pronunciados pelas presidentas permanecem fortalecendo essa representação, em busca de superar as desigualdades impostas pela supremacia patriarcal, sexista e machista, tão presente na sociedade latino-americana, que tenta inviabilizar a participação feminina nas instituições de poder, seja no mercado de trabalho, seja no campo político.

Destaco, por fim, que durante todo o percurso trilhado ao longo dos capítulos deste trabalho, minha preocupação consistiu em demonstrar que os sentidos produzidos pelos discursos das presidentas concederam grande destaque para a representação da mulher em seus respectivos países. Durante todas as análises foi possível perceber essa tentativa de fortalecer a presença feminina em seus dizeres e a importância de ser mulher em uma sociedade desigual.

Ao traçar o percurso deste trabalho, lancei mão do pensamento de Umberto Eco sobre a busca do tema da pesquisa, sua trajetória e a experiência de realizá-la, tentando construir um caminho para desvendar a trajetória das presidentas Dilma Rousseff, Cristina Kirchner e Michelle Bachelet e sua representação endereçada às mulheres, e ao mesmo tempo busquei adquirir e disponibilizar um conhecimento capaz de contribuir para o campo de pesquisa. Embora com evidentes limitações, julgo havê-lo alcançado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Conceição Lafayette. **As obrigações do amor: um estudo sobre relações de gênero e poder como mulheres de camadas médias urbanas nascidas no século XX**. Recife. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia. 2009.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Hipátia de Alexandria, epicurismo e a realização pela ciência. In. Redes Feministas de Saúde. **Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos**. Florianópolis/SC. 2015. <<http://redesaude.org.br/comunica/opinao/hipatia-de-alexandria-epicurismo-e-a-realizacao-pela-ciencia>>. Acessado em out. de 2015.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. O direito do voto e a participação política: a formação da cidadania feminina na “invenção democrática”. In Paiva. Denise (orgs.). **Mulheres, política e poder**. Goiânia: Cânone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2011.

ALVAREZ. Sônia E. **Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia**. In. Democratizando o Brasil. A. Stepan. (org.). Tradução Ana Luiza Pinheiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AMARAL, Ricardo Batista. **A vida quer é coragem**: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil. Rio de Janeiro. GMT Ed. Ltda. 2011.

ARISTÓTELES. **Tratado de Política**. Porto, 2. ed. Publicações Europa-América. 2000.

BAKHTIN, Mikhail. **MARXISMO E FILOSOFIA DA LINGUAGEM**. Hucitec, 12. ed., 2006.

BARRANCOS, Dora. **Mujeres en la sociedad argentina: una historia de cinco siglos**, Buenos Aires, Sudamericana, 2007.

BRASIL. Decreto-Lei nº 12.605, de 3 de abril de 2012. Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau de diploma. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, n.66, p.6009, 3 abr. 2012. Seção 1, pt1

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo**, v. II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

BRASIL. **Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.: il.

BRASIL, Luciana Leão. **Linguagem – Estudos e Pesquisas**. Vol. 15, n. 1, p. 171-182, jan./jun. 2011. UFG/Campus Catalão.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. São Paulo: Difel, 2004.

BUTLER, Judith. **Fundamentos contingentes**: o feminismo e a questão do pós-modernismo. Campinas: Cadernos Pagu, No. 11, 1998, p.11-42.

CAMPOS, Ricardo. **Imagem e tecnologia visuais em pesquisa social. Tendências e desafios**. Análise Social. Portugal. Voll. XLVI (199), 2011.

CASTAÑEDA, E.C.G. e VEIGA, L. F. A Construção da Imagem de Cristina Kirchner e de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais. Em Debate, Belo Horizonte, v.4, n.3, p.57-65, jun. 2012.

CHASIN, José. **Curso de Filosofia política**. Macéio:1999. (texto impresso)

COELHO, Leila M.A; BAPTISTA, Marisa. **A história da inserção política da mulher no Brasil**: uma trajetória do espaço privado ao público. **Rev. psicol. polít.**, vol. 9, n. 17, São Paulo, jun. 2009
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519549X2009000100006&script=sci_arttext> Acessado em: setembro de 2015.

CONNELL, Raewyn. *Gender in world perspective*: BUY THIS BOOK. 2009.

COSTA, Thiago Cortez, **Representação Política Feminina**: Modelos Hierárquicos para análise dos Resultados Eleitorais de 2006 / Thiago Cortez Costa; orientação Prof. Dr. José Eustáquio Diniz Alves e Prof. Kaizô Iwakami Beltrão, PhD. Rio de Janeiro: ENCE, 2008. viii, 177 f.: il. 29cm. Dissertação (mestrado) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, 2008.

CONSTANZA, Tabbush y DÍAZ, María Constanza. **Desafíos de la participación social y política de las mujeres. informe del foro nacional lidera lidera**: participación en democracia. In: Experiencias de mujeres en el ámbito social y político en la Argentina / dirigido por Natalia Gherardi – 1. ed. Buenos Aires: Equipo Latinoamericano de Justicia y Género – ELA, 2012.
Acessado em: outubro de 2015.

COLLING, Ana Maria. **As mulheres e a ditadura no Brasil**. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Ana_Maria_Colling.pdf>. Acessado em: outubro de 2015.

DUARTE, Constância Lima; **NÍSIA FLORESTA**, Constância Lima Duarte. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

ECO, UMBERTO. **Como se faz uma tese**. Tradução: Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2005.

FEMENÍAS, Maria Luisa. **Sujeto y genero**: (Re)lecturas feministas desde Beauvoir a Butler. 2. ed. ProHistoria edições. 2000.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4 ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FLICK, Wue. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre. Artmed, 2009.

FLORÊNCIO, A. M, G.; MAGALHÃES, B.R.; CAVALCANTE, M, S.A.O.; SOBRINHO, H.F. **Análise do Discurso**: Fundamentos & Práticas. Maceió. Edufal, 2009.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 1971.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo. Loyola, 1999.

FUCHS, C. A propósito de análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). Trad. Péricles Cunha. In GADET, Françoise; HAK, Tony. Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2.ed. São Paulo, Editora da Unicamp. FUP, 163-252.

GANDIN, Lucas. Entre imagem e mito – a transferência de ethos de Lula para Dilma na campanha presidencial de 2010, dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação – PPGCom da Universidade Federal do Paraná, 2012.

GARRETÓN, Antonio Manuel. **A redemocratização no Chile**: transição, inauguração e evolução. Lua Nova, n.27. São Paulo, dez 1992. <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010264451992000300004&script=sci_artt>. Acessado em: setembro de 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

GROSSI, Mirian. Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Mulher na política, mulheres no poder. In: **Revista Estudos Feministas**. 2001.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cad. Pagu**, jun. 2004, n. 22, p. 201-246 Artigo disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acessado em: setembro de 2015.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**: uma análise do discurso presidencial da Terceira República Brasileira (1964-1984). 1992. Tese (Doutorado) – IEL/UNICAMP, Campinas, 1992

KIRKWOOD, Julieta. **Ser política em Chile**: Las feministas y los partidos. FLACSO, Santiago de Chile, 1986.

JAKOBSON, R. R. Linguística e comunicação. Tradução de Izidoro Blikstein. 22 ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

LABOV, W. **Sociolinguistique**, Paris, Minuit 1974, 463,p. 22cm.

LÓPEZ, Elvira. **El movimiento feminista**: primeros trazos del feminismo en Argentina. 1. ed. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2009.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia (orgs.). **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. Gênero e representação política. In: MIGUEL, Luís Felipe, BIROLI, Flávia (orgs.). **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Teoria política feminista e liberalismo**: o caso das cotas de representação. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 15, n. 44, p. 91-102, out. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4149.pdf>>. Acesso em: setembro de 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa Qualitativa em Saúde**. 4 Ed. Livraria Nobel, 2004.

MORAES. João Quartim. **Liberalismo e Ditadura no Cone Sul**. Editora: Ifch Campinas. 2001

MURRIE, Z. F. *et al.* **Projeto Escola e Cidadania para Todos**: Língua Portuguesa. São Paulo: Editora do Brasil, 2004, 816 p.

NICHOLSON, Linda: “Interpretando o gênero”. **Revista de Estudos Feministas**, vol. 8, n. 2/2000, p. 9-43. <<http://www.marcoareliosc.com.br/Nicholson.pdf>> Acessado em: outubro de 2015.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 7 ed., Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. “Segmentar ou recortar?”. **Lingüística**: questões e controvérsias. Série Estudos 10. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

OCAMPO, Victoria. **La mujer y su expresión**”. Buenos Aires. Sur Bs. As, 1936, p. 61.

PATEMAN, Carole. **O contrato social**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEREIRA, Ana Maria. **Lesbianidade**: um assunto familiar! Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas. Editora da Unicamp, 1988, p. 183.

PINTO, Celi Regina Jardim. O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti (presença do marxismo). In: **Estudos Feministas**, Florianópolis. v. 22, n. 1, janeiro-abril/2014.

PISCITELLI, Adriana. **Recriando a (categoria) mulher?** CAMPINAS, 2001.

PIZÁN, Cristina, **La cidade de lãs damas**. 2. ed., Madri, Siruela, 2000 [1405]

POSSENTI, Sirio. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PRÁ, Jussara Reis. Reflexões sobre gênero, mulheres e política. In Paiva. Denise (orgs.). Mulheres, política e poder. Goiânia: Cânone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2011.

RAMOS, Carmem Clara Godoy. **El estado chileno y las mujeres en el siglo XX. De los temas de la mujer al discurso de la igualdad de género**. Diálogos rev. electr. Hist. vol. 14, n. 1, San Pedro. Feb./Aug. 2013. <
http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?pid=S1409469X2013000100004&script=sci_arttext>. Acessado em: setembro de 2015.

RANGEL, Olívia & SORRENTINO, Sara. Gênero: conceito histórico. **Revista Princípios**: revista teórica, política e de informação. N. 3, 1994 In: www.vermelho.com.br. Acessado em: outubro de 2015.

ROBB, Jenny. **Identidad y feminismo en Gabriela Mistral**: una mujer que lo fue todo. Disponível em: <https://dspace.sewanee.edu>. Acessado em: novembro de 2015.

RICHARD, Nelly. **La problemática del feminismo en los años de la transición en Chile**. Chile, 2001.

RIDENTI, M. S. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. Revista Tempo Social. USP. São Paulo 2(2): V.2. nº2, p. 113-128, 1990.

SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo. Ed. Moderna, 1987.

SANTOS, Tânia Steren. **Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social**. Dossiê, Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 120-156

SARTI, Cynthia A. **O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido**. In. XXI Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association), The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, 24-26 de setembro de 1998. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>>. Acessado em: outubro de 2015.

STELLMANN, Renata; Magalhães, Andrea Seixas. **A masculinidade na clínica**. Rio de Janeiro, 2007. 250p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SOIHET Rachel; Pedro. Joana Maria A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Rev. Bras. Hist.** vol. 27 n. 54. São Paulo Dec. 2007.

SOUZA, Silvia Rita. As mulheres nos espaços **ADENAUER** políticos. **Cadernos XIV** (2012), n. 3. p. 183-197. <<http://www.kas.de/wf/doc/11292-1442-5-30.pdf>> Acessado em: setembro de 2015.

SPINK, M.J.P. Pessoa, indivíduo e sujeito: notas sobre efeitos discursivos de opções conceituais. In: SPINK, MJP., FIGUEIREDO, P., and BRASILINO, J., orgs. **Psicologia social e personalidade** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; ABRAPSO, 2011, p. 1-22. ISBN: 978-85-7982-057-1. Available from SciELO Books. Acessado no dia 25 de junho de 2017.

TARDUCCI, Mônica; RIFKIN, Deborah. **Fragmentos de historia del feminismo na argentina**. Buenos Aires. Artemisa Comunicación Ediciones 2010.

TERRIBILI, Alessandra. **As mulheres como sujeito político: a contribuição do feminismo para uma nova noção de cidadania no Brasil**. Artigo. Disponível em: www.democraciasocialista.org.br/.../publicacoes/download_orig. Acessado em: setembro de 2015.

VIANINI, Fernando. **A Trajetória Econômica da Argentina: 1989-2007**. Dissertação (Mestrado em História – Poder, Mercado e Trabalho). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Acessado em: novembro de 2015.

YÁGUEZ. Javier Maravall. **“Las mujeres en la izquierda chilena durante la Unidad Popular y la dictadura militar (1970-1990)”**. Universidad Autónoma de Madrid (UAM), 2012. Disponível em: http://www.archivochile.com/carril_c/cc2013/cc_2013_00014.pdf. Acessado em: setembro de 2015.

WICHT. R. e CAZARIN. E.A. A representação da mulher nos cem primeiros dias de governo da presidente Dilma Rousseff. **Revista Interfaces**. Vol. 5, n. 2 (abril 2015), p. 103-110.

WOLLFF, Cristina Scheibe. **Eu só queria embalar meu filho. Gênero e maternidade no discurso dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul**. Aedos, Porto Alegre, v. 5, n. 13, p. 117-131, ago./dez. 2013. <<http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/viewFile/44332/28052>>. Acessado em: setembro de 2015.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **A Vindication of the Rights of Woman**. London: Penguin 1792.

Sites consultados

Disponível em: <<https://acevedo360.files.wordpress.com/2015/10/cristina-2007.jpg>> Acesso em: outubro de 2015.

Tolerância social à violência contra as mulheres (IPEA, 2014), Disponível em <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/pesquisas/tolerancia-social-a-violencia-contra-as-mulheres-ipea-2014/>>. Acessado em: 02/05/2017.

Disponível em <http://www.archivochile.com/Chile_actual/Elecciones_2005/2vuelta/elecciones_2vuelt_0001.pdf>, acessado em: 02/05/2017.

Disponível em <http://archivochile.com/Chile_actual/html/chileactual_elecciones_2005.html>, acessado em 02/05/2017.

Disponível em <http://www.archivochile.com/Mov_sociales/mov_mujeres/MSmovmujeres0003.pdf>. Acessado em: setembro de 2015.

Disponível em <http://www.archivochile.com/Chile_actual/Elecciones_2006/Bachelet/06%20Discurso_en_la_Junta.pdf> Acessado em: 2016.

Disponível em <<http://www.bibliotecaminsal.cl>> Acessado em: 12 de outubro de 2015.

Biografia Michelle Bachelet. Disponível em <<https://www.biografiasyvida.com/biografia/Bachelet.htm>>. Acessado em: junho de 2015.

Disponível em <https://www.biografiasyvidas.com/biografia/f/fernandez_de_kirchner.htm> Acessado em: outubro de 2015.

Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html>, acessado em: 02/05/2017.

Disponível em <www.casarosada.gov.ar> Acessado em 21 de outubro de 2016.

Disponível em <<http://www.casarosada.gob.ar/informacion/archivo/16461-blank-26676377>> Acessado em: novembro de 2016

Disponível em <<http://www.casarosada.gob.ar/la-presidenta/biografia>> Acessado em: outubro de 2015

Disponível em <<http://www.cfkargentina.com>> Acessado em: Outubro de 2015.

Disponível em <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/Programa_de_governo_2007-2010.pdf> Acessado em: novembro de 2015.

Disponível em <http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_redecegonha.php>, acessado em: 02/05/2017.

Disponível em <<http://www.eurosur.org/FLACSO/mujeres/chile/orga-6.htm>>. Acessado em: outubro de 2015.

Diário Oficial de La Republica de Chile. “la Ley N° 20.351, de Protección al Empleo y Fomento a la Capacitación Laboral. Disponível em: <<http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/chi89509.pdf>>., acessado em: 02/05/2017.

Disponível em

<https://www.google.com.br/search?q=capas+da+revista+%C3%A9poca+dilma-Rousseff-foi-eleita-em-2010-e-entao-reeleita-em-2014.html&rlz=1C1CHHM_pt-BRBR758BR759&source=Inms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwi7qrmB77bWAhUIhZAKHQYfC6wQ_AUICigB&biw=1366&bih=613#imgrc=s6Bg4EUI2hINfM:>>
Acessado em: outubro de 2015.

Disponível em <http://jgalemparte.blogspot.com.br/2006_01_01_archive.html>.
Acessado em: outubro de 2015.

Disponível em < <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>, acessado em 18 de setembro 2015.

Disponível em

http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf Tolerância social à violência contra as mulheres .I PEA, 2014.
Acessado em: 2 de maio de 2017.

Disponível em <<http://www.lanacion.com.ar/michelle-Bachelet-t5029>>.
Acessado em: maio de 2015.

Disponível em <<http://memoriasdaditadura.org.br/mulheres>>. Acessado em: outubro de 2015.

Disponível em <https://www.nytimes.com/2016/10/27/upshot/speaking-while-female-and-at-a-disadvantage.html?_r=0>

Disponível em <<http://www.pco.org.br/mulheres/a-ditadura-pinocheteasmulheres/aibe.a.html>>. Acessado em: maio de 2015.

Eva Duarte De Perón. La Razón De Mi Vida. Disponível em <<http://pjamatanza.com/evita/archivos/LARAZONDEMIVIDA.pdf>>. Acessado em julho de 2016.

Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/biografia>>
Acessado em: 17 outubro de 2015.

Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-dapresidenta/discursoda-presidenta-da-republica-dilma-Rousseff->>> Acessado em: outubro de 2015.

Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/brinde-da-presidenta-da-republica>>

dilma-Rousseff-durante-almoco-oferecido-pela-presidenta-da-argentina-cristina-kirchner-no-palacio-san-martin ≥ Acesso em março de 2016.

Disponível em
<<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/pacto-nacional>>,
acessado em: 02/05/2017.

CARTAS DAS NAÇÕES UNIDAS e Estatuto da Corte Internacional de Justiça.
Disponível em <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf>.
Acessado em: outubro de 2015.

Disponível em <<http://veja.abril.com.br/brasil/pt-lanca-dilma-como-pre-candidata-a-presidencia>> Acessado em: novembro de 2015.

Disponível em <<http://www.tse.jus.br/partidos/propaganda-partidaria/propaganda-partidaria>> Acessado em: novembro de 2015.

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=z5Us_rDV1lc> Acessado em: novembro de 2015.

Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=50SqAAjOvwl>> Acessado em: novembro de 2015.

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ALH_czGoG2Q>
Acessado em: novembro de 2015.

Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=vQgVLkvKVpQ>>
Acessado em: novembro de 2015.

Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ZgjePckeves&t=398s>>
Acessado em: novembro de 2015.

ANEXO

ANEXO A - DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, DURANTE COMPROMISSO CONSTITUCIONAL PERANTE O CONGRESSO NACIONAL.

A Presidenta fala sobre a imensa honra pela escolha feita pelo povo brasileiro e da importância de garantir a estabilidade da economia, modernizar o sistema tributário e o parque industrial e valorizar o desenvolvimento regional.

Congresso Nacional, Brasília-DF, 1º de janeiro de 2011.

Senhor presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney,
Senhores chefes de Estado e de Governo que me honram com as suas presenças,

Senhor vice-presidente da República, Michel Temer,
Senhor presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marco Maia,
Senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso,
Senhoras e senhores chefes das missões estrangeiras,
Senhoras e senhores ministros de Estado,
Senhoras e senhores governadores,
Senhoras e senhores senadores,

Senhoras e senhores deputados federais,
Senhoras e senhores representantes da imprensa,

Meus queridos brasileiros e brasileiras,

Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher.

Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão.

Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial, pois ela traz consigo uma enorme responsabilidade perante a nação.

Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha da sua imensa energia.

E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à Presidência um homem do povo, um trabalhador, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país.

Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas; e para que – no dia de hoje – todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher.

Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo – eu reitero – é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos!

Venho, antes de tudo, para dar continuidade ao maior processo de afirmação que este país já viveu nos tempos recentes.

Venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Lula, com quem tive a mais vigorosa experiência política da minha vida e o privilégio de servir ao país, ao seu lado, nestes últimos anos.

De um presidente que mudou a forma de governar e levou o povo brasileiro a confiar ainda mais em si mesmo e no futuro do país.

A maior homenagem que posso prestar a ele é ampliar e avançar as conquistas do seu governo. Reconhecer, acreditar e investir na força do povo foi a maior lição que o Presidente Lula deixa para todos nós.

Sob a sua liderança, o povo brasileiro fez a travessia para uma outra margem da nossa história.

Minha missão agora é de consolidar esta passagem e avançar no caminho de uma nação geradora das mais amplas oportunidades.

Quero, neste momento, prestar minha homenagem a outro grande brasileiro, incansável lutador, companheiro que esteve ao lado do Presidente Lula nesses oito anos: nosso querido vice-presidente José Alencar. Que exemplo de coragem e de amor à vida nos dá este grande homem!! E que parceria fizeram o Presidente Lula e o vice-presidente José Alencar pelo Brasil e pelo nosso povo!!

Eu e o vice-presidente, Michel Temer, nos sentimos responsáveis por seguir no caminho iniciado por eles.

Um governo se alicerça no acúmulo de conquistas realizadas ao longo da história. Ele sempre será, ao seu tempo, mudança e continuidade. Por isso, ao saudar os extraordinários avanços recentes, liderados pelo Presidente Lula, é justo lembrar que muitos, a seu tempo e a seu modo, deram grandes contribuições às conquistas do Brasil de hoje.

Vivemos um dos melhores períodos da vida nacional: milhões de empregos estão sendo criados; nossa taxa de crescimento mais que dobrou e encerramos um longo período de dependência do Fundo Monetário Internacional, ao mesmo tempo em que superamos a nossa dívida externa.

Reduzimos, sobretudo, a nossa dívida social, a nossa histórica dívida social, resgatando milhões de brasileiros da tragédia da miséria e ajudando outros milhões a alcançarem a classe média.

Mas, em um país com a complexidade do nosso, é preciso sempre querer mais, descobrir mais, inovar nos caminhos e buscar sempre novas soluções.

Só assim poderemos garantir, aos que melhoraram de vida, que eles podem alcançar mais; e provar, aos que ainda lutam para sair da miséria, que eles podem, com a ajuda do governo e de toda a sociedade, mudar de vida e de patamar.

Que podemos ser, de fato, uma das nações mais desenvolvidas e menos desiguais do mundo – um país de classe média sólida e empreendedora.

Uma democracia vibrante e moderna, plena de compromisso social, liberdade política e criatividade.

Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

Para enfrentar estes grandes desafios é preciso manter os fundamentos que nos garantiram chegar até aqui.

Mas, igualmente, agregar novas ferramentas e novos valores.

Na política é tarefa indeclinável e urgente uma reforma com mudanças na legislação para fazer avançar nossa jovem democracia, fortalecer o sentido

programático dos partidos e aperfeiçoar as instituições, restaurando valores e dando mais transparência ao conjunto da atividade pública.

Para dar longevidade ao atual ciclo de crescimento é preciso garantir a estabilidade, especialmente a estabilidade de preços, e seguir eliminando as travas que ainda inibem o dinamismo da nossa economia, facilitando a produção e estimulando a capacidade empreendedora de nosso povo, da grande empresa até os pequenos negócios locais, do agronegócio à agricultura familiar.

É, portanto, inadiável a implementação de um conjunto de medidas que modernize o sistema tributário, orientado pelo princípio da simplificação e da racionalidade. O uso intensivo da tecnologia da informação deve estar a serviço de um sistema de progressiva eficiência e elevado respeito ao contribuinte.

Valorizar nosso parque industrial e ampliar sua força exportadora será meta permanente. A competitividade de nossa agricultura e da nossa pecuária, que faz do Brasil grande exportador de produtos de qualidade para todos os continentes, merecerá toda a nossa atenção. Nos setores mais produtivos a internacionalização de nossas empresas já é uma realidade.

O apoio aos grandes exportadores não é incompatível com o incentivo, o desenvolvimento e o apoio à agricultura familiar e ao microempreendedor. As pequenas empresas são responsáveis pela maior parcela dos empregos permanentes em nosso país. Merecerão políticas tributárias e de crédito perenes.

Valorizar o desenvolvimento regional é outro imperativo de um país continental, sustentando a vibrante economia do Nordeste, preservando e respeitando a biodiversidade da Amazônia, no Norte, dando condições à extraordinária produção agrícola do Centro-Oeste, à força industrial do Sudeste e à pujança e ao espírito de pioneirismo do Sul.

É preciso, antes de tudo, criar condições reais e efetivas capazes de aproveitar e potencializar, ainda mais e melhor, a imensa energia criativa e produtiva do povo brasileiro.

No plano social, a inclusão só será plenamente alcançada com a universalização e a qualificação dos serviços essenciais. Este é um passo decisivo e irrevogável, para consolidar e ampliar as grandes conquistas obtidas pela nossa população no período do governo do Presidente Lula.

É, portanto, tarefa indispensável uma ação renovadora, efetiva e integrada dos governos federal, estadual e municipal, em particular nas áreas da saúde, da educação e da segurança, o que é vontade expressa das famílias e da população brasileira.

Queridos brasileiros e brasileiras,

A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos.

Uma expressiva mobilidade social ocorreu nos dois mandatos do Presidente Lula. Mas ainda existe pobreza a envergonhar nosso país e a impedir nossa afirmação plena como povo desenvolvido.

Não vou descansar enquanto houver brasileiros sem alimentos na mesa, enquanto houver famílias no desalento das ruas, enquanto houver crianças pobres abandonadas à própria sorte. O congoçamento das famílias se dá no alimento, na paz e na alegria. É este o sonho que vou perseguir!

Esta não é tarefa isolada de um governo, mas um compromisso a ser abraçado por toda a nossa sociedade. Para isso peço com humildade o apoio das instituições públicas e privadas, de todos os partidos, das entidades empresariais e dos trabalhadores, das universidades, da juventude, de toda a imprensa e das pessoas de bem.

A superação da miséria exige prioridade na sustentação de um longo ciclo de crescimento. É com crescimento que serão gerados os empregos necessários para as atuais e as novas gerações.

É com crescimento, associado a fortes programas sociais, que venceremos a desigualdade de renda e do desenvolvimento regional.

Isso significa – reitero – manter a estabilidade econômica como valor. Já faz parte, aliás, da nossa cultura recente a convicção de que a inflação desorganiza a economia e degrada a renda do trabalhador. Não permitiremos, sob nenhuma hipótese, que essa praga volte a corroer nosso tecido econômico e a castigar as famílias mais pobres.

Continuaremos fortalecendo nossas reservas externas para garantir o equilíbrio das contas externas e bloquear e impedir a vulnerabilidade externa. Atuaremos decididamente nos fóruns multilaterais na defesa de políticas econômicas saudáveis e equilibradas, protegendo o país da concorrência desleal e do fluxo indiscriminado de capitais especulativos.

Não faremos a menor concessão ao protecionismo dos países ricos que sufoca qualquer possibilidade de superação da pobreza de tantas nações pela via do esforço de produção.

Faremos um trabalho permanente e continuado para melhorar a qualidade do gasto público.

O Brasil optou, ao longo de sua história, por construir um Estado provedor de serviços básicos e de Previdência Social pública.

Isso significa custos elevados para toda a sociedade, mas significa também a garantia do alento da aposentadoria para todos e serviços de saúde e educação universais. Portanto, a melhoria dos serviços públicos é também um imperativo de qualificação dos gastos governamentais.

Outro fator importante da qualidade da despesa é o aumento dos níveis de investimento em relação aos gastos de custeio. O investimento público é essencial como indutor do investimento privado e como instrumento de desenvolvimento regional.

Através do Programa de Aceleração do Crescimento e do programa Minha Casa, Minha Vida manteremos o investimento sob estrito e cuidadoso acompanhamento da Presidência da República e dos Ministérios.

O PAC continuará sendo um instrumento de coesão da ação governamental e coordenação voluntária dos investimentos estruturais dos estados e municípios. Será também vetor de incentivo ao investimento privado, valorizando todas as iniciativas de constituição de fundos privados de longo prazo.

Por sua vez, os investimentos previstos para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas serão concebidos de maneira a dar ganhos permanentes de qualidade de vida, em todas as regiões envolvidas.

Esse princípio vai reger também nossa política de transporte aéreo. É preciso, sem dúvida, melhorar e ampliar nossos aeroportos para a Copa e as Olimpíadas. Mas é mais que necessário melhorá-los já, para arcar com o crescente uso desse meio de transporte por parcelas cada vez mais amplas da população brasileira.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Junto com a erradicação da miséria, será prioridade do meu governo a luta pela qualidade da educação, da saúde e da segurança.

Nas últimas décadas, o Brasil universalizou o ensino fundamental. Porém, é preciso melhorar sua qualidade e aumentar as vagas no ensino infantil e no ensino médio.

Para isso, vamos ajudar decididamente os municípios a ampliar a oferta de creches e de pré-escolas.

No ensino médio, além do aumento do investimento público vamos estender a vitoriosa experiência do ProUni para o ensino médio profissionalizante, acelerando a oferta de milhares de vagas para que nossos jovens recebam uma formação educacional e profissional de qualidade.

Mas só existirá ensino de qualidade se o professor e a professora forem tratados como as verdadeiras autoridades da educação, com formação continuada, remuneração adequada e sólido compromisso dos professores e da sociedade com a educação das crianças e dos jovens.

Somente com avanço na qualidade de ensino poderemos formar jovens preparados, de fato, para nos conduzir à sociedade da tecnologia e do conhecimento.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Consolidar o Sistema Único de Saúde será outra grande prioridade do meu governo.

Para isso, vou acompanhar pessoalmente o desenvolvimento desse setor tão essencial para o povo brasileiro.

O SUS deve ter como meta a solução real do problema que atinge a pessoa que o procura, com uso de todos os instrumentos de diagnóstico e tratamento disponíveis, tornando os medicamentos acessíveis a todos, além de fortalecer as políticas de prevenção e promoção da saúde.

Vou usar, sim, a força do governo federal para acompanhar a qualidade do serviço prestado e o respeito ao usuário.

Vamos estabelecer parcerias com o setor privado na área da saúde, assegurando a reciprocidade quando da utilização dos serviços do SUS.

A formação e a presença de profissionais de saúde adequadamente distribuídos em todas as regiões do país será outra meta essencial ao bom funcionamento do sistema.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

A ação integrada de todos os níveis do governo e a participação da sociedade é o caminho para a redução da violência que constrange a sociedade e as famílias brasileiras.

Meu governo fará um trabalho permanente para garantir a presença do Estado em todas as regiões mais sensíveis à ação da criminalidade e das drogas, em forte parceria com estados e municípios.

O estado do Rio de Janeiro mostrou o quanto é importante, na solução dos conflitos, a ação coordenada das forças de segurança dos três níveis de governo, incluindo – quando necessário – a participação decisiva das Forças Armadas.

O êxito dessa experiência deve nos estimular a unir as forças de segurança no combate, sem tréguas, ao crime organizado, que sofisticou a cada dia seu poder de fogo e suas técnicas de aliciamento dos jovens.

Buscaremos também uma maior capacitação federal na área de inteligência e no controle das fronteiras, com o uso de modernas tecnologias e treinamento profissional permanente.

Reitero meu compromisso de agir no combate às drogas, em especial ao avanço do *crack*, que desintegra nossa juventude e infelicitiza as nossas famílias. O pré-sal é nosso passaporte para o futuro, mas só o será plenamente, queridas brasileiras e queridos brasileiros, se produzir uma síntese equilibrada de avanço tecnológico, avanço social e cuidado ambiental.

A sua própria descoberta é resultado do avanço tecnológico brasileiro e de uma moderna política de investimentos em pesquisa e inovação. Seu desenvolvimento será fator de valorização da empresa nacional e seus investimentos serão geradores de milhares de novos empregos.

O grande agente dessa política foi e é a Petrobras, símbolo histórico da soberania brasileira na produção energética e do petróleo.

O meu governo terá a responsabilidade de transformar a enorme riqueza obtida no pré-sal em poupança de longo prazo, capaz de fornecer às atuais e às futuras gerações a melhor parcela dessa riqueza transformada, ao longo do tempo, em investimentos efetivos na qualidade dos serviços públicos, na redução da pobreza e na valorização do meio ambiente. Recusaremos o gasto apressado, que reserva às futuras gerações apenas as dívidas e a desesperança.

Queridos e queridas brasileiras e brasileiros,

Muita coisa melhorou no nosso país, mas estamos vivendo apenas o início de uma nova era. O despertar de um novo Brasil.

Recorro a um poeta da minha terra natal. Ele diz: “o que tem de ser, tem muita força, tem uma força enorme”.

Pela primeira vez o Brasil se vê diante da oportunidade real de se tornar, de ser, uma nação desenvolvida. Uma nação com a marca inerente também da cultura e do estilo brasileiros – o amor, a generosidade, a criatividade e a tolerância.

Uma nação em que a preservação das reservas naturais e das suas imensas florestas, associada à rica biodiversidade e à matriz energética mais limpa do mundo, permitem um projeto inédito de país desenvolvido com forte componente ambiental.

O mundo vive em um ritmo cada vez mais acelerado de revolução tecnológica. Ela se processa tanto na decifração de códigos desvendadores da vida quanto na explosão da comunicação e da informática.

Temos avançado na pesquisa e na tecnologia, mas precisamos avançar muito mais. Meu governo apoiará fortemente o desenvolvimento científico e tecnológico para o domínio do conhecimento e para a inovação como instrumento fundamental de produtividade e competitividade do nosso país.

Mas o caminho para uma nação desenvolvida não está somente no campo econômico ou no campo do desenvolvimento econômico pura e simplesmente. Ele pressupõe o avanço social e a valorização da nossa imensa diversidade cultural. A cultura é a alma de um povo, essência de sua identidade.

Vamos investir em cultura, ampliando a produção e o consumo em todas as regiões de nossos bens culturais e expandindo a exportação de nossa música, cinema e literatura, signos vivos de nossa presença no mundo.

Em suma: temos que combater a miséria, que é a forma mais trágica de atraso, e, ao mesmo tempo, avançar investindo fortemente nas áreas mais modernas e

sofisticadas da invenção tecnológica, da criação intelectual e da produção artística e cultural.

Justiça social, moralidade, conhecimento, invenção e criatividade devem ser, mais que nunca, conceitos vivos no dia a dia da nossa nação.

Queridas e queridos brasileiros e brasileiras,

Considero uma missão sagrada do Brasil a de mostrar ao mundo que é possível um país crescer aceleradamente, sem destruir o meio ambiente.

Somos e seremos os campeões mundiais de energia limpa, um país que sempre saberá crescer de forma saudável e equilibrada.

O etanol e as fontes de energias hídricas terão grande incentivo, assim como as fontes alternativas: a biomassa, (incompreensível) a eólica e a solar. O Brasil continuará também priorizando a preservação das reservas naturais e de suas imensas florestas.

Nossa política ambiental favorecerá nossa ação nos fóruns multilaterais. Mas o Brasil não condicionará sua ação ambiental ao sucesso e ao cumprimento, por terceiros, de acordos internacionais.

Defender o equilíbrio ambiental do Planeta é um dos nossos compromissos nacionais mais universais.

Meus queridos brasileiros e brasileiras,

Nossa política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de não intervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento do multilateralismo.

O meu governo continuará engajado na luta contra a fome e a miséria no mundo.

Seguiremos aprofundando o relacionamento com nossos vizinhos sul-americanos; com nossos irmãos da América Latina e do Caribe; com nossos irmãos africanos e com os povos do Oriente Médio e dos países asiáticos. Preservaremos e aprofundaremos o relacionamento com os Estados Unidos e com a União Europeia.

Vamos dar grande atenção aos países emergentes.

O Brasil reitera, com veemência e firmeza, a decisão de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao nosso continente.

Podemos transformar nossa região em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao Mercosul e à Unasul. Vamos contribuir para a estabilidade financeira internacional, com uma intervenção qualificada nos fóruns multilaterais.

Nossa tradição de defesa da paz não nos permite qualquer indiferença frente à existência de enormes arsenais atômicos, à proliferação nuclear, ao terrorismo e ao crime organizado transnacional.

Nossa ação política externa continuará propugnando pela reforma dos organismos de governança mundial, em especial as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Disse, ao início deste discurso, que eu governarei para todos os brasileiros e brasileiras. E vou fazê-lo.

Mas é importante lembrar que o destino de um país não se resume à ação de seu governo. Ele é o resultado do trabalho e da ação transformadora de todos os brasileiros e brasileiras. O Brasil do futuro será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizemos por ele hoje. Do tamanho da participação de todos e de cada um:

dos movimentos sociais,
dos que labutam no campo,
dos profissionais liberais,
dos trabalhadores e dos pequenos empreendedores,
dos intelectuais,
dos servidores públicos,
dos empresários,
das mulheres,

dos negros, dos índios, dos jovens,

de todos aqueles que lutam para superar distintas formas de discriminação.

Quero estar ao lado dos que trabalham pelo bem do Brasil na solidão amazônica, no semiárido nordestino e em todos os seus rincões, na imensidão do cerrado, na vastidão dos pampas.

Quero estar ao lado dos que vivem nos aglomerados metropolitanos, na vastidão das florestas, no interior ou no litoral, nas capitais e nas fronteiras do Brasil.

Quero convocar todos a participar do esforço de transformação do nosso país.

Respeitada a autonomia dos Poderes e o princípio federativo, quero contar com o Legislativo e o Judiciário, e com a parceria de governadores e prefeitos para continuarmos desenvolvendo nosso país, aperfeiçoando nossas instituições e fortalecendo nossa democracia.

Reafirmo meu compromisso inegociável com a garantia plena das liberdades individuais; da liberdade de culto e de religião; da liberdade de imprensa e de opinião.

Reafirmo o que disse ao longo da campanha, que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. Quem, como eu e tantos outros da minha geração lutamos contra o arbítrio, a censura e a ditadura, somos naturalmente amantes da mais plena democracia e da defesa intransigente dos direitos humanos, no nosso país e como bandeira sagrada de todos os povos.

O ser humano não é só realização prática, mas sonho; não é só cautela racional, mas coragem, invenção e ousadia. E esses são os elementos fundamentais para a afirmação coletiva da nossa nação.

Eu e meu vice-presidente, Michel Temer, fomos eleitos por uma ampla coligação partidária. Estamos construindo com eles um governo onde capacidade profissional, liderança e a disposição de servir ao país serão os critérios fundamentais.

Mais uma vez estendo minha mão aos partidos de oposição e às parcelas da sociedade que não estiveram conosco na recente jornada eleitoral. Não haverá de minha parte e do meu governo discriminação, privilégios ou compadrio.

A partir deste momento sou a presidenta de todos os brasileiros, sob a égide dos valores republicanos.

Serei rígida na defesa do interesse público. Não haverá compromisso com o desvio e o malfeito. A corrupção será combatida permanentemente, e os órgãos de controle e investigação terão todo o meu respaldo para atuarem com firmeza e autonomia.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Chegamos ao final deste longo discurso. Queria dizer a vocês que eu dediquei toda a minha vida à causa do Brasil. Entreguei, como muitos aqui presentes, minha juventude ao sonho de um país justo e democrático. Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio.

Não tenho qualquer arrependimento, tampouco não tenho ressentimento ou rancor.

Muitos da minha geração, que tombaram pelo caminho, não podem compartilhar a alegria deste momento. Divido com eles esta conquista, e rendo-lhes minha homenagem.

Esta, às vezes, dura caminhada me fez valorizar e amar muito mais a vida e me deu sobretudo coragem para enfrentar desafios ainda maiores. Recorro mais uma vez ao poeta da minha terra:

“O correr da vida” – diz ele – “embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”.

É com essa coragem que vou governar o Brasil.

Mas mulher não é só coragem. É carinho também.

Carinho que dedico a minha filha e ao meu neto. Carinho com que abraço a minha mãe que me acompanha e me abençoa.

É com esse imenso carinho que quero cuidar do meu povo, e a ele dedicar os próximos anos da minha vida.

Que Deus abençoe o Brasil!

Que Deus abençoe a todos nós!

E que tenhamos paz no mundo!

ANEXO B - DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, NA ABERTURA DO DEBATE GERAL DA 66ª ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS.

**Presidenta diz que Brasil está pronto a assumir suas responsabilidades como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e a prestar contribuição solidária aos países irmãos do mundo em desenvolvimento
Nova Iorque-EUA, 21 de setembro de 2011**

Senhor presidente da Assembleia Geral, Nassir Abdulaziz Al-Nasser,
Senhor secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon,
Senhoras e senhores chefes de Estado e de Governo,
Senhoras e senhores,

Pela primeira vez, na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o Debate Geral. É a voz da democracia e da igualdade se ampliando nesta tribuna, que tem o compromisso de ser a mais representativa do mundo. É com humildade pessoal, mas com justificado orgulho de mulher, que vivo este momento histórico.

Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste Planeta, que, como eu, nasceram mulher, e que, com tenacidade, estão ocupando o lugar que merecem no mundo. Tenho certeza, senhoras e senhores, de que este será o século das mulheres.

Na língua portuguesa, palavras como vida, alma e esperança pertencem ao gênero feminino, e são também femininas duas outras palavras muito especiais para mim: coragem e sinceridade. Pois é com coragem e sinceridade que quero lhes falar no dia de hoje.

Senhor Presidente,

O mundo vive um momento extremamente delicado e, ao mesmo tempo, uma grande oportunidade histórica. Enfrentamos uma crise econômica que, se não debelada, pode se transformar em uma grave ruptura política e social. Uma ruptura sem precedentes, capaz de provocar sérios desequilíbrios na convivência entre as pessoas e as nações.

Mais que nunca, o destino do mundo está nas mãos de todos os seus governantes, sem exceção. Ou nos unimos todos e saímos, juntos, vencedores ou sairemos todos derrotados.

Agora, menos importante é saber quais foram os causadores da situação que enfrentamos, até porque isto já está suficientemente claro. Importa, sim, encontrarmos soluções coletivas, rápidas e verdadeiras.

Essa crise é séria demais para que seja administrada apenas por uns poucos países. Seus governos e bancos centrais continuam com a responsabilidade

maior na condução do processo, mas como todos os países sofrem as consequências da crise, todos têm o direito de participar das soluções.

Não é por falta de recursos financeiros que os líderes dos países desenvolvidos ainda não encontraram uma solução para a crise. É – permitam-me dizer – por falta de recursos políticos e, algumas vezes, de clareza de ideias.

Uma parte do mundo não encontrou ainda o equilíbrio entre ajustes fiscais apropriados e estímulos fiscais corretos e precisos para a demanda e o crescimento. Ficam presos na armadilha que não separa interesses partidários daqueles interesses legítimos da sociedade.

O desafio colocado pela crise é substituir teorias defasadas, de um mundo velho, por novas formulações para um mundo novo. Enquanto muitos governos se encolhem, a face mais amarga da crise – a do desemprego – se amplia. Já temos 205 milhões de desempregados no mundo – 44 milhões na Europa, 14 milhões nos Estados Unidos. É vital combater essa praga e impedir que se alastre para outras regiões do Planeta.

Nós, mulheres, sabemos – mais que ninguém – que o desemprego não é apenas uma estatística. Golpeia as famílias, nossos filhos e nossos maridos. Tira a esperança e deixa a violência e a dor.

Senhor Presidente,

É significativo que seja a presidenta de um país emergente – um país que vive praticamente um ambiente de pleno emprego – que venha falar, aqui, hoje, com cores tão vívidas, dessa tragédia que assola, em especial, os países desenvolvidos.

Como outros países emergentes, o Brasil tem sido, até agora, menos afetado pela crise mundial. Mas sabemos que nossa capacidade de resistência não é ilimitada. Queremos – e podemos – ajudar, enquanto há tempo, os países onde a crise já é aguda.

Um novo tipo de cooperação, entre países emergentes e países desenvolvidos, é a oportunidade histórica para redefinir, de forma solidária e responsável, os compromissos que regem as relações internacionais.

O mundo se defronta com uma crise que é, ao mesmo tempo, econômica, de governança e de coordenação política.

Não haverá a retomada da confiança e do crescimento enquanto não se intensificarem os esforços de coordenação entre os países integrantes da ONU e as demais instituições multilaterais, como o G-20, o Fundo Monetário, o Banco Mundial e outros organismos. A ONU e essas organizações precisam emitir, com a máxima urgência, sinais claros de coesão política e de coordenação macroeconômica.

As políticas fiscais e monetárias, por exemplo, devem ser objeto de avaliação mútua, de forma a impedir efeitos indesejáveis sobre os outros países, evitando reações defensivas que, por sua vez, levam a um círculo vicioso.

Já a solução do problema da dívida deve ser combinada com o crescimento econômico. Há sinais evidentes de que várias economias avançadas se encontram no limiar da recessão, o que dificultará, sobremaneira, a resolução dos problemas fiscais.

Está claro que a prioridade da economia mundial, neste momento, deve ser solucionar o problema dos países em crise de dívida soberana e reverter o presente quadro recessivo. Os países mais desenvolvidos precisam praticar

políticas coordenadas de estímulo às economias extremamente debilitadas pela crise. Os países emergentes podem ajudar.

Países altamente superavitários devem estimular seus mercados internos e, quando for o caso, flexibilizar suas políticas cambiais, de maneira a cooperar para o reequilíbrio da demanda global.

Urge aprofundar a regulamentação do sistema financeiro e controlar essa fonte inesgotável de instabilidade. É preciso impor controles à guerra cambial, com a adoção de regimes de câmbio flutuante. Trata-se, senhoras e senhores, de impedir a manipulação do câmbio tanto por políticas monetárias excessivamente expansionistas como pelo artifício do câmbio fixo.

A reforma das instituições financeiras multilaterais deve, sem sombra de dúvida, prosseguir, aumentando a participação dos países emergentes, principais responsáveis pelo crescimento da economia mundial.

O protecionismo e todas as formas de manipulação comercial devem ser combatidos, pois conferem maior competitividade, de maneira espúria e fraudulenta.

Senhor Presidente,

O Brasil está fazendo a sua parte. Com sacrifício, mas com discernimento, mantemos os gastos do governo sob rigoroso controle, a ponto de gerar vultoso superávit nas contas públicas, sem que isso comprometa o êxito das políticas sociais, nem nosso ritmo de investimento e de crescimento.

Estamos tomando precauções adicionais para reforçar nossa capacidade de resistência à crise, fortalecendo nosso mercado interno com políticas de distribuição de renda e inovação tecnológica.

Há pelo menos três anos, senhor Presidente, o Brasil repete, nesta mesma tribuna, que é preciso combater as causas, e não só as consequências da instabilidade global.

Temos insistido na interrelação entre desenvolvimento, paz e segurança, e que as políticas de desenvolvimento sejam, cada vez mais, associadas às estratégias do Conselho de Segurança na busca por uma paz sustentável.

É assim que agimos em nosso compromisso com o Haiti e com a Guiné-Bissau. Na liderança da Minustah temos promovido, desde 2004, no Haiti, projetos humanitários, que integram segurança e desenvolvimento. Com profundo respeito à soberania haitiana, o Brasil tem o orgulho de cooperar para a consolidação da democracia naquele país.

Estamos aptos a prestar também uma contribuição solidária, aos países irmãos do mundo em desenvolvimento, em matéria de segurança alimentar, tecnologia agrícola, geração de energia limpa e renovável e no combate à pobreza e à fome.

Senhor Presidente,

Desde o final de 2010 assistimos a uma sucessão de manifestações populares, que se convencionou denominar “Primavera Árabe”. O Brasil é pátria de adoção de muitos imigrantes daquela parte do mundo. Os brasileiros se solidarizam com a busca de um ideal que não pertence a nenhuma cultura, porque é universal: a liberdade.

É preciso que as nações aqui reunidas encontrem uma forma legítima e eficaz de ajudar as sociedades que clamam por reforma, sem retirar de seus cidadãos a condução do processo.

Repudiamos com veemência as repressões brutais que vitimam populações civis. Estamos convencidos de que, para a comunidade internacional, o recurso

à força deve ser sempre a última alternativa. A busca da paz e da segurança no mundo não pode limitar-se a intervenções em situações extremas.

Apoiamos o Secretário-Geral no seu esforço de engajar as Nações Unidas na prevenção de conflitos, por meio do exercício incansável da democracia e da promoção do desenvolvimento.

O mundo sofre, hoje, as dolorosas consequências de intervenções que agravaram os conflitos, possibilitando a infiltração do terrorismo onde ele não existia, inaugurando novos ciclos de violência, multiplicando os números de vítimas civis.

Muito se fala sobre a responsabilidade de proteger, pouco se fala sobre a responsabilidade ao proteger. São conceitos que precisamos amadurecer juntos. Para isso, a atuação do Conselho de Segurança é essencial, e ela será tão mais acertada quanto mais legítimas forem suas decisões, e a legitimidade do próprio Conselho depende, cada dia mais, de sua reforma.

Senhor Presidente,

A cada ano que passa, mais urgente se faz uma solução para a falta de representatividade do Conselho de Segurança, o que corrói sua eficácia. O ex-presidente Joseph Deiss recordou-me um fato impressionante: o debate em torno da reforma do Conselho já entra em seu 18º ano. Não é possível, senhor Presidente, protelar mais.

O mundo precisa de um Conselho de Segurança que venha a refletir a realidade contemporânea, um Conselho que incorpore novos membros permanentes e não permanentes, em especial representantes dos países em desenvolvimento.

O Brasil está pronto a assumir suas responsabilidades como membro permanente do Conselho. Vivemos em paz com nossos vizinhos há mais de 140 anos. Temos promovido com eles bem-sucedidos processos de integração e de cooperação. Abdicamos, por compromisso constitucional, do uso da energia nuclear para fins que não sejam pacíficos. Tenho orgulho de dizer que o Brasil é um vetor de paz, estabilidade e prosperidade em sua região, e até mesmo fora dela.

No Conselho de Direitos Humanos, atuamos inspirados por nossa própria história de superação. Queremos para os outros países o que queremos para nós mesmos.

O autoritarismo, a xenofobia, a miséria, a pena capital, a discriminação, todos são algozes dos direitos humanos. Há violações em todos os países, sem exceção. Reconheçamos esta realidade e aceitemos, todos, as críticas. Devemos nos beneficiar delas e criticar, sem meias-palavras, os casos flagrantes de violação, onde quer que ocorram.

Senhor Presidente,

Quero estender ao Sudão do Sul as boas vindas à nossa família de nações. O Brasil está pronto a cooperar com o mais jovem membro das Nações Unidas e contribuir para seu desenvolvimento soberano.

Mas lamento ainda não poder saudar, desta tribuna, o ingresso pleno da Palestina na Organização das Nações Unidas. O Brasil já reconhece o Estado palestino como tal, nas fronteiras de 1967, de forma consistente com as resoluções das Nações Unidas. Assim como a maioria dos países nesta Assembleia, acreditamos que é chegado o momento de termos a Palestina aqui representada a pleno título.

O reconhecimento ao direito legítimo do povo palestino à soberania e à autodeterminação amplia as possibilidades de uma paz duradoura no Oriente Médio. Apenas uma Palestina livre e soberana poderá atender aos legítimos anseios de Israel por paz com seus vizinhos, segurança em suas fronteiras e estabilidade política em seu entorno regional.

Venho de um país onde descendentes de árabes e judeus são compatriotas e convivem em harmonia, como deve ser.

Senhor Presidente,

O Brasil defende um acordo global, abrangente e ambicioso para combater a mudança do clima no marco das Nações Unidas. Para tanto, é preciso que os países assumam as responsabilidades que lhes cabem.

Apresentamos uma proposta concreta, voluntária e significativa de redução [de emissões], durante a Cúpula de Copenhague, em 2009. Esperamos poder avançar, já na reunião de Durban, apoiando os países em desenvolvimento nos seus esforços de redução de emissões e garantindo que os países desenvolvidos cumprirão suas obrigações – com novas metas no Protocolo de Quioto – para além de 2012.

Teremos a honra de sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho do ano que vem. Juntamente com o secretário-geral Ban Ki-moon, reitero aqui o convite para que todos os chefes de Estado e de Governo compareçam.

Senhor Presidente e minhas companheiras mulheres de todo mundo,

O Brasil descobriu que a melhor política de desenvolvimento é o combate à pobreza, e que uma verdadeira política de direitos humanos tem por base a diminuição da desigualdade e da discriminação entre as pessoas, entre as regiões e entre os gêneros.

O Brasil avançou política, econômica e socialmente sem comprometer sequer uma das liberdades democráticas. Cumprimos quase todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, antes de 2015. Saíram da pobreza e ascenderam para a classe média quase 40 milhões de brasileiras e brasileiros. Tenho plena convicção de que cumpriremos nossa meta de, até o final do meu governo, erradicar a pobreza extrema no Brasil.

No meu país, a mulher tem sido fundamental na superação das desigualdades sociais. Nossos programas de distribuição de renda têm, nas mães, a figura central. São elas que cuidam dos recursos que permitem às famílias investir na saúde e na educação de seus filhos.

Mas o meu país, como todos os países do mundo, ainda precisa fazer muito mais pela valorização e afirmação da mulher. Ao falar disso, cumprimento o secretário-geral Ban Ki-moon pela prioridade que tem conferido às mulheres em sua gestão à frente das Nações Unidas.

Saúdo, em especial, a criação da ONU Mulher e sua diretora-executiva, Michelle Bachelet.

Senhor Presidente,

Além do meu querido Brasil, sinto-me aqui também representando todas as mulheres do mundo. As mulheres anônimas, aquelas que passam fome e não podem dar de comer aos seus filhos; aquelas que padecem de doenças e não podem se tratar; aquelas que sofrem violência e são discriminadas no emprego, na sociedade e na vida familiar; aquelas cujo trabalho no lar cria as gerações futuras.

Junto minha voz às vozes das mulheres que ousaram lutar, que ousaram participar da vida política e da vida profissional, e conquistaram o espaço de poder que me permite estar aqui hoje.

Como mulher que sofreu tortura no cárcere, sei como são importantes os valores da democracia, da justiça, dos direitos humanos e da liberdade.

E é com a esperança de que estes valores continuem inspirando o trabalho desta Casa das Nações, que tenho a honra de iniciar o Debate Geral da 66ª Assembleia Geral da ONU.

Muito obrigada

ANEXO C - PRONUNCIAMENTO À NAÇÃO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TV, POR OCASIÃO DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER.

Palácio do Planalto, 08 de março de 2012.

Queridos brasileiros, queridas brasileiras,

Hoje, Dia Internacional da Mulher, é uma data ideal para uma presidenta falar com suas irmãs brasileiras, de coração aberto, de mulher para mulher.

Sinto alegria de chefiar um governo que tem o maior conjunto de programas de apoio à mulher na nossa história. Mas sei que governo e sociedade precisam fazer muito mais para a valorização plena da mulher.

Não é exagerado dizer que cada mulher ainda tem algo a dever a si mesma, e cada homem tem algo a dever à mulher que está a seu lado. Nós, mulheres, vamos continuar em dívida com a gente mesmo se aceitarmos passivamente certa herança negativa que ainda temos sobre os ombros. Cada homem vai continuar em dívida consigo mesmo se não olhar com igualdade, com respeito e com amor sua mulher, sua mãe, sua irmã ou sua filha. A luta pela valorização da mulher é, portanto, um dever de todos: brasileiras e brasileiros de todas as classes, de todos os credos, de todas as raças e de todas as regiões do país.

Minhas irmãs brasileiras,

Minha chegada à Presidência significou um momento único de afirmação da mulher na sociedade brasileira. Não esqueço isso um só minuto, e sei que nenhuma de vocês esquece disso quando olha para mim. Minha eleição reforçou, em alguns setores da sociedade, uma tendência de enaltecimento da força da mulher. Não podemos aceitar o falso triunfalismo, mas também não devemos nos render ao amargor derrotista.

Sei que uma mulher que chegou à Presidência com milhões de votos de brasileiros e de brasileiras não poderá jamais ter uma atitude ressentida contra os homens. Mas sei, muito especialmente, que uma presidenta não pode ter uma política tímida, ultrapassada e meramente compensatória para as mulheres.

Hoje somos, no Brasil, 97 milhões de mulheres, ou seja, 51% da população. Quarenta por cento das nossas famílias são chefiadas atualmente por mulheres, quando, dez anos atrás, não passavam de 25%.

Nos últimos anos, a taxa de desemprego feminino vem caindo com mais força, mas ocupamos apenas 45% das vagas de trabalho disponíveis, e continuamos recebendo menos que os homens pelo mesmo trabalho realizado. Isso tem que melhorar.

O pior é que, em certas circunstâncias, a mulher continua sendo a mais pobre dos pobres, a mais sofredora entre os sofredores. Mas até aí nos surpreende a força da mulher, porque mesmo quando está em uma dura condição de pobreza, a mulher é a principal mola de propulsão para vencer a miséria. Sabe por quê? Porque ela é o centro da família. Porque quando uma mulher se ergue, nunca se ergue sozinha, ela levanta junto seu companheiro, ela levanta junto seus filhos, ela fortalece toda a família.

Vem daí a importância que damos à mulher, nos nossos programas sociais. Noventa e três por cento dos cartões do Bolsa Família estão, por exemplo, em nome de mulheres, são mais de 19 milhões de mulheres que vão ao banco todo mês buscar e administrar recursos para ajudar no sustento da família. Quarenta e sete por cento dos contratos da primeira etapa do Minha Casa, Minha Vida foram assinados por mulheres. Esse percentual será ainda maior no Minha Casa, Minha Vida 2. Nele, a escritura dos apartamentos populares será feita em nome da mulher.

Minhas amigas e meus amigos,

A mulher é um ser empreendedor, precisa, portanto, de oportunidades. A mulher é uma pessoa, antes de tudo, dedicada e trabalhadora, precisa, portanto, de emprego e de capacitação para o trabalho. Temos estimulado programas de capacitação, microcrédito e igualdade no emprego. Temos procurado apoiar a luta das mulheres em todas as áreas, sejam elas cientistas, profissionais liberais, operárias ou empregadas domésticas.

O Programa Mulheres Mil está garantindo formação profissional e tecnológica para a inserção de milhares de mulheres no mercado de trabalho até 2014. E para dar mais autonomia de trabalho às mães pobres do Brasil, estamos construindo, até 2014, seis mil novas creches e pré-escolas.

A mulher é, por natureza, fonte de vida e de energia, mas para cumprir este destino, ela precisa de boa saúde. O nosso governo tem dado, e vai continuar dando, uma atenção toda especial à saúde da mulher e da criança. Criamos o Rede Cegonha, que já beneficiou 930 mil gestantes, em mais de 1.500 municípios. Para atingir esta meta já liberamos R\$ 452 milhões para a assistência materno-infantil.

Em 2011, foram realizadas 20 milhões de consultas pré-natais pelo SUS, um aumento de 133% em relação ao ano de 2003. No ano passado, as gestantes e as nutrízes de baixa renda passaram a ser beneficiárias do Bolsa Família. Em apenas cinco meses, 241 mil delas já foram beneficiadas.

Temos conseguido bons resultados também com os programas de prevenção e diagnóstico do câncer do colo de útero e de mama.

Minhas amigas e meus amigos,

Em todo o mundo a voz da mulher se sobressai na defesa da paz, do amor e da justiça. A mulher brasileira merece, portanto, cada vez mais, justiça, amor e paz. E isso deve começar em cada lar.

Desde 2006 temos, na Lei Maria da Penha, um instrumento poderoso para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Há poucos dias, o Supremo Tribunal Federal fortaleceu o combate à violência doméstica ao decidir que se um homem agredir uma mulher será processado, mesmo que ela não apresente denúncia e mesmo que ela retire a queixa.

Nesta área, o governo federal está fazendo também a sua parte. Ainda este ano vamos ampliar para 1.100 unidades os serviços de atendimento à mulher em situação de violência. E vamos reforçar o Pacto Nacional pelo

Enfrentamento da Violência contra a Mulher que já articula, com êxito, ações nos 27 estados brasileiros.

Minhas irmãs brasileiras,

Quero estreitar cada vez mais os laços entre nós. Quero, antes de tudo, que vocês sejam os olhos e o coração do meu governo, sejam a minha voz e o meu ouvido. Porque você, minha irmã, é quem mais sente na pele as deficiências do serviço público: quando leva seu filho ao hospital, você vê como está o atendimento de saúde; você acompanha a escola do seu filho; você vê no supermercado se o preço da comida está subindo; você sente medo nas ruas escuras, quando volta do trabalho sozinha, sem segurança.

Quero abrir vários canais de escuta da população, em especial com as mulheres. Pedi ao Ministério da Saúde que, a partir de agora, telefone para todas as parturientes que foram atendidas pelo SUS e perguntem o que elas acharam do atendimento. Quero saber de tudo para melhorar, para poder estimular o que está bem e corrigir o que está mal.

Vou ter também, no meu gabinete, monitores ligados a câmeras, para que eu e meus assessores possamos ver como está o atendimento nos principais hospitais e como vai o andamento das grandes obras. É assim que nós, mulheres, gostamos de cuidar das coisas: vendo todos os detalhes, tintim por tintim.

É fundamental que todas vocês me ajudem nesse trabalho. Acreditem, como eu acredito, que a participação é o melhor caminho para mudar o país. Participem da vida do seu bairro, da sua cidade, do seu estado e da sua nação. Se mobilizem. Já disse que este é o século das mulheres, mas não é o século das mulheres contra os homens, é o século da mulher trabalhando ao lado do homem, de igual para igual, batalhando com fé e amor por sua família e por seu país.

Viva o Dia Internacional da Mulher! Viva a mulher brasileira!

Obrigada. Boa noite.

ANEXO D - PROGRAMA DE GOBIERNO MICHELLE BACHELET - CARTA A LOS CHILENOS

Quiero, antes de que comience la lectura de este Programa de Gobierno, compartir algunas cosas que he aprendido en estos meses al escuchar a los chilenos y al estar con ellos, creando una nueva esperanza.

Yo no fui criada para el poder ni nunca hice nada para obtenerlo. No pertenezco a la élite tradicional. Mi apellido no es de los apellidos fundadores de Chile. Me eduqué en un liceo público y en la Universidad de Chile. Estudié medicina porque me maravillaba la posibilidad de curar a un enfermo, de quitar el dolor, de borrar la angustia y traer de vuelta la alegría al hogar de un niño enfermo.

Como a la mayor parte de los chilenos, no se me ha regalado nada. Casi todo lo que sé lo he aprendido luchando, por amor a mis hijos, a mi profesión, a mi país.

La política entró a mi vida destrozando lo que más amaba. Porque fui víctima del odio, he consagrado mi vida a revertir su garra y convertirlo en comprensión, tolerancia y –por qué no decirlo– en amor.

He vivido demasiado de cerca la historia de Chile para no reconocer cuando veo una oportunidad histórica. Y ésta es, sin duda, una oportunidad histórica. Un momento irrepetible para Chile.

Hoy, gracias al esfuerzo de los tres gobiernos de la Concertación, los chilenos podemos mirar el cielo con los pies bien puestos en la tierra. Sabemos que el desarrollo con justicia y la paz con libertad no son palabras vacías, sino metas que podemos lograr. Sólo dependen de que sepamos trabajar juntos.

Hoy sentimos como nunca que las divisiones, el odio y el miedo son parte del pasado. El pasado que encarnan esos que quieren que Chile cambie sin cambiar ellos. Esos que no conciben dejar atrás ni sus peleas ni sus egos por el bien del país. Esos que hacen de la arrogancia y el miedo su única bandera.

Después de 17 años de volver a la democracia, los chilenos somos mayores de edad. Autónomos, libres, responsables, ya sin padres protectores que nos digan qué debemos pensar, hacer o soñar. Preparados para lograr con madurez un país justo y próspero para todos.

Mi candidatura surgió espontáneamente del apoyo de los ciudadanos. No surgió de una negociación a puertas cerradas ni de un cónclave partidista. Este programa refleja esos orígenes de mi candidatura. Cientos de personas aportaron a él, en diálogos ciudadanos y grupos de trabajo.

Es un programa pensado desde las necesidades de los chilenos que no opinan en los diarios o la televisión, que no pueden contratar a un influyente estudio de abogados, que no tienen parientes o cuñas en el aparato público, en el Congreso, en los gremios o en los pasillos del poder.

Se ha criticado mucho mi empeño en consultar, en incluir a la gente. Para las élites, escuchar es una señal de debilidad. Estoy convencida, al contrario, de que ahí reside la fuerza de lo que estamos haciendo.

Porque la principal riqueza de Chile no es su cobre, la fruta o la madera, sino su gente. Esta riqueza de ingenio, de ganas, de sueños, es la que yo quiero potenciar. Estoy convencida de que las chilenas y los chilenos podemos más. Más ideas, más trabajo, más fuerza, más riqueza.

Este Programa de Gobierno quiere estar a la altura de ese potencial. Es por eso, al mismo tiempo, un programa ambicioso y realista. Todos sabemos que los problemas que deberemos abordar no son fáciles ni se solucionan de la noche a la mañana. Mi única promesa de gobierno es ayudar con todas mis fuerzas y capacidad a crear una sociedad en la que nadie pueda decir “no pude”, ni menos “no me dejaron”.

Para lograr ese objetivo central necesitamos invertir más en educación, desde la preescolar hasta la universitaria. Al mismo tiempo debemos someternos a más claros y más exigentes estándares de calidad de la enseñanza. Debemos acabar con los enclaves autoritarios en la escuela y aplicar planes y programas que fortalezcan la investigación y la creatividad en los estudiantes.

Necesitamos dar un salto gigante en protección social: mejores jubilaciones, un seguro de cesantía más generoso y estándares mínimos de salud para todos. Porque es inmoral que muchos chilenos no tengan derecho a enfermarse o a envejecer sin caer en la pobreza. Es inmoral que tantas familias de clase media vivan con el temor de que algún evento inesperado les hará perder lo conseguido con largos años de esfuerzo.

Necesitamos seguir caminando con seguridad en la senda del desarrollo económico, basado en la seriedad y el equilibrio presupuestario, sin por eso dejar de ayudar a los que quedan rezagados y nos necesitan.

Necesitamos romper las fronteras invisibles que la delincuencia traza en la ciudad, formar más y mejores policías, tanto en Carabineros como en Investigaciones, y seguir profundizando las reformas de la justicia y de las cárceles.

Necesitamos que nuestro Estado rinda más y trate mejor a la gente. No puede ser que demasiados chilenos se sientan solos y desprotegidos, porque se encuentran con una municipalidad, con una posta o un hospital, con una escuela o un liceo, con una oficina pública cualquiera, que no los toma en cuenta y, a menudo, los tramita y posterga y ningunea.

Necesitamos que las mujeres tengamos no sólo los mismos derechos que los hombres, sino la posibilidad –a través de una verdadera política de apoyo– de

ejercer estos derechos. Que una mujer sea Presidenta no debe ser visto como una rareza, sino como un augurio

Necesitamos crear nuevos espacios de libertad para darle voz a un Chile plural y diverso, en que todos nos sintamos cómodos, sin censuras y sin arrogancias.

¿Cómo lograr todo esto? Este programa está lleno de cifras, de medidas concretas para lograrlo. Es a la vez una brújula y una carta de navegación que nos indica por dónde ir.

Mientras vuelvo a leer este Programa de Gobierno veo también rostros y voces de tantos chilenos con los que he compartido estos meses. Chilenos que viven con mucho esfuerzo y dificultades, trabajando más de doce horas al día, no sabiendo a veces cómo llegar a fin de mes, pero que una y otra vez me dicen “creemos en usted, doctora”.

Esa fe de tantas y tantos me hace sentir responsable y humilde. Yo, como ellos, creo en las personas mucho más de lo que creo en los discursos, las encuestas o las cifras. La fe en las personas ha sido el centro de mi vida y mi trabajo, y sé que será el motor de ese nuevo Chile que construiremos entre todos.

Mi tarea no es otra que brindar a los chilenos las oportunidades para que Chile sea de todos y todos seamos Chile. La llave del futuro no está en las manos de nadie, sino en las de todos. Entre todos podemos lograr el cambio y mirar frente a frente un país mejor. Para mí es un privilegio poder servir a los chilenos en esta fértil y nueva primavera.

Michelle Bachelet Jeria

ANEXO E - PALABRAS DE LA PRESIDENTA ELECTA, DRA. MICHELLE BACHELET HOTEL PLAZA SAN FRANCISCO KEMPINSKI, DOMINGO 15 DE ENERO DE 2006.

Quién lo hubiera pensado, amigas y amigos.... Quién lo hubiera pensado. ¿Quién hubiera pensado, hace veinte, diez o cinco años, que Chile elegiría como Presidente a una mujer....? Parecía difícil. Pero fue posible. Es posible. Porque los ciudadanos lo quisieron. Porque la democracia lo permitió. ¡¡Gracias, amigas y amigos!! ¡¡Gracias, Chile!! Gracias por el voto de millones de ustedes. Gracias por la confianza que han depositado en mí. Gracias por invitarme a recorrer con ustedes el camino de la libertad, de la igualdad, de la prosperidad. Este no es el triunfo de una sola persona, ni de un partido, ni de una coalición. Es el triunfo de todos nosotros. Es el triunfo de Chile. Ganó Chile otra vez. Como cada vez. Como la próxima.

El mundo ha mirado esta elección con una dosis de asombro. Pero esta no es la primera vez, ni será la última, que los chilenos asombramos al mundo. Tras 17 años de dictadura, transitamos ejemplarmente a la democracia. Tras décadas de altibajos económicos, construimos una economía vibrante, que muchos quieren imitar. Los chilenos estamos orgullosos de lo que hemos logrado. Y vamos a seguir en ese camino. Vamos a asombrar al mundo una vez más. Demostraremos que una nación puede volverse más próspera sin perder su alma. Que se puede crear riqueza sin contaminar el aire que respiramos o el agua que bebemos. Que se puede estimular a los que emprenden y avanzan, pero al mismo tiempo auxiliar a los que se quedan atrás. Que se puede construir un país donde cabemos todos, mujeres y hombres, de la capital y regiones. Gente de todos los colores, credos y convicciones. Ese es el camino que vamos a recorrer juntos, amigos y amigas. Ese es el camino.

¡Gracias por elegirme para liderar a Chile en esta travesía! Yo también recorrí un largo camino para llegar aquí esta noche. Ustedes lo saben, no he tenido una vida fácil. ¿Pero quién de ustedes ha tenido una vida fácil? La violencia entró a mi vida destrozando lo que amaba. Porque fui víctima del odio, he consagrado mi vida a revertir ese odio. Y convertirlo en comprensión, tolerancia y, por qué no decirlo, en amor. Se puede amar la justicia y, a la vez, ser generosa. ¡Porque Chile se ha reencontrado! ¡Porque hemos avanzado mucho en esa senda! ¡Mi gobierno será un gobierno de unidad! ¡Seré la Presidenta de todos los chilenos!

Hoy me acompañan aquí mis hijos y mi madre. Ellos me han dado mucho. No hay cariño más fuerte que el cariño de una familia. Gracias por todo ese apoyo y afecto, especialmente en estos largos meses de campaña. Hay alguien que en este momento estaría muy orgulloso. Un hombre al que quisiera poder abrazar esta noche. Ese hombre es mi padre. Alberto Bachelet Martínez, general de la Fuerza Aérea de Chile. Heredé de él su amor por Chile y por todos los chilenos, sin distinciones. Su admiración por la naturaleza formidable de nuestro país. Su abnegado sentido del servicio público. Su amor por el orden, su don de mando. Siento que de alguna manera inexplicable estoy cerca

de él. Intuyo que todos los padres que están aquí, que todos los hombres que son padres y me escuchan, saben lo que es el amor y la lealtad de una hija. En este momento también recuerdo los rostros y voces de tantas chilenas y chilenos con los que he compartido estos meses. Personas de esfuerzo, que trabajan de sol a sol. Una y otra vez me decían: “Creemos en usted, doctora”. Esa fe de tantas y tantos me hace sentir responsable y humilde. La fe en las personas ha sido el centro de mi vida y de mi trabajo.

Sé que será el motor de ese nuevo Chile que construiremos entre todos. Chilenas y chilenos, con la fuerza del amor de mi familia, con la fuerza del apoyo de ustedes, asumo la responsabilidad que los ciudadanos me han encomendado. Trabajaré incansablemente por nuestra nación. Tengo una agenda ambiciosa, que emprenderé el mismo día que entre a La Moneda. Son sólo cuatro años. No hay tiempo que perder. Las chilenas y chilenos merecen nuestro mejor esfuerzo. ¡Porque lo que está en juego es la risa de nuestros niños! ¡La tranquilidad de nuestras madres! ¡El bienestar de nuestros trabajadores! ¡La felicidad de nuestra gente!

Hoy comenzamos un nuevo capítulo de nuestra historia republicana. Y me siento afortunada. Chile es afortunado. Porque comenzamos este capítulo en buen pie para enfrentar lo que viene. Porque recibo un país en marcha, pujante, optimista. Porque los chilenos agradecemos la gran obra del gobierno del Presidente Lagos. Hoy hemos sido testigos de la magia de la democracia, amigas y amigos. Hoy todos somos iguales. El voto del más humilde vale lo mismo que el voto del más poderoso. La democracia sirve para desentrañar los anhelos y esperanzas de la gente. Cuatro candidatos, cuatro proyectos políticos distintos. Durante un año recorrimos Chile hablando de Chile. Dialogando con la gente acerca de nuestro futuro. Quiero saludar esta noche a Sebastián Piñera y a todos los que votaron por él. Hay allí miles de anhelos y aspiraciones de los que me hago cargo. Quiero también saludar a la gente que votó por Tomás Hirsch y Joaquín Lavín en la primera vuelta. Saludo a toda la gente que votó por el Juntos Podemos en primera vuelta, y que estuvo con nosotros en esta jornada. Trabajaré por todos los chilenos, por todos ustedes. A partir de este mismo instante, sus esperanzas son las mías. Sus anhelos son mis anhelos. A toda la gente que me recibió en sus casas. A todos los hombres y mujeres que me regalaron un abrazo y una sonrisa. A la gente de regiones, vaya mi saludo y compromiso.

Amigas y amigos, A partir del 11 de marzo, Chile no sólo tendrá una Presidenta mujer. Será el comienzo de una nueva etapa. Una nueva etapa donde haremos que los logros de este país maravilloso entren al hogar de todos los chilenos. Porque quiero que mi gobierno sea recordado como el gobierno de todos y para todos. El nuestro es un país dinámico, con ganas de surgir. Cada vez más integrado al mundo. Un país de emprendedores que con su ingenio y creatividad crean prosperidad. Pero para atreverse a emprender e innovar, las chilenas y chilenos también deben saber que la sociedad en que viven los protege. Mi compromiso es que el año 2010 habremos consolidado un gran

sistema de protección social. Un sistema que dé tranquilidad a los chilenos y sus familias.

La tranquilidad de saber que tendrán un trabajo decente. La tranquilidad de saber que sus hijos podrán estudiar y desarrollarse. La tranquilidad de saber que una enfermedad no tirará por la borda años de esfuerzo. La tranquilidad de saber que tendrán una vejez digna. Eso aspiramos todos. Eso garantizará mi gobierno. El 11 de marzo también marcará el comienzo de un nuevo estilo en la política nacional. Un estilo de gobierno dialogante, participativo. Fui la candidata de los ciudadanos. Ahora seré la Presidenta de los ciudadanos. Chile requiere una nueva política para una nueva ciudadanía, amigas y amigos. Porque el hecho de que sea yo la que esté aquí esta noche es símbolo del cambio que hemos vivido. Atrás quedaron muchos miedos y prejuicios. La sociedad chilena hoy es más abierta, más tolerante, más diversa. La gente no quiere sólo derecho a voto, sino también derecho a voz. Quiere ser escuchada. Quiere forjar su propio destino. En mi gobierno daremos cauce a esas ganas de participar. Forjaremos una gran alianza entre política y sociedad. Entre representantes y representados. La gente quiere la verdad. Estableceremos una relación franca y directa con los ciudadanos. Lo afirmé el jueves en la Alameda: ¡¡Diré lo que pienso y haré lo que digo!! Chile así lo merece.

Mi gobierno será un gobierno paritario, de los mejores y las mejores. Será un gobierno de excelencia. Un gobierno de talentos. De caras nuevas y experiencia. ¡Elegiré a la mejor gente! ¡Porque Chile así lo merece! Chilenas y chilenos, Es tan hermosa la tarea que tenemos por delante. Construir un país más próspero, un país más justo, un país más solidario. Un país de todos y para todos. Es lo que he soñado toda mi vida. Mi compromiso como Presidenta de Chile será recorrer, junto a ustedes, un tramo más de esta gran alameda de libertad que hemos venido abriendo. Para mí es un privilegio poder servir a Chile en esta fértil y nueva primavera. Porque, mis queridos conciudadanos, en la democracia que hemos construido ustedes son los mandantes. Y yo, desde el 11 de marzo, soy su mandataria. Su primera mandataria. Gracias, amigas y amigos. ¡Gracias, Chile!

Información disponible en el sitio ARCHIVO CHILE, Web del Centro Estudios "Miguel Enríquez", CEME:

ANEXO F- DISCURSO PRONUNCIADO POR LA PRESIDENTA BACHELET EN SU CUARTA CUENTA PÚBLICA SOBRE EL ESTADO POLÍTICO Y ADMINISTRATIVO DE LA NACIÓN ANTE EL CONGRESO PLENO.

Mensaje Presidencial 2009

Discurso pronunciado por la Presidenta Bachelet en su cuarta Cuenta Pública sobre el estado político y administrativo de la Nación ante el Congreso Pleno.

PROTECCIÓN SOCIAL, EL SELLO DEL GOBIERNO CONTIGO MEJOR PAÍS

Señor presidente del Senado,
Señor presidente de la Corte Suprema,
Señor presidente de la Cámara de Diputados, Honorables senadores y senadoras, Honorables diputados y diputadas,

Ministros y ministras,
Autoridades e invitados especiales,
Ciudadanos y ciudadanas de mi país:

Vengo ante el Congreso Pleno a dar cuenta de la tarea que hace tres años la Nación me encomendara.

Vengo ante el Congreso Pleno arropada de la confianza que, en el cumplimiento de esa tarea, millones de chilenos y chilenas me han prodigado.

Traigo, más que nunca, una certeza en el espíritu: la certeza de que este sitio en el que me ha puesto la democracia ha permitido derribar prejuicios que ya no encuentran albergue en nuestro Chile.

¡Aquí está una mujer chilena, respondiendo día a día al mandato de la patria!

Y lo digo como mujer de esta tierra, como tantas que cada día, solas o acompañadas, guían, sostienen y protegen a quienes aman. Lo digo sabiendo que esta es una herencia compartida por tantas mujeres chilenas que trabajan por su país y que se esfuerzan por que todos juntos avancemos hacia el desarrollo.

En algunos meses, iniciaremos la celebración de nuestro Bicentenario. Celebraremos con orgullo 200 años de vida republicana.

Pero sobre todo, celebraremos a nuestra gente.

Recordaremos sus vidas y sus sueños, sus penas y sus alegrías; las miles y miles de pequeñas historias de nuestras familias que, al sumarse, dan forma a la gran historia del pueblo de Chile.

Una historia de abnegación, en la que nada ha sido fácil.

Una historia bicentenaria hecha de energía y a la vez de perseverancia.

Porque los chilenos somos gente de esfuerzo, gente que se ha formado en la adversidad.

Somos el lejano país que ha sabido superar el aislamiento del desierto, mar y montaña, integrándose con éxito en el mundo.

Somos la tierra remecida por desastres naturales, como en Chaitén, Aysén o Tocopilla, pero que ha sabido levantarse cien veces –como dijera Ortega y Gasset ante este mismo Congreso – que ha podido reconstruirse, y ha logrado desarrollar redes de solidaridad como pocas en el mundo.

Somos la nación que en un momento triste de su historia perdió la libertad y se convirtió en nación de enemigos. Pero que ha sabido concertarse para restablecer la democracia y hacer de los derechos humanos el fundamento de su convivencia.

Somos el país azotado por crisis económicas que se han ensañado con los más débiles; pero que ha sabido recuperarse de cada crisis y construir los fundamentos de una economía fuerte y sólida que hoy es admirada en el extranjero.

Eso somos y por eso hago este recuerdo.

Porque el recorrido Bicentenario nos muestra que los chilenos somos lo que ese esfuerzo ha forjado.

Ese esfuerzo ha moldeado nuestra identidad. Ha fortalecido nuestras instituciones. Ha hecho de Chile un país de trabajo arduo y persistente.

Hoy vengo a este Congreso en momentos de adversidad.

Vengo a este Congreso Pleno en medio del momento económico más difícil que haya pasado el mundo en los últimos sesenta años.

Una vez más, la historia nos exige aquel temple que nos caracteriza como nación.

Hoy se requiere, más que nunca, unidad y trabajo; solidaridad y eficacia. No es tiempo de cerrar tienda ni de bajar brazos. Es tiempo de trabajar más que nunca hasta el último día de mi mandato y desde el primer día del mandato siguiente. No podemos detenernos.

No podemos permitir que lo que estamos construyendo, aquel camino de progreso y justicia social, quede inconcluso.

En mi primer Mensaje ante este Congreso Pleno, dije que el mío sería un gobierno de transformaciones.

Que más que el cuarto gobierno de una transición exitosa, el mío sería el gobierno del cambio social.

Porque eso es lo que hemos querido hacer, y eso es lo que la ciudadanía comienza a ver: Las grandes transformaciones sociales que ha impulsado mi gobierno.

Hemos avanzado hacia un Estado que protege a las personas. Hacia una existencia más digna para todos los chilenos. Hacia una política cada vez más ciudadana.

Las grandes transformaciones requieren grandes voluntades. Los resultados a veces no llegan de inmediato, por lo que se requiere también, además de la voluntad, perseverancia y sabiduría. Saber hacia dónde avanzar y saber persistir en ese rumbo.

Las grandes transformaciones requieren grandes decisiones. Para construir un Estado social y democrático de derecho, es imperativo asegurar jurídica y financieramente los derechos sociales que dicho Estado reconoce a las personas.

Si uno de verdad quiere impulsar cambios profundos, tiene que destinar muchos recursos, por mucho tiempo.

Y eso ha hecho mi gobierno. Hemos hecho confluir la responsabilidad en el manejo fiscal con la audacia en las políticas sociales.

Y es esa visión la que permite no detenernos en un momento de adversidad.

Esa visión es la que nos motiva a trabajar hoy más fuerte que nunca, trabajar en estos meses de invierno, porque ningún invierno, por crudo que sea, podrá impedir la primavera del Chile del Bicentenario.

Vengo a este Congreso Pleno a proponer que trabajemos en tres líneas centrales:

Primero, trabajar para superar la crisis económica internacional y retomar pronto una senda de crecimiento sostenido.

Segundo, trabajar para que no sean las personas las que sufran los rigores de una crisis que ellas no provocaron y para que podamos consolidar la matriz de protección social que hemos comprometido.

Y tercero, trabajar para que el país salga fortalecido de este momento de adversidad, construyendo las bases de un modelo de desarrollo más dinámico, inclusivo y sustentable.

Todo ello es posible. Pero insisto, debemos esforzarnos ahora más que nunca. Los chilenos y chilenas han puesto su confianza en que nosotros, todos nosotros, gobierno y oposición, haremos nuestro máximo empeño.

TRABAJAR POR RECUPERARNOS DE LA CRISIS

La primera tarea que tenemos para este año es recuperarnos de la crisis económica internacional.

Enfrentar la crisis externa ha sido el norte de mi gobierno en los últimos meses. No hemos escatimado recursos ni medidas. Hemos ordenado nuestra agenda y nuestros equipos con ese fin.

Se trata, como dije, de la peor crisis económica de las últimas seis décadas. En el último trimestre de 2008, las economías desarrolladas vivieron una caída histórica de 7,5 por ciento. Este año esas economías se contraerán en 3,8 por ciento o más. Y a diferencia de otros remezones anteriores, esta crisis se ha vuelto global. Las tasas de crecimiento han colapsado no sólo en Norteamérica y Europa, sino también en Asia, región que era la locomotora que tiraba el tren del crecimiento mundial.

Algunos países otrora estrellas del crecimiento, como los escandinavos, los bálticos y los del sudeste asiático, hoy se contraen a tasas de cinco, diez y hasta doce por ciento. América Latina, África y el Medio Oriente también sufren un fuerte impacto. El Fondo Monetario Internacional estima que este año 2009 la economía mundial, incluyendo a las economías avanzadas y las emergentes, se contraerá en un 2,5 por ciento.

Las consecuencias sociales tampoco se han hecho esperar. Ha subido la cesantía en todo el mundo y se espera, con triste resignación, un alza en la pobreza, el hambre y la indigencia en muchos países.

Qué paradoja más grande: La crisis de la riqueza generará más pobreza.

La crisis desnuda la insuficiencia de un paradigma económico. Un enfoque que hizo del egoísmo su virtud central y de la pasividad su modelo de política pública.

Es la crisis, como ya hemos dicho, de la codicia y la especulación como valores rectores del sistema.

Es la crisis del mercado cooptado por el interés particular en desmedro del bienestar colectivo.

En Chile, desde hace tiempo no pensamos así.

Desde hace tiempo hemos dicho que el mercado debe ir acompañado de una mayor deliberación democrática y que el crecimiento debe ir de la mano de una mayor equidad.

Hemos resistido el vendaval con fuerza, pero nos ha afectado como a todas las naciones del mundo. A fines de 2008 el país sufrió una brusca desaceleración, seguida de un alza del desempleo.

Con todo, nuestra economía ha sido tocada en menor magnitud que otras similares. Este año nuestro desempeño será mejor que el de nuestros socios comerciales. Acaba de ser publicado el ranking de Competitividad Mundial de Suiza, que señala que Chile está dentro de las quince economías mejor preparadas para enfrentar la crisis. El Fondo Monetario Internacional estima que Chile será el país que más rápido se recuperará en América Latina.

Y esto, la verdad, no es casualidad. Es fruto de la acertada conducción de los últimos años.

¿Recuerda este Congreso Pleno lo que dije hace exactamente tres años, en este mismo podio?

Dije que los recursos extraordinarios del cobre no los podíamos dilapidar. Que teníamos que ser prudentes. Que las grandes transformaciones que queríamos impulsar nos exigían la mayor sabiduría, porque la prosperidad no dura para siempre.

Hubo críticas a esa política. Nuestra apuesta de manejo prudente de las finanzas públicas, de dotar de una institucionalidad a los fondos del cobre y de pensar en el desarrollo futuro y no en el aplauso presente, no fue siempre bien entendida.

Y yo quiero decir aquí que los chilenos debemos felicitarnos por haber hecho oídos sordos al populismo.

¿Y en qué pie entonces nos encontramos hoy?

En el mejor pie que uno pudiera esperar para enfrentar una crisis de magnitud global.

Con la casa ordenada y las cuentas en regla. Con políticas sociales financiadas.
Con reservas para aplicar políticas económicas contracíclicas.

¡Qué distinto se enfrenta la crisis de hoy!

Lejana se ve la época en que las crisis se enfrentaban ajustando el cinturón, recortando el gasto, subiendo las tasas de interés y eliminando beneficios sociales.

Es claro el cambio de paradigma. Es claro que las cosas hoy se hacen de manera distinta.

En ese espíritu hemos llevado adelante un plan de recuperación económica en diversas etapas, con diversas medidas.

Comenzamos con un seguimiento cuidadoso de las condiciones de liquidez en nuestra economía. Cuando hubo que actuar, lo hicimos rápidamente.

Luego anunciamos instrumentos para fortalecer un sector tan importante y dinamizador como es el sector inmobiliario, a través de la ampliación del subsidio habitacional hasta las dos mil UF, lo que sirve, además, para apoyar a la clase media en momentos en que ella justamente requiere todo nuestro apoyo.

También emprendimos acciones Pro Pyme, como la ampliación del Fondo de Garantía para Pequeñas Empresas, Fogape, y la capitalización del BancoEstado, las que están aprobadas y en marcha.

En enero de este año presentamos el más ambicioso Plan de Estímulo Fiscal que se haya implementado nunca en Chile, por cuatro mil millones de dólares, para dar nuevos bríos a la economía y fomentar el empleo.

Este plan es el quinto más grande a nivel mundial en relación al Producto Interno Bruto. Se aprobó con toda rapidez en el Congreso, por lo que quiero aprovechar de agradecer a los parlamentarios de todos los partidos por su visión patriótica.

En el plan destinamos 700 millones de dólares, adicionales a lo ya contemplado en la Ley de Presupuestos 2009, en obras de infraestructura que significarán decenas de miles de nuevos empleos, pero además, un nuevo salto en la conectividad y competitividad de nuestras regiones.

Junto a ello, perfeccionamos el subsidio forestal, a la vez que facilitamos el uso de la franquicia tributaria para capacitación.

En ese plan también eliminamos transitoriamente el impuesto de timbres y estampillas para los créditos, a la vez que disminuimos en quince por ciento los pagos provisionales mensuales que realizan las Pymes por concepto de impuesto a la renta y en siete por ciento para las empresas de mayor tamaño. En septiembre, devolveremos anticipadamente los impuestos a la renta correspondientes al ejercicio tributario 2010.

En ayuda directa para las personas, otorgamos un bono especial y extraordinario de 40 mil pesos por carga familiar, el que ya ha beneficiado a

más de un millón 700 mil familias, y que les permitió tener un apoyo en el difícil mes de marzo.

Quiero decir y compartieron ustedes que me ha emocionado saber, cada vez que recorro poblaciones y villas en todo Chile, que las personas utilizaron ese bono especial en quienes más quieren: en sus hijos, en los útiles del colegio, en el uniforme, en el furgón escolar. En fin, en los gastos de la familia.

Por lo mismo, porque sé que es importante para las familias, hoy quiero anunciar que otorgaremos un nuevo bono extraordinario de 40 mil pesos por carga familiar a pagarse en el mes de agosto, para hacer frente a los gastos del invierno. Calificarán para este bono los trabajadores que reciben Asignación Familiar o Asignación Maternal, los beneficiarios del Subsidio Familiar y los beneficiarios de Chile Solidario. Es un esfuerzo macizo, pero los chilenos se lo merecen. Tendrá incluso mayor cobertura al bono de marzo, puesto que beneficiará a un total de cuatro millones de personas que son cargas familiares.

Pero este plan no sirve de nada si las inversiones no se materializan. Por eso digo que es un momento de trabajo.

Creamos un Comité de Empleo, que dirige el Ministro de Interior, para hacer un seguimiento detallado del plan de obras.

Recorrí Chile personalmente identificando cada obra que había que construir. Aceleramos cientos de proyectos de caminos, estadios, centros deportivos, viviendas sociales, escuelas, museos y centros culturales, consultorios y hospitales.

Y qué podemos mostrar hoy ante el Congreso Pleno: la más alta ejecución presupuestaria desde que se tienen registros comparables.

La inversión pública ha crecido en un 45 por ciento al comparar los primeros cuatro meses de 2009 respecto de 2008. Al mes de abril ya habíamos gastado el 34 por ciento de los 700 millones de dólares del plan de inversiones adicionales.

Y lo más importante: hemos creado aproximadamente 113 mil nuevos puestos de trabajo, los que de otra manera no se habrían creado.

Vamos a mantener este esfuerzo. Personalmente me encargaré de mantener el ritmo de trabajo en todo Chile.

El Congreso ha dado al gobierno facultades para reasignar recursos en la Ley de Presupuestos y fortalecer la inversión pública. Usando esas facultades, he dispuesto que el Ministerio de Obras Públicas incremente la mantención de las vías, y que los Gobiernos Regionales apoyen más proyectos de impacto local.

Y en vivienda –yo sé que esto va a alegrar mucho a los parlamentarios– esto va a significar además de lo que contemplaba el Presupuesto 2009 más el Plan de Estímulo Fiscal, otorgar quince mil nuevos subsidios de protección del

patrimonio familiar, con lo cual vamos a completar más de 100 mil subsidios de esta naturaleza durante el año 2009. También aumentaremos en un 20 por ciento los recursos asignados al programa Fondo Solidario de Vivienda Uno, entregando ocho mil nuevos subsidios y completando durante este año cerca de 50 mil en este programa. Asimismo, otorgaremos diez mil nuevos subsidios para cubrir la totalidad de los proyectos ingresados en los Serviú al mes de mayo.

También nos comprometimos a mejorar y modernizar la infraestructura de la red de estadios públicos. En vista del éxito de las obras ya entregadas, he decidido acelerar las obras en marcha y poder poner estos recintos a disposición de los chilenos lo antes posible y en un rato más comentaré sobre algunos en particular.

Pero hay más. Sabemos que la mayoría del empleo se crea en el sector privado, no en el sector público.

Por eso en marzo pasado decidimos lanzar un nuevo paquete de medidas, esta vez para estimular el crédito interno y ayudar preferentemente a la clase media y a las Pymes.

Las 20 medidas que contempla esa Iniciativa Pro Crédito ya están aprobadas y en aplicación, y aumentarán en alrededor de tres mil 600 millones de dólares los recursos que hoy ofrece el sistema financiero.

El plan facilita que se traspasen a las familias y las Pymes las bajas en la tasa de interés que ha aplicado el Banco Central. Con ello generaremos una nueva ola de inversión y de crecimiento. Por lo mismo, quiero agradecer una vez más el apoyo que este paquete recibió en el Congreso de la República.

El último paso en esta ofensiva por la recuperación económica ha sido uno de los más relevantes.

Hace unos días logramos un acuerdo inédito.

Llegaron hasta el Palacio de la Moneda dirigentes sindicales y los representantes de los trabajadores y de las empresas de todos los tamaños. Conversando francamente y sobre todo, poniendo el interés superior de Chile y de su gente por delante de cualquier otra consideración.

Pudimos construir un acuerdo en materia de empleo que, estoy segura, será un referente en la manera como se enfrentan las crisis, no sólo en Chile, sino que en el mundo entero.

Qué estamos diciendo con este acuerdo: Que el costo de la crisis no lo pueden pagar los trabajadores y que debemos diseñar los mecanismos eficaces para proteger sus puestos de trabajo.

No somos ciegos. Sabemos de las dificultades reales que enfrentan muchas empresas.

No es culpa del pequeño o mediano emprendedor que las empresas a las cuales abastece pasen por momentos complicados. Tampoco es culpa de la empresa exportadora que se les cierren los mercados externos.

De ahí la necesidad de contar con instrumentos efectivos, que permitan proteger el ingreso familiar, por una parte, y aprovechar este momento para aumentar la productividad futura.

Lo que propusimos es incentivar a las empresas, para que en vez de despedir a los trabajadores, opten por capacitarlos.

Uno de los instrumentos entrega un incentivo tributario de capacitación para aquellas empresas que mantengan sus planillas.

Otro de los instrumentos es el llamado “permiso de capacitación”, que permite que, en acuerdo con el empleador, el trabajador pueda hacer uso del seguro de cesantía por cinco meses, sin interrumpir la relación laboral, para capacitarse durante este tiempo, reintegrarse a sus funciones después de que el temporal amaine y aportar con sus conocimientos a la productividad de la empresa, y además tener mejores condiciones.

El acuerdo también se hizo cargo de un aspecto que me preocupaba y cual era qué hacíamos con una enorme cantidad de mujeres jefas de hogar. Creamos en tal sentido 20 mil nuevos cupos en el programa de capacitación laboral para mujeres que han estado desempeñándose como trabajadoras dependientes, pero que necesitan apoyo estatal para reconvertirse en independientes o emprendedores.

Quiero también aprovechar de agradecer el apoyo del Congreso, porque ha aprobado esta ley en tiempo récord. ¡Entonces quisiera pedir un aplauso para nuestros parlamentarios, muchas gracias!

ANEXO G- DISCURSO DE LA PRESIDENTA CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER EN LA ASAMBLEA LEGISLATIVA

Muchas gracias. ¡Viva, viva la Patria, sí! (APLAUSOS)

Señores Jefes de Estado presentes; señores Jefes de Delegaciones; señores gobernadores; autoridades civiles, militares, eclesiásticas; pueblo de la Patria y Honorable Asamblea Legislativa: vengo esta tarde a dar cumplimiento al artículo 93 de la Constitución Nacional. Luego de haberse realizado elecciones el 28 de octubre, la fórmula que encabezé junto al ingeniero Julio Cobos, obtuvo más del 45 por ciento de los votos válidos emitidos y, por lo tanto, no corresponde, tal cual ha proclamado esta misma Asamblea Legislativa convocar a una segunda vuelta. En esos términos y en los términos del artículo 97, vengo a tomar posesión del cargo de Presidenta de la República Argentina (APLAUSOS), el honor más grande que puede tener una argentino o una argentina, ser elegida por sus compatriotas para representarlos.

Este es un escenario diferente al de hace apenas cuatro años y medio, el 25 de Mayo de 2003. El Presidente, que está sentado a mi izquierda, junto a todos los argentinos cambió en estos cuatro años y medio ese escenario que teníamos aquel 25 de Mayo. Lo hizo en nombre de sus convicciones que son las mías y las de muchísimos argentinos que siempre creímos en el país y en sus hombres y en sus mujeres, en el pueblo y en la Nación, palabras que tal vez en tiempos de la globalización no suenan bien o suenan raro al menos, pero a poco de conocer a los países con más desarrollo económico y social e indagar en las claves de su crecimiento y de su desarrollo, uno puede encontrar en la defensa irrestricta de sus propios intereses, como Estados y sociedades, la clave de ese avance, la clave de ese desarrollo.

Por eso, pueblo y nación en tiempos de globalización siguen más vigentes que nunca, representar los intereses de los argentinos. (APLAUSOS)

Puede tal vez parecer una paradoja, pero la diferencia de 22,25 puntos porcentuales que nuestra fuerza obtuvo con la que salió en segundo término, son casi los mismos 22,24 puntos que usted, Presidente, obtuvo por todo concepto en las elecciones de abril de 2003.

Usted, sentado en este mismo lugar, con más desocupados que votos, se propuso dar término a dos mandatos constitucionales: el que había sido iniciado el 10 de diciembre de 1999 por imperio de la voluntad popular y el que se había iniciado un 2 de enero por voluntad de esta misma Asamblea Legislativa, luego de los trágicos sucesos del 2001.

Ninguno de los dos mandatos constitucionales pudo cumplir los tiempos de la Constitución y usted pudo junto a todos los argentinos, revertir aquella sensación de frustración, de fracaso, de no poder que millones de argentinos sentíamos en esos días que corrían. Lo hizo en nombre de un proyecto político. Usted, después de todo, nunca fue un posmoderno; en tiempos de la posmodernidad, usted es un Presidente de la modernidad y me parece que yo también. (APLAUSOS)

Creemos firmemente en los proyectos políticos; creemos que es posible superar la individualidades que muchas veces con una frase pretendidamente

escandalizadora pretenden ocupar, claro, lugares que demandan mucho más lugar si son ideas.

Siempre digo, una idea, una propuesta alternativa, seria, viable, realizable lleva mucho más que dos minutos de televisión o cinco centímetros en las columnas de los diarios. (APLAUSOS)

Las ideas, los proyectos es lo que triunfaron este 28 de Octubre. Yo no me engaño, nunca he creído en los triunfos personales e individuales, descreo profundamente de ellos, porque creo en las construcciones colectivas y la sociedad. Este último 28 de octubre precisamente convalidó, ratificó una construcción política, social y económica diferente, lo hicimos con todos los argentinos.

En el día de hoy, yo no quiero compartir con ustedes cifras o datos o venir a contar las cosas que hemos hecho en estos cuatro años y medio que han sido tan importantes, la renegociación, el pago del Fondo, la lucha sin tregua contra la desocupación, la indigencia, la pobreza en la que vamos obteniendo batallas y triunfos importantes, no el definitivo, porque siempre va a faltar la victoria definitiva mientras haya un pobre en la Patria. Esto lo tenemos muy claro. (APLAUSOS)

Pero quiero en esta tarde y en este lugar en el que estuve tantos años, reflexionar con ustedes acerca de lo que para mí son los cuatro capítulos fundamentales de este proceso que hemos iniciado el 25 de mayo de 2003 y que tiene en las instituciones, en la sociedad, en un modelo económico de acumulación con matriz diversificada e inclusión social y en nuestra inserción en el mundo, los cuatro ítems fundamentales: las instituciones.

Yo he pertenecido durante doce años a este Parlamento, he estado sentada en esas bancas como ustedes y con ustedes, como diputada y como senadora.

Recuerdo madrugadas, fines de semanas enteros aquí sancionando el ajuste permanente; "lo pide el Fondo si no se acaba todo" era la frase que más escuchábamos en aquellos días. De allí de la política del ajuste permanente que caracterizó la década de los '90 pasamos al otro Parlamento, al que aplaudía el default. De la hazaña del ajuste a la hazaña de no pagar.

Creo que, amigos y amigas senadores y diputados de todas las bancadas, hemos logrado recuperar el equilibrio, el rol constitucional que nos asigna precisamente nuestra Carta Magna, volver a ser unos los representantes del oficialismo, los otros los representantes de la oposición; cada uno cumpliendo el mandato popular que le ha conferido la ciudadanía pero volviendo a tener en el rol de senadores y diputados la libertad que no nos imponían desde el Fondo y que tal vez, desde el advenimiento de la democracia no habíamos tenido, porque si en los '90 tuvimos la presión permanente sobre el Parlamento de los organismos multilaterales y también, de otros argentinos que creían que ese era el camino, porque ellos solos no podían, se hubieran encontrado otros argentinos que le hubieran dicho que no. En los años '80 también, arrancados a este mismo Parlamento, las leyes de Obediencia Debida y Punto Final, el poder militar o el partido militar que terminaba en las postrimerías del siglo XX al luego poder económico característico de los '90 y de la globalización.

Creo sinceramente que hemos recorrido un largo camino en estos años de democracia y espero profundizar este rol del Congreso, donde podamos discutir y debatir sin adjetivaciones, sin agravios, con propuestas alternativas y viables, con memoria histórica de dónde viene cada uno, qué hizo cada uno y

qué representó cada uno que es lo que nos da legitimidad para poder plantear una propuesta. (APLAUSOS)

Quiero decirles que tengo grandes esperanzas, porque creo que estamos reconstruyendo el sistema de decisión que priva la Constitución para todos sus poderes. El Presidente que está a mi izquierda lo hizo en la Casa Rosada, volvió a resituar la política como el instrumento válido para mejorar la calidad de vida de los ciudadanos y para torcer un destino que parecía incierto, que parecía casi maldito por momentos.

Curiosamente fue desde la política donde por primera vez en la República Argentina se empezó a gobernar sin déficit fiscal. Fue desde la política donde por primera vez se comenzó un proceso de desendeudamiento del país. Fue desde la política donde decidimos cancelar nuestras deudas con el Fondo Monetario Internacional, precisamente para tener nuestro modelo de acumulación con autonomía razonable en un mundo globalizado. Fue precisamente entonces desde la política y desde la Casa Rosada donde pudimos evidenciar que los argentinos podíamos porque empezábamos a creer en nosotros mismos. Y también de estos dos poderes, del Ejecutivo y del Poder Legislativo, saldamos una deuda que teníamos con los argentinos: dar una Corte Suprema de Justicia a los argentinos que no los avergonzara, honorable. (APLAUSOS)

Falta aún que también abordemos el resto del Poder Judicial en la reforma que necesariamente deberemos darle, para que la gente, la sociedad, los argentinos vuelvan a sentir a la Justicia como un valor reparador y equilibrador y que también será imprescindible en la reconstrucción del valor "seguridad" para todos los ciudadanos en momentos donde muchas veces resultan incomprensibles muchas decisiones que causan estupor en la ciudadanía que no alcanza a comprender en virtud de qué códigos, de qué principios o de qué leyes, se producen determinadas decisiones judiciales. (APLAUSOS)

Quiero que cuando discutamos estos temas lo hagamos en la misma manera de lo que decía hace unos instantes, todavía tengo presente la discusión que tuvimos durante el año 2005 cuando aprobamos la iniciativa de reforma del Consejo de la Magistratura que comenzó a tener vigencia hace ya más de un año.

Recuerdo los argumentos de muchos opositores y de los medios de comunicación, que no son lo mismo pero a veces se parecen bastante. (APLAUSOS) Y quiero decirles que aquellas profecías que se desgranaron en radio, en televisión, en río de tinta acerca de que íbamos a manipular la Justicia o perseguir a los jueces probos, resultó desestimada, no por otros discursos, sino por la realidad, por la práctica concreta de un nuevo Consejo de la Magistratura que por primera vez es presidido por un académico que precisamente no es de nuestro partido, y que además, a iniciativa de una consejera oficialista y con la aprobación de todos sus miembros, por primera vez los argentinos vamos a conocer las declaraciones juradas de los hombres y mujeres que deciden sobre nuestra vida, libertad y patrimonio. (APLAUSOS) No es una cuestión menor, también espero que podamos colocar a todos los argentinos en pie de igualdad tributaria, de modo tal que no haya ningún argentino que no pague impuestos. Muchas veces cuando uno escucha algunas declaraciones precisamente de aquellos hombres que deben aplicar la ley y la Constitución, pero por sobre todas las cosas la garantía de la igualdad,

porque si algo debe caracterizar el ejercicio de la democracia es la igualdad ante la ley, no solamente la libertad, es la libertad y la igualdad, la una sin la otra no funcionan. Y entonces cuando uno muchas veces escucha algunas declaraciones en cuanto a que esto no es posible, comprende muchas veces la desazón que envuelve a los ciudadanos y a las ciudadanas de a pie, como a mí me gusta llamarles.

Y en esta tarea de reconstruir institucionalidad, sistema democrático constitucional, creo que también ambos poderes del Estado, el Poder Ejecutivo, el Poder Legislativo y también la Corte Suprema de Justicia, los tres poderes del Estado, hemos finalmente derribado el muro de la impunidad y decretada la anulación de las leyes de Obediencia Debida, Punto Final e Indultos, hemos aportado a la construcción del sistema democrático. (APLAUSOS)

Yo espero que en estos cuatro años de mi mandato, estos juicios que han demorado más de treinta años en ser iniciados, puedan ser terminados.

Tenemos la obligación desde el Ejecutivo, desde el Parlamento, desde la propia Corte Suprema de Justicia y de los Tribunales, de adoptar y diseñar los instrumentos que garantizando todos los derechos y garantías que otros argentinos no tuvieron, permitan finalmente enjuiciar y castigar a quienes fueron responsables del mayor genocidio de nuestra historia. (APLAUSOS)

Se lo debemos a quienes fueron las víctimas; se lo debemos a sus familiares, a las Abuelas, a las Madres, se lo debemos a los sobrevivientes que no pueden seguir estando sometidos a la tortura del relato permanente de la tragedia. Y se lo debemos también a las Fuerzas Armadas, para que de una vez y para siempre, en vistas al Bicentenario, se pueda separar la paja del trigo y entonces los argentinos podamos todos volver a mirarnos a la cara. (APLAUSOS)

Creo también que no solo las instituciones del Estado en sus tres poderes deben abordar la reconstrucción de este nuestro país, creo que también otros estamentos de la sociedad, empresariales, dirigenciales, medios de comunicación deben saber que el hecho de no integrar el espacio público gubernamental, no los exime también de la tarea y de la responsabilidad que a cada uno de aquellos argentinos que tiene un poco más de poder, bastante más poder -diría yo- que el resto de los ciudadanos, tienen también obligación moral de construir un país distinto.

Nos debemos también un relato diferente de nosotros mismos los argentinos, no autocomplacencia, no de ocultamiento, pero sí el necesario reconocimiento a los logros obtenidos y, en todo caso, a marcar lo que falta, pero reconocer lo que se ha logrado.

También creo que la sociedad es parte importante. No se puede cambiar un país únicamente con un buen gobierno en sus tres poderes. Para cambiar un país hace falta un buen gobierno y una buena sociedad, donde cada uno de los ciudadanos sepa que todos los días cuando toma decisiones, está también construyendo el modelo de sociedad en la que quiere vivir.

Debemos interpelarnos cada uno de nosotros, más allá de los lugares que ocupemos, como ciudadanos qué hacemos todos los días para ser un poco mejores y entonces vivir en un país mejor. Esto no significa diluir responsabilidades, sino simplemente que cada uno se haga cargo de la que le corresponde en la construcción de una sociedad diferente. Pero instituciones y sociedad solo se reconocen cuando pueden lograr objetivos de mejorar la calidad de vida de la gente.

Quiero poner entonces, en este nuevo modelo económico de matriz diversificada, de acumulación con inclusión social que se ha puesto en marcha la clave para los tiempos que vienen; un modelo que, reconoce en el trabajo, en la producción, en la industria, en la exportación, en el campo, la fuerza motriz que ha permitido que millones de argentinos vuelvan a recuperar no solo el trabajo, sino además las esperanzas y las ilusiones de que una vida mejor es posible.

Creo que debemos superar ese tabú histórico que siempre hubo entre todos los argentinos de que si el modelo era la industria, de que si el modelo era el campo. Creo que podemos y lo estamos demostrando que en un modelo de acumulación campo e industria tienen sinergia.

Siempre digo, me encantaría vivir en un país donde los mayores ingresos tal vez los produjera la industria. Seguramente estaríamos viviendo en los grandes países desarrollados, donde la industria siempre ha subsidiado al campo. Pero este es el modelo que se eligió muchas veces en el siglo pasado y de lo que se trata entonces es de consensuar esencialmente la profundización de este modelo que nos ha permitido mejorar sustancialmente la calidad de vida de los argentinos. Y aquí hay roles importantes que cumplir, el acuerdo al que hemos hecho mención permanente durante toda nuestra campaña y que no es un acuerdo de precios y salarios. Yo no he venido a ser Presidenta de la República para convertirme en gendarme de la rentabilidad de los empresarios; que se olviden. (APLAUSOS) Tampoco he venido a ser Presidenta para convertirme en parte de alguna interna sindical o política. Tampoco, tampoco. (APLAUSOS)

El acuerdo del que hablo es el acuerdo de las grandes metas, de los grandes objetivos, cuantificables, verificables y luego iremos por sector y por actividad analizando cuál es más competitivo, cuál nos puede dar mejor ventaja, dónde se necesita inversión, dónde innovación tecnológica. Tampoco es casual la decisión de haber elevado a rango de ministerio a la investigación y la tecnología. Creo que allí está la clave o una de las claves para que la competitividad no solamente sea por el tipo de cambio, sino también por la innovación y la investigación. Esto lleva tiempo, esfuerzo, perseverar en los objetivos. Nadie puede hacer las cosas en dos o tres años.

Se trata entonces de poder sentar las bases de acumulación para que luego las elecciones democráticas que marca la Constitución no signifiquen que cada cuatro años los argentinos cambiamos de modelo económico y en una política pendular terminamos frustrando todo. Nadie puede vivir cada cuatro años cambiando absolutamente todo. Siempre hay que cambiar las cosas que se han hecho mal o hacer las que no se han podido hacer, pero rescatando y profundizando las que se hicieron bien. Este tipo de discusión, este tipo de debate es, el que creo, nos debemos todos los argentinos.

En los roles también está el del Estado, el de un Estado que ha decidido colocar a la educación como el otro eje fundamental de transformación y de agregar competitividad. El Presidente que está a mi izquierda y yo somos hijos de la escuela pública y de la universidad pública y gratuita. No es casualidad, no somos hijos de personas con mucho dinero, somos hijos de trabajadores y él es Presidente y yo soy Presidenta; somos eso, producto de la educación pública.

Pero también quiero decir que aquella educación pública no es la de hoy. Quiero decirlo con valentía porque lo siento. Yo me eduqué en una escuela

donde había clases todos los días, donde los maestros sabían más que los alumnos, donde nosotros teníamos que estudiar todo el día para poder aprobar y pasar (APLAUSOS), porque creíamos en el esfuerzo, porque creíamos en el sacrificio. Lo recuerdo como si fuera hoy, seguramente mi madre aquí también me recuerda, horas sentada estudiando. Porque no hay financiamiento estatal que valga. Podemos destinar no seis puntos del Producto Bruto, podemos destinar diez, pero si no hay capacitación y formación docente, si los alumnos no estudian, si la familia no se hace cargo, en fin si todos no trabajamos y nos esforzamos y cooperamos en lograr el bien común, va a ser muy difícil no solamente lograr una mejor calidad de educación sino también seguramente un mejor país. Y a eso los convoco a todos, a los padres, a los alumnos, a los docentes, a una escuela pública diferente. (APLAUSOS)

Debemos encontrar aquellos que siempre hemos defendido a la educación pública, porque además, hoy, cuando se producen brechas de equidad en la sociedad son precisamente los sectores más vulnerables, los más pobres los que van a la escuela pública. Los que tienen plata pueden mandar a sus hijos a una universidad privada o a un colegio privado. Los que no tienen nada los mandan cuando pueden a la escuela pública, entonces todos los que formamos y forman parte de la escuela pública debemos encontrar formas dignas de lucha por los derechos que cada uno tiene pero esencialmente defendiendo con inteligencia a la escuela pública. (APLAUSOS) Porque muchas veces con grandes objetivos, grandes discursos y grandes ideales hemos llegado a grandes fracasos. Mi generación de eso puede dar cátedra. Quiero entonces convocar precisamente para esta tarea que nos debemos todos los argentinos.

Un Estado también que coloque a la infraestructura económica y social como otro de los ejes de la inversión y del desarrollo de la actividad económica, como lo hemos hecho en estos últimos cuatro años y medio donde estamos transformando el país. Pueden dar fe de ello los gobernadores que hoy nos acompañan, de todos los partidos políticos y el Presidente que está sentado a mi izquierda. Es casualidad no más que esté sentado a mi izquierda porque yo lo he repetido varias veces, no sea que se lo crea. (APLAUSOS)

Creo que esta gestión ha dado muestra suficiente de que no se ha reparado cuál era el origen partidario o ideológico del gobernador o del intendente. Creemos profundamente en la transformación, en el hacer y en el trabajar y hemos fructificado uniéndonos a hombres y mujeres de distinta pertenencia partidaria con un solo objetivo: cumplir con el mandato popular. No nos votan para que nos peleemos entre nosotros. Nos votan para que trabajemos por ellos, los ciudadanos y las ciudadanas. (APLAUSOS) Esto creo, es lo que también tenemos que hacer para mejorar la movilidad social ascendente que ha sido precisamente lo que ha caracterizado a este país dándonos una poderosa clase media y que permite que hijos de trabajadores puedan llegar a la Primera Magistratura del país. Ese es el país que tenemos que reconstruir los argentinos, reconociéndonos -es cierto- en nuevos instrumentos y en nuevas políticas, porque vivimos también en un mundo diferente y de esto finalmente es de lo que quiero hablar, de nuestra inserción en el mundo.

Ayer, en el Salón Blanco de la Casa de Gobierno tuve la fotografía que creo que es la fotografía de nuestra historia, de nuestros orígenes, de nuestros intereses. Allí, el Presidente del Brasil que hoy nos acompaña, el Presidente de Ecuador, el Presidente de Paraguay, el Presidente de Bolivia, el Presidente de

Venezuela junto a nuestro Presidente (APLAUSOS) firmaban el Acta Fundacional de lo que espero sea un instrumento para la transformación económica y social de nuestros pueblos. Esta es nuestra Casa la América latina que también tiene nombre de mujer (APLAUSOS) y que no significa que nos neguemos al mundo, el MERCOSUR, nuestro espacio al que esperamos que se incorpore a la brevedad Venezuela para cerrar la ecuación energética de América latina (APLAUSOS), porque alimentos y energía serán la clave de un futuro que ya está aquí en la puerta, que no es tan lejano.

Quiero también agradecer la presencia del Presidente de la República Oriental del Uruguay, el doctor Tabaré Vázquez (APLAUSOS) Quiero decirle con toda la sinceridad que siempre he tenido en toda mi práctica política, que no va a tener de esta Presidenta un solo gesto que profundice las diferencias que tenemos, pero también con la misma sinceridad quiero decirle que esta situación que hoy atravesamos no nos es imputable. Porque más allá de medidas que muchas veces podemos no compartir, lo cierto es que nosotros nos hemos presentado en la Corte Internacional de La Haya porque se ha violado el Tratado del Río Uruguay al instalar las pasteras. (APLAUSOS)

Este y no otro es el conflicto; resituar el conflicto requiere también un ejercicio de sinceridad por parte de todos nosotros que no significa ahondar la diferencia; simplemente saber cuál es la diferencia para darle gobernabilidad a esa conflictividad hasta tanto resuelva como corresponde a los Estados de derecho el Tribunal Jurídico Internacional que ambos pactamos en el caso de controversias. Esta es hoy la situación pero sepan compatriotas del Uruguay, de la Patria Grande, que lo sentimos los argentinos y lo vamos a sentir siempre nuestros hermanos. Que de esto no haya ninguna duda. (APLAUSOS)

Quiero también hacerme eco del llamado al Presidente de la República Argentina por parte del señor Presidente de la República de Francia, Nicolás Sarkozy, para que colaboremos en la negociación o en lo que podamos hacer en cuanto a lograr la liberación de la ciudadana franco-colombiana Ingrid Betancourt cuya madre hoy también nos acompaña aquí. (APLAUSOS)

Quiero comprometer el esfuerzo de nuestra diplomacia, el esfuerzo de nuestro país y también solicitar a Dios ilumine al señor Presidente de la hermana y querida República de Colombia para poder alumbrar a una solución que exige el derecho humanitario internacional, sin que esto signifique inmiscuirnos de ningún modo en cuestiones internas de otro país. Pero creo que hay un derecho humanitario internacional que amerita que pongamos todo el esfuerzo, toda la voluntad posible para no llegar demasiado tarde. Allí estará la Argentina ayudando en todo lo que sea posible para lograr una solución.

Finalmente, queremos en este mundo global también fijar nuestra posición en cuanto a una necesidad imperiosa, la reconstrucción del multilateralismo. Un mundo unilateral es un mundo más inseguro, más injusto. Hemos vivido los argentinos dos veces, en 1992 y 1994, los ataques del terrorismo global. La lucha en la que estamos comprometidos contra ese terrorismo tampoco nos debe llevar a justificar que por temor al terrorismo global incurramos en la violación global de los derechos humanos. No creo en esa ecuación. (APLAUSOS) No lo creo por convicción y no lo creo por estrategia política en la lucha contra el terrorismo. Creo que, por el contrario, es una estrategia que abona y que es absolutamente funcional a los objetivos que ellos pretenden lograr.

Por eso creo que es no solamente de gente sensible ante la condición humana, sino inteligente adoptar metodologías que precisamente no conlleven ningún tipo de violación a los derechos humanos.

Quiero también reafirmar, una vez más, nuestro reclamo irrenunciable e indeclinable a la soberanía sobre nuestras Islas Malvinas (APLAUSOS) y llamamos al país ocupante, que en todos los foros internacionales luce como adelantado y respetuoso, que hay una situación de enclave colonial aquí denunciada ante Naciones Unidas y que es hora de volver a cumplir el mandato de esas mismas Naciones Unidas de las que todos formamos parte. (APLAUSOS)

Creo entonces que la reconstrucción de la multilateralidad es un poco más seguro, porque bueno es decirlo las cosas han cambiado de tal modo que no solamente la multilateralidad sino la equidad serán las que permitirán vivir en un mundo más seguro.

Para terminar, quiero convocar a todos los hombres y mujeres de mi país, a los jóvenes, a los ciudadanos, a las ciudadanas, a las que nos votaron y a los que no lo hicieron, porque en definitiva hoy estamos representando los intereses de todos, quiero hacerlo también desde mis convicciones, ustedes lo saben, como quien se va, como el Presidente formamos parte y muchos de ustedes también de los que están aquí sentados, que no somos marcianos ni Kirchner ni yo, somos miembros de una generación que creyó en ideales y en convicciones y que ni aún, ante el fracaso y la muerte perdimos las ilusiones y las fuerzas para cambiar al mundo. (APLAUSOS)

Tal vez, estemos un poco más modestos y humildes. En aquellos años soñábamos con cambiar el mundo, ahora nos conformamos con cambiar este nuestro país, nuestra casa. (APLAUSOS)

Sé que faltan muchas cosas, sé que tendremos que corregir otras. Estoy convencida de que lo vamos a poder hacer con el esfuerzo y el trabajo de todos los argentinos. También -porque saben, que la sinceridad es uno de mis datos proverbiales- sé que tal vez me cueste más porque soy mujer, porque siempre se puede ser obrera, se puede ser profesional o empresaria, pero siempre nos va a costar más. Estoy absolutamente convencida. (APLAUSOS)

Pero creo tener la fuerza para poder hacerlo y además el ejemplo, el ejemplo no solamente de Eva que no pudo, no pudo, tal vez ella lo merecía más que yo, el ejemplo de unas mujeres que con pañuelo blanco se atrevieron donde nadie se atrevía y lo hicieron. (APLAUSOS) Ese era el ejemplo de ellas, de las Madres y de las Abuelas, de las Madres y de las Abuelas de la Patria. (APLAUSOS) Ese era el ejemplo de ellas y también de nuestros próceres, de Mariano Moreno, de San Martín y de Belgrano.

Quiera Dios y me ilumine para que me equivoque lo menos posible, que me ayude a escuchar, que me ayude a decidir. Lo voy a hacer como siempre he hecho todas las cosas que he emprendido en mi vida: con mis convicciones, con mis ideas y, por sobre todas las cosas, con mi inmenso y eterno compromiso con la Patria.

Muchas gracias.

Disponível em: Fonte: Presidência de la Nación (www.caserosada.gov.ar).

Acessado em : agosto de 2016.

ANEXO H - PALABRAS DE LA PRESIDENTA DE LA NACION, CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, EN LA APERTURA DE LA ASAMBLEA GENERAL DE LAS NACIONES UNIDAS, EN LA CIUDAD DE NUEVA YORK, 28 DE SEPTIEMBRE DE 2008.

Señores jefes y jefas de Estado, jefes y jefas de Delegación; señor presidente de esta Asamblea: en mi carácter de primera mandataria mujer electa en la historia de mi país, me dirijo a esta Honorable Asamblea abordando como primer tema de mi intervención la cuestión de los derechos humanos.

Saben ustedes que para mi país la política de respeto irrestricto y vigencia de los derechos humanos es una de las políticas de Estado. Precisamente en este marco es que quiero instar a los miembros de esta Asamblea para que el Tratado sobre la desaparición forzosa de personas, que fuera impulsado fervientemente por mi país y que me tocó signar, como Primera Dama de la República Argentina, en París el año pasado junto a otras 73 delegaciones, sea ratificado por la totalidad de los países que lo han signado. Hasta ahora solamente lo hemos ratificado 4 países: Argentina, Albania, México y Honduras. Sé que está a punto de hacerlo la República de Francia pero es imprescindible que todos nos comprometamos fuertemente en que las personas y su inviolabilidad sean definitivamente uno de los principios liminares en la gestión de todos los Estados.

En este sentido también quiero presentar hoy frente a ustedes la iniciativa latinoamericana para identificación de desaparecidos. Quiero comentarles que con la Fundación Guatemalteca de Antropología Forense, el Equipo Argentino de Antropología Forense y el Equipo Peruano de Antropología Forense, estamos impulsando esta iniciativa que es la de instalar bancos de identidad genética para precisamente dar cuenta de las violaciones a los Derechos Humanos y poder identificar adecuadamente a las víctimas.

Para nosotros el testimonio invaluable de mujeres que nos acompañan hoy en esta Asamblea, las Abuelas de Plaza de Mayo,

que fueron las que idearon la constitución de este banco genético, han recuperado, arrebatados al olvido y a la desaparición, a 95 nietos de los 500 desaparecidos, hijos de detenidos políticos desaparecidos durante la última dictadura argentina.

La labor de estas mujeres es el testimonio viviente de cómo se puede aún en la adversidad y contra todo lo que ha significado el terrorismo de Estado, no solamente en mi país sino en otras repúblicas, sobreponerse a la muerte y luchar por la vida. La recuperación de estos chicos atestigua la posibilidad y la

necesidad de apoyar este tipo de iniciativas, así como también la labor que se ha cumplido precisamente en la identificación de las víctimas de la guerra de los Balcanes y también de las víctimas del atentado del 11 de septiembre al World TradeCenter.

En esta lucha contra la impunidad, que es una política de Estado en la República Argentina, no podemos dejar de mencionar una cuestión que para nosotros constituye, sin lugar a dudas, otro hito en esta lucha ineludible. Mi país, la República Argentina sufrió durante los años '92 y '94 dos atentados, uno la voladura de la Embajada de Israel en 1992 y el segundo la voladura de la AMIA. En esta misma Asamblea el año pasado el ex presidente Kirchner solicitó a la INTERPOL que ratificara los pedidos de captura que la Justicia de mi país había formulado sobre ciudadanos iraníes acusados por la Justicia de participar en aquel hecho, el de la AMIA. Días después fue ratificada por la INTERPOL y fue liberada precisamente la orden de captura internacional. Yo pido aquí, a la República Islámica de Irán que por favor, en cumplimiento de normas del derecho internacional, acceda a que la Justicia argentina pueda juzgar en juicios públicos, transparentes y con las garantías que da un sistema democrático, a aquellos ciudadanos que han sido acusados.

Quiero dar aquí, en el seno de esta Asamblea que agrupa a todos los países, con la convicción que siempre he tenido por el respeto a la inocencia hasta que no sea condenado alguien por juez competente y sentencia firme, de que en mi país esos ciudadanos tendrán un juicio justo, público y oral con todas las garantías que el ordenamiento vigente de la República Argentina y también el contralor de la comunidad internacional, inevitable y muy bueno además por la gravedad de los hechos, garantizan a la República Islámica de Irán que va a haber equidad, justicia y verdad en el juicio.

Por eso en cumplimiento del derecho internacional y esencialmente porque actitudes para poder acceder a la Justicia son las que verdaderamente testimonian nuestro respeto por la verdad, por la justicia y por las libertades, es que insto una vez más a acatar este pedido de la Justicia argentina, que fuera además aceptado por INTERPOL y que sin lugar a dudas contribuirá a dar verdad para todos, no solamente para los argentinos sino para toda la comunidad internacional, en tiempos donde la verdad y la justicia resultan valores esquivos en materia internacional.

Quiero también en este ámbito, y tal cual lo venimos haciendo desde el año 2003, formular un reclamo para la reformulación de los organismos multilaterales, este que nos comprende a todos, Naciones Unidas, y también los organismos multilaterales de crédito.

Este, el que nos comprende a todos, que es necesario para poder volver a reconstruir una multilateralidad que se ha perdido y que ha tornado al mundo mucho más inseguro. Reformular este organismo ya no es una cuestión únicamente de posiciones dogmáticas frente al mundo sino de necesidad concreta y real que todos los estados tenemos para poderle dar

funcionalidad, operatividad y esencialmente resultados a las intervenciones que realice este organismo.

En este sentido quiero rescatar humildemente de nuestra región, la América del Sur, que hemos podido dar testimonio en este último tiempo de cómo se reconstruye una multilateralidad a pesar de las diferencias de enfoque y de visión que podemos tener los distintos gobiernos de la región. Desde aquí diviso al señor presidente de la hermana República de Bolivia, Evo Morales, presidente legítimo de la República de Bolivia. Quiero decir que hace unos días estuvimos la UNASUR, que es una entidad que agrupa a las naciones de la América del Sur, apoyando la legitimidad democrática de ese país, en un ejercicio de multilateralidad concreta donde jefes y jefas de Estado, que no siempre tenemos la misma visión ni los mismos intereses a la hora de tomar decisiones, pudimos construir por unanimidad una resolución y un curso de acción que ayudara precisamente a la hermana República de Bolivia azotada por quienes no respetan esencialmente la voluntad democrática de los pueblos expresada libre y sin proscripciones en las urnas.

No fue la única experiencia de multilateralidad que hemos tenido, también antes el Grupo de Río en República Dominicana, cuando se produce el episodio entre la hermana República de Ecuador y la hermana República de Colombia, también intervinimos los distintos jefes y jefas de Estado y logramos encauzar una conflictividad que en otro momento hubiera derivado, a la luz de las experiencias históricas, seguramente en un hecho armado entre dos naciones hermanas.

Quiero decir con esto entonces que el ejercicio de la multilateralidad no es para nosotros un discurso de ocasión, es una profunda convicción y además es una construcción política concreta y objetiva que tiene resultados allí, en lo que normalmente se denomina las regiones emergentes, que somos capaces de dar ejemplos de construcción multilateral para la superación de los conflictos.

La otra reforma que siempre hemos impulsado es la de los organismos multilaterales de crédito, pero fundamentalmente la de un modelo económico que centró en la economía de ficción y en el mundo de las finanzas el centro de la generación de riqueza. Los días que corren testimonian que aquellas cuestiones, aquellas posiciones, no eran producto de un sesgo ideológico o de cerrados dogmas, sino de la observación puntual y objetiva sobre las cosas que estaban sucediendo.

Hoy ya no pueden hablar del efecto caipirinha o del efecto tequila, del efecto arroz, o del efecto que siempre denotaba que la crisis venía de los países emergentes hacia el centro. Hoy, si tuviéramos que ponerle un nombre, deberíamos decir tal vez el efecto jazz, el efecto que va desde el centro de la primera economía del mundo y se expande hacia todo el mundo. No nos pone contentos ni alegres esta situación, por el contrario, la consideramos también una oportunidad histórica para poder revisar comportamientos y políticas, porque se nos dijo a los países de la región de la América del Sur, durante la vigencia del Consenso de Washington, que el mercado todo lo

solucionaba, que el Estado no era necesario, que el intervencionismo estatal era nostalgias de grupos que no habían comprendido cómo había evolucionado la economía. Sin embargo, señoras y señores jefes de Estado, y jefes y jefas de delegación, se produce la intervención

estatal más formidable de la que se tenga memoria precisamente desde el lugar donde nos habían dicho que el Estado no era necesario, en el marco además de un fenomenal déficit fiscal y comercial.

Mi país, la República Argentina, que de seguir creciendo a las tasas que lo ha venido haciendo desde el año 2003, este año cumpliría el ciclo de crecimiento económico más importante de sus casi 200 años de historia, ha sostenido siempre la necesidad de la presencia de un Estado, fundamentalmente porque el mercado no asigna recursos a los sectores más vulnerables y porque concebimos al Estado como un articulador entre los intereses de la sociedad y, precisamente, los intereses del mercado.

Desde el año 2003 una Argentina que estaba endeudada en el 160 por ciento de su PBI hoy ha reducido su deuda a casi el 50 por ciento del PBI; hemos pagado íntegramente la deuda al Fondo Monetario Internacional; he anunciado hace aproximadamente 15 días que vamos a saldar definitivamente la deuda con el Club de París, con quien sosteníamos esta deuda con fecha de corte desde el 10 de diciembre de 1983, el mismo año que asumió el primer presidente democrático luego de la dictadura. Y ayer aquí en Nueva York, en el Consejo de Relaciones Exteriores, he anunciado que la Argentina ha recibido una propuesta de tres importantísimos bancos que representan a tenedores de bonos que no ingresaron al canje del año 2005, y que además proponen hacerlo en condiciones más favorables para mi país, la Argentina, que aquel canje.

No solamente creemos que entonces ha sido correcta la estrategia, sino que esencialmente se hace imprescindible la revisión por parte de todos nosotros, con mucho ejercicio de humildad intelectual, de lo que está pasando fundamentalmente hoy en los mercados, y cuáles son las soluciones para superar esta situación. Contamos con una gran ventaja, con la que no contamos los países emergentes, no va a venir ninguna calificadora de riesgos, tampoco va a venir el Fondo Monetario Internacional a decir lo que tiene que hacer este gran país que ha crecido históricamente a raíz de la economía real, y que realmente hoy tiene problemas a partir de una economía de casino o de ficción, donde se ha creído que el capitalismo solamente puede producir dinero. Yo siempre digo que el capitalismo, señoras y

señores, ha sido imaginado para ganar dinero, pero a partir de la producción de bienes, de servicios y de conocimientos, el dinero solo no produce más dinero, necesariamente tiene que pasar por el circuito de la producción, del trabajo, del conocimiento, de los servicios, de los bienes, para que entonces en un círculo virtuoso pueda además generar bienestar a toda la sociedad.

Finalmente, señoras y señores, quiero hacer mención a una cuestión que atañe no sólo a mi país, más allá de su ubicación puntual geográfica, sino que atañe a esta Asamblea y también a la necesidad de encarar el siglo XXI sin enclaves coloniales. Me refiero puntualmente a la cuestión de nuestras Islas Malvinas, donde a pesar de las resoluciones de este honorable cuerpo, donde a pesar de todas las instancias que se han tomado en este ámbito para que el Reino Unido acceda, en virtud de lo que dispone el artículo 33 de la Carta Orgánica de las Naciones Unidas, a negociar en paz entre las partes, se niega terminantemente a abordar con la República Argentina la discusión sobre el tema Islas Malvinas. Yo creo señoras y señores que quien integra el Consejo de Seguridad, quien es una de las principales naciones del mundo en la defensa de la libertad, de los derechos humanos y de la democracia, debe dar testimonio concreto de que no solamente es un discurso sino que está convencido de que es necesario terminar con esta vergüenza que significa, en pleno siglo XXI, un enclave colonial. Yo quiero pedir una vez más, como lo han hecho los distintos presidentes que me precedieron, porque Malvinas es para los argentinos también una política de Estado, la colaboración, como siempre lo ha hecho este honorable cuerpo, para instar una vez más al Reino Unido a que acceda a cumplir con las normativas del derecho internacional y esencialmente a dar testimonio de que en serio se quiere construir un mundo y una ciudadanía diferente.

Finalmente quiero dirigirme a todos los hombres y mujeres que tienen responsabilidades institucionales gubernamentales, en cualquiera de los poderes del Estado de sus respectivos países, para abogar una vez más por la transformación de una política a nivel internacional que tenga en esta casa su expresión más cabal. La reforma de los instrumentos que solicitamos no es solamente una cuestión de maquillaje o de fórmulas y cambios apenas para disimular que todo siga igual, la situación actual, la complejidad del mundo que viene en materia de alimentos, en materia de energía, exige por parte de todos

revisar comportamientos, revisar paradigmas y aceptar con humildad que es necesario construir un mundo diferente al que hemos tenido hasta ahora, donde el respeto a los derechos humanos, a la voluntad de los pueblos, el respeto a los que son diferentes, a los que no piensan igual que nosotros o que rezan a otro Dios, no solamente es un catalogo de buenas intenciones en la carta de Naciones Unidas sino una realidad que puede comenzar a vivirse un poco más todos los días.

Muchas gracias y muy buenos días.

ANEXO I - PALABRAS DE LA PRESIDENTA DE LA NACIÓN, DRA CRISTINA FERNÁNDEZ, EN EL ENCUENTRO DE MUJERES MILITANTES DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES.

Gracias, muchas hermanas, compañeras de género: tal vez por una de esas causalidades que tiene el o destino nos hayamos encontrado para acordarnos de nosotras , de nuestras vivencias, de nuestros problemas um 11 de marzo, déjenme contarles que fue um 11 de marzo la primeira vez que esta Presidenta de los argentinos emitió su voto em elecciones libres y sin proscripciones.

Hoy, lo casi parece um ejerccicio normal que los ciudadanos y las ciudadanas ejercemos cada años, déjenme contarles que cuando yo tenia la edad de muchos que están aqui, 17, 18 aões, no lo podíamos hacer. Es buenno acordarse de estas cosas para saber como hemos ido construyendo la historia los argentinos. Y yo, como una mujer del povo, como una militante convertida de toda la vida, vengo a saludar hoy a ustedes, mujeres comprometidas no solamente com uma ideia o com um partido sino también com la ayuda al prójimo, com la solidaridad, em el combate de la lucha contra la droga, contra la pobreza, contra la violència.

Déjenme decirles que tampoco debe ser casualidad que justamente hoy también se sancionó en nuestro Parlamento, en nuestra Cámara de Diputados la ley que incorpora la figura de la violencia contra la mujer. (APLAUSOS) Déjenme agradecerles a nuestras diputadas, a nuestras senadoras, a todos aquellos y aquellas de los distintos partidos políticos que se comprometieron con un flagelo que tiene que ver con nuestra condición de género. Yo sé hermanas que hoy uno de los principales problemas que tenemos es la inseguridad, y si alguien sabe y conoce de inseguridad e incertidumbre somos nosotras las mujeres desde muy chicas. (APLAUSOS) Hemos sido siempre educadas en ese miedo por nuestro género y por ser la víctima propicia de aquellos que tienen más fortaleza. Desde que una es chiquita, apenas de pocos años, ya comienzan a hablar de nuestra debilidad y de cómo tenemos que cuidarnos. Y luego también muchas veces sufrimos la experiencia de la violencia doméstica, y muchas veces a una mujer no le hace falta salir de la casa para sufrir la inseguridad, muchas veces esa inseguridad también está dentro de las casas cuando son atacadas. En nombre de todas aquellas que alguna vez han sufrido la agresión, la violencia, y luego la desatención, porque cuando concurren a una comisaría no son atendidas; tal vez alguna ultrajada tiene que dar cuenta de que no fue la provocadora de tal o cual cosa, ahí tenemos entonces en toda su dimensión lo que significa ser mujer.

Déjenme contarles, como Presidenta de todos los argentinos, que esas diferencias no sólo se dan abajo en el pueblo, se dan también en todos los niveles; se puede ser presidenta de la República y siempre tenés que estar demostrando que valés, que sos inteligente, siempre nos pasa. A veces también me pregunto si muchas de las cosas que se han hecho y que se han

dicho sobre esta mujer en este año y pico de ejercicio del poder, si alguna vez lo dijeron sobre alguno de los presidentes hombres que han ejercido, seguramente que no, porque todavía falta un largo camino hermanas de género, falta tiempo todavía compañeras para ser tratadas en forma igualitaria, en la casa o en el trabajo, en el sindicato o en la calle, o tal vez en la Primera Magistratura.

Pero no vamos a desmayar, tenemos mucha fortaleza, tenemos mucha convicción, tenemos la fortaleza de dar vida. Tuvimos también la fortaleza de esas mujeres que poniéndose un pañuelo blanco en la cabeza salieron a hacer lo que ningún hombre se animaba a hacer en la República Argentina.

Por eso a las mujeres no se nos honra porque nos recuerden un día, queremos que nos recuerden y nos consideren los 365 días del año, queremos ser protagonistas de la historia, porque hemos puesto mucho y lo vamos a seguir haciendo en todos los frentes. Muchas de ustedes son trabajadoras sociales, mujeres al frente de organizaciones no gubernamentales en la lucha contra el paco, contra la droga, peleándole a la vida y a la adversidad; hemos demostrado que somos capaces aún con dificultades, en adversidades, con piedras en el camino que a diario nos ponen, de construir una sociedad diferente.

Quiero convocarlas a todas, a nosotras, a las que pertenecemos a un partido, a las que no tienen partido, a aquellas que han abrazado causas sociales, a aquellas que creen que es necesario seguir trabajando por una Argentina más justa, donde se redistribuya el ingreso, donde el trabajo y la educación vuelvan a ser protagonistas definitivos de nuestra historia. Yo estoy segura, hermanas y compañeras, que el día que logremos que todos los argentinos tengan trabajo, el día que logremos que todos los argentinos puedan acceder a la educación, el día que logremos que tener vivienda, agua potable o cloacas no sea solamente privilegio de algunos pocos, estoy segura de que ese día comenzaremos la batalla final contra la inseguridad, porque esas son las verdaderas raíces, esas son las verdaderas causas, la pobreza, la miseria, la desigualdad. Lo saben ustedes, muchas de las mujeres que luchan y trabajan contra las adicciones por lo que les ha pasado a sus hijos. Saben que sin son pobres la adicción mata al hijo porque consume paco, pero que si tiene plata el hijo es solo un adicto porque puede consumir algo de mejor calidad. Esto es así, sin hipocresías, sin mentiras. Que no nos digan o nos hagan creer que son los pobres solamente los que se drogan, que solamente son los pobres los que delinquen, tal vez ha habido en nuestro país muchos otros que delinquieron de guante blanco, pero esos no son señalados ni castigados por ningún código ni por ninguna justicia. Vimos allá en el 2001 cómo se vaciaban los bancos, vimos quiebras que nunca nos pudieron explicar, vimos derogar normas para que precisamente quienes habían vaciado la Argentina en un verdadero proceso de subversión económica no fueran castigados.

Por eso es necesario hablar sin hipocresía de los problemas que tenemos los argentinos, problemas que tenemos que encarar unidos, con ideas y junto a las instituciones. Porque además tenemos la inmensa suerte de vivir en un país donde cada uno puede decir lo que piensa, donde cada uno tiene la libertad de

expresarse, no pasaba esto cuando era muy joven. Son cosas entonces que tenemos que saber los argentinos para poder encarar las luchas que este pueblo necesita con justicia, con equidad y en democracia, que es la gran defensa, el gran reaseguro de todos nosotros, vivir en una sociedad democrática.

Quiero saludarlas a todas y convocarlas a esta lucha por una Argentina más justa, más equitativa, en donde todos y todas tengan la misma igualdad de oportunidades. El día que logremos que cada argentino y cada argentina pueda elegir la vida que va a tener, ese día seremos definitivamente libres. Gracias compañeras, gracias hermanas, las abrazo con el corazón.

Tabela 1- Composição do Gabinete de Cristina Kirchner – Primeiro Governo – (2007- 2011).Mulheres nos Ministérios - Argentina

Ministério	Ministras e Ministros
Chefe de Gabinete	Alberto Fernández
Ministério do Desenvolvimento Social	Alicia Margarita kirchner
Ministério da Economia	Martín Lousteau
Ministério de Planejamento Federal	Julio de Vido
Ministério de Justiça e Segurança e Direitos Humanos	Aníbal Fernández
Ministério das Relações Exteriores	Jorge Taiana
Ministério da Saúde	Graciela Ocaña
Ministério da Educação	Juan Carlos Tedesco
Ministério do Trabalho	Carlos Tomada
Ministério Da Defesa	Nilda Garré
Ministério do Interior	Florencia Randazzo
Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação Produtiva	Lino Barañao

Fonte: <http://www.casarsada.gob.ar/informacion/archivo/16461-blank-26676377>

Tabela 2.- Composição do Gabinete da Presidenta Michelle Bachelet – Primeiro Governo – (2006- 2010).Mulheres nos Ministérios –Chile.

Ministérios	Ministra
Ministério da Educação	Adriana Delpiano
Ministério da Justiça	Javiera Blanco
Ministério do Trabalho e Previdência Social	Ximena Ricón Gonzáliz
Ministério da Saúde	Carmem Castilho Taucher
Ministério do Minério	Aurora Willians Baussa
Ministério da Habitação e Urbanismo	Paulina Saball Astaburuaga
Ministério do Desporto e Lazer	Natalia Riffo Alouso
Ministério Serviço nacional da Mulher	Claudia Pascaul Grau

Fonte:<http://www.gob.cl/ministros/>

Tabela 3. Tabela 1- Composição do Gabinete da Presidenta Dilma Rousseff – Primeiro Governo – (2010- 2014).Mulheres nos Ministérios – Brasil.

Ministérios	Ministra
Ministério do Meio Ambiente	Izabella Texeira
Ministério Desenvolvimento Social e Combate a Fome	Tereza Campello
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Kátia e Abreu
Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos	Nilma Lino Gomes

Fonte: <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/ministr>

Tabela 4. Eleições das Presidentas

Michelle Bachelett (2006 – 2010) Primeiro Mandato

Candidato	1 Turno	2 Turno
Michelle Bachelett (PS)	45,96%	53,49%
Sebastian Piñera (RN)	25,41 %	46,48%

Fonte: La Nación

Cristina Kirchner (2007 - 2011)

Candidato	1 Turno
Cristina Kirchner (PJ)	45,3%
Elisa Carniό (CC-ARI)	22,0%

Fonte: La Nación

Dilma Rousseff (2010 - 2014)

Candidato	1 Turno	2 Turno
Dilma Rousseff (PT)	46,9%	56,5%
José Serra (PSDB)	32,61%	43,95%

Fonte: TR